



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

Paracer

Este exemplar corresponde a redação final da tese de doutorado defendida por Andréia Terzariol Couto e aprovada pela Comissão Julgadora em 03 de dezembro de 1999. Campinas, 23 de agosto de 2000.

*
S. Bergamasco
Presidente da Banca

PRODUÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
EM ASSENTAMENTOS RURAIS

ANDRÉIA TERZARIOL COUTO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria P. P. Bergamasco

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas - SP
Dezembro de 1999



200016334

UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	C837p
V.	Ex.
TOMBO BC/	42908
PROC.	16-278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$11,00
DATA	24/10/00
N.º CPD	

CM-00149613-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

C837p Couto, Andréia Terzariol
Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais / Andréia Terzariol Couto.-- Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientadora: Sonia Maria P. P. Bergamasco.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Assentamentos rurais. 2. Agricultura familiar. 3. Movimentos sociais rurais. 4. Sociologia rural. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**PRODUÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

ANDRÉIA TERZARIOL COUTO

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria P. P. Bergamasco

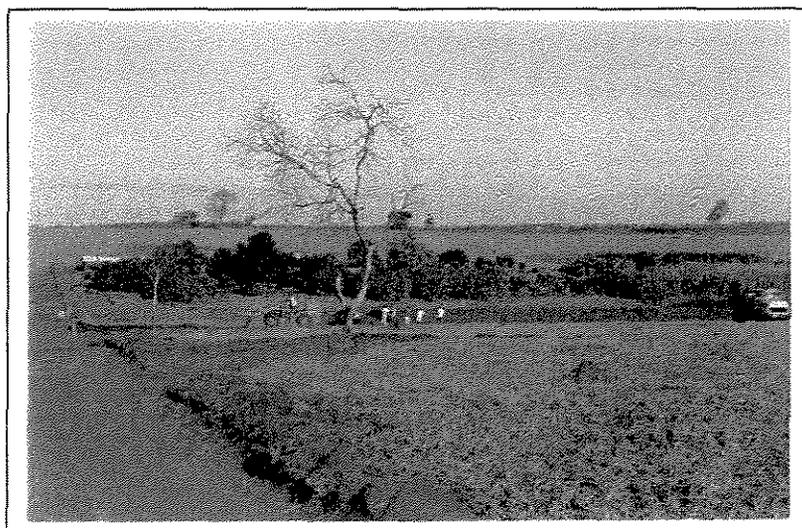
Tese apresentada em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Engenharia Agrícola, na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**Campinas - SP
Dezembro de 1999**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**



PRODUÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
EM ASSENTAMENTOS RURAIS



ANDRÉIA TERZARIOL COUTO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"Todas as coisas do universo manifestam-se em nós através do pensamento. Assim, quando sonhamos com alguma coisa e desenhamos mentalmente o seu 'esboço', o seu 'projeto', isso passa a constituir uma força propulsora que nos leva a agir de modo a concretizá-la no plano fenomênico" (M. Taniguchi).

Obrigada aos meus pais por terem acreditado no meu "projeto".

AGRADECIMENTOS

“Lutar com palavras é uma luta vã, elas são muitas e eu um só”, já dizia Carlos Drummond de Andrade. Foram cinco anos de batalha com as tais palavras, quando finalmente consegui domá-las dessa forma como se apresentam agora: na forma de uma tese. Mas nessa luta não estive sozinha: direta ou indiretamente, ao longo desse tempo, algumas pessoas foram se juntando em torno do meu trabalho, algumas contribuindo de fato para esse resultado final. A elas deixo aqui meu agradecimento e respeito: ao Prof. Dr. Hugues Lamarche, por me acolher em seu Laboratório de maneira ao mesmo tempo profissional e fraterna, me ajudando a compreender os amplos caminhos para se chegar à produção familiar; à Marie-Claude Herrero, pela paciência e atenção, compartilhadas também por Beatrice Moellic;

À Prof^a Dr^a Sonia M. P. P. Bergamasco, orientadora;

Ao Prof. Dr. Fernando Lourenço e à Prof^a Dr^a Maria Helena da Rocha Antuniassi;

À Professora Dr^a Maristela Simões do Carmo;

Às amigas Julieta T. A. de Oliveira, Valeria Comitre e Maria Antônia de Souza, Lea Carvalho Rodrigues, por não me deixarem esmorecer na reta final. O companheirismo, as discussões, sugestões e “auxílios técnicos”, sempre prontas para o resgate, foram imprescindíveis para que eu chegasse ao final;

Às amigas Alícia Ferreira Gonçalves, Ana Velasco, Camila Praxedes; Cecília Masselli, Fátima Mohamed Aboucauch, Kellen Junqueira, Laurence Carré, Lucimar Santiago; Maria Aparecida V. Bueno;

Ao Joe Trigo, pelo grande apoio quando “da volta do exílio”;

Aos amigos Frederic Bazin e Miguel Angelo da Silveira;

À minha família: André e Maria, meus pais, Gustavo, meu irmão, Elizabete e Luzia, minhas tias, por tudo, sempre;

Aos meus colegas Christian, Janaína, Marcelo, Marlene, Sebastian e Zeca, por me acolherem em um período tão delicado da minha vida;

À Deise Tallarico Pupo e Solange Vital de Sousa, pela revisão técnica;

Aos “sujeitos” da minha tese, os assentados da Fazenda Barreiro, especialmente à Cida e Salim, por me receberem em sua casa sempre com tanto carinho;

À EMATER de Limeira d’Oeste e Iturama, nas pessoas de José Martins, José Silva e Marinalva, Flávio Vilela, Andréa, Patrícia, Júlio, Aurélia;

Àqueles que cederam seu tempo para entrevistas e depoimentos sobre suas experiências de luta pela reforma agrária nesse país, em especial Cida, da Assembléia Legislativa, e Gilson, do MST de Belo Horizonte;

Ao INCRA de Belo Horizonte e seu então Superintendente Adjunto, o Sr. Aílson Silveira Machado;

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante o período do doutorado e da bolsa "sandwich", na Université Paris X;

À FAPESP, pela bolsa Auxílio Pesquisa, para a realização do trabalho de campo;

À CPG/FEAGRI, pelo auxílio financeiro para pesquisa de campo;

À FAEP, pela bolsa Auxílio-Ponte, para a finalização da tese;

Mohcine: foi do outro lado do oceano que eu encontrei as razões para terminar meu trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
SUMÁRIO	iii
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE FOTOS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	xi
RESUMÉ	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	16
CAPÍTULO UM	17
Campesinato e Agricultura Familiar	
O debate sobre agricultura familiar – das análises sócio-econômicas à sociologia rural contemporânea	17
A - Chayanov e a Teoria do Sistema Mercantil Simples.....	18
B - O Campesinato a partir da Subordinação do Trabalho ao Capital	19
Kautsky e a Questão Agrária	20
C - Duas Importantes Análises nos Anos 70 sobre a Exploração Familiar Européia: Servolin e Tepicht.....	25
D - A Agricultura Familiar na Sociologia Rural.....	29
CAPÍTULO DOIS	38
A Agricultura Familiar no Brasil	38
Assentamentos Rurais de Reforma Agrária	
Movimentos Sociais Rurais	45
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	50
Assentamentos Rurais	52
Em Busca de Novas Categorizações	53
CAPÍTULO TRÊS	63
A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução Social	63

Introdução	63
Pluriatividade - O Caso Francês.....	64
A Agricultura Familiar frente às Novas Estratégias de Sobrevivência	
Pluriatividade - O Caso Brasileiro.....	71
SEGUNDA PARTE.....	77
CAPÍTULO QUATRO	78
Minas Gerais: Paisagem Agrícola e Sócio-Política	78
1 – Caracterização dos Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais.....	80
a) A luta dos pequenos produtores do Mucuri.....	87
b) Movimentos dos plantadores de algodão do Norte de Minas.....	88
c) Greves e campanhas salariais no Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro	88
d) Os expropriados do Vale do Jequitinhonha	89
e) As lutas pela posse da terra no Noroeste de Minas.....	90
2 – Triângulo Mineiro.....	94
Introdução	94
a) Vegetação e produção agrícola	97
b) A questão ambiental	104
c) Movimentos sociais rurais no Triângulo Mineiro	106
CAPÍTULO CINCO	111
Projeto de Assentamento Iturama - Fazenda Barreiro.....	111
A Fazenda.....	111
O Acampamento	114
A Desapropriação.....	117
O Assentamento	117
O Assentamento Hoje	120
A Presença da Produção Familiar no Assentamento	122
TERCEIRA PARTE	125
A Gestão como uma Estratégia de Reprodução Social	126
As Estratégias Produtivas, Fundiárias e Familiares	126
Análise estatística dos dados.....	126
CAPÍTULO SEIS	132
As Estratégias Produtivas.....	132
Práticas Familiares.....	132

a) Decisões, participação: a gestão da propriedade	132
b) As formas de produção e comercialização	147
b.1) A diversificação da produção	147
b.2) A adoção da produção agropecuária anual de «sustentação»	150
b.3) Análise estatística referente às estratégias produtivas	155
b.4) A pluriatividade como forma de permanência no lote	166
b.5) Análise estatística referente aos dados da pluriatividade	172
CAPÍTULO SETE.....	173
As Estratégias Fundiárias	173
Práticas Coletivas.....	173
a) As Comissões	174
b) A Associação dos Pequenos Produtores Assentados da Fazenda Barreiro.....	175
c) Análise estatística referente às estratégias fundiárias	180
CAPÍTULO OITO.....	187
As Estratégias Familiares	187
As Práticas Sociais e Educativas	187
a) O projeto de futuro familiar.....	187
a.1) As estratégias de reprodução social das famílias	187
a.2) O processo de sucessão.....	190
a.3) A importância e fortalecimento dos laços familiares e de amizade como fator de fixação dos grupos familiares no local	191
a.4) inserção dos assentados na sociedade global.....	194
b) O projeto de educação (de jovens e adultos) como fator de resistência e reprodução social.....	197
b.1) O projeto educativo e profissionalização dos filhos	197
c) Análise estatística referente às estratégias familiares.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
ANEXOS	241

LISTA DE FIGURAS

1 - Mapa do Estado de Minas Geral.....	78
2 - Mapa do Estado de Minas Gerais, focalizando os projetos de assentamento do Estado até março de 1998	93
3 - Mapa do Triângulo Mineiro.....	94
4 - Mapa do Assentamento Fazenda Barreiro, com a atual divisão dos lotes.....	118
5 - Causas da diferenciação social	138
6 - Tipos de habitação.....	139
7 - Tipos de piso.....	140
8 - Postura em relação às assembléias	179
9 - Número ideal de filhos por família.....	188
10 - Ideal para os filhos que se casam.....	189
11 - Procedência dos assentados	193
12 - Atualização sobre os preços dos produtos.....	195

LISTA DE FOTOS

Capa – Diferentes estratégias produtivas (tradicional e moderna) utilizadas pelas famílias no Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	
Foto 1 - Vista de um dos lotes do Assentamento Fazenda Barreiro, com destaque para o tanque de peixes, 1997.....	120
Foto 2 – Hortaliça, Fazenda Barreiro, 1997	147
Foto 3 -. Fábrica artesanal de fabricação de farinha e polvilho, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	148
Foto 4 - Produção de uva, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	149
Foto 5 -. Produção comercial de algodão, 1999.....	150
Foto 6 -. Exemplos da produção de quintal, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	151
Foto 7 -. Pesque-pague em construção, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.....	153
Foto 8 -. Produção leiteira, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.....	154
Foto 9 -. Reunião da Associação dos Pequenos Produtores, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	175
Foto 10 -. Uma das estradas que cortam o Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.....	177
Foto 11 -. Alunos em frente a uma das primeiras escolas do Assentamento Fazenda	

Barreiro, 1995	199
Foto 12 - Atual escola do Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	201

LISTA DE QUADROS

1 - Síntese dos principais fatos relacionados ao sindicalismo rural em Minas Gerais após 1964	82
2 - Síntese dos movimentos sociais rurais nas regiões do Sudoeste e Triângulo Mineiro, 1980/85	88

LISTA DE TABELAS

1 - Divisão de tarefas (%) de acordo com o grupo doméstico. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	135
2 - Divisão de tarefas por sexo. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	135
3 - A família no processo produtivo. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.....	136
4 - Atividade anterior dos assentados. Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.....	144
5 - Indicadores sócio-econômicos (%). Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	146
6 - Pluriatividade das famílias assentadas. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.....	168
7 - Atividade anterior dos assentados e origem da renda externa. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	170
8 - Estado civil dos assentados (%). Assentamento Fazenda Barreiro, 1997	189
9 - Processo de sucessão. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.....	191
10 - Atividades externas, sociais e de lazer das famílias assentadas. Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.....	194
11 - Projeto familiar para a educação e profissionalização dos filhos. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.....	200
12 - Profissão desejada para os filhos (%). Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	201
13 - Nível de escolarização (%). Assentamento Fazenda Barreiro, 1999	203

LISTA DE SIGLAS

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACA - Associação Cáritas
APR - Animação Pastoral Rural
APPRFB - Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Barreiro
ARF - Association des Ruralistes Français
ASSPEP - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Fruta d'Anta
BAT - Bolsa de Arrendamento de Terras
CAI - Complexo Agro-Industrial
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e Caribe
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COC - Círculos Operários Cristãos
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONCLAT - Congresso das Classes Trabalhadoras
CONSIR - Comissão Nacional do Sindicalizado Rural
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRB - Confederação Rural Brasileira
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF - Instituto Estadual de Florestas (de Minas Gerais)
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MARA - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MASTES - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Sudoeste do Parana
MASTRO - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do oeste do Parana
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MLTR – Movimento de Luta dos Trabalhadores Rurais
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTOSP - Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de Sao Paulo
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MSTS - Movimento dos Sem-Terra de Sumaré
PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI - Programa de Crédito Integrado do Cerrado
PEA - População Economicamente Ativa
PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD – Proqramama das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PÓLOCENTRO - Pólo de Desenvolvimento do Brasil Central
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL - Programa de Assistência Previdenciária ao Trabalhador do Campo
SAU - Surface Agricole Utile (Superfície Agrícola Útil)

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

RESUMO

Esta tese tem como objetivo situar a produção familiar em um espaço de reprodução familiar específico, o assentamento de reforma agrária e analisar suas estratégias de adaptação e reprodução social inseridas nesse quadro. O ator social - o assentado - é visto aqui como um novo produtor rural, guardadas suas especificidades frente ao que se pode chamar de produtor familiar tradicional, uma vez que, entre outros fatores diferenciadores, tem acesso à terra, passando pelo estágio dos movimentos sociais rurais, o que lhe confere uma postura distinta (de reivindicação, organização, crédito e produção) frente à produção familiar tradicional.

A produção familiar é aqui referenciada a partir de sua contextualização histórica, tomando-se como enfoque de sua trajetória estudos clássicos e contemporâneos sobre o campesinato, necessários para a apreensão das várias situações e abordagens teóricas que cobrem as análises dessa categoria até os dias de hoje.

As estratégias de sobrevivência das famílias assentadas são observadas à luz de decisões, voltadas para a gestão do lote em termos econômicos, e sociais, e como uma das estratégias de sobrevivência, é inserida a discussão sobre a pluriatividade entre produtores familiares, tomando-se como referencial teórico estudos desenvolvidos desde a década de 60 na zona rural francesa, e como esse fato tem se apresentado na situação da produção familiar brasileira e especificamente, entre os assentados. Estes são aqui configurados como um novo produtor rural, partindo do pressuposto de que se trata de uma categoria "em construção". Essa asserção pressupõe a idéia de processo, uma vez que o assentado, estabelecido em um contexto diverso, busca um ajustamento - do ponto de vista de estratégia adaptativa - entre o que deixou para trás, um modo de ser muitas vezes ordenado pela tradição (passado agrário, saberes e costumes, autoconsumo, entre outras) e uma outra situação com a qual passa a conviver, como inserção competitiva no mercado, uso de tecnologia e novas formas de gestão.

RESUME

La présente thèse de Doctorat a comme objectif de situer l'exploitation familiale dans un espace de reproduction familiale spécifique, "l'assentamento" de réforme agraire, et d'analyser ses stratégies d'adaptation et de reproduction sociale dans ce cadre. L'acteur social – "l'assentado" – est vu ici comme un nouvel exploitant qui présente certaines spécificités par rapport à celui qu'on peut appeler l'exploitant familial traditionnel, entre autres l'accès à la terre – "assentamento" – a partir des mouvements sociaux ruraux, ce qui lui confère une position distincte (de revendication, d'organisation, de crédit et de production) par rapport à l'exploitation familiale traditionnelle.

L'exploitation familiale est présentée à partir de son contexte historique, et on prend comme analyse de sa trajectoire les études classiques et contemporaines sur la paysannerie, qui sont nécessaires pour l'appréhension des situations, et les approches théoriques sur cette catégorie jusqu'à aujourd'hui.

Les stratégies de survie des familles sont vues à partir des décisions de gestion de l'exploitation en termes productifs, économiques, éducatifs et sociaux. La discussion sur la pluriactivité parmi les familles agricoles est présentée, à partir du référentiel théorique sur les études menées depuis les années 60 dans la campagne française, comme faisant partie de cette stratégie de survie, avant d'analyser comment cette situation se présente dans le cas de l'exploitation familiale brésilienne, plus particulièrement parmi "l'assentado", considéré comme un nouvel exploitant. Cette catégorie "en construction" est soutenue par l'idée de processus, et dans cette situation, institue un ajustement, comme une stratégie d'adaptation, entre son passé traditionnel et une autre situation: nouvelles pratiques de gestion, proximité avec le marché et la technologie.

ABSTRACT

The subject of this work is to present the family production within an specific framework of social reproduction - the “assentamento” of the Brazilian agrarian reform project - and to analyse the strategies of adaptation and social reproduction in this case. The social actor - the “assentado” - is here seen as a new family farmer, since he accessesses the land, - the “assentamento” - among other differentiated factors, through the national rural social movements, which place him in a different position, in terms of claims of organization, political, credit and production orders.

The structure of the family production is here referred to its historical contextualization, as both the classical and contemporary studies about peasantry are explored as the necessary topics to the comprehension of some situations and theoretical issues of this category until nowadays. Also, the social and economic strategies the family producers put in practice in order of meet their needs are analysed.

The discussion concerned the pluriactivity is placed getting as a theoretical issue studies developed since the 60's among the French family farmers and how this fact has been presented in the Brazilian structure, specially among the “assentados”, considered as a new family farmer This category “in construction” is supported by an idea of process. The “assentado”, in this context, searches for an adjustment between his past (traditional) and one other situation: new practices of management, closer connection with the market and technology.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de realizar uma análise sobre as estratégias de adaptação e reprodução social de grupos familiares de produção em assentamentos rurais. Tomou-se por base o estudo de um assentamento rural de reforma agrária, denominado Fazenda Barreiro, situado na microregião do Pontal do Triângulo Mineiro, especificamente no município de Limeira d'Oeste, Estado de Minas Gerais.

O quadro agrário do Estado de Minas Gerais vem, há alguns anos, passando por grande transformação social. Algumas regiões, como o Noroeste e, mais recentemente, o Triângulo Mineiro, mostram alterações em sua estrutura fundiária, modificada através de lutas pela posse da terra, resultando na implantação de assentamentos de reforma agrária.

O local da pesquisa situa-se no município de Limeira d'Oeste, antigo distrito de Iturama. A passagem da situação de distrito para município teve influência marcante do assentamento Fazenda Barreiro, que atualmente responde por grande parte da produção do município, sendo a agropecuária a principal base de sustentação do mesmo.

A produção familiar é aqui investigada tomando-se como ponto de partida categorias teóricas¹ que orientam a pesquisa empírica, em especial as estratégias² de reprodução social (no sentido de adaptação, mudança) desenvolvidas pelas famílias assentadas como: decisão, diversificação da produção, pluriatividade, projeto de futuro familiar, bem como suas práticas. adaptação, mudança, sendo a

O ator social é o assentado, visto como um novo produtor familiar rural, analisado como uma categoria "em construção", pelos seguintes motivos:

- Primeiro, por sua situação específica, incluído no quadro de assentamento rural, a partir de sua trajetória de luta, mobilização e práticas de organização, engajamento político,

¹ A base teórica sobre as quais essas categorias estão amparadas é fundamentada pelos trabalhos de Touraine, A (1978), Lamarche, H. (1984; Coord. 1993-1994 -).

² De acordo com Antuniassi et al. (1993, p. 126), "a noção de estratégia tem sido utilizada com freqüência na literatura sociológica, às vezes de modo bastante impreciso, outras em sentido muito restrito, como práticas econômicas orientadas para a maximização de lucros. Daí a necessidade de definir o que se entende por estratégia. (...) No caso dos trabalhadores rurais [do assentamento] de Monte Alegre, o que caracteriza suas estratégias como produtores é a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência. A análise, em termos de estratégias, pressupõe uma dimensão temporal, isto é, para entender as ações do agente social e as suas circunstâncias é necessário conhecer o seu passado e suas raízes sociais. A capacidade de lidar com os vários elementos da situação em que se encontra está diretamente relacionada com a origem social, com a parcela de capital econômico, social, cultural e simbólico adquirida. Reconstituir as estratégias implica conhecer a trajetória expressa, portanto, a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às

experiências coletivas. Essas características acabam por influenciar os processos decisórios com relação à gestão da propriedade. Nessa configuração, são levados a se organizarem como grupo de assentados (associação para obtenção de crédito), primeiro passo para a consolidação produtiva e viabilização econômica do assentamento. São enfocadas duas formas diferenciadas de gestão, uma coletiva e outra individual, onde as decisões tomadas pelo grupo familiar ganham espaço.

- Segundo, seu acesso à terra é um diferenciador: a terra não foi adquirida por compra (há algumas poucas exceções), tampouco faz parte de um patrimônio familiar, adquirida por herança, mas sim obtida através de um longo processo de luta e de mobilização.

- Terceiro: muitos assentados, agora produtores rurais, tiveram que se adaptar ao novo "metier": são os que procedem do meio urbano, e agora, a vida no assentamento lhes exige um reajustamento à situação rural.

- Quarto: origem rural ou urbana, todos têm em comum a importância da terra conquistada. Sua sobrevivência e permanência nesse meio reclamam por determinadas estratégias nem sempre encontradas no trabalho agrícola. Ultrapassar as "barreiras" dos que visionam o assentamento rural como um primado do agrícola, é outra dificuldade que têm que enfrentar.

- Por fim, a trajetória vivida por essas famílias largamente amparadas pelo grupo coletivo vitalizado pelo debate, organização, negociação, mobilização, cedo leva-as a tomar consciência que um dos pilares que sustenta o projeto de vida familiar é a educação e a profissionalização dos filhos.

É, portanto, em meio a essa situação que podem ser ressaltados os objetivos deste trabalho, tais como:

Verificar quais são as estratégias de adaptação e reprodução social das famílias de produtores rurais assentados.

1- A gestão da produção: quais as práticas coletivas que influenciaram no comportamento e nas decisões relacionadas:

a) à família;

b) às experiências de organização (comissões, associação, cooperativa).

Como são tomadas as decisões no quadro familiar no sentido de dirigir a gestão do lote com a finalidade de permanecer na terra; qual a representatividade da associação no universo das tomadas de decisão das famílias.

2 - Diversificação da Produção: quais as práticas econômicas relacionadas:

a) à produção;

estratégias, tal como relatado pelos assentados quando contam a história de suas vidas".

b) à comercialização;

c) à gestão;

3 - Pluriatividade: quais as práticas sócio-econômicas relacionadas ao desenvolvimento de atividades não agrícolas; dentro das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar, qual a importância da diversificação de atividades e da pluriatividade.

Especificamente,

a) caracterizou-se os movimentos sociais rurais em Minas Gerais, destacando-se sua importância para a contextualização da análise das estratégias de sobrevivência das famílias assentadas.

b) buscou-se saber como as novas configurações da dinâmica familiar (a família e suas modificações internas; as relações família/empresa agrícola e/ou rural; as relações família/trabalho; as relações com o mercado) vão alterar suas estratégias de reestruturação/reprodução e influenciar as tomadas de decisão no seio da família.

c) pretendeu-se analisar esse novo contexto da pequena produção familiar no quadro dos assentamentos rurais de reforma agrária, a partir da diversificação das atividades agrícolas inseridas, tomando-se a pluriatividade como um viés dessa discussão.

d) a partir da análise da trajetória das famílias assentadas, de suas histórias de vida, verificou-se seu objetivo em relação à terra – o ponto de vista do assentado:

* o da exploração agrícola, a sobrevivência somente a partir das atividades agrícolas e que estratégias desenvolvem para realizá-lo; nesse sentido, existe um projeto para a reprodução da exploração agrícola familiar?

* o da sobrevivência, e nesse caso, a dedicação a outras atividades paralelas às agrícolas, que garante a reprodução do grupo familiar (não descartando aqui, para isso, a possibilidade de deslocamento para outro lugar, outra região, e mesmo uma mudança de atividade).

A Construção do Objeto de Estudo

A produção familiar continua sendo responsável por grande parte da produção agrícola brasileira. Sua principal característica baseia-se em dois princípios básicos, que são: mão-de-obra familiar e acesso à terra, bem como aos meios técnicos necessários à produção, sendo um de seus pilares a íntima relação entre propriedade e trabalho (Lamarche., op. cit., p. 15), além da diversificação das culturas, cujo excedente é, na maioria das vezes, destinado ao mercado.

Segundo Wanderley (1994), é justamente essa diversidade de culturas que assegura

o equilíbrio alimentar da família, além de garantir a ocupação da mão-de-obra familiar no decorrer do ano. Nesse ponto, ressalta-se a grande importância dada à agricultura familiar que é a questão do equilíbrio alimentar da família, exposto por Chayanov (1966).

Embora certos autores, como Mendras (1984) tenham preconizado o fim dos camponeses, sua força pode ser notada ainda nos dias de hoje como uma grande reserva não só da produção de alimentos básicos (como arroz, feijão, mandioca e milho). No caso do Brasil, também a produção desses itens e de outros, como de fibras (algodão), encontra-se nas mãos de pequenos produtores familiares. Aqui, de grande importância foram os estudos de caso desenvolvidos nessa área, principalmente nos anos 70, no sentido de levantar aspectos da agricultura familiar, em diferentes regiões, colocando em foco suas especificidades.

Atualmente, as referências a esse setor não podem basear-se somente naqueles agricultores que mantêm um nível de produção pautado em técnicas tradicionais, afastados do processo de modernização. Pesquisas nacionais e internacionais, como as realizadas por Lamarche (op. cit.), localizam a produção familiar hoje em níveis de tecnificação bastante avançados, podendo o produtor familiar, mesmo com mão-de-obra reduzida, produzir para o mercado de forma competitiva. Suas pesquisas baseiam-se principalmente em estudos da agricultura familiar em vários países,³ cujo foco é direcionado para algumas particularidades, como subjetividade, heterogeneidade, cultura, analisando essa realidade como um processo. Por isso, o referencial é pertinente para pensar a agricultura familiar hoje.

As transformações pelas quais passou a agricultura, tanto nos países desenvolvidos como no Brasil, servem de apoio para reflexões sobre a produção familiar, vendo-a não somente à luz de análises puramente econômicas. Queiroz (1963/1973) foi uma das primeiras a se preocupar com a importância de estudá-la através de sua "identidade social", das relações sociais e não apenas em seu sentido econômico.

Com a modernização da agricultura, esse setor sofre alterações, sendo levado a desenvolver estratégias de permanência - de reprodução social, adaptação e reestruturação frente à nova situação. Uma delas diz respeito à família e à importância do trabalho familiar. Mas não somente ao que se refere à mão-de-obra, mas também às decisões que são tomadas no interior da família, à diversificação da produção, ao desenvolvimento de atividades não agrícolas paralelamente ao trabalho realizado na agricultura e ao projeto familiar.

Visto como um referencial fundamental para o funcionamento dessa unidade de

³ As pesquisas mencionadas foram realizadas no Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia.

produção, a família forma a base de sustentação dessa categoria (desse grupo social), sendo seu funcionamento amplamente discutido por Chayanov, principalmente no que diz respeito à diferenciação demográfica, à "dinâmica familiar". Esta não permanece a mesma ao longo do tempo, pois no início de sua existência, o grupo familiar ancora-se apenas em um casal e assim permanece até que os filhos tenham idade suficiente para auxiliá-lo. A saída dos filhos da propriedade por ocasião da formação de suas próprias famílias, assim como o casal em idade senil, cuja força de trabalho diminui, alteram o ritmo de trabalho da família no decorrer do tempo. Uma parte importante das decisões tomadas no interior da família, bem como a "avaliação subjetiva da auto-exploração" são feitas observando-se essa "mobilidade interna da família".

Nesse contexto de transformações, surge a produção familiar inserida em um novo contexto (embora mantendo certas características específicas - trabalho familiar e acesso à terra) dentro desse projeto de produção voltado para o mercado. A diferença entre os camponeses e os agricultores é a modernização destes e de suas explorações agrícolas, sua integração ao mercado, uso de tecnologia, uma mudança, enfim, no modo de vida dos indivíduos e suas famílias, impelida não só pela modernização, mas também pelas necessidades da sociedade global, no sentido de suprir as necessidades alimentares, de mercado, de produção, de exportação. Tanto na sociedade francesa como na européia, há uma lógica evolutiva que mostra essa transformação, a passagem de uma sociedade camponesa para uma sociedade de agricultores. Pode-se observar isso em Mendras (1991).

A modernização da agricultura não se fez a partir de um único tipo de agricultor, mas sim, de vários tipos de agricultores, encontrados nas explorações agrícolas familiares. De acordo com Lamarche (op. cit.), a agricultura familiar não é um tipo social em evolução, está em todos os lugares onde a família tem um papel fundamental. Pode ser encontrada sob a forma muito próxima ao modelo camponês ou, ao contrário, bastante integrada ao mercado, ligando-se, dessa forma, a um outro conceito, ao de empresa. Esse último, muito particular, utiliza tecnologia, tem relação com o mercado, com a família e com a terra. Há ainda um outro modelo, o Alternativo, que define-se pela ideologia e pela lógica cada vez menos familiar, onde as relações de patrimônio e de trabalho não se fundam mais sobre a família, e sim, sobre um modelo alternativo de produção, cuja base está no trabalho assalariado, encontrando-se, assim, mais independente do mercado.

No sentido de analisar a agricultura atual, é importante posicioná-la em relação ao papel da industrialização, que por sua vez relaciona-se à questão do emprego e seu impacto sobre o trabalho (busca de mão-de-obra no campo, para suprir as necessidades da

indústria); migração rural-urbano; desemprego; exclusão, etc., além do que o modelo preconizado hoje na agricultura, via modernização, utiliza cada vez menos trabalhadores (mecanização da agricultura; busca de mão-de-obra especializada).

Os produtores familiares brasileiros ligam-se, antes de tudo, à família, à idéia da exploração agrícola (não à materialidade da terra, no sentido antropológico, de bem herdado, a ser conservado e transmitido das tradições culturais e todo o significado do camponês clássico). Assim, a terra significa um bem que, se necessário, dela podem se despojar, assim como podem transferir-se com a família para uma outra região, para explorar a terra em outro lugar, se isso realmente significar uma compensação, seja em termos de acumulação financeira ou fundiária, seja em termos de sua reprodução social, significando isso que haveria, entre esses produtores familiares, uma maior mobilidade. Ou seja, o importante é a satisfação da lógica familiar, estar bem na exploração que acumulam, não importando se para isso devam se transferir para outro local, pois o que importa não é a reprodução da exploração agrícola, mas a reprodução da família. Deve-se levar em conta, no entanto, as singularidades históricas desse produtor familiar no que se refere à lógica de reprodução familiar, dada sua trajetória muitas vezes de migrantes. Esse aparente desprendimento não significa, necessariamente, uma desvalorização do local ou de sua comunidade, mas uma busca permanente desse espaço.

No caso particular dos assentamentos rurais de reforma agrária, estes serão compreendidos a partir da análise da produção familiar.

No decorrer do trabalho, são utilizadas categorias de análise, cuja orientação teórica é conduzida pela abordagem de autores, pilares centrais da discussão sociológica no campo da produção familiar. Para a abordagem da noção de produção familiar, contextualizada aqui a partir de um assentamento rural de reforma agrária, é necessário nortear determinadas discussões por onde se dirige o debate: os processos decisórios, a gestão da unidade de produção; a racionalidade econômica;⁴ a opção por certas mudanças; a família, sua importância indissociável desse espaço de produção e reprodução social e a caracterização

⁴ Sobre a discussão da racionalidade econômica, temos o posicionamento de Habermas, J. (*Théorie de l'Agir Communicationnel. Tome I – Rationalité de l'agir et rationalization de la société*. Paris, Fayard, 1987), para quem a racionalidade econômica pode ser tomada como um cálculo estratégico entre meios e fins visando a maximização dos lucros. Segundo esse autor, *"todas as vezes que empregamos a expressão "racional", supomos uma relação estreita entre racionalidade e saber (...). Podem ser mais ou menos racionais as pessoas que dispõem de um saber, e as expressões simbólicas, de linguagem ou não, comunicacionais ou não, que incorporam um saber (p. 24). Em resumo, compreendemos a racionalidade como uma disposição própria aos sujeitos capazes de falar e de agir"*. Ver também Weber, M. *Economia e Sociedade*, 1972.

desses grupos domésticos; os movimentos sociais aos quais os atores sociais estão ligados, por sua trajetória de vida, trabalho e participação política; os próprios atores sociais⁵ dessa busca e vivência da historicidade desse dado contexto social, suas trajetórias e conflitos.⁶

Depois de colocadas as situações que permeiam o contexto dos agentes sociais em nível macro-social, a análise parte para focalizar os aspectos micro das unidades de produção – **a família, o grupo doméstico** (a família extensa, diferente da família nuclear, conjugal). A abordagem da família, não tomada aqui como categoria de análise, mas como parte indissociável de uma categoria mais ampla – a unidade de produção familiar – é caracterizada no decorrer do trabalho como elo fundamental que permite a manutenção e reprodução desse sistema de produção. Para sua melhor identificação, é tomada a caracterização feita por Barthez (1982), para quem a definição familiar da unidade de produção agrícola não é dada a partir das relações de produção salarizadas ou a partir da concentração dos meios de produção nas mãos de um patrão ou da separação do trabalhador de seus meios de produção. Tal unidade de produção é caracterizada pela exploração agrícola ou a exploração familiar, não passando de 2 ou 3 pessoas unidas por laços de parentesco, o casal e seus filhos, não se dissociando a lógica da unidade de produção e seu funcionamento, da família: *"a unidade de produção é uma família"*⁷

"Na unidade de produção familiar, o trabalho é efetuado por um grupo de indivíduos que não estão reunidos segundo uma lógica de engajamento e de seleção a partir de um mercado de trabalho, mas segundo uma lógica de desenvolvimento da família. O grupo que trabalha nessa unidade de produção agrícola não resulta da iniciativa de um chefe (de um patrão) que recruta e cria uma equipe; ele é relativo à existência de uma família com certas características demográficas e sociais de fecundidade, de sexo e idade, de coabitação entre as gerações. O funcionamento dessa 'equipe de trabalho' não pode se referir às condições guiando as relações entre empregadores e empregados, mas a um código de relações familiares: aqui, os trabalhadores são os esposos, os pais, as crianças. O grupo de trabalho se constitui pelo casamento e nascimento dos filhos de onde a inquietude suscitada pelo êxodo dos jovens e o celibato na agricultura, um tido como não renovação do grupo de trabalho, deixando a unidade sem sucessor e o outro como a impossibilidade mesma desse grupo familiar como unidade de produção" (p. 11/12).

⁵ "Ele (o ator) ocupa uma posição social em um sistema de organização social e cultural que funciona segundo as regras e preenche as funções instrumentais; ele participa menos individualmente aos mecanismos pelos quais uma sociedade se adapta às mudanças de ordem interna ou externa; enfim, ele toma parte mais coletivamente ainda nos dramas da história, do conflito, pela direção da historicidade, da produção da sociedade por ela mesma" (Touraine, 1978, p. 84).

⁶ Cada um desses pontos será analisado mais detidamente em capítulos posteriores.

⁷ Barthez, op. cit., p. 9-11.

Ressalta-se que, além desses aspectos tradicionalmente definidores da família dita tradicional, a família hoje deve ser analisada não somente como a família tradicional, posto que sua configuração, enquanto grupo doméstico (o conhecido termo inglês *household* ou o francês *groupe domestique* para grupo de residência e grupo de consumo), vem assumindo outras configurações – *"abordar a família sob o ângulo do grupo doméstico, entre as diversas pessoas que o compõem"*, *permite analisar a família sob vários aspectos e arranjos observados em contextos diversos*". O grupo doméstico *"é um conjunto de pessoas que compartilham um mesmo espaço de vida: a noção de co-habitação, de residência. Esse espaço de vida pode ser um espaço de trabalho e de produção"*⁸.

Com base nesses pressupostos teóricos, é apresentada a seguir a metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

METODOLOGIA

Os Procedimentos de Pesquisa

Durante o processo de pesquisa, tanto os métodos quantitativos como os qualitativos ganharam espaço com a finalidade de poder utilizar-se de um conjunto o mais amplo possível de análise. Como é freqüente nas ciências sociais, o método qualitativo é o mais visado, no entanto é justamente no meio sociológico onde podemos encontrar uma maior variedade de utilização de métodos, podendo falar, de acordo com Boudon (1980), não de um método sociológico, mas de métodos de sociologia.

Observação Direta Intensiva (Duverger, 1964):

Se a observação direta extensiva é utilizada para populações numerosas, a observação direta intensiva é recomendada para grupos menores, quando captados por métodos como questionários, entrevistas gravadas e podem ser precisados através da observação durante a pesquisa de campo para posterior análise. O registro diário das observações (diário de campo) é importante no sentido de não deixar fugir observações captadas durante a pesquisa de campo.

Através de enquetes por sondagem, estudou-se uma amostra de uma dada comunidade, no sentido de, a posteriori, poder se estender as conclusões que se chegou ao conjunto da comunidade estudada. Essa técnica consiste em interrogar uma amostra que

⁸ Segalem, 1981, p. 15/16.

seja considerada como representativa da população a investigar (amostragem); a interrogação dessa população (a enquete propriamente dita); a exploração dos resultados da enquete.

A determinação da amostra teve como procedimento o método probabilístico, onde a amostra é determinada pelo acaso, sendo os interrogados tirados à sorte. No caso desse repertório da população sondada, tomou-se o mapa geral do assentamento, com a numeração dos lotes, seguindo um intervalo mais ou menos regular entre eles, definindo as "unidades-áreas", ou seja, as famílias a serem entrevistadas (50 famílias).

Procedimento comum à observação intensiva e extensiva, às entrevistas foram deixadas as questões abertas não permitidas nos questionários, ou seja, os depoimentos. De acordo com as técnicas de entrevistas prescritas pela metodologia, é essencial a confiança do sujeito junto ao entrevistador, sendo recomendado que este seja, no momento das entrevistas, conhecido da comunidade em questão. Daí ter sido a etapa das entrevistas deixada por último.

Os Métodos de Interrogação - Entrevistas, Depoimentos e Histórias de Vida.

Com o objetivo de resgatar a trajetória de vida das famílias, foi utilizada a técnica de depoimentos. É importante fazer a distinção entre essa última técnica e a de histórias de vida. Segundo Haguette (1987), essa técnica preocupa-se com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. As histórias de vida foram coletadas a partir da seleção das pessoas do universo pesquisado, a partir de critérios como: liderança; moradores mais idosos e com mais tempo no local, participação desde o início do movimento social que deu origem ao assentamento, antigos posseiros, testemunhas de fatos importantes ocorridos durante a ocupação do assentamento e durante o acampamento. Nesse técnica, é importante deixar a pessoa falar para depois complementar sua fala com questões que deixaram de ser mencionadas. É importante o registro imediato dos dados, portanto a utilização da gravação, aliada às anotações, evitando a interrupção da fala do entrevistado (Nogueira, 1977).

Paralelamente, foi utilizada a técnica do relato oral, sob a forma de depoimentos, escolhido por ser uma forma ampla de obtenção de informações que *"antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber"* (Queiroz, 1969, p. 16). Não se pode confundir essa coleta de depoimentos com histórias de vida. A primeira refere-se a um número grande de indivíduos entrevistados, individual ou coletivamente, levados a narrar fatos conduzidos pela intervenção do pesquisador. Dado o caráter das entrevistas, os depoimentos poderão

ser coletados em alguns contatos, conduzindo o processo. Nas histórias de vida, por sua vez, além de necessitarem um tempo maior de contato com o entrevistado, os depoimentos, nesse caso, não se esgotam em uma ou duas visitas, o narrador é deixado falar, sem interferência do pesquisador. Além disso, nas histórias de vida, quem decide o que narrar é o próprio narrador.

Utilizou-se, portanto, o depoimento oral para a análise da trajetória das famílias, tanto das que já habitavam o local antes da efetivação do assentamento, como posseiros e como daquelas que chegaram no momento do acampamento. Entre as questões propostas para que sobre elas discorressem, estão a importância e significado da terra conquistada; se o objetivo é a exploração agrícola ou estão ali somente pela sobrevivência; se ter terra é igual a sobreviver, logo o objeto não é exatamente o de implementar a produção agrícola, pois para sobreviver pode significar também a possibilidade de desenvolver outras atividades; se almejam algum tipo de acumulação; se visam o mercado; se contam com o fator de mudança, com a possibilidade de deixar tudo e ir para outro lugar; se imaginam dedicar-se a outras atividades paralelas às atividades agrícolas; qual o caminho que estão buscando para sua reprodução social? Possuem um projeto de vida familiar? Entre os assentados, alguns podem querer organizar suas estratégias no sentido de serem essencialmente agricultores, cujos objetivos são viver das atividades agrícolas; outros, ao contrário, podem não seguir esse caminho, baseando suas atividades não necessariamente dentro do quadro agrícola.

A recuperação da história do assentamento é importante para a compreensão do passado das famílias, da sua história de migrantes, seja do rural, seja do urbano, de luta coletiva ou não, da organização do trabalho, de luta, enfim, da memória coletiva (de onde vêm, quais são suas trajetórias individuais, suas atividades anteriores - rurais ou não, agrícolas ou não), que representa um papel importante no quadro de suas reivindicações, de seus projetos. Foi utilizada juntamente com a aplicação dos questionários. A forma de coleta de dados orais foi feita através de entrevistas, mantendo-se, na transcrição das falas dos entrevistados, os registros originais. Este material, mais tarde trabalhado pelo pesquisador, foi selecionado de acordo com os objetivos previamente fixados, destacando determinados tópicos de acordo com os objetivos do trabalho.

Diferentemente do questionário, que seguiu a técnica da escolha aleatória para os entrevistados, a coleta dos depoimentos seguiu os seguintes critérios:

- entrevistas com lideranças (locais; da associação; dos movimentos sociais rurais locais, regionais e estaduais; de formação de opinião);
- agrônomos, antigos e atuais extensionistas da EMATER/Limeira d'Oeste, que trabalharam

e trabalham no assentamento;

- antigos posseiros da Fazenda Barreiro;
- os moradores mais idosos do local;
- os que estiveram presentes nos momentos decisivos tanto durante o período do assentamento como do período anterior, o do acampamento;
- prefeito;
- administrativos do INCRA.

Para a preparação do questionário, optou-se por questões fechadas (o sujeito a quem se dirige não pode responder mais que sim ou não) e de múltiplas escolhas (asseguram uma interpretação e codificação igualmente fáceis, limitando os riscos de uma interpretação pessoal).

A pesquisa de campo desenvolveu-se a partir de três momentos específicos, ao longo dos anos 1995/97/99.

I - A primeira viagem a campo ocorreu no início de 1995, entre os meses de janeiro e fevereiro. Até então, todo o contato com o assentamento havia sido feito através de documentos encontrados no INCRA/BH, de artigos gerais sobre os assentamentos de Minas Gerais e alguns contatos telefônicos e troca de correspondência com a EMATER de Limeira d'Oeste e a Associação dos Pequenos Produtores Assentados da Fazenda Barreiro. Portanto, a primeira visita foi mesmo um primeiro contato, de observação, sem intenção de entrevistar diretamente os assentados, pois não se havia pensado ainda na confecção do questionário. Nessa fase, após 15 dias de campo, foram realizadas algumas gravações de depoimentos com o líder da Associação e entrevistas com o agrônomo e assistente social da EMATER. A maior parte do tempo transcorreu por conta de visitas informais às famílias, no intuito de fazer um mapeamento geral da área e firmar um primeiro contato. Nessa etapa o diário de campo foi utilizado como um dos instrumentos para o registro da observação cotidiana, de muita utilidade para posterior análise.

II - Entre julho e agosto de 1997, realizou-se um trabalho de campo durante 22 dias no assentamento. Após a reelaboração do projeto de pesquisa e confiando já estar com a problemática amadurecida, foi confeccionado o questionário, partindo-se das questões propostas nos objetivos do projeto. Contando o assentamento com 131 famílias, a idéia inicial era entrevistar todas, propósito não alcançado no decorrer do trabalho. Vários contratemplos, entre eles a dificuldade de deslocamento em uma área de 2630 hectares e o grande tempo dispensado a cada entrevista, forçaram o recolhimento de 50 entrevistas.

Para a escolha das famílias entrevistadas, tomou-se o mapa do assentamento, com a

devida divisão dos lotes e, através de escolha aleatória, foram selecionadas 50 famílias para entrevistas. Nesse período foram entrevistados, na EMATER de Iturama, antigos agentes da EMATER que ocuparam cargos em Limeira d'Oeste desde o período inicial do assentamento até 1995.

III - Uma terceira visita a campo foi realizada no final de agosto de 1997, para a realização das entrevistas restantes, entre elas com um dos primeiros agrônomos a trabalhar no assentamento. Nesse período estava sendo inaugurado o Núcleo Educacional do assentamento, com ampliação da antiga área reservada à escola para receber alunos até a 8ª série. Foi inaugurada também uma ponte de concreto em uma das várias estradas que cortam o assentamento, facilitando e melhorando o transporte na área. Esses dois eventos reuniram políticos locais e regionais, funcionários do INCRA/BH, bem como lideranças dos movimentos sociais rurais locais vindas de acampamentos na região, o que possibilitou a complementação da coleta de dados junto a alguns agentes municipais e estaduais.

Em novembro do mesmo ano foi realizada uma viagem a Belo Horizonte para recolher entrevistas com o Superintendente do INCRA/SRMG, MST/M.G., FETAEMG, lideranças de movimentos sociais rurais e coleta de material bibliográfico (documentos, teses, artigos) na Universidade Federal de Minas Gerais.

Aporte Teórico-Metodológico

As diversas formas sociais de produção levam à necessidade de utilização de um caminho metodológico bem delineado, que possa dar conta, com maior segurança, da análise de dados observados em campo. Tanto modelos amplos e genéricos, quanto modelos fortemente restritivos, podem configurar um quadro da pequena produção distorcido da realidade. O quadro agrícola atual tem revelado, através de inúmeras pesquisas, que a transformação econômica e social pela qual vem passando a agricultura deve ser tratada em termos de uma abordagem que indique sua pluralidade. Como ressalta Lamarche (Coord., 1993), não basta saber a superfície de terra cultivada por um agricultor, mas também a relação que ele tem com este recurso natural - patrimônio, especulação, ferramenta de produção, local de *status* profissional, valendo também para as aproximações técnica e financeira. Por isso, levanta a importância de uma metodologia interdisciplinar, onde trabalham juntas economia, sociologia e agronomia, ressaltando que o modo de funcionamento das propriedades deve ser entendido no sentido de reprodução social, sempre considerando a representação de valores. Esta proposta teórico-metodológica foi escolhida por procurar definir a multiplicidade de realidades apresentadas, permitindo

examinar a dinâmica das diferentes trajetórias, a partir da teoria sócio-antropológica. Esse tipo de análise permite observar aspectos da produção familiar quanto às suas estratégias de reprodução social e reestruturação em um espaço delimitado: o assentamento rural. Considerado como um espaço "criado", nele reunido grupos familiares de diferentes origens e com distintas trajetórias, ali é possível observar a dinâmica social dessas famílias, diferentemente de um quadro da produção familiar exterior a essa situação. Verificar o que determina as diferentes realidades, as diferentes trajetórias ou o que determina a escolha por determinado caminho de desenvolvimento e como se distinguem, torna-se um dos pontos de discussão desse trabalho. As relações de trabalho, os sistemas de valor e de representação, a percepção de risco, a identidade social e profissional, as formas de gestão serão vistos à luz das lógicas produtivas, fundiárias e familiares:

As Lógicas Produtivas

A análise das lógicas produtivas é levada adiante considerando-se o funcionamento das unidades de produção. Nesse sentido, Lamarche (op. cit.) procurou situar a produção familiar presente a partir de um modelo de funcionamento específico que obedece a duas lógicas fundamentais, a saber, o papel da família e a autonomia ou dependência com relação ao mercado.

De acordo com este autor, as lógicas familiares (de um lado há o estabelecimento em que a família desempenha um papel fundamental; de outro, seu papel é limitado ou inexistente). O grau de intensidade das lógicas familiares é determinado por três fatores: terra, trabalho e reprodução familiar do estabelecimento, ou três lógicas, a fundiária, a produtiva e a familiar. Além desses fatores, a agricultura familiar é analisada a partir de sua relação com a economia de mercado, surgindo então a noção de dependência, vista também sob três perspectivas: dependência tecnológica, dependência financeira e dependência de mercado. Da análise resultante da pesquisa internacional coordenada por Lamarche (op. cit.), surgem quatro modelos teóricos a partir das lógicas familiares e do grau de dependência, definindo quatro modelos de funcionamento:

A - Modelo Empresa.

B - Modelo Empresa Familiar

C - Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência⁹

D - Modelo Agricultura Familiar Moderna (ou de Transição)

⁹ O que distingue o estabelecimento camponês do de subsistência: o camponês não se restringe à simples sobrevivência do grupo doméstico. Além disso, há todo um sistema de valores e representações que diferencia os dois tipos.

As Estratégias Fundiárias¹⁰,

Maurel (1994), parte das análise da relação do produtor com a terra para estabelecer as base de suas estratégias fundiárias. A terra é um bem patrimonial, além de bem de produção. Nesse sentido, um dos objetivos é entender como os produtores familiares orientam suas estratégias fundiárias e as adaptam de acordo com seus projetos profissionais e/ou familiares. Para compreender a relação dos produtores com a terra, é necessário observar as lógicas fundiárias que os envolve, sendo que cada uma delas caracteriza-se por uma trajetória fundiária (no espaço de tempo decorrido desde a instalação do produtor) (p. 89). Para qualificar o projeto fundiário do produtor, selecionou três variáveis:

1 - superfície ideal que ele desejaria atingir;

(para perceber uma trajetória fundiária projetiva)

2 - se tivesse uma poupança, utilizaria para adquirir terra?

(para avaliar a intensidade do desejo de acumulação fundiária)

3 - venderia a terra para adquirir outra maior em outro local?

(para diferenciar agricultores cuja vontade de acumulação fundiária sobrepõe-se ao vínculo com a terra que cultivam).

Estratégias familiares¹¹

Stanek (1994), para uma análise da unidade de produção familiar, parte do ponto de vista do futuro dos filhos, a partir das aspirações e projetos que os produtores familiares acalentam para eles. Para tanto, focaliza:

- A avaliação que fazem da situação global da sociedade em que vivem;

- A visão das perspectivas do estabelecimento agrícola;

- O futuro das coletividades onde moram.

As estratégias de encaminhamento dos filhos são resultado:

- Do tamanho das famílias e capacidades financeiras estão confrontadas às possibilidades de promoção social e profissional dos filhos que devem sair;

- Das oportunidades fornecidas pelo mercado fundiário local podem ser aproveitadas para instalar os filhos no local;

- Alguns agricultores já perderam as esperanças de instalar os filhos e assegurar o patrimônio;

- Uma situação incerta no meio rural pode ser preferida ao êxodo;

- A fidelidade à terra e à perenidade do patrimônio pode superar qualquer consideração a

¹⁰ M. C. Maurel (in: Lamarche, op. cit., 1994).

respeito do bem-estar dos filhos (p. 119).

A partir desse quadro teórico, buscou-se analisar, nesta tese, com base na classificação dos agricultores de acordo com os modelos propostos pelos autores acima citados, as estratégias produtivas, fundiárias e familiares dos produtores familiares assentados.

A tese encontra-se dividida em três partes e oito capítulos, sendo a Primeira Parte uma revisão teórica sobre campesinato e agricultura familiar a partir dos principais teóricos (Capítulo Um), passando a seguir para a revisão da literatura sobre o tema no Brasil (Capítulo Dois). O Capítulo Três trata da questão da pluriatividade entre produtores familiares, como uma estratégia de sobrevivência dos mesmos. A Segunda Parte tem início, no Capítulo Quatro, com a discriminação e análise do quadro agrário de Minas Gerais e, especificamente, da região do Triângulo Mineiro, local onde foi realizada a pesquisa empírica. O Capítulo Cinco trata do assentamento pesquisado, o Projeto de Assentamento Iturama - Fazenda Barreiro. A Terceira Parte deste trabalho remete às estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos produtores assentados, pautadas nas lógicas produtivas, fundiárias e familiares, respectivamente nos Capítulos Seis, Sete e Oito.

¹¹ O. Staneck (in: Lamarche, op. cit., 1998).

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO UM

CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

O debate sobre a agricultura familiar: das análises sócio-econômicas à sociologia rural contemporânea

A seleção de autores aqui apresentada é justificada pela necessidade de situar a análise, posteriormente focalizada, sobre os produtores familiares assentados, no contexto das discussões dos autores clássicos sobre o tema. O recorte foi feito inicialmente pelas principais linhas teóricas que influenciaram as pesquisas sobre essa categoria.

A agricultura familiar é aqui vista a partir de sua contextualização histórica, tomando-se como base estudos clássicos e contemporâneos sobre o campesinato e as diversas configurações teóricas a que essa categoria social tem estado sujeita, bem como suas estratégias de sobrevivência frente às novas situações econômicas e sociais.

Chayanov (1966), apresenta uma teoria sobre o campesinato como sendo uma economia mercantil simples, diferente do modo de produção capitalista, observando o campesinato russo a partir da importância do trabalho familiar como parte fundamental da estruturação da economia mercantil simples.

Contraposto a este autor, Kautsky (1970), a partir da análise do desenvolvimento da agricultura paralelo ao da indústria, discute a capacidade técnica da grande propriedade frente à pequena e a seguir, são vistos os trabalhos de Servolin (1972) e Tepicht (1973), ambos com fundamentos marxistas. Contemporaneamente a esses dois últimos autores, Mendras (1965; 1978; 1984), compartilhando uma análise que aponta para a noção de sociedades camponesas, como Redfield (1956), prevê o fim dos camponeses, a partir de uma discussão onde a produção capitalista terminará por inviabilizar o mundo camponês. Por fim, complementando a reflexão sobre a agricultura familiar francesa contemporânea dentro do quadro da sociologia rural, estão Lamarche (Coord. 1993-1994.), e Robert (1986).

A - Chayanov e a Teoria do Sistema Mercantil Simples

Chayanov (1966), cujos trabalhos datam do início do século (1910-1930), foi o primeiro a iniciar a discussão do campesinato como sendo um modo de produção específico a partir da teoria de uma economia camponesa como uma forma de produção não capitalista.¹ A leitura que faz sobre o comportamento camponês e o papel da família no quadro do trabalho, produção, e consumo, foram fundamentais para a compreensão do comportamento dessa categoria, ainda nos dias de hoje e sua lógica de reprodução social que, em certos grupos familiares de produção agrícola, muitas vezes, só pode ser entendida sob o foco das relações familiares de produção, da reprodução da família e sua subsistência. As relações com o mercado, algumas vezes esporádicas e através da venda dos excedentes de produção, fogem a uma explicação através do modo de produção capitalista.

De acordo com esse autor, as explorações camponesas, baseadas no trabalho familiar, são diferentes da empresa capitalista, baseada no lucro e requerem uma teoria econômica diferente. Dessa forma, existe um modo de produção camponês diferente do modo de produção capitalista. Esse tipo peculiar de produção está, assim como o consumo, estreitamente ligado às necessidades da família, existindo um equilíbrio entre trabalho e consumo, *"determinado pelo tamanho da família, pela proporção de familiares que trabalham e que não trabalham, pela superfície e qualidade da terra"*.² Produzindo para si próprio, o camponês não tem uma preocupação vital com o mercado, destinando a este apenas parte de sua produção e ainda assim quando o excedente for significativo e não afetar o balanço alimentar da família. O que lhe interessa primeiro é a satisfação das necessidades e o que vai satisfazê-la é a intensidade do trabalho e o grau de auto exploração da força de trabalho familiar.³ Os camponeses entram no mercado para a comercialização dos produtos em um nível bem simples e para a aquisição de bens que

¹ O campesinato é analisado por Kroeber (1952), Redfield (1956-1969); Lewis (1965); Shanin (1971); Galesky (1972) pela ótica da cultura, destacando o modo de vida camponês. Schultz (1961/1964) e Lipton (1968) pela vertente econômica; os clássicos marxistas Lenin (1936) e Kautsky (1970) também surgem no cenário da discussão econômica sobre o tema.

² Chayanov, op. cit., p. 53-69.

³ "(...) o grau de auto exploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a necessidade de satisfação e a penosidade do trabalho". Chayanov, op.cit., p. 81.

não podem produzir.

Pode-se afirmar que, para Chayanov, o campesinato tem como característica central o fato de os camponeses pertencerem a uma categoria econômica à parte, distinguindo-se da economia capitalista, como uma produção mercantil simples, destacando, também, a relevância dada pelo autor sobre o equilíbrio entre trabalho e consumo pela família, como forma de garantir a satisfação das necessidades da família e a quantidade de trabalho empregada para satisfazê-lo.

O trabalho de Chayanov sobre a produção mercantil simples ganha relevância na análise contemporânea da produção familiar, uma vez que algumas práticas adotadas por essa categoria como, por exemplo, a do autoconsumo, podem ser explicadas como um tipo de estratégia de sobrevivência, aspectos esses que encontram dificuldade para serem analisados a partir de uma análise do modo capitalista de produção.

B – O Campesinato a partir da Subordinação do Trabalho ao Capital

De acordo com Robert (1986), há um impasse a respeito da visão dos marxistas sobre a questão agrária, após o século XIX, estruturado em duas fases: após excluir, em um primeiro momento, o campesinato das discussões, questionavam-se então como reintroduzi-lo no debate. Se no **18 Brumaire de Louis Bonaparte** Marx vê o campesinato "quase" como uma classe - o campesinato pode ser uma classe, um tipo de classe em potencial, incompleta,⁴ essa obra não pode ser tomada como uma base completa de

⁴ "Cada uma das famílias camponesas se garantem por si só, produzindo diretamente a maior parte do que consome e se procura assim seus meios de subsistência é bem mais por uma troca com a natureza que por uma troca com a sociedade. A parcela, o camponês e sua família; ao lado, uma outra parcela, um outro camponês e uma outra família. Um certo número dessas famílias formam um **village** e um certo número de **village**, um departamento. Assim, a grande massa da população francesa é constituída por uma simples adição de grandezas de mesmo nome, do mesmo modo que um saco repleto de batatas forma um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem seu gênero de vida, seus interesses e sua cultura àqueles de outras classes da sociedade, elas constituem uma classe. Mas elas não constituem uma classe na medida em que não existe entre os camponeses parcelários senão que um lugar onde a similitude de seus interesses não cria entre eles qualquer identidade, qualquer ligação nacional nem qualquer organização política. É por isso que são incapazes de defender seus interesses de classe em seu próprio nome, seja por intermédio de um Parlamento, seja por intermédio de uma Assembléia. Não podem se representar a si mesmos, devem ser representados. Seus representantes devem ao mesmo tempo lhes parecer como seus senhores, como uma autoridade superior, como uma potência governamental absoluta que lhes protege contra as outras classes e lhes envia de cima a chuva e o bom tempo. A influência política dos camponeses parcelários encontra, por consequência, sua última expressão na subordinação da sociedade ao poder executivo" (Marx, 1976, p. 127).

reflexão sobre o campesinato. O impasse colocava-se então da seguinte forma: se de um lado estavam os capitalistas, de outro os trabalhadores, os primeiros explorando os segundos, onde estaria então a pequena produção parcelária? Estes últimos seriam uma classe ou seria um grupo dissociado através da sociedade global?⁵

Em uma das discussões sobre o campesinato feita por Marx, o **18 Brumário**, Marx tece algumas reflexões acerca do campesinato francês no contexto político de Bonaparte, apontando este como seu representante de classe, o *"representante dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês"* (p. 127), mas não do *"camponês revolucionário, mas o camponês conservador, não o camponês que quer se libertar de sua condição de existência social representada pela parcela, mas o camponês que quer, ao contrário, reforçá-la; não o próprio camponês que quer, por sua energia, transformar a velha sociedade, em colaboração estreita com as cidades, mas ao contrário, aquele que, estreitamente confinado no velho regime, quer ser salvo e levar vantagem, ele e sua parcela, pelo fantasma do Império"*. Para Marx, o campesinato é visto como o representante do individualismo,⁶ tradicionalismo⁷ e o seu afastamento das reivindicações do operariado distanciou-o das reflexões acerca dessa categoria.

Kautsky e a Questão Agrária

Se podemos encontrar em Chayanov todo o desenvolvimento teórico que mostra a possibilidade de adaptação e reprodução social da produção mercantil simples mesmo frente ao avanço capitalista no campo, o contrário não pode ser observado em Kautsky. Para esse autor, a pequena propriedade não mostrava nenhuma vantagem frente a grande

⁵ Robert, op. cit., p. 86.

⁶ No **18 Brumário**, Marx aponta para a grande dissociação existente entre os camponeses que, malgrado o isolamento que os mantinha afastados das cidades, ainda viviam afastados uns dos outros. *"Os camponeses parcelários constituem uma massa enorme cujos membros vivem todos na mesma situação, mas sem estarem unidos uns aos outros por relações variadas. Seu modo de produção os isola uns dos outros, ao invés de criar relações recíprocas. Este isolamento ainda é agravado pelo mal estado dos meios de comunicação na França e pela pobreza dos camponeses. A exploração da parcela não permite qualquer divisão do trabalho, qualquer utilização de métodos científicos, por consequência, qualquer diversidade de desenvolvimento, qualquer variedade de talentos, qualquer riqueza de relações sociais"* (Marx, op. cit., p. 126).

⁷ Não somente os fatos colocados acima afastam os camponeses de unirem-se ao redor de reivindicações comuns, enquanto classe social, segundo Marx, mas também sua opção de representação, ou seja, de Napoleão Bonaparte, *"o representante da classe mais numerosa da sociedade francesa, a saber, os camponeses parcelários"* (Ibidem, p. 127).

propriedade, e a superioridade dessa última era demonstrada a partir de vários fatores, dos quais falaremos a seguir. Por que a grande exploração era melhor do que a pequena? Qual o tipo de comparação entre as duas? Por que ela era economicamente mais rentável?

Kautsky fez uma interpretação marxista sobre o desenvolvimento da agricultura paralelamente ao da indústria. Em seu prefácio da tradução francesa de **La Question Agraire** de 1900, afirmava ser a idéia central de seu livro a de que a agricultura, fosse ela camponesa ou capitalista, deixava cada vez mais de ter um papel na sociedade, sendo subjugada pela indústria, que traçava de forma cada vez mais marcante a lei da evolução agrícola. Ao iniciar seu livro sobre a questão agrária, tinha como concepção de evolução social que a exploração camponesa estava ameaçada por dois fatores: pelo parcelamento e pela grande exploração e que, seguindo esse curso, se produziria, na agricultura e na indústria, o avanço da grande exploração capitalista, de um lado, e a proletarização de outro; havia ainda uma outra corrente que preconizava o futuro da agricultura pertencendo à exploração camponesa. Ao buscar saber em qual das duas concepções estava a verdade, deparou-se com uma situação diferente, ou seja, a de que não se devia esperar, na agricultura, nem o fim da grande exploração, nem o da pequena, e a de que se encontra tanto a tendência universalmente verdadeira, a proletarização, de um lado, como uma oscilação constante entre os progressos da pequena exploração e os da grande.⁸ Por isso a pequena propriedade não seria um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo, como inicialmente havia imaginado, conclusão a que chega após uma análise de diversas situações encontradas no decorrer da elaboração de seu trabalho.

Enquanto que para Chayanov, mesmo frente ao avanço capitalista, a produção mercantil simples desenvolvia meios para se reproduzir, Kautsky não compartilhava da mesma opinião. Para este último, um dos motivos que corroboravam para a não continuidade da exploração camponesa era a inferioridade, principalmente técnica, da pequena em relação à grande propriedade. Essa questão, que ocupou lugar de destaque em sua obra, envolvia compreender em que direção a grande propriedade mostrava-se mais vantajosa e qual o caminho a agricultura deveria seguir para se desenvolver em meio ao modo capitalista de produção. Esse processo levaria, segundo ele, à sobreposição da grande sobre a pequena propriedade.

Levando-se em conta que sua análise baseou-se em uma situação de observação

⁸ Kautsky, 1970, p II-IV.

no início do século, considera-se também que sua atenção focalizava uma comparação das relações de produção entre a agricultura e a indústria. Assim, a racionalidade que envolve a produção industrial não se compara àquela da produção agrícola, por uma série de fatores. Na sua análise marxista sobre a necessidade que a grande propriedade tem da pequena para se reproduzir (a pequena não chega a compreender uma ameaça, não é concorrente, mas serve para suprir a escassez de mão-de-obra e ainda surge como consumidora de produtos produzidos pelo grande capital), a pequena aparecia como sendo o sustentáculo do que havia de mais retrógrado na sociedade analisada por esse autor.

Ao falar das dificuldades técnicas para o desenvolvimento de pequenas propriedades, um dos argumentos sobre os quais apoiava-se referia-se aos entraves provocados pela utilização de certas máquinas, que mostravam-se pouco vantajosas quando utilizadas em pequenas superfícies. Mesmo a questão técnica, abordada por ele como um obstáculo considerável para o desenvolvimento de pequenas propriedades, ainda que analisada fora do contexto europeu, já não encontra sustentação na atualidade. Continua sua argumentação acrescentando que, ao apresentar uma justaposição da divisão dos trabalhos intelectual e manual na pequena propriedade, esta seria uma desvantagem da pequena propriedade, que não poderia usufruir dessa divisão de forma proveitosa. Quanto ao uso mais racional de máquinas e implementos, Kautsky afirmava serem melhores aproveitadas as máquinas em grandes extensões. Uma outra desvantagem apontada pelo autor referia-se à impossibilidade que a pequena propriedade teria de poder contar com a cooperação ordenada de várias pessoas, para a promoção de um trabalho organizado.

A grande propriedade, por exemplo, poderia alcançar melhores preços no mercado, menor custo por transportar grande quantidade de mercadoria, assim como teria acesso ao crédito mais facilitado. Por fim, Kautsky apontava como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos camponeses a quantidade inadequada de alimentos que dispunham, gerando trabalhadores subnutridos, incapazes de realizarem trabalho suficiente que lhes garantisse um nível de vida razoável, obrigando-os a uma auto-exploração desumana para que pudessem sobreviver.

Muitas vezes, investigações pautadas em aspectos puramente econômicos sobrepõem-se a outros tipos de análise, não considerando elementos mais subjetivos e abstratos que circundam o universo dos produtores familiares, ou as estratégias subjetivas da produção familiar. Além disso, as vantagens listadas por Kautsky da grande propriedade

sobre a pequena devem ser compreendidas a partir de uma realidade observada no início do século, quando a massa camponesa européia, além de viver em condições bastante precárias, era representante de todo um passado agrário conservador, tradicional, individualista, valores estes vistos como incompatíveis sob a ótica marxista do avanço capitalista no campo. O próprio autor rende-se às evidências de que os fatos listados por ele a propósito da “maior racionalidade econômica” da grande propriedade não poderiam ser confirmadas, pois a observação de uma situação pendular sobre a pequena propriedade, que ora mostrava progressos, ora não, não confirmou seus prognósticos.

Ao observar-se a produção familiar hoje, guardada a grande diversidade de situações em que pode ser encontrada, deve ser levado em conta os níveis consideráveis de desenvolvimento tecnológico que essa categoria alcançou em alguns países conseguindo resultados de produção bastante competitivos no mercado. Naturalmente que isso se deu em contextos específicos e pôde ser possível porque essa camada, mais capitalizada, conseguiu sobreviver às custas de uma outra que, impossibilitada de competir, tornou-se marginalizada nesse processo. Essa situação, que se deu de forma diferenciada em vários países, pode ser exemplificada com o caso francês, cuja promoção da agricultura familiar, ou dos agricultores melhores estruturados, a “elite” camponesa, pautou-se em um modelo produtivista especializado – que necessita de um constante investimento e renovação dos níveis tecnológicos - cujo resultado foi o empobrecimento e proletarização de parte dos camponeses que não conseguiram seguir esse modelo. Não se trata aqui de apontar vantagens conseguidas por essa camada, uma vez que o modelo produtivista adotado por ela deu-se em um campo de profundas transformações sociais. O que se quer ressaltar é a grande variedade de situações em que se apresenta hoje essa categoria, que engloba tanto a parcela da “elite” camponesa referida acima, como camponeses em situações econômica, de produção, tecnológica e social ainda bastante precárias. Além disso, ressalta-se também que hoje, comparações desse tipo – as vantagens da grande propriedade frente a pequena, inseridas no contexto atual da questão agrária, passa por questões mais complexas que não se esgotam na quadro das vantagens técnicas.

A respeito da discussão feita por Kautsky sobre a viabilidade da grande propriedade frente a pequena, uma comparação nesse sentido encontraria sustentação nos dias de hoje, frente a uma realidade tecnológica, de mercado, diante, por exemplo, de produções familiares com um alto grau de integração ao mercado e nível tecnológico avançado, como se pode observar em parcelas camponesas européias e canadenses? Existem vertentes

que colocam a agricultura familiar hoje, por exemplo, como sendo o *locus* propício para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável baseada em três níveis de sustentação, ou seja, o econômico, o ecológico e o social (e ainda como importante nicho de produção de uma agricultura mais saudável, orgânica, além de importante produtora de alimentos) (Cf. Carmo, 1998).

Abrindo um parênteses para os dias atuais e fazendo um recorte para a realidade empírica pesquisada ou mesmo para a discussão sobre o parcelamento ou não de terras para reforma agrária, em que a argumentação sobre a exploração coletiva surge como sendo economicamente mais viável, esse tipo de argumento pode ser rebatido.

Sendo o assentamento pesquisado dividido em lotes trabalhados de forma individual, o uso do maquinário coletivo teve que se adequar às diferentes necessidades de uso das famílias assentadas. Nesse caso específico, a Associação dispõe de quatro tratores, cuja utilização é coletiva, bastando para isso o encaminhamento de uma requisição para o uso. Os assentados encontraram soluções para sua utilização de forma a poder atender a todos sem prejuízo de alguns. Em determinados cultivos anuais, como no caso do algodão, em que a grande maioria o cultiva, o preparo da terra pode ser feito em um só período, passando os tratores de lote em lote. A questão sobre o tempo maior que é gasto entre uma troca e outra de terreno, que poderia atrasar o trabalho de um outro lote, pode ser resolvido com uma planilha de trabalho e horário de utilização, com um calendário que atenda a todos em um tempo útil de preparo para a plantação. Um bom gerenciamento das máquinas agrícolas por parte da Associação pode encontrar soluções, muitas vezes simples, para problemas dessa natureza, o mesmo servindo para tarefas como drenagem e irrigação e outras atividades específicas de manejo do solo.

O mesmo pode ser dito com relação à divisão dos trabalhos intelectual e manual na pequena propriedade. Esta última poderia se valer desse tipo de divisão através da cooperação técnica entre, por exemplo, empresas de assistência técnica e assentamentos, situação essa em que as famílias assentadas são assessoradas por técnicos, agrônomos, tanto para a utilização mais racional das máquinas, aproveitamento dos meios de produção, como indicação para a criação de animais mais adequados e adaptados, entre outros. A observação de campo dessa pesquisa presenciou esse tipo de assistência, inclusive no processo de criação de uma raça específica de frangos em uma parcela de assentados.

Se for observada, no assentamento, a divisão das tarefas, percebe-se que cada membro do grupo familiar desempenha uma função específica, de acordo com sua

capacidade, habilidade e sexo. Essa divisão não está pautada somente em aspectos culturais – a mulher desempenhando determinadas funções, em espaços específicos, e vice-versa – mas obedece também uma lógica, uma racionalidade que tem por objetivo alcançar um maior aproveitamento do trabalho. As dificuldades que esses três itens poderiam impor aos produtores familiares assentados podem ser superados através do seu engajamento na Associação, uma vez que a comercialização, transporte e crédito pode – e muitas vezes é – intermediado por ela.

Os produtores familiares assentados, embora enfrentem, algumas vezes, situações adversas, como uma safra que ficou aquém de suas expectativas, baixos preços alcançados no mercado, dificuldades na comercialização, conseguem superar momentos de crise através de estratégias, como por exemplo, o autoconsumo, sem afetar de forma comprometedor a abastecimento alimentar do grupo doméstico.

É entendido aqui que uma discussão hoje sobre a viabilidade técnico-econômica da pequena propriedade é de grande importância, principalmente frente à incorporação, nessa discussão, dos assentamentos rurais, que, em parte, são formados por glebas de cerca de vinte hectares cada. A inconsistência social (produtiva e econômica) de grandes extensões de terra, no quadro geral da atual conjuntura, deve ser confrontada com as possibilidades de desenvolvimento da produção familiar, partindo-se, também, do pressuposto que é a produção familiar a responsável por grande parte do abastecimento alimentar, como foi destacado na Introdução deste trabalho.

C - Duas Importantes Análises nos Anos 70 Sobre a Agricultura Familiar Européia:

Servolin e Tepicht

Dois autores encontram-se frente à análise da agricultura familiar no campo marxista: Servolin - **L'Absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste** (1972) e Tepicht - **Le Paysans Polonais** (1973) - seguindo os dois a mesma direção, o abandono do "modelo inglês" que prevê a desapareção da pequena propriedade em vantagem das grandes explorações do tipo industrial.⁹

⁹ Tepicht (op. cit., p. 13), inicia seu livro afirmando que, passado um século do prognóstico de Marx de que todos os países da Europa ocidental seguiriam o modelo das relações capitalistas na agricultura, representado por 3 personagens - o proprietário agrícola, o empresário agrícola capitalista e o trabalhador agrícola assalariado - isso não pôde ser confirmado pela história. Salvo em algumas regiões específicas, os países do Ocidente não seguiram esse movimento.

De acordo com Robert (1986, p. 109), Servolin (op. cit.) parte da definição da produção agrícola como um modo de produção específico: a produção mercantil simples, como um modo de produção do tipo pré-capitalista, regida pela reprodução da mercadoria e não do lucro, explicando, em um primeiro momento, que o modelo inglês não havia se desenvolvido na agricultura devido aos obstáculos fundiários, ao progresso tecnológico a favor da pequena produção em relação à grande e ao capitalismo muito mais rígido, contrariamente à exploração familiar tradicional.

"Classicamente, define-se a produção mercantil simples por dois pressupostos principais: o trabalhador direto é proprietário de todos os meios de produção; o processo de produção é organizado por ele em função dele mesmo e de sua profissão. O produto de seu trabalho lhe pertence na totalidade. O objetivo da produção não é a obtenção do lucro, mas a sobrevivência do trabalhador e de sua família, e a reprodução dos meios de produção necessários para sua sobrevivência" (Servolin, op. cit., p. 51).

Ainda segundo Robert, tanto Tepicht como Servolin vêem a economia camponesa como um modo de produção específico onde a particularidade está em se inserir em outros modos de produção, o primeiro distinguindo a "economia camponesa" da "produção mercantil simples" que, segundo ele, inclui outras atividades, como por exemplo, o artesanato. Estes seriam, de acordo com as idéias de Marx, os modos de produção pré-capitalistas, devendo historicamente evoluir em direção à produção capitalista, o que não ocorreu com a economia camponesa. Para Servolin, a economia camponesa não evoluiu em direção a uma forma capitalista.

Nas contribuições de Tepicht (op. cit.) referentes ao campesinato, o autor assinala que *"no domínio das forças produtivas haverá uma extensa sucessão de técnicas disponíveis, desde as mais rudimentares até as mais modernas, correspondendo ao emprego, sempre que possível, da força de trabalho disponível"*. Mostra uma diferença entre sua proposta e um hábito intelectual conhecido, e que não lhe parece justificado, principalmente no que se refere às estruturas, que é o de colocar a economia camponesa e o artesanato na mesma categoria de "pequena produção de mercado", pois a produção camponesa em parte não é comercial, enquanto que a do artesanato não tem outro fim que o mercado.

Referindo-se à obra **O Capital**, Tepicht (op. cit.) afirma que a produção mercantil simples, quando mencionada, não é senão a gênese da produção capitalista e que é impossível reduzir a economia camponesa a esse papel, como uma simples seqüela do

passado pré-capitalista, porque o apogeu de seu desenvolvimento se deu após a vitória do capitalismo sobre o feudalismo. Ela é uma preparação, como toda grande forma de vida social, a um outro estado, com um modo de inserção no capitalismo de forma particular, com seus próprios princípios de existência (que continuam a existir também no interior de economias socialistas). No seio dessas economias, forma um sistema econômico diferente, caracterizado por quatro pontos:

- 1 - caráter familiar (união entre orçamento familiar e da exploração);
- 2- relação entre os fatores de produção (terra e trabalho);
- 3 - relação entre a economia camponesa e o mercado;
- 4 - relação entre trabalho camponês e sua renda.¹⁰

Sobre o primeiro ponto, "o caráter familiar da economia camponesa", destaca sua importância, o sentido primeiro de sua existência. O que importa em sua análise da economia familiar é sobretudo a dupla marca que ela carrega de um **forte individualismo com relação ao exterior e de um coletivismo interno rigoroso**. Esse **individualismo coletivo** se manifesta numa delimitação do "nosso" - patrimônio familiar - em relação "àquele dos outros", ao mesmo tempo em que há uma subordinação severa do destino pessoal de cada um ao interesse da pequena empresa familiar. Um casamento, uma viagem, uma mudança de profissão, tudo é considerado sob esse ângulo. Uma das manifestações mais características deste estado de coisas é o caráter impessoal do trabalho e da renda do grupo. Nota-se aqui que o caráter familiar ganha grande proporção em relação à dependência de sua mão-de-obra, importante inclusive para expressar o caráter coletivo intra-grupal (intra-familiar). A análise acerca do comportamento sócio-econômico mostra que o caráter essencialmente familiar dessa economia continua a se desenvolver, a se modernizar, paralelamente ao crescimento de sua inserção ao mercado, ao retraimento da própria família camponesa, que de família camponesa extensa, passa cada vez mais à moderna família "nuclear", conjugal. Segundo seu modelo, "*o caráter familiar significa a simbiose entre 'o interior agrícola' e o 'meio'*" (grifo do autor).¹¹

As observações sobre o trabalho de Tepicht levam a destacar a grande importância dada pelo autor ao caráter familiar da produção mercantil simples, sendo esse aspecto a base fundamental de sua economia. Distingue a produção mercantil simples da economia

¹⁰ Tepicht, op. cit., p. 18.

¹¹ Ibidem, p. 23.

camponesa (e opõe essa última, por sua vez, à economia de subsistência), apontando a primeira como possuindo seus próprios princípios de existência, formando um sistema econômico diferente, onde o caráter familiar é destacado como sendo um dos principais pilares de sua sustentação.

No decorrer desse trabalho, são destacadas algumas características que norteiam a prática das famílias assentadas, entre elas o caráter fortemente familiar do grupo doméstico. Essa base fundamental da produção familiar é salientada pelo “jogo” aparentemente contraditório do que foi apontado acima como um “individualismo coletivo”, o que pode ser observado na gestão do lote, em determinadas decisões concernentes à família. Além do caráter familiar, a ligação da produção familiar com o mercado é conduzida de forma cada vez mais contundente, com vínculos cada vez mais próximos.

O termo produção mercantil simples é também utilizado por Servolin para caracterizar a economia camponesa como um modo de produção específico, voltado para a sobrevivência da família, através da utilização de técnicas intensivas e mão-de-obra familiar, podendo dessa forma proteger-se da concorrência da exploração capitalista, embora essa coexistência pressuponha, na maioria das vezes, uma submissão à ela.

De acordo com Servolin (op. cit.), sob o ponto de vista da inserção dessa economia mercantil simples em uma economia capitalista industrial, o produtor familiar encontra-se infalivelmente preso a esse sistema, no qual é impedido de participar. Para Tepicht (op. cit.), a economia mercantil simples relaciona-se com o mercado de forma parcial, distinguindo-se do “farmer” americano ou australiano. Mendras (1984), analisa esse tipo de produção, do ponto de vista de “sociedades camponesas”, colocando a necessidade de observar esse sistema econômico de forma diferente da economia industrial, prevendo o fim dos camponeses, além de posicionar-se entre os que analisam a produção mercantil simples a partir também de sua aproximação com o mercado. Assim, a produção familiar não se dá em função de um modo de produção (como um modo de produção mercantil simples, como para Chayanov, 1966), mas em função de sua própria diversidade e capacidade de adaptação, de ajustar-se de acordo com as possibilidades de acesso à terra, de aproximar-se do mercado, de lançar mão do trabalho assalariado.

Em síntese, como já foi colocado anteriormente, para Servolin (1972), a produção familiar é apresentada como sendo um modo de produção mercantil simples, cuja prioridade é a reprodução da mercadoria, e não do lucro (a relação com o mercado é configurada pela venda de excedentes para a aquisição de bens que não podem produzir,

não uma relação baseada no lucro), distinguindo a economia camponesa da mercantil simples, uma vez que esta última envolve outros tipos de atividades, como, por exemplo, o artesanato (os modos pré-capitalistas, segundo Marx). Essa visão é compartilhada por Tepicht (1973), para quem a produção mercantil simples configura um sistema econômico diferente, reafirmando seu caráter familiar. Se, para Marx, esses dois modos de produção são analisados como sendo pré-capitalistas, historicamente deveriam evoluir para um tipo de produção capitalista, previsão esta que não se confirmou, segundo Servolin (op. cit.). Assim, enquanto que para Chayanov o produtor mercantil simples deve adequar seu esforço e trabalho equilibradamente para atender às necessidades da família (equilíbrio entre trabalho e consumo), para Servolin (op. cit.), o pequeno produtor se vê forçado a dispor de somas cada vez maiores para sua sobrevivência e aquisições de bens que não produz, pois com o desenvolvimento do capitalismo industrial, bens antes produzidos artesanalmente pelos produtores familiares, como vestimentas e ferramentas, passam a ser adquiridos através de transações monetárias, obrigando-os a acelerar cada vez mais sua produção para a obtenção de bens que necessitam consumir. A tendência a uma aproximação de proprietário de seus meios de produção é freado pelo próprio sistema do capitalismo industrial.

A teoria chayanoviana pode auxiliar uma parte da análise sobre a produção familiar, mas para explicar a realidade atual, comportando vários tipos de situações, há a necessidade de uma abordagem que permita a existência de um *continuum* entre um modelo camponês e um modelo empresarial, resguardados, ainda, os aspectos culturais e patrimoniais dessa categoria. Por sua vez, a teoria proposta por Lamarche (Coord.-1993/1994) apresenta uma possibilidade de observar a produção familiar em toda sua diversidade, como será visto a seguir.

D - A Agricultura Familiar na Sociologia Rural

Como foi anteriormente colocado, o campesinato tem sido analisado, no decorrer das últimas décadas, a partir de diversas vertentes, sejam elas econômicas ou culturais. Sua inserção no campo da sociologia rural deve-se aos primeiros trabalhos de sociólogos americanos, que, a partir da década de 20, iniciaram uma produção acadêmica distinta da sociologia geral e da etnologia, vindo futuramente a influenciar a sociologia européia dos anos 50.¹² Nesse período, de acordo com Robert (op. cit.), muitos trabalhos, ditos da

¹² Robert, 1986.

"corrente sociológica", começaram a surgir nos EUA, oriundos de monografias que os americanos faziam sobre sociedades rurais, tanto nas Américas como na Oceania.¹³ Essas pesquisas acabaram por inspirar os europeus, principalmente os franceses, que tinham um vasto campo de pesquisa no mundo rural camponês, a partir de estudos nas pequenas vilas. No entanto, esses camponeses, que eles mal conheciam, não eram na verdade tão estranhos assim, e esse imbricamento entre "selvagem" e citadino, diferentes e ao mesmo tempo parecidos, faziam parte, na verdade, de uma mesma entidade social do pesquisador, e *"isso vai permear, de forma subjacente, todas as pesquisas empíricas de sociologia rural até hoje. No entanto, desde o seu início, a sociologia rural compreendia um fecunda corrente marxista, em seu interior, polarizada ao redor de H. Lefebvre¹⁴ após a Segunda Guerra"*. Colocada dessa forma, a sociologia rural já há algum tempo se debate em torno da distinção entre o rural e o agrícola.¹⁵

Segundo Robert (1986), durante 20 anos, a sociologia rural foi uma sociologia de agricultores e tanto marxistas quanto empiristas, cada um a seu modo, achavam o mesmo. Um dos elementos característicos do desenvolvimento da agricultura e das sociedades agrárias do mundo ocidental é sua diversidade estrutural. Nesse sentido, cada elemento teórico globalizante deverá se referir a cada uma dessas formas, pois elas constituem uma base de dados da sociologia rural no Ocidente e no Leste Europeu. Outra fonte dessa diversidade são as estruturas de exploração, cujo fator unitário é a exploração familiar, baseada na família e na terra, onde a família agrícola - nuclear ou grupo doméstico - inclui-se economicamente em um sistema de dependência colateral:¹⁶ Devido às mudanças que vêm ocorrendo no campo, a grande diminuição do número de agricultores, a transformação do espaço rural em residências secundárias invadiram a ruralidade camponesa, abrindo espaço para novas perspectivas de análise em direção ao rural não agrícola, sem abandonar, contudo, o estudo dos agricultores e da agricultura.

"As ligações orgânicas tecidas entre a exploração agrícola e a família implicam que esta última esteja a serviço da unidade de produção. Há um entrelaçamento entre as tarefas que parecem puramente domésticas e aquelas

¹³ Cf. Redfield, R., 1956; Tax, S., 1952; Mead, M., 1952.

¹⁴ Lefebvre, 1949-1953.

¹⁵ Robert, 1986, p. 3-5.

¹⁶ Ibidem, p. 26.

ligadas à produção, o que é uma característica essencial do trabalho camponês. Os dois trabalhos são indissociáveis; tudo é trabalho, mas não é um trabalho nem remunerável, pois o trabalho camponês não tem preço, não tem valor de troca. A força de trabalho agrícola é monetariamente gratuita, pagando-se não com dinheiro, mas simbolicamente no seio da estrutura familiar. Os resultados da unidade de produção são aqueles que a família camponesa considera como um todo, mesmo se ele é hierarquizado. É nessa hierarquia que se coloca o grande problema da economia camponesa: o pai de família se coloca como chefe da empresa que não pagaria nunca seus trabalhadores. A exploração familiar é ao mesmo tempo a exploração da família, no sentido marxista do termo? Em certo sentido, sim, pois a mão-de-obra não remunerada recoloca os assalariados agrícolas nas tarefas que o chefe da família não pode efetuar. Certos agricultores têm interesse em colocar as esposas e os filhos no trabalho e eles também, pois mesmo trabalhando sem salário, não são proletários, pois consideram a terra patrimônio familiar. Nesse sentido, seria errada falar da exploração da família na agricultura". (Robert, op. cit., p. 27-31).

Mendras (1978-1984) sobre as sociedades camponesas, da mesma forma que Redfield (1956), propõe uma estreita relação entre a cidade e o campesinato, este visto em termos de uma sociedade:

"se as coletividades rurais não têm uma relativa autonomia em relação à sociedade englobante, falamos de grupos de agricultores, de grupos locais, mas não de campesinato. (...) o camponês se define em relação à cidade. Se não há cidade, não há camponês, se a sociedade toda for urbanizada, não há mais camponês"¹⁷

Essa afirmação introduz, segundo Jollivet (1972, p. 85-86), uma definição interessante de mundo rural, a de sociedade camponesa. A base da solidariedade social não está ligada ao sistema de produção, mas no lugar, no sentido de localidade. Primeiro define o conjunto da sociedade camponesa por sua relativa autonomia com relação à sociedade englobante; depois, mostra como sendo composta de unidades elementares, elas mesmas vivendo em relativa autarquia (autonomia) umas em relação às outras. Cada coletividade local reproduz de forma reduzida a situação do mundo rural em seu conjunto (a coletividade é o microcosmo); ela pode ser considerada como totalidade social, com funcionamento próprio.¹⁸

¹⁷ Mendras, 1984, p. 16.

¹⁸ Para Mendras, a sociedade camponesa possui uma estratificação própria, distinta daquela da sociedade global (1965, p. 77). Destaca ainda a estreita relação que possui com as cidades, da mesma forma que Redfield, op. cit.

Mendras (1978), um dos fundadores da Sociologia Rural francesa, analisou a sociedade camponesa e suas características particularmente no que se refere à sua relação com a sociedade local e global. Segundo ele,

"o tipo ideal de sociedade camponesa se define pelos cinco traços seguintes: 1- a relativa autonomia das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas especificidades; 2- a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; 3- um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; 4- uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; 5- a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente" (p. 14/15).

Após colocar a necessidade de analisar esse tipo de sistema econômico, diferentemente da economia industrial e fazer um estudo detalhado do modo de vida do que ele chamou de sociedades camponesas (1978), posicionou-se mais tarde ao lado da discussão dos que previam o fim dos camponeses (1984).

Mendras (1984), ao analisar a trajetória histórica da família camponesa, segue o raciocínio teórico de Chayanov, quanto à utilização do modelo clássico camponês para todas as sociedades e em todos os momentos históricos.¹⁹ De acordo com o primeiro, ao longo dos séculos as sociedades camponesas têm se apresentado sob diversas formas, portanto,

"Em outras regiões do mundo, este esquema pode servir de base de comparação e alguns de seus elementos podem ser instrumentos úteis de interpretação: porém, seria perigoso vê-lo como um modelo universal, capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. Numerosos estudos serão necessários sobre diferentes sociedades que permitam construir esquemas análogos até que se possa saber se existe um tipo ideal único de campesinato universal e se o camponês europeu, com suas variantes, não é apenas uma espécie dentre outras, em um gênero mais amplo" (Mendras, 1984, p. 19-20).

Considerando-se que Mendras refere-se à sociedade camponesa em relação à

¹⁹ Uma das questões sobre a teoria de Chayanov seria se ela poderia ser aplicada às propriedades familiares em outros países, posto que ela tratava de um tipo de exploração familiar na Rússia. O próprio Chayanov acreditava que sua teoria aplicava-se melhor a países menos povoados do que o contrário, ou seja, a países onde a estrutura agrária tem sido reestruturada do que em países com uma estrutura agrária rígida. Em lugares onde os camponeses não pudessem adquirir terras, sua teoria teria que ser seriamente modificada.

sociedade local, muito importante para ele é a **organização do grupo doméstico** e sua relação com outros grupos domésticos, pois via nessa relação vicinal laços importantes de solidariedade e ajuda mútua:

Essa prática - solidariedade e ajuda mútua - pode ser tomada como uma estratégia de sobrevivência, pois é uma forma de assegurar que os grupos tenham acesso a vários bens necessários à sua manutenção, sem que isso se torne oneroso individualmente, sendo a família fundamental para esse tipo de sociedade. O autor não trata da "família", mas do "grupo doméstico".²⁰ Esse grupo doméstico tem como uma de suas características a estabilidade e o alicerce patrimonial, pois uma das condições de existência do grupo é a disponibilidade da terra, que por sua vez é condição para sua própria existência. No interior do grupo doméstico, ressalta a importância do papel do patriarca como elemento de coesão do grupo, de sua estruturação e nas tomadas de decisão. Estas, principalmente as mais importantes e as ligadas diretamente aos assuntos produtivos são necessariamente tomadas por ele e acatadas pelo grupo.²¹

A importância da família - ou "grupo doméstico" - na descrição desse campesinato do qual fala Mendras refere-se à sua própria sobrevivência, à sua reprodução social. A coesão do grupo familiar, fincada na autoridade patriarcal é uma das estratégias de sobrevivência dessa categoria ao longo de séculos, e nesse sentido, apesar da grande heterogeneidade observada hoje, em várias partes do mundo, com respeito à agricultura familiar, seja em países desenvolvidos como em regiões subdesenvolvidas, a presença familiar está presente em maior ou menor grau. A realidade atual mostra uma grande diversidade de situações dessa presença familiar, que vai desde a muito forte até sua quase insignificância, de onde se pode depreender uma espécie de *continuum* da dependência familiar.

Tomando-se como base a afirmação de Mendras no que se refere principalmente aos itens

- organização e importância do grupo doméstico (coesão do grupo familiar);
- importância do papel do patriarca como elemento de coesão do grupo;
- relação com a sociedade global,

²⁰ "A expressão *grupo doméstico* parece ser mais conveniente para nomear esse grupo porque acentua o conjunto de pessoas que vivem na casa e evoca, ao mesmo tempo, a economia doméstica que corresponde aos interesses do grupo e o domínio que o faz viver" (Ibidem, p. 66).

²¹ Ibidem, p. 69-70.

destaca-se que, de acordo com o que foi observado na pesquisa empírica deste trabalho, tais aspectos ganham relevo quando relacionados a uma estratégia de reprodução social das famílias assentadas. No último item, a relação com a sociedade global (circundante) é ampliada, uma vez que sua relação com ela não é somente dependência com o mercado, mas também de dependência política.

Mendras analisa o campesinato em termos de sociedade camponesa, relacionando-a à sociedade global, destacando sua relativa autonomia frente à sociedade que a envolve. A importância estrutural do grupo doméstico, bem como o sistema econômico relativamente autárquico, que não distingue consumo e produção, aliados a uma coletividade interna fortemente coesa, conformam a sociedade camponesa analisada pelo autor. Nesse tipo de sociedade, a lógica de funcionamento é uma produção voltada para o sustento da família e para sua relação e dependência com o mercado. Está entre os que defende a importância do autoconsumo para a sobrevivência da família camponesa.

Por fim, para Lamarche (op. cit.), a agricultura familiar deve ser analisada sob sua diversidade cultural, grande heterogeneidade e capacidade de adaptação. Destaca que a agricultura familiar está presente em todos os lugares onde a família representa um papel fundamental, não se conformando em um único modelo, pois vai depender de seu grau de integração a uma economia de mercado (ou sua exclusão), podendo também estar fundamentada em uma economia de subsistência; depende também de processos históricos e disponibilidade ou acesso a recursos, entre outros fatores. Independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada pela produção familiar que apresenta, no entanto, grande diversidade de situações:

- em alguns lugares, assume grande importância no desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado;
- em outros lugares é arcaica e fundada na economia de subsistência;
- em outro lugar, é mantida e reconhecida como a única forma de reprodução social capaz de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo;
- em outros, ainda, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não eliminada.

Além dessa diversidade de situações, destaca ainda a grande heterogeneidade que a caracteriza, não constituindo um grupo social homogêneo, possuindo uma enorme

capacidade de adaptação, e como conceito de análise, enfrenta problemas de definição, como por exemplo: a produção agrícola repousa sempre sobre a produção familiar? Até que ponto pode-se dizer que se está diante de uma produção familiar? Respostas fechadas poderiam ser uma armadilha mas há a necessidade de uma definição precisa, que permite a delimitação do campo de estudo. Como opção, Lamarche (op. cit.) propõe a utilização de unidades de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses fatores no funcionamento da propriedade engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como transmissão de patrimônio e sua reprodução.

A produção familiar pode trazer em si uma noção ambígua, pois há várias maneiras de se definir o agricultor: produtor, chefe de empreendimento, trabalhador da terra, entre outros. A produção camponesa é familiar, mas nem todas as produções familiares são camponesas. Essa idéia pode ficar mais clara quando se pensa na propriedade camponesa como sendo um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola.²²

Neste trabalho, a produção familiar é caracterizada como sendo um tipo de produção (agrícola e, em alguns casos, não agrícolas) exercido por produtores cuja mão-de-obra é essencialmente familiar, lançando mão do trabalho assalariado quando necessário (em períodos de colheita, por exemplo), mantendo com o mercado um vínculo não tão dependente, uma vez que o autoconsumo é vital para a sobrevivência do grupo doméstico.

Lamarche afirma que devido à grande diversidade desse modo de funcionamento familiar de produção, não pode estar conformado em um único modelo, longe de apresentarem-se de forma homogênea. Segundo ele, pode-se imaginar um eixo em cujos extremos encontram-se o que chama, de um lado, de Modelo Original – “o modelo anterior ao qual todo agricultor, mais ou menos conscientemente, se refere” – e de outro, de Modelo ideal, que se refere ao “projeto de futuro” que todo agricultor idealiza e segundo o qual organiza suas estratégias e decisões. Ao longo desse eixo, de acordo com seus processos históricos, disponibilidade de recursos, estariam posicionados outros modelos de produção familiar tendendo mais em uma direção ou a outra. Esse eixo sobre o qual faz sua reflexão acerca da exploração familiar refere-se ao grau de interação ao mercado da unidade de produção familiar.

²² Lamarche, op. cit., p. 16.

As chances de se atingir o Modelo Ideal ou de se aproximar dele, dependerá da complementaridade do projeto do agricultor familiar junto ao que a sociedade elaborou para ele, podendo-se explicar, dessa maneira, ora sua dominação, ora sua estagnação, diminuição ou mesmo sua eliminação. Da mesma forma que as explorações familiares não podem estar conformadas em um único modelo, não constituem também um grupo social homogêneo.

“ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. (...) Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as propriedades dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.)” (Lamarche, op. cit., p. 18).

A construção dos modelos Original e Ideal ajudam a situar a agricultor em relação ao seu passado agrário e ao futuro almejado, respectivamente. O fato de a grande maioria dos produtores familiares terem como referência um mesmo modelo anterior, isso não significa que todos sejam idênticos, configurando um mesmo sistema de valores, a mesma ambição para o futuro. Mesmo havendo uma transmissão de valores sócio-culturais, estes vão variar de região para região, de produtor para produtor. O que se observa é que no modo de funcionamento da produção familiar, pode-se reconhecer o papel de um modelo anterior, ao qual todo agricultor se refere, quer seja de forma consciente ou não: o Modelo Original. Por sua vez, o que o produtor familiar projeta para o futuro, suas decisões, suas estratégias produtivas, fundiárias e familiares, relaciona-se com o Modelo Ideal. Assim sendo, todo produtor familiar define-se em um modelo de funcionamento específico, onde obedecem a duas lógicas fundamentais, a saber, o papel da família e a autonomia ou dependência com relação ao mercado. No que se refere ao papel da família, em algumas situações em que esta assume um papel fundamental no cotidiano das ações dentro da produção agrícola, da mesma forma em que existem situações onde seu papel é limitado. No intervalo desses dois extremos, existem múltiplas variações.

De acordo com os aspectos levantados pelo autor acima referido, afirma-se que a agricultura familiar responde pela maior parte da produção agrícola, ainda nos dias de hoje, como há um século, mas não se pode dizer que sua reprodução se dá nos mesmos moldes nos dias atuais. Embora tenha se fixado e criado raízes, a agricultura familiar modificou-se com o passar do tempo, a tal ponto de pensarmos se falamos do mesmo objeto; assim, não se pode compreendê-la nos mesmos termos nas diferentes etapas de sua evolução.

Pergunta: estamos hoje diante de explorações agrícolas. Antes de tudo, é preciso definir o que é produção agrícola familiar e Lamarche (op. cit.) define como sendo a unidade de produção onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da produção agrícola engendra necessariamente a aparição de noções mais abstratas e complexas, tais como patrimônio e reprodução da produção familiar.

“A terra não é somente um modo de produção, é a terra que nutre, no seu sentido mais profundo, não podendo ser confundida unicamente como mercadoria. Adquirir terra é o alvo de toda uma vida, sua venda ou perda é considerada uma desgraça; é o fundamento do patrimônio; ela adquire todo o seu valor quando analisada no quadro familiar e em uma ótica de reprodução social” (Lamarche, 1977, p. 445/446).

Neste trabalho, a tradição refere-se ao passado agrário com o qual todo agricultor, de certa forma, se identifica, enquanto que o projeto de futuro que o produtor familiar idealiza estão presentes na maneira como direcionam suas estratégias. Como será visto adiante, o trabalho de campo, tendo como *locus* empírico o assentamento, buscou demonstrar como os agricultores familiares conduzem suas estratégias produtivas e familiares, no sentido de buscar um ajustamento entre a tradição e a modernidade: enquanto oriundos de um passado que tem como base um referencial pautado em um modo de vida e de trabalho pautado na tradição, quando se analisa seu projeto familiar de futuro, através da educação e profissionalização dos filhos, percebe-se que há um movimento de busca no sentido de se ajustar a uma outra realidade, idealizada, voltada para o futuro.

A revisão teórica dos autores acima mencionados, em suas diversas vertentes, procurou destacar a importância de se contextualizar essa categoria a partir de sua trajetória histórica para que se possa compreendê-la frente às novas situações impostas por realidades diferenciadas com as quais depara-se no mundo contemporâneo, assim como os princípios norteadores que utiliza nos processos de adaptação e reprodução social.

O capítulo seguinte procura apresentar um quadro da agricultura familiar brasileira a partir de suas principais correntes, desde a década de 50 aos dias atuais, enquanto que o Capítulo Três discute as estratégias de reprodução social de produtores rurais familiares através da pluriatividade, fechando a primeira parte deste trabalho.

CAPÍTULO DOIS

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O presente capítulo apresenta as principais vertentes que têm discutido a agricultura familiar brasileira nas últimas décadas, bem como sua inserção no contexto dos movimentos sociais rurais no Brasil, numa introdução à discussão sobre os assentamentos rurais de reforma agrária, focalizando o surgimento do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - como um dos pontos fortes de organização e mobilização das massas rurais dos últimos anos, influenciando inclusive o surgimento de outros movimentos à sua semelhança e sua importância já histórica para a reforma agrária brasileira.

A agricultura familiar brasileira tem sido, nas últimas décadas, foco de inúmeros trabalhos, sendo extensa a bibliografia sobre o tema.¹ A exemplo do que ocorre em outros países, é pesquisada sob várias perspectivas, não só do ponto de vista sócio-antropológico, mas é também relacionada, por exemplo, ao desenvolvimento sustentável e à agroecologia.²

Dada a grande dimensão que assumiu a pesquisa sobre a agricultura familiar, a seguir são colocados alguns dos trabalhos que mais se destacaram sobre esse assunto, nas suas diferentes vertentes, nas quatro últimas décadas, sendo alguns dos autores mencionados considerados hoje referências para a pesquisa sobre o tema. Assim, o objetivo do presente capítulo é destacar as principais correntes teóricas que, desde os anos 50 aos dias atuais, vêm discutindo essa categoria, sob diferentes enfoques.

Müller (1951, apud Queiroz, 1976:12) foi pioneira ao definir os sitiantes como sendo responsáveis pelas plantações que cultivavam, trabalhando com a ajuda familiar e, ocasionalmente, com um ou dois assalariados, podendo ser proprietários da terra ou não. Podem ser definidos por quatro características fundamentais: 1- trabalho independente; 2

¹ Cf. Antuniasi et al. (1988).

² Cf., entre outros, Canuto e Silveira, (1994); Costa, C. (1992); Graziano da Silva, (1997).

- economia doméstica; 3 - cultivo através de técnicas rudimentares; 4 - mobilidade espacial. Foi precursora dos estudos que tomavam *"como unidade básica de análise o sítio - pequena propriedade de trabalho familiar, que constituía núcleo base de um tipo específico de economia e cultura. Posteriormente nas décadas de 60 e 70, o sitiante será considerado o camponês brasileiro"*.³

Cândido (1964) iniciou suas pesquisas no sentido de conhecer a vida do caipira, em um período de transição: em um primeiro momento, observou que, se por um lado havia as "modalidades antigas" que se caracterizavam pela rusticidade e apego às normas religiosas, por outro, havia a presença de uma crescente secularização, apoiada por um também crescente individualismo. Cândido notou ser essa transição uma "manifestação espiritual" ligada à mudança da sociedade.

A partir dessas observações, o pesquisador foi percebendo certos problemas ligados à vida do caipira nessa fase de transição que serviriam como ponto de partida para conhecer certos aspectos básicos, chegando então aos problemas econômicos e tomando como base a questão da subsistência. Assim, o autor investigou o meio de vida caipira e sua vida social, forma de organização e ajuste ao meio, permitindo compreender esse modo de vida caipira, através de uma análise de sua realidade econômica, cujas orientações teóricas se fundamentaram ora na antropologia, ora na sociologia.

Cândido (op. cit.) utiliza o termo "caipira" para designar culturalmente a população tradicional rural. Exprime um *"modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial"*,⁴ restringindo-se à área histórica paulista, apresentando como objeto de seu estudo os **parceiros**, por fazerem eles parte de um *grupo "menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo"*,⁵ estando, no entanto, ligados a um tipo de vida tradicional. A análise dos parceiros dá-se frente às transformações sociais promovidas pela urbanização e sua ação exercida sobre eles.

A partir das pesquisas de Müller e de Cândido, nos anos 60, surgem trabalhos que procuram focalizar o mundo rural e a cultura caipira sob a ótica de sua organização social e relacionados à tecnificação da agricultura, os processos de modernização da agricultura, industrialização e urbanização, sendo a unidade básica de análise o bairro

³ Antuniassi, 1994, p. 100-101.

⁴ Cândido, op. cit., p. 22.

⁵ Ibidem, p. 91.

rural.⁶

"O "bairro rural" é considerado a unidade mínima de vida econômica e social, em que as relações sociais encontram um ponto de referência. Trata-se de um grupo social formado de famílias que se dedicam ao mesmo tipo de trabalho e professam a mesma religião. As festas religiosas têm grande importância na sociabilidade do grupo. Do ponto de vista da localização no espaço, constitui um grupo de vizinhança que adquire contornos de uma unidade administrativa, menor que a vila, pertencente a um determinado município ou distrito. Assim entendido, o "bairro rural" não é estudado em si mesmo, mas como parte da sociedade global e, portanto, sofrendo os impactos dos processos de transformação da sociedade brasileira. "Bairro rural" é um conceito geográfico de localidade usado por Lyn Smith como unidade mínima de povoamento, equivalente aos grupos de vizinhança dos E.U.A" (Fukui, 1979, apud Antuniassi, 1994, p. 101/102)

Segundo Queiroz (op. cit.), a classificação que poderia ser dada aos sítiantes (como desenvolvida por Redfield (1956/1964) e mais tarde retomadas por Mendras (1978), na França, o sítiante tradicional brasileiro classifica-se como um camponês, sendo duas as orientações principais em torno do termo:

- 1 - histórica- Marc Bloc (1960) sobre o mundo rural francês;
- 2 - sócio-antropológica - Robert Redfield (1956/1964), que definiu estes conjuntos em um contexto sócio-econômico e antropológico.

Segundo essa autora, o campesinato brasileiro está fadado ao desaparecimento, pois a tendência da agricultura é de organizar-se cada vez mais sob a forma capitalista, voltada para o lucro e para o mercado. Essa mudança é observada primeiramente no nível do consumo: o camponês consumia produtos por ele próprio produzidos e só secundariamente adquiria produtos do mercado. À medida em que há uma maior interferência das cidades na vida do camponês, seus hábitos de consumo vão se alterando, acarretando em uma das causas de sua decadência (p. 29).

Queiroz (1976, p. 29), ao falar desse campesinato, coloca como seus traços diferenciadores os seguintes fatores: o camponês é um trabalhador rural, cujo produto se destina primeiramente ao sustento da família, sendo o excedente destinado ao mercado ou não; devido ao caráter da produção, (abastecimento alimentar da família, primeiramente), é policultor. O caráter essencial definidor de camponês é o destino dado ao produto, governando este todos os outros elementos correlacionados a ele.

A partir do momento em que o lavrador se dispõe a plantar para vender e o destino

⁶ Antuniassi, op. cit., p. 101.

de sua produção se modifica, sua organização de trabalho também se modifica, ou seja, somente os braços da família não são mais suficientes para atender essa nova organização. É nesse sentido que a autora aponta o desaparecimento do campesinato: fala do campesinato clássico, cujas estratégias produtivas baseiam-se na mão-de-obra familiar e as relações que mantém com o mercado são bastante fracas. Com o crescente avanço capitalista exercendo pressão sobre esse tipo social específico, a tendência seria mesmo sua desagregação. O cuidado para a análise da agricultura familiar hoje seria no sentido de observar o lugar que ocupa em relação à família e ao mercado. É essa posição que irá direcionar a observação dessa categoria, considerando-se toda a sua heterogeneidade.

Os trabalhos acima citados utilizam, em sua maioria, a categoria "camponeses",⁷ a partir de uma linha teórica que privilegia seus aspectos culturais. A partir dos anos 70, com o impacto da modernização da agricultura, os autores direcionam seu olhar para as relações entre a agricultura familiar e o capital. Assim, pode-se encontrar desde trabalhos que enfocam preferencialmente a trajetória e reprodução social dessa forma de produção, como os que analisam a organização do trabalho e subordinação ao capital, até aqueles cuja atenção é direcionada à organização do trabalho familiar.

As décadas de 1970/80, principalmente, foram o período de grande produção

⁷ A conceituação de campesinato na sociologia brasileira foi tema de numerosos debates há alguns anos. Velho (1978) discute a noção de camponês, afirmando que *"na literatura científica, e mais ainda, na literatura política, tem-se utilizado essa expressão de uma forma um tanto indiscriminada. Contra isso levantou-se Caio Prado Jr., argumentando a favor da utilização mais precisa da noção de camponês, reservada, então, para designar exclusivamente o pequeno agricultor que é empresário de sua própria produção"*. De acordo com Prado Jr. (1966, p. 201-5, apud Velho, op. cit., p. 97), *"a massa rural brasileira tem sido indiscriminadamente assimilada, no seu conjunto, a um campesinato. Isto é – se queremos dar a essa expressão "campesinato" um conteúdo concreto e capaz de delimitar uma realidade específica dentro do quadro geral da economia agrária – trabalhadores, pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros... – exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de "camponeses", forma uma categoria econômica-social caracterizada e distinta dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas proprietário mas também e principalmente, empresário da produção. Os trabalhadores de que se trata neste último caso, são empregados e suas relações de trabalho constituem prestações de serviço. Observaremos por ora que é a categoria de trabalhadores empregados e não de camponeses propriamente, que pertence a grande maioria da população trabalhadora rural brasileira. E os trabalhadores empregados constituem não somente essa maioria, mas ainda ocupam os principais e decisivos setores da economia agrária do país. Trata-se ou de assalariados puros (quando então a relação de emprego com respeito ao proprietário, empregador e empresário da produção é indisfarçável), ou de meeiros que só formalmente se assemelham a parceiro propriamente, mas são de fato empregados, tanto quanto os assalariados"*.

sobre agricultura familiar a partir de estudos de casos. Nessa vertente sócio-antropológica sobre o campesinato brasileiro, estão as pesquisas realizadas pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Entre esses trabalhos, pode-se citar Garcia Jr. (1975),⁸ Heredia (1977), Moura (1978), Fukui (1979), Sigaud (1979), Brandão (1981-1983).

Entre os trabalhos que inserem a discussão do campesinato brasileiro do ponto de vista das relações capitalistas, pode-se citar a obra de Martins (1981), que a exemplo de muitos estudos realizados nessa época sobre o campesinato brasileiro, faz uma retrospectiva das origens do campesinato tradicional à luz de sua relação com o coronelismo, as lutas e movimentos camponeses e conflitos, buscando traçar a trajetória camponesa e sua sujeição ao capital. Martins (1986) tem dedicado sua pesquisa na área de sociologia rural e nesse campo podem ser encontrados ainda trabalhos cujo enfoque é direcionado para discussão da (má) redistribuição de terras e todo o conflito que recobre a questão fundiária X trabalhadores rurais.⁹

Na mesma linha do autor acima citado, encontra-se Soares (1981), Velho (1976), Santos (1978). Paralelamente a esses trabalhos, encontra-se Vinhas (1972), cuja obra apresenta-se entre as que defendem a idéia de uma estrutura agrária do tipo latifúndio semifeudal ou pré-capitalista. Seu trabalho toma como categorias de análise os camponeses, a burguesia rural, proletariado e latifúndio, ao falar da estrutura social do campo brasileiro.

Wanderley (1988), ao pesquisar sobre os agricultores familiares de Leme (SP), aponta, entre outras coisas, alguns traços da agricultura familiar menos evidentes quando pesquisados. Ao lado dos traços característicos dessa categoria, como acesso à terra, propriedade dos meios de produção e trabalho familiar, coloca como sendo importantes para sua reprodução social aspectos como especialização, adoção de inovações tecnológicas, paralelamente ao autoconsumo, migração ou proletarização parcial da família (a essas estratégias, poderíamos juntar, numa discussão mais atual, a pluriatividade e a prática de atividades não agrícolas como formas de garantir sua autonomia), colocando que seriam esses últimos traços também definidores de uma certa contradição desse agricultor familiar inserido em uma sociedade capitalista.

Seguindo uma linha de análise sócio-econômica, encontram-se Kageyama e

⁸ É assinalada aqui a influência dos trabalhos de Palmeira (1971-1976), principalmente nos trabalhos de Garcia Jr. e Heredia.

⁹ Martins, 1984.

Bergamasco (1989/90) que, através de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980, procuraram responder a duas questões básicas: o número de produtores agrícolas familiares do Brasil e sua importância econômica nos anos 80, considerando-se, ainda, sua heterogeneidade, fazendo uma comparação entre suas principais características e as da empresa capitalista.

A vertente econômica que analisa a agricultura familiar vem sendo pesquisada sob diversos matizes, como por exemplo, através dos trabalhos de Abramovay (1994) e José Eli da Veiga (1994).

A agricultura familiar também vem sendo alvo de pesquisas e programas institucionais, como o PRONAF e estudos da FAO. Surgido da necessidade de se pensar políticas públicas para o setor, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar surgiu em 1995, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural. De acordo com seu texto, o Programa busca *"fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, contribuindo para a construção da cidadania no campo, modernização do interior e segurança alimentar da sociedade brasileira"*. Desde sua criação, muitos já foram os projetos, propostas e mudanças a partir do texto original, mas de concreto para os agricultores brasileiros, muito pouco ou quase nada foi feito. Institucionalmente, a agricultura familiar segue como tema de discussão de inúmeras reuniões, mas os projetos propostos não têm gerado resultados concretos.

Ainda de acordo com o PRONAF (op. cit.), afirma-se que a agricultura familiar tem sido afetada por fatores ditos externos, que fogem do controle dos produtores rurais, como por exemplo, não fazer parte de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento; ineficiência dos serviços agrícolas de apoio à agricultura; terra insuficiente e de má qualidade; crédito rural insuficiente; tecnologia agropecuária que se encontra distante de sua realidade; alto preço dos insumos. Como fatores internos, são apontados: falta de consciência dos agricultores familiares de que podem se unir e transformar sua realidade; dificuldade de identificar as causas internas de grande parte de seus problemas, considerada a falta da educação formal e informal; ineficiência na administração da propriedade, entre outros. Com base nesses fatores acima apontados, o Programa busca implementar políticas que possam suprir esse lado frágil da agricultura familiar. Como justificativa para o desenvolvimento de tais políticas, ressaltam a grande importância da agricultura familiar para o abastecimento alimentar brasileiro. Sobre a oferta de alimentos para o mercado interno proporcionada pelo segmento da agricultura

familiar, o texto afirma que em uma área três vezes menor, produz uma quantidade de alimentos igual ao segmento patronal, mas com a diferença de que produz para alimentar a população brasileira e não para exportação, como o outro setor.

No rol das pesquisas institucionais, encontram-se os trabalhos realizados pela FAO, entre eles o realizado em convênio com o INCRA (1996), onde a agricultura familiar brasileira é apresentada a partir de três características principais, a saber:

"a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em casos de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva" (p. 4).

Nota-se que aqui abre-se um espaço para os agricultores familiares que fogem da classificação tradicional da agricultura familiar, caracterizados também pela posse ou não da terra. Dessa forma, o relatório FAO inclui os trabalhadores sem acesso à terra dentro da categoria, discutindo então a questão da reforma agrária, incluindo esse segmento nas políticas públicas agrárias e de desenvolvimento sustentável. Nesse Relatório, a agricultura familiar foi delimitada de acordo com os seguintes critérios:

"a) a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor; b) não foram realizadas despesas com serviços de empreitada; c) sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três; d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões" (p. 5).

Retomando o que foi colocado no início desse trabalho, a agricultura familiar, como afirma Lamarche (1993), é um segmento que pode ser encontrado em diversas partes do mundo, sob diversas formas, podendo apresentar-se sob diferentes matizes, podendo ser muito próxima ao modelo camponês ou bastante integrada ao mercado. Como pôde ser visto ao longo desses dois primeiros capítulos, sua diversidade pode ser notada também nas diferentes vertentes que se dedicam a estudá-la. Muitas são as categorizações, denominações e noções que giram em torno do termo agricultura familiar que podem gerar confusões quando se trata de conceituar essa categoria. Dado o dinamismo com que vem se transformando a agricultura, as relações sociais nesse meio e a estrutura agrária brasileira, novas formas sociais surgem em meio a situações que

muitas vezes a teoria não dá conta de explicar. Como fechar em uma camisa de forças um segmento social que se apresenta sob múltiplas variações e cada vez mais estendendo-se nas mais diferentes atividades, escapando do escopo do rural? Como analisar esse agricultor familiar que lança suas estratégias de sobrevivência muitas vezes fora do espaço agrícola? A noção de agricultura familiar conforta teoricamente a todos, ao colocar essa categoria sob formas tão abrangentes. Se pode ser colocado como um fato que um trabalhador rural assentado faz parte do universo teórico da agricultura familiar, resta saber de que tipo de agricultor se está tratando, pois ele pode apresentar-se sob múltiplas variações. Este trabalho procura compreender as diversas relações em torno desse segmento, considerando-se a multiplicidade de situações com que se deparam os novos produtores rurais, inseridos em uma realidade que sugere a presença de um modelo alternativo de produtor rural que, mesmo fazendo parte de um quadro agrícola familiar, entende-se, quando necessário, a outras atividades (não agrícolas).

Nas décadas de 80/90, surgem trabalhos relacionando a agricultura familiar aos assentamentos rurais de reforma agrária, desde sua viabilidade sócio-econômica, perspectiva da educação, composição familiar, atividades agrícolas e não agrícolas e muitos outros. Estas pesquisas serão mais detalhadas a seguir.

Assentamentos Rurais de Reforma Agrária

Movimentos Sociais Rurais

É enfocada aqui a trajetória dos movimentos sociais rurais no Brasil nas últimas décadas e seu papel preponderante na consolidação dos assentamentos, enfatizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por sua atuação e organização junto aos trabalhadores rurais.

Conforme Gohn (1997, p. 143), a contribuição de Touraine sobre os movimentos sociais tem como ponto de partida o paradigma acionalista, quando elaborou uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir de uma análise dos movimentos sociais, nos anos 60. Nessa fase,

"(...) o mérito da abordagem de Touraine residia na importância conferida aos sujeitos na história - ou atores, como ele os chama - como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. O dinamismo dos sujeitos/atores é visto em termos culturais, de

confronto de valores (uns são afirmados e outros são reivindicados). Estes elementos, Touraine denomina-os "dialética de criação e controle"

Para a concepção acionalista, o movimento social é visto como uma ação de um grupo, de um ator coletivo. É nesse período que Touraine coloca como três pressupostos básicos para a existência dos movimentos sociais as noções de classe, nação e modernização. Influenciado pela teoria da modernização, nos anos 70 parte para a análise dos movimentos sociais nas sociedades dependentes, comparando-os aos movimentos sociais das sociedades dominantes. Nesse ponto, destaca como elementos constitutivos dos movimentos sociais o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. É no final dos anos 70 que ele abandona a via marxista de análise dos movimentos sociais para se concentrar sobre a ação social de outros grupos.¹⁰ Em artigo publicado em 1973, afirma que os movimentos sociais

"(...) falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios" (Touraine, 1978, p. 35, apud Gohn, 1997, p. 145).

Para Touraine, a teoria dos movimentos sociais desenvolve-se ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. A partir dos anos 80, passam a ser elementos constitutivos de sua obra a definição do ator social, a de seu adversário, a do campo de disputa e a do campo de conflito: *"os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultura, num dado tipo de sociedade"*.¹¹ Nos anos 90, volta a repensar sua teoria sobre os movimentos, a partir de sua transformação na sociedade capitalista, da própria sociedade e do mundo do trabalho, afirmando a necessidade de se repensar os movimentos sociais na atualidade, dada as grandes e recentes transformações sociais e a globalização.¹²

Em síntese, a concepção de Touraine (op. cit.) sobre os movimentos sociais, de uma forma mais abrangente, podem ser entendidas a partir dos seguintes pontos colocados a seguir, primeiramente de seu contexto histórico, do qual não podem ser dissociados:

¹⁰ Gohn, op. cit., p.142-145.

¹¹ Ibidem, p. 149.

¹² Ibidem, p. 150-152.

"O movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção social da historicidade de uma coletividade concreta" (p. 104).

Essa luta pela direção social da historicidade passa também por embates culturais:

"Os movimentos sociais não são nem os acidentes nem os fatores de mudança; são a ação coletiva dos atores de nível mais elevado, dos atores de classe, que lutam pela direção social da historicidade, quer dizer, das grandes orientações culturais pelas quais uma sociedade organiza normativamente suas relações com seu meio. A análise das sociedades deve fazer reaparecer os movimentos sociais antagônicos e seus jogos culturais comuns detrás da falsa positividade da ordem, das categorias da prática social e detrás das ideologias" (p. 40).

Da mesma forma que analisa sua relação direta com os aspectos conflituosos da sociedade dada, os agentes sociais orientam suas ações coletivas enquanto classe, no sentido reivindicatório. Dessa forma, a análise de Touraine sobre os movimentos sociais mostra que sua busca não vai necessariamente ao encontro de uma sociedade mais moderna ou avançada, mas sim, de uma outra sociedade, daquela que possa atender às necessidades dos atores que conduzem o processo social. Os movimentos sociais estão amparados sobre um processo histórico, contra os interesses do poder do sistema, em defesa de sua cultura e de sua coletividade; se embasam sobre sua própria experiência, em seu próprio destino.

"Em primeiro lugar, eu defino os movimentos sociais como as condutas socialmente conflituosas mas também culturalmente orientadas e não como a manifestação de contradições objetivas de um sistema de dominação (...). Em segundo lugar, a ação dos movimentos sociais não é dirigida fundamentalmente contra o Estado, mas pode ser identificada a uma ação política pela conquista do poder, ela é uma ação de classe, dirigida contra um adversário propriamente social (...). Enfim, um movimento social não é o criador de uma sociedade mais moderna ou avançada que aquela que ele combate; ele defende, em um campo cultural e histórico dado, uma outra sociedade" (p. 107-108).

Assim, esse autor não dissocia as orientações culturais acima citadas das situações de conflito, intrinsecamente inseridas no interior da vida social, bem como de um campo cultural (p. 104-105). Toda situação de mudança social, que pressupõe um dado movimento social, esta permeado por conflitos em relação aos atores e às esferas de poder, por onde permeiam os embates reivindicatórios, poder esse definido por Touraine nunca como apropriação, mas como dominação. Na sociedade industrial, o

conflito se dá na esfera do capital X trabalho, na formação de uma sociedade sem classes, enquanto que na sociedade pós-industrial o conflito está entre sistema X ator, onde esse último gerencia seus interesses, seu próprio destino.

"De um lado, o sistema se dissolve nas relações entre os atores; de outro, o ator desaparece esmagado pelas leis do sistema e da estrutura. De um lado, tudo é mudança; de outro, tudo é ordem. Posições igualmente inaceitáveis" (p. 78-79).

É nessa situação de conflito, de reivindicações e de embate social, ou mesmo de permanência ou reprodução social, isto é, em situações de mudança, que os atores adotam suas estratégias de ação:

"A mudança impõe a adaptação da organização social a um meio em constante transformação e à eliminação de toda referência aos princípios metasociais. Ele substitui aqueles não por novos valores, mas por condutas racionais e instrumentais" (p. 63).

No entanto, todo movimento de mudança está sujeito também ao seu inverso, e as resistências às mudanças surgem em oposição àqueles que de fato assumem os riscos:

"(...) é preciso colocar em oposição (...) as estratégias pobres e defensivas as quais são a base da escala social das estratégias diversificadas ofensivas e inventivas dos empreendedores e assumir riscos, porque eles podem ser mais limitados e melhores calculados."¹³

É esse mesmo autor, citado por Touraine, Crozier, que afirma que, enquanto se observa a sociedade burocrática sufocada por suas regras, lá mesmo, onde se encontram as regras mais formalizadas e mais detalhadas, as zonas de incertezas e conflitos podem surgir pela intervenção do meio, do mercado, pela aparição de novas técnicas ou simplesmente pela presença de incidentes.

"O poder pertence àqueles que podem controlar as zonas de incertezas, tomar as iniciativas e explorar as novidades, se instalar fora das regras, em uma palavra, as elites. Não é nada mais que a capacidade de introduzir, de dirigir e de utilizar a mudança. A este pensamento, que é a ideologia de todas as elites dirigentes, prontas a fustigar as resistências à mudança que se opõem às suas iniciativas e às suas conquistas, é preciso responder primeiro que os empreendedores, os chefes, não são somente os agentes de movimento, que eles criam também uma ordem e as barreiras para lhes proteger" (p. 64).

Para Scherer-Warren (1987), os movimentos sociais são definidos como

¹³ M. Crozier. **Le Phénomène Burocratique**. Paris, Seuil, 1963, apud. A. Touraine, op. cit., p. 64.

"uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)" (p. 20).

Caldart, ao referir-se mais especificamente aos movimentos sociais no campo, afirma que podem ser entendidos como

"um tipo particular de movimento social que se processo no contexto específico das relações sociais do meio rural, embora guarde relação com o conjunto da sociedade. São os movimentos e organizações de trabalhadores rurais (...) que lutam por melhores condições de vida no campo, o que necessariamente vem exigir transformações profundas nas relações sociais vigentes, no modelo dominante de desenvolvimento rural e na estrutura agrária do país" (p. 3).

Neste trabalho, os movimentos sociais estão sendo entendidos como a organização de indivíduos com reivindicações e ideais semelhantes, a partir de uma "vontade coletiva" que tentam assumir, através da prática, ações coletivas que possam culminar em benefícios concretos comuns ao grupo, consideradas suas necessidades num dado momento histórico e seu contexto cultural.

No Brasil, os movimentos sociais, relacionados ao meio rural são historicamente conhecidos, sendo destacados aqui os de décadas mais recentes, a partir da década de 40, no sentido de focar os principais movimentos que desencadearam os processos mais recentes de organização social no campo, cuja bandeira de luta se identifica com as propostas hoje defendidas. Entre os principais autores que pesquisam os movimentos sociais no Brasil, encontra-se Medeiros (1989), destacando as lutas dos posseiros, dos arrendatários, as campanhas salariais e as Ligas Camponesas, entre outras.

A partir da década de 40, período de aceleração da industrialização no país e intensificação das discussões sobre o atraso da agricultura e a necessidade de sua modernização, surgem reivindicações de setores ligados aos trabalhadores do campo. Data do início dos anos 50 os conflitos ocorridos como consequência da luta dos posseiros, na região conhecida como Formoso e Trombas, em Goiás; no sudoeste do Paraná e a luta dos arrendatários, em São Paulo. Paralelamente às lutas pela terra nesse período, também ganham relevância as campanhas salariais postas em prática pelos trabalhadores. Como principal manifestação de luta pela posse da terra no período, no

entanto, estão as Ligas Camponesas, originárias de reivindicações de trabalhadores rurais de Pernambuco. É também nessa época que acontecem manifestações sobre a necessidade de discussão sobre a reforma agrária, discussão essa interrompida com o golpe de 1964. A partir de então, tem-se como foco de resistência de luta o movimento sindical, malgrado a intensa repressão política em torno de sua constituição, além de alguns setores ligados à igreja. É no final da década de 70 e início da década de 80, com o esgotamento do período de repressão e em meio a manifestações e discussões que exigiam a abertura democrática e anistia, que surgem os primeiros sinais de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do qual fala-se mais detidamente no tópico seguinte.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acontece em um período de abertura democrática na década de 80, como consequência de uma série de acontecimentos e fruto da organização de movimentos sociais rurais no sul do país.¹⁴

¹⁴ De acordo com Fernandes (1996), o MST nasce a partir da organização de trabalhadores rurais nos municípios de Ronda Alta e Sarandi, quando, em maio de 1978, cerca de mil famílias, que desde 1968 arrendavam terras na reserva dos índios Kaingang de Nonai, tiveram que decidir por sua retirada devido a constantes conflitos com os índios, que reivindicavam a totalidade de sua reserva. Das famílias despejadas, 700 permaneceram acampadas em Sarandi/Ronda Alta e não tendo para onde ir, foram alojadas no Parque de Exposição Internacional de Esteio. Destas, 550 foram transferidas para o Estado do Mato Grosso (Projeto de Colonização Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda.), 128 famílias foram assentadas em Bajé (Cooperativa Mista Aceguá Ltda.), e os que permaneceram, sob o apoio de entidades e da Igreja Católica, passaram a realizar assembléias para discutir sua situação.¹⁴ Após uma tentativa fracassada de ocupação da fazenda Sarandi, em junho, 110 famílias ocuparam 14 meses mais tarde as glebas da Madeireira Carazinhense - Maquila, e após sofrerem pressões e ameaças, foram aceitas pelo Governo Estadual como candidatos a futuros assentados. Em setembro de 1979, 20 famílias realizaram uma ocupação na fazenda vizinha, a Brilhante, também em Ronda Alta; em outubro, nova ocupação, contando com 150 famílias, na fazenda Anoni, município de Sarandi, da qual são despejadas, surgindo daí o Acampamento da Encruzilhada do Natalino; em outubro de 1985, 1500 famílias, de 40 municípios do nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul, organizadas pelo MST, ocupam a fazenda Anoni. A partir destas ocupações cresce o movimento de ocupações de terra em vários Estados, através de diversas denominações: MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste (Paraná); MASTES (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Sudoeste (Paraná); Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo; Movimento dos Sem-Terra de Sumaré (São Paulo), entre outros. A disseminação, através da Igreja e pela imprensa, dessas experiências, fortaleceu e incentivou os trabalhadores a se organizarem, a discutirem entre si e realizarem encontros nacionais para troca de experiências, sempre com o apoio da CPT, já organizada a nível nacional. Em 82 foram realizados importantes encontros, como o regional Centro-Sul, em Medianeira - PR, e o nacional, promovido pela CPT, em Goiânia, com a participação de 16 Estados. Em janeiro de 83 foi realizado outro encontro em Chapecó, SC, de onde surgiu a Coordenação Regional Provisória, reunindo representantes do RS, SC, PR, SP e MS. Outros encontros, ainda no mesmo ano, foram realizados em Araçatuba - SP, Glória de

Também faz parte do contexto do surgimento do MST a modernização da agricultura com suas conseqüências desastrosas para os trabalhadores rurais, como expropriação, exclusão, perdas salariais, desemprego, migração rural-urbana. A exclusão social, atingindo milhares de trabalhadores não só na no campo como também na cidade, impele a organização de massas de trabalhadores excluídos em torno de um movimento com o qual se identificam e que buscam reivindicar, através dessa luta, espaços e condições de trabalho negados.

De acordo com Sader (1988), *“o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua apresentação”*. Na formação do movimento, a partir da conquista de seu espaço político e de socialização, os trabalhadores puderam elaborar práticas e formas de luta que os levaram a uma ampliação do sentido da luta pela terra, que além do seu aspecto econômico, mostra-se também como um projeto sócio-cultural que possibilita a transformação de suas próprias realidades.¹⁵

Conforme Stédile e Gorgen (1993), o MST tem como características principais o fato de ser um movimento de massas, ao mesmo tempo que um movimento político e sindical. Como fatores que determinaram seu surgimento, encontram-se os fatores de ordem econômica, sociais e políticos, além do contexto de abertura democrática que possibilitou a inserção dos trabalhadores rurais na luta e organização em torno de suas reivindicações. Destaca ainda:

- suas reivindicações e objetivos: desapropriação dos latifúndios, de terras de propriedades de multinacionais, além de defenderem uma política voltada para o pequeno produtor. Também entram em sua pauta de reivindicações a autonomia para terras indígenas, a desapropriação de terras próximas a açudes no nordeste para fins de assentamentos de trabalhadores rurais; investigação e punição para crimes contra trabalhadores rurais, cobrança de Imposto Territorial Rural, além de serem contra a colonização dirigida.

- suas formas de ação, sua prática: em um primeiro momento, os trabalhadores se organizam em grandes grupos para negociação com as autoridades e órgãos do governo; depois, utilizam como formas de pressão, ocupações de terras, praças e prédios públicos,

Dourados e Niviraí - MS. Em janeiro de 1984 foi realizado um encontro nacional em Cascavel – PR.

¹⁵ Fernandes, op. cit., pp. 68-69.

bloqueio de rodovias, acampamentos, tendo na resistência *"uma atitude política coletiva, um instrumento de luta"* (p. 56). As caminhadas e marchas são vistas também pelo Movimento como importantes formas de pressão sobre os governantes, uma vez que esse tipo de mobilização chama grande atenção da população, assim como os jejuns públicos e greves de fome também são considerados importantes instrumentos de sensibilização da opinião pública.

Para Fernandes (1996), são elementos fundamentais do MST a *práxis*, elaborada a partir da presença da Igreja, através das CEBs, transformadas em espaços de reflexão sobre a vida cotidiana e discussão sobre os direitos. Data de 1975 a criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra, como decorrência desse processo de inserção da Igreja na pauta de discussões sobre a questão agrária e organizações dos trabalhadores rurais.

- forma de organização do MST: Coordenação Nacional; Direção Nacional; Coordenação Estadual; Direção Estadual; Coordenações Regionais; Coordenação de Assentamentos e Acampamentos.

- estrutura do MST: Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional - Secretaria Nacional; Setores Nacionais (Relações Internacionais; Secretaria Nacional; Sistema Cooperativista dos Assentados; Frente de Massa; Educação; Formação; Comunicação; Finanças; Projetos) (p. 83).

- sua ideologia, em torno de orientações de cunho marxista oriundas de outros países.

Assentamentos Rurais

Em meio às discussões sobre a questão agrária no Brasil,¹⁶ o que se tem de concreto hoje são os assentamentos de reforma agrária,¹⁷ resultado de pressões de

¹⁶ As discussões sobre reforma agrária no Brasil, hoje amparadas em ampla bibliografia, remontam ao final dos anos 40, vista por Getúlio Vargas como uma possibilidade de ser incluída nos seus planos de governo. A questão é bastante discutida nos anos 50 e início dos anos 60, quando, com o golpe militar de 1964, seu enfoque ganha novos rumos. A respeito desse tema, cf. José Graziano da Silva (1971/1994). A questão agrária brasileira é discutida por Martins (1975), confrontando essa questão com a modernização e industrialização no Brasil. Outra obra de referência sobre as relações sociais no campo brasileiro, ressaltando as especificidades e condições do bóia-fria é D'Incao (1975).

¹⁷ *"A segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar assentamentos-modelos, fundamentados na matriz da produção coletiva e/ou associativista, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja, aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades de recursos financeiros. Nesse campo, vem ganhando peso duas outras formas de abordagem: a integração aos mercados e o patamar tecnológico. No primeiro caso, tem-se*

movimentos sociais de luta pela terra e adotados oficialmente como metas de governo como uma solução para a sempre adiada reforma agrária. Sua origem data de um pouco mais de uma década e seu surgimento coincide também com o período de abertura política e democratização do país. A bibliografia a respeito dos assentamentos aponta para diversos tipos de análises realizadas no decorrer desse relativamente curto período de existência que, de certa forma, são ainda insuficientes para conclusões a respeito de determinados fatos sociais que vêm ocorrendo no interior dos assentamentos. Estes, a partir de sua própria configuração, apesar do ideal do coletivismo, estariam permeados por conflitos internos, engendrados a partir de disputas internas pelo poder, gerando tensões, deixando clara a heterogeneidade existente. A junção de trajetórias de famílias de origem tão distintas em um espaço comum tem gerado tensões dentro dos assentamentos e chamado a atenção dos pesquisadores, interessados em compreender o funcionamento da lógica interna da pequena produção familiar em uma situação de "espaço criado", e é nesse espaço onde certas noções se impõem frente aos ideais de socialização, trabalho coletivo, mobilização de luta, organização política. E quem são os atores sociais desse meio criado? O que buscam, quais são suas metas? Estão todos de acordo, as finalidades são comuns?

Em Busca de Novas Categorizações

Ainda em busca de uma conceituação para a categoria "assentado", Esterici et al. (1992) colocam a discussão sobre até que ponto os assentados podem ser caracterizados como pequenos produtores, ou seja, se os assentados estariam imbuídos de todas as características tradicionalmente marcantes dos pequenos produtores, dos produtores familiares.

"Muitas vezes parece que, logrando acesso à terra, depois de períodos mais ou menos longos de pressão e reivindicação, e uma vez investidos, de alguma forma de controle sobre a terra, a tendência é a diluição das demandas, interesses, e da própria identidade dos 'assentados' num segmento maior de pequenos produtores. A preocupação se desloca para questões tais como a

afirmado a necessidade de não se entender os assentamentos como "guetos", e buscando alternativas de colocação de produtos agropecuários nos mercados, sobretudo em nível regional. Estas alternativas têm privilegiado a integração com agroindústrias (Leite, 1989) ou mesmo a possibilidade de internalizar a produção industrial nos próprios assentamentos (Maluf e Bilbao, 1988)" (Esterici et al., 1992, p.11).

produção, a produtividade, assistência técnica, políticas de crédito, etc. De fato, isso acontece e é possível ouvirem-se de grupos de recém-assentados referindo-se a si mesmos como pequenos produtores, procurando estabelecer vínculos político-administrativos com esse segmento maior, ainda que, no seu conjunto, nem todos os pequenos produtores passem necessariamente, pelos mesmos processos de enfrentamento" (Esterci et al. ,op. cit., p. 8).

A conceituação desses trabalhadores, muitas vezes de origens bastante distintas, nem sempre rurais, e, em alguns casos, exercendo atividades dentro e/ou fora do assentamento não ligadas à esfera do "agrícola" - rural, mas não necessariamente agrícola - leva à necessidade de se repensar as denominações e categorizações apressadamente impostas a eles. Em alguns casos, é clara a identificação com o conceito de agricultor, produtor rural. E o que traria de "novo" esse agricultor assentado, esse produtor familiar rural assentado? Em primeiro lugar, sua própria condição de assentado, de acesso à terra, ao crédito; suas formas de organização, econômica, política, familiar, produtiva. Sua condição diferenciada do agricultor "tradicional" pode levar esse novo produtor rural a organizar-se, a direcionar suas estratégias no sentido de garantir, a si e à sua família, sua reprodução social nesse novo espaço no qual está inserido. Se o termo "pequeno" produtor familiar não é comumente usado para designar o produtor familiar em algumas países, como por exemplo, na França, como foi visto na primeira parte deste trabalho, uma vez que a agricultura familiar pode abranger um segmento de produtores rurais que não se configuram como "pequenos" produtores rurais, no Brasil, esse setor – o da produção familiar – ainda é marcado pela presença dos pequenos. De acordo com a afirmação de Lamarche colocada na introdução deste trabalho, referir-se a esse setor somente em termos de agricultores que mantêm um nível de produção baseado em técnicas tradicionais, com baixos índices de tecnificação e longe do processo de modernização, é excluir um segmento da produção familiar pautado em níveis de tecnificação bastante avançados, podendo, mesmo com mão-de-obra reduzida, produzir para o mercado de forma competitiva. Da mesma forma, é colocada aqui ambigüidade que há por traz do termo agricultor familiar, se o que se considera sob a ótica do novo produtor rural familiar é aquele segmento que trabalha, vive e produz no meio rural, com trabalho familiar, mas as atividades nem sempre são somente direcionadas à agricultura.

Bergamasco et al. (1990), procuram na origem do assentado uma resposta à questão relativa à sua inserção no novo complexo dos assentamentos e sua relação com o passado:

"Na maior parte das vezes, os trabalhadores nunca foram proprietários, nem

sequer suas famílias até a terceira geração, o que não afasta a memória/presença viva da relação com a terra" (p. 269). (...) "Para os assentados, cujo passado, remoto ou presente, foi marcado pela condição de arrendatário, parceiros ou pequenos proprietários, a terra ainda é a expressão de um projeto de vida" (p. 272) (grifo meu).

Perguntam: "quem é o assentado: um ex-proletário, futuro pequeno produtor capitalizado?" (p. 269), recorrendo à diferenciação para localizar teoricamente essa categoria.

A busca por novas categorizações em torno do assentado passa necessariamente pela identificação com a terra, tanto no passado como no presente, ou seja, do passado trazem a "memória agrária", o que ajuda a explicar a relação presente com a terra. Se engajam-se em um movimento de luta pela terra, alguma "identificação" têm com ela. Ou seria a terra apenas o *locus* da manifestação da luta, da transformação? São ainda palavras das autoras:

"A chegada na área recoloca para esses sujeitos a relação terra e luta. São justamente esses sujeitos que constroem relações sustentadas pela solidariedade recriada como espaço político de resistência" (p. 272) (grifo meu).

Terra e luta, então, surgem, respectivamente, na "*memória/presença viva da relação com a terra*" e na esfera da mudança, transformação; solidariedade, categoria resgatada da tradição (das ajudas mútuas) e da modernidade (recriada em forma de luta e resistência). Em meio a esses dois universos, é apontada uma categoria em construção:

"A passagem à condição de assentado e a diversidade não pode ser explicada por meio de eixos analíticos mecanicistas. Não se trata de uma transposição mecânica através da qual o trabalhador deixaria a condição anterior e passaria imediatamente a assumir uma outra. Tal processo, longo, comporta sonhos, frustrações, realidade. Para poder pensar o assentamento como categoria em construção, faz-se necessário recuperar sua origem e alguns dos sonhos que os movem" (p. 274) (grifo meu).

No que se refere especificamente à esfera do assentamento, de acordo com Andrade et al. (1989), os termos "assentamento" e "assentado" foram criados a partir de uma necessidade da burocracia do Estado, para a ordenação e realocação de recursos fundiários sendo, portanto, uma criação a partir da esfera técnica e não política.

"Os termos 'assentamento' e 'assentado' (e similares) poderiam ser tomados como se seus conteúdos fossem evidentes em si mesmos, mas há tentativas importantes no sentido de conceituá-los. Para Andrade et al. (1989), por

exemplo, o termo 'assentamento' parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, e refere-se às diversas etapas da ação do Estado ao visar a ordenação e reordenação de recursos fundiários. Seria, portanto, uma categoria datada, cujos conteúdos são próprios das instâncias onde foi, a princípio, formulada. Sugere, segundo os autores, que as ações desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política; que os objetivos visados sejam a alocação de populações e a resolução de problemas sócio-econômicos; pretende que a seleção dos 'beneficiários' se faça com base em critérios técnicos. Supõe ainda que a preocupação, por parte do Estado, seja, primordialmente, com a produtividade e a viabilidade econômica. Passando ao Estado toda iniciativa, as populações pensadas como 'beneficiárias' dessas ações, seriam destituídas de seu caráter ativo e, como interpretam os autores, jamais são lembrados como 'ocupantes', grupos que lutaram pelo acesso à terra e que podem ser entendidas como agentes transformadores de suas condições de vida" (Andrade et al., op. cit., apud Esterci et al., op. cit., p. 5-6).

Paulilo (1994) refere-se aos assentados como "pequena produção assentada", utilizando, paralelamente, o termo "pequena produção agrícola" para a produção familiar, e faz a seguinte indagação: *"os produtores assentados podem ser identificados com o que se considera pequena produção agrícola no Brasil?"* A essa questão, reporta-se a uma outra discussão, que é a dos conceitos de "pequena produção" e "campesinato", discussão já levantada no Capítulo Dois dessa tese. Com relação a esse debate, a autora se coloca da seguinte forma:

" (...) acreditamos que se a pequena produção assentada, por um lado, pode apresentar diferenças significativas de outros grupos camponeses, principalmente com relação à participação política, elaboração compreensiva da realidade e presença de organizações coletivas, ela mantém uma semelhança importante: busca de reprodução enquanto pequeno produtor rural e não assalariado, seja urbano, seja rural" (p. 194).

Há ainda outros autores que analisam os termos pela ótica dos movimentos sociais que, ao assumirem esses termos, transformam seu conteúdo e os adaptam às suas lutas e reivindicações.

"(...) Ao assumirem esses termos, os trabalhadores, através de sua ação política, os vão modificando e acrescentando outros conteúdos associados aos processos de luta em que se encontram envolvidos. Critérios de seleção são questionados; a própria forma de exploração da terra é objeto de argumentação política; são impostas novas formas de demarcação, organização e reorganização do espaço. Assumem-se, pois, como 'atores', contrapondo-se ao Estado e à ordem vigente (ver, por exemplo, Franco, 1992; Vieira, 1990; Vianna, 1988)" (Esterci et al., op. cit., p. 6).

E os atores sociais em questão, como se interpretam a si mesmos? Absorvem

simplesmente os termos que lhes são impostos ou apresentam e incorporam outras noções?¹⁸

Nesse trabalho, toma-se os assentamentos rurais como um espaço de reprodução social da agricultura familiar, levando-se em conta os aspectos específicos desse espaço social, onde os atores têm trajetórias por vezes semelhantes mas não homogêneas. Como aspectos específicos, considera-se a noção de um "espaço artificialmente criado", a cujo acesso acederam por meio de pressões políticas através de movimentos sociais e organizações coletivas. Dessa forma, diferenciam-se dos produtores rurais tradicionais por seu acesso diferenciado à terra, crédito e organização em torno de reivindicações concretas (como educação, saúde, habitação).

Assim sendo, os assentados são analisados aqui sob a ótica dos novos produtores familiares rurais,¹⁹ no sentido de que não se configuram entre aquela categoria cujas características principais referem-se ao agricultor familiar "tradicional", mas no sentido de que se referem a uma outra lógica de organização familiar, política, profissional e produtiva. A forma como planejam e organizam suas estratégias sociais de reprodução dentro do assentamento, as formas de organização política, de reivindicação, de associativismo, os colocam frente a um outro paradigma da pequena produção.

Uma questão que tem sido alvo de muitos debates entre vários autores é a questão da heterogeneidade entre os agricultores-assentados, para quem as trajetórias individuais já trazem em si mesmas experiências variadas de trabalho que podem ter conseqüências diretas em seus projetos de vida:

"se os 'assentados' têm trajetórias diferenciadas - passando ou não por experiências de trabalho urbano, mais ou menos prolongadas, tendo tido na própria área rural inserções diversas na produção (como bóia-frias, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários) - o significado da terra no seu projeto de vida e, portanto, o caráter político da própria reivindicação por

¹⁸ Brandão (s/d, pp. 112/113), em "Os nomes do trabalho", refere-se às diferentes designações dos trabalhadores rurais da região de Catuçaba, S.P. De acordo com esse autor, "mais motivado do que os outros o nome comum que requalifica o trabalhador da terra é lavrador. Ao contrário do caipira, que habita um modo de ser depreciado, ou do sertanejo, que vive ainda em um lugar natural indesejado, o lavrador habita o trabalho que o define: tanto entre as pessoas que falam quanto nos cadastros do INCRA, onde o lavrador, também proprietário, se vê refletido como um "dono" e um trabalhador. Este é, portanto, um termo de um amplo sistema de nomeação de pessoas através do trabalho (...)". Lavrador, em toda a região, "é toda a pessoa que se ocupa e vive do/com o trabalho da "lavoura", (...) é aquele que planta por oposição àquele que cria". Mas "antes de significar aquele que "mexe com lavoura", lavrado qualifica aquele que trabalha na roça sozinho ou associado à mão-de-obra do grupo doméstico".

¹⁹ Como utilizado por D'Incao, 1991.

terra, pode variar muito. Como, então, pensar a possibilidade de um projeto político comum, de uma identidade que informe a ação coletiva desses segmentos uma vez assentados?" (Esterci, 1992, p. 9).

Por outro lado, há o argumento segundo o qual mesmo apesar de toda a trajetória diferenciada antes do assentamento, essas experiências podem servir a uma maior percepção no sentido de estimular o consenso comum e práticas coletivas, não sendo descartado, no entanto, os conflitos internos que podem surgir no período do assentamento, quando são feitas opções sobre questões políticas, práticas produtivas, entre outros:

"Um outro enfoque poderia ser assim resumido: apesar da heterogeneidade, das formas de inserção diversas na produção, das diferenças até de recursos e trajetórias, os momentos anteriores ao assentamento estimulam o consenso, tendendo a minimizar os conflitos internos. O contrário acontece no momento do assentamento, quando se explicitam e se agudizam diferenciações de várias ordens: referem-se tanto à trajetória de vida quanto de alinhamentos políticos, à constituição da unidade produtiva (famílias com capacidade de trabalho e necessidade de consumo diferenciadas), assim como à origem." (Esterci, op. cit., p. 9).

Nesse processo de construção coletiva de um novo espaço, o que se observa em muitos casos é que este acaba por configurar-se como um espaço de conflitos internos, devido à grande heterogeneidade observada entre as famílias assentadas.²⁰ Uma explicação para essa situação seria buscar, através da análise da trajetória individual dos sujeitos que compõem o assentamento, elementos que possam esclarecer esses conflitos, pois segundo Medeiros e Esterci (1994), reduzir a complexa teia de relações que é o assentamento a apenas uma seria empobrecedor.

Giacobbo (1994), ao analisar grupos familiares de assentados, parte da observação do desenvolvimento das relações entre o grupo social em questão e agentes e instituições (Igreja, Estado e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), procurando dimensionar as novas formas de organização da produção, direcionando a discussão para as "relações

²⁰ A discussão sobre a heterogeneidade entre as famílias assentadas já foi bem explorada no trabalho de Zimmermann (1994). Ao analisar um assentamento no Rio Grande do Sul, nota a grande heterogeneidade entre as famílias existentes, discutindo a partir de então a dinâmica interna de organização social e produtiva. Seu estudo privilegia "os mecanismos sociais internos associativos e dissociativos que interferem na consolidação do projeto de 'ser colono'".²⁰ Reconhecendo essa heterogeneidade, as famílias buscam um novo caminho rumo à homogeneização através da comercialização direta de seus produtos, eliminando assim o papel do intermediário, procurando superar a subordinação ao capital comercial. Como detentora de terras, as famílias buscam sua autonomia através de sua "transformação em produtores diretos de seus meios de vida e de mercadorias".

familiares específicas produzidas historicamente ao longo de trajetórias desse grupo social" (p. 28). É discutida a questão do assentamento como um "espaço social", ou seja, um espaço de relações sociais, e não um espaço geográfico: "*fazem parte de um espaço social aqueles agentes ou instituições que nele sofrem efeitos ou que neles os produzem,*²¹ *sendo portanto, um espaço construído e não dado empiricamente"* (p. 23).

Em busca de soluções práticas para a manutenção das famílias nos lotes conquistados, são muitas as alternativas, mas nem todas sustentadas por aqueles que vivem o assentamento do lado de fora. Como é sabido, o Estado surge nesse cenário como orientador da forma de gestão, impondo desde o início o associativismo como forma de operacionalizar o crédito, que não é concedido individualmente. Compreender o papel do Estado na organização dos assentamentos torna-se fundamental para se chegar até suas formas de configuração que acabam gerando as tensões acima colocadas, mesmo porque esse tipo de gestão através do associativismo nem sempre é reconhecido pelos pequenos produtores, no que se refere às interferências em seu ritmo e forma de trabalho, e nas tomadas de decisão interna das famílias. As escolhas individuais das famílias ficam ameaçadas, gerando conflitos e até mesmo exclusão.

Nesse sentido, torna-se importante analisar o papel do Estado junto aos assentamentos não só a partir da viabilização do espaço, crédito e assistência técnica, no sentido de interferência, mas também no sentido de parceria na concretização de projetos, como na área de educação, de apoio a cooperativas, infra-estrutura (construção de estradas internas, escolas, postos de saúde, eletrificação, telefonia). Nesses termos, o Estado muitas vezes se resume a repassador de verbas para a viabilização de projetos, para a formação de mão-de-obra capacitada; outras vezes, entra em parceria com universidades, como em casos de capacitação e formação de professores, como no caso do PRONERA, ou no apoio de projetos como de irrigação ou mecanização agrícola.

No que se refere às análises sobre a eficiência econômica dos assentamentos,²² estas apontam para um sentido animador, mas tão importante quanto isso é o significado

²¹ Bourdieu, 1989, apud Giacobbo, 1994.

²² Algumas pesquisas, baseadas em estudos de caso, podem ser encontradas em Leite, 1987; 1988; Veiga e Beze Jr., 1985, entre outros. Outros trabalhos ainda, analisam a reprodução econômica em assentamentos rurais: BNDS, 1989; Guanzirolli, 1990, Maluf e Bilbao, 1988; Tavares et al., 1979; Zamberlam e Florão, 1991, entre outros.

social que se revela na configuração dos assentados (a respeito das estratégias de viabilização econômica dos assentados, ver entre outros, Guanzirolli (1994); Zamberlam (1994).

De acordo com Castro (1995, p. 117), nas discussões sobre assentamentos rurais no Brasil, tanto sua forma organizativa como de auto-reprodução, surgem como elementos fundamentais de análise. Na concepção do MST, o individualismo seria um produto capitalista, enquanto que a busca pelo coletivo estaria ligada ao ideal de vida mais justa, daí sua importância:

"A inserção da produção familiar em um projeto coletivo pode gerar uma série de tensões. Na medida em que a família passa a fazer parte de um grupo maior, os assentados, podem surgir tensões entre os projetos familiares e a organização da produção, por um lado, e os projetos coletivos, por outro. Em primeiro lugar pode ocorrer um choque entre a autonomia na definição das estratégias de reprodução familiar e nas diretrizes traçadas pela organização ou movimento" (p. 126).

Tão importante para a implantação dos assentamentos são os movimentos que lhe deram origem, como a presença do Estado como viabilizador. De acordo com Medeiros e Esterici (op. cit., p. 13), a forma como o Estado atua sobre a questão agrária surge sob várias formas, tanto no sentido de reconhecer problemas e situações de conflito, como propondo soluções. Além disso, é ainda o Estado que, *"constituídos os assentamentos, impõe determinados padrões de organização da produção, criação de organizações, etc., que acabam por gerar internamente novas formas de diferenciação"*. Nesse contexto, a associação surge como fator importante de organização, fortemente vinculada à obtenção de crédito, sob a coordenação técnica de órgãos institucionais. Mesmo fazendo parte de um contexto de viabilidade econômica, a forma associativa nem sempre aparece como resultado da vontade dos produtores, mas sim, como imposição para viabilizar o crédito, oriundo do poder.²³

Na esfera institucional, pode-se citar pesquisas realizadas pelos convênios FAO/INCRA (1999), objetivando relacionar os principais fatores que têm potencializado e restringido o processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Coloca-se como objetivos específicos desse estudo a análise de dois assentamentos de grande viabilidade e desenvolvimento, e dois em menos desenvolvimento, em cada estado do Brasil e os fatores que viabilizam e que impedem seu desenvolvimento²⁴,

²³ Bergamasco e Ferrante, 1994, apud Bergamasco, 1994, p. 229.

²⁴ Entre os projetos de assentamentos de maior desenvolvimento, de acordo com a região,

apresentando as diretrizes e propostas políticas que possam atuar de forma satisfatória no desenvolvimento de projetos de reforma agrária. De início, impõe-se a pergunta o que é um assentamento desenvolvido, para a prática metodológica em questão. Para tanto, foi adotado o critério que orienta as diretrizes da Reforma Agrária²⁵

Projetos dessa envergadura podem ser importantes para auxiliar a implementação de políticas públicas específicas voltadas para a realidade dos assentamentos, tentando-se evitar, dessa forma, a evasão dos trabalhadores rurais que são assentados em locais com condições insatisfatórias de sobrevivência e produção. Em alguns casos, as desapropriações são feitas em áreas impróprias para as atividades agropecuárias; com recursos hídricos insuficientes; quadro natural adverso; distância dos centros urbanos, dificultando o escoamento da produção para os mercados; dificuldade de assistência técnica, entre outros.

A conclusão do projeto aponta para alguns critérios básicos no momento de escolha e implantação dos assentamentos para uma viabilização adequada dos mesmos, como escolha mais criteriosa do local para a disposição dos lotes, considerando-se as condições físicas de seu quadro natural, não desapropriando áreas cujo quadro natural apresente problemas, mesmo se a mesma já se encontre ocupada por trabalhadores sem terra. Disponibilizar criteriosamente os recursos referentes à correção química dos solos, ficando a cargo do INCRA, precedendo a instalação do assentamento, não ficando a cargo do assentado a utilização de seus recursos iniciais para essas atividades. É importante a localização dos Projetos de Assentamentos próximos a centros urbanos, para melhor escoar a produção para mercados e consumidores locais. Ficaria ainda a cargo do INCRA, com parceria com os governos estaduais e municipais, a infra-estrutura necessária ao assentamento, como estradas de acesso e de ligação entre os lotes. Por

encontram-se aqueles com maior disponibilidade de água, via irrigação, no Nordeste, potencializando atividades agropecuárias intensivas; já em terras de sequeiro, a adoção de sistemas adequados. O quadro natural apresenta-se como um fator que contribui para a potencialização dos assentamentos – água, divisão espacial. A existência de um processo organizativo coletivo, que favorece uma escolha e adaptação, sistemas adequados e divisão dos lotes. Em projetos de assentamento com menor desenvolvimento, estão aqueles que apresentam problemas no quadro natural (relevo acidentado, falta d'água e má qualidade do solo), limitando as atividades de exploração, excluindo-se desse caso, assentamentos de São Paulo e Pará. A origem, forma de ocupação e quadro econômico e produtivo, acesso ao crédito e assistência técnica, sistema de produção e organização, infra-estrutura também colaboram para as disparidades encontradas. É ressaltada ainda a grande diferença entre os padrões de desenvolvimento entre cada região pesquisada ou mesmo dentro de um mesmo estado.

²⁵ **Reforma Agrária – Coletânea dos Termos de Referência.** Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, outubro de 1997.

fim, é dado como importante o incentivo à organização de diferentes formas de produção, principalmente através de associações e cooperativas, além de viabilizar a instalação de agroindústrias familiares, além da orientação de políticas públicas específicas voltadas para esse público

A implementação de assentamentos rurais deve levar em conta esses fatores se o que se almeja é de fato a reprodução social das famílias assentadas e a garantia de trabalho e de vida em níveis satisfatórios. Acredita-se que, uma vez deparando-se com condições inóspitas, desfavoráveis à manutenção de suas atividades rurais, os trabalhadores assentados podem acabar por, senão desistir de seu projeto familiar de produção, pelo menos procurar outras atividades ou outros locais para sua sobrevivência. A saída encontrada então, para sua reprodução social, pode ser seu encaminhamento para atividades fora do quadro rural, assunto tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO TRÊS

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Introdução

É colocada a seguir a questão da agricultura familiar frente aos novos desafios da sociedade moderna, em relação ao desenvolvimento e à industrialização. Nesse sentido, é importante analisar a agricultura familiar a partir de um novo contexto, onde a diversidade tem, cada vez mais, um papel importante para a sobrevivência da agricultura familiar. A pluriatividade vem a ser analisada aqui como uma dentre as estratégias de sobrevivência. Numerosas pesquisas indicam que o fenômeno da pluriatividade não é somente uma resposta local a uma situação de crise, mas uma resposta à especialização, um fenômeno permanente que se instala, se desenvolve e transforma a sociedade rural.

Nos anos 60, a pluriatividade foi condenada, na França, por vários setores, em nome do "metier" do agricultor; quase 40 anos depois, vemos o mesmo se passar no Brasil. Segundo Gerbaux e Müller (1984, p. 205), *"a pluriatividade agrícola foi condenada por numerosos motivos, entre eles de frear o desenvolvimento agrícola e o progresso, de bloquear a propriedade, de devorar a terra dos verdadeiros agricultores"*, de manter pequenas estruturas sem futuro e de servir de obstáculo ao desenvolvimento agrícola. Foi também condenada pelas organizações sindicais operárias, pois acreditavam que os duploativos dificultavam as reivindicações sindicais e as demandas de melhorias das condições de trabalho. Se nos anos sessenta ela é marginalizada e excluída das políticas públicas agrícolas, hoje o problema se coloca totalmente diferente.

A partir dos anos 60, a pluriatividade entre os agricultores familiares franceses começou a chamar a atenção de sociólogos rurais, principalmente entre aqueles agricultores que, durante os meses de inverno, paralelamente às suas atividades agrícolas, exerciam atividades ligadas ao turismo e esporte. Esse fato, bastante analisado e descrito, possui extensa bibliografia que retrata inúmeros casos. Toma-se, então, o referencial teórico francês, que busca refletir e explicar casos que hoje são cada vez mais numerosos, trazendo para a discussão da Sociologia Rural situações bem mais complexas, uma vez que se trata de analisar a agricultura familiar - e a própria noção de família - a partir de outros pressupostos.

A passagem de camponeses a agricultores, no caso da França, implica em uma transformação de seu modo de produção, na integração ao mercado, na diversificação da profissão através da pluriatividade. O que é certo é que essa passagem conduz também a

uma profunda transformação em seu sistema de valores e, mesmo que alguns encontrem soluções no quadro da produção agrícola, a saída acaba sendo recorrer à pluriatividade.

No Brasil, apenas recentemente, mais precisamente a partir da década de 90, o tema vem sendo debatido com mais ênfase na Sociologia e Economia Rural, não sem muita polêmica e resistência de alguns setores acadêmicos, cujas linhas teóricas não concordam com o fato de que o agricultor puro, especializado, o agricultor familiar tradicional, está com seus dias contados. Considera-se aqui os agricultores familiares que, sós ou com seus filhos e esposas, dedicam-se, parcial ou integralmente, a alguma atividade paralela à agricultura. Famílias, cuja filha trabalha como empregada doméstica; o filho como assalariado em alguma fábrica; o pai como pedreiro; a mãe como costureira. Têm, um ou mais membros, atividades fora da propriedade rural, no entanto vivem dentro dela, pois a vida na propriedade é um fator primordial de estruturação (organização) familiar, que permite que a família, ou parte dela, dedique-se a outras atividades fora. Enquanto buscam inserir-se no mercado, a vida familiar na propriedade possibilita a segurança para a busca de trabalho externo em atividades paralelas, garantindo a manutenção do grupo doméstico, embora não seja somente essa o alvo prioritário. Outras vezes, estas atividades desenvolvem-se dentro mesmo da propriedade: é o caso das costureiras, das rendeiras, dos artesãos; dos pesque-pague; das propriedades rurais que se transformam em fazendas-hotéis em fins de semana ou durante as férias. São cada vez mais extensos os exemplos.

Entre os agricultores familiares que vivem dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária, a pluriatividade já é uma realidade, embora se realize ainda de maneira incipiente. No entanto, desde os próprios movimentos sociais rurais, como o MST, passando pelas instâncias governamentais, como INCRA, e entre alguns sociólogos rurais, cada um expondo suas próprias razões, todos tendem a negar essa realidade, minimizando, dessa forma, suas conseqüências. Fechar os olhos para esse fenômeno significa também não considerar políticas públicas específicas voltadas para essas situações.

Pluriatividade - O Caso Francês

Em sua obra **Os Agricultores**, Hervieu (1996), ao relatar as três fases de transformação por que passou a agricultura francesa, aponta que o auge de sua modernização agrícola (2º fase - 1945 - 1975 - os chamados 30 anos gloriosos) foi o momento em que o agricultor suplantou o camponês. A diferença é que o camponês, segundo Mendras, trabalha e produz de acordo com a coletividade do grupo em que está

inserido, cuja importância é a garantia de sobrevivência e consumo do grupo doméstico.¹ O agricultor, por sua vez, produz de acordo com a lógica do mercado, e é por esse caminho que conduz suas atividades. Foi essa revolução cultural, política, econômica e técnica que modificou o projeto político da agricultura européia.

Além, disso, "o mundo rural foi tocado pela ruptura que sofreu entre o local de trabalho (produção) e local de moradia. (...) Muitos agricultores não vivem mais em suas terras".² Muitos, ao utilizarem-se de modernas técnicas de produção, conduzem sua propriedade sem mesmo ter a necessidade de trabalho assalariado, uma vez que a mecanização quase total do trabalho permite à família gerenciar, às vezes mesmo de longe, a propriedade. Em outros casos, a falta de sucessor leva ao abandono da propriedade, cujos proprietários, incapacitados de conduzir a produção, acabam por mudar-se para centros urbanos; em algumas situações, a propriedade transforma-se em casas de veraneio. Enfim, são múltiplas as situações que mostram a mudança do quadro rural francês, sempre tendo em vista um mercado em mutação, que exige novas formas de adaptação para sua sobrevivência, o que muitas vezes significa uma ruptura com os modelos tradicionais, envolvendo a família, patrimônio, bens culturais. O local de trabalho, antes área agrícola por excelência, pode deixar de ter esse significado, passando a ser o local de trabalho, no seu sentido mais amplo: em uma cultura onde a propriedade agrícola familiar está permeada por uma cultura ligada ao patrimônio, a conservação da propriedade muitas vezes significa a manutenção, por mínima que seja, desse patrimônio cultural. As atividades não agrícolas surgem como soluções práticas de manutenção e sobrevivência de famílias agrícolas que, mesmo não residindo mais em suas propriedades, ou mesmo não extraindo mais de suas propriedades rendas provenientes da agricultura, transformam-nas em locais produtivos.

Hervieu (op.cit.) mostra que antes mesmo de ter assimilado as transformações dadas pela passagem de camponeses para agricultores, a França sofre uma terceira mutação, acarretando novas rupturas. Essa ruptura refere-se ao crescimento da produção, que deixa de ser sinônimo de desenvolvimento econômico e social e passa a ser prioritário, pelo controle do excesso de produção. Para entrar no século XX, o mundo agrícola deveria renunciar a uma agricultura baseada somente no trabalho familiar e se integrar em uma agricultura baseada em uma economia de mercado. É essa a lógica que se consolida hoje na França, cada vez mais inserida na lógica de mercado, voltando-se para novos objetivos.

¹ Mendras, 1978, p. 12-13.

² Hervieu, op. cit., p. 34-35.

Essa mutação econômico-cultural a que esteve exposto o agricultor francês, afastou-o de uma tradição, de um patrimônio de símbolos, não significando o fim do futuro para a agricultura familiar francesa, mas sim que ela deve estar inserida em meio a relações ao território, à natureza, à paisagem e alimentação, cada vez mais dependente das exigências européias e internacionais.³

Em uma revisão sobre a questão da ruralidade, Kayser (1990) apresenta as principais definições de mundo rural que ocuparam o debate acadêmico europeu e norte americano ao longo de três décadas, desde Mendras (1965), passando por Lefebvre (1970), Maho (1974), Moss (1980), até Chamboredon (1985), ressaltando uma "perpétua oscilação" entre as definições do que é rural e urbano, que ora divergem para a dicotomia, ora para o *continuum*, tendo esta última raízes antigas, plantadas no referencial teórico antropológico (Redfield, 1956). De acordo com Kayser, é preciso tomar a questão com cautela, apontando que *"a ruralidade não é nem o contrário da urbanidade, nem seu prolongamento; nem a degradação do seu estado antigo, nem seu ressurgimento"*.⁴ Para ele, não se pode falar de mundo rural sem falar dos agricultores, reconhecendo seu lugar e papel nesse espaço, tomando cuidado, no entanto, para não reduzir a análise do campo de estudo à "sociedade camponesa".⁵

Ainda na década de 80, apenas para citar alguns exemplos, pesquisas realizadas entre agricultores franceses⁶ apontam que a *"agricultura tem um lugar preponderante, mas não exclusivo"* e a seu lado coexistem numerosas atividades, como comércio e artesanato atestando, com isso, *"a presença de uma grande diversidade de atividades econômicas, agrícolas ou não, e a extrema permeabilidade do trabalho entre os diferentes setores"*. Não se trata de casos localizados, situados em regiões particularmente pobres, mas fazem parte de um quadro cada vez mais generalizado, sendo mesmo comum que grandes proprietários exerçam outras profissões paralelas às da exploração agrícola, como médicos, advogados, engenheiros.⁷ Ao lado de grandes explorações nota-se a presença de pequenos e médios camponeses que oferecem a força de seu trabalho para poder fazer sobreviver suas

³ Ibidem, p. 5-6.

⁴ Kayser, op. cit., p. 95.

⁵ Couto, 1998.

⁶ Hubsher, 1984; Lamy, 1984.

⁷ Lamarche, 1998, p. 2-3.

famílias.⁸

Em seu trabalho "*Les systemes d'emploi locaux*", Perret (1995, p. 75) analisa as práticas de emprego atípicas, baseadas no trabalho familiar e na sociedade local. Seu estudo parte da situação encontrada em regiões montanhosas, que sempre apresentaram situações particulares, passando de atividades pastoris às turísticas, sendo as atividades de emprego marcadas pela pequena empresa, estação (sazonalidade) e pluriatividade:

Em uma economia fortemente marcada pela sazonalidade, outro fator vem juntar-se a este: a combinação de atividades (em Savoi, 40% dos agricultores, 27% dos artesãos e comerciantes e 49% dos profissionais liberais são pluriativos). A pluriatividade também permite a inserção dos mais jovens no mercado de trabalho amplamente marcado pela sazonalidade (estudos mostram que somente 1/3 entre eles se estabelece em uma atividade permanente).⁹

De acordo com Lamarche e Epagneul (1993a, p. 121-126), mesmo em uma sociedade como a francesa, fortemente marcada pela cultura camponesa e pelo mundo rural, onde o mundo camponês é ainda muito identificado com o agricultor, o espaço da agricultura acha-se cada vez mais diminuído, e sua permanência vai depender muito da capacidade de reprodução das explorações agrícolas. Para essa afirmação, partem de uma análise da agricultura na sociedade rural em duas situações: 1) os anos que precedem os anos 80 veria a desaparecimento de 2/3 das explorações agrícolas; 2) rompendo com a evolução precedente, haveria uma inflexão das principais tendências de evolução anunciadas anteriormente. Segundo os autores, pode-se dizer que, se nada mudar, o número de explorações agrícolas hoje na França (1 milhão) não se reproduzirá, ligando-se a isso o fator idade e a falta de um sucessor. Apesar do aumento da população rural, a população agrícola continua a diminuir. Como fatores, apontam a urbanização do campo e a uma regularização da população.

De acordo com Müller et al. (1989), as atividades rurais não agrícolas, a saber, as que envolvem comércio, hotelaria, artesanato, serviços - são mal conhecidas e as novas configurações do mercado exigem cada vez maior aprimoramento no quadro profissional, modificações nas instalações rurais e uma adaptação do setor agrícola à essas atividades, pois

⁸ Farcy, 1984.

⁹ Perret, op. cit., p. 78-79.

*"(...) os novos dados do mercado, oferta e procura, em cada setor, influem diretamente sobre as **práticas profissionais**; elas impõem as transformações e a crise das atividades tradicionais se agrava. As profissões devem, doravante, **integrar novas competências e novas qualificações** que as formações tradicionais não podem assegurar. Como se operam, de fato, essas transformações? (...) Longe de abandonar o que configura sua originalidade, isto é, a combinação entre patrimônio, família e profissão, as novas práticas **recompõem de modo diferente** esses mesmos elementos. (...) Longe de ser marginalizada, a pluriatividade aparece mais viva que nunca. Não se trata de uma simples reprodução da identidade da pluriatividade conhecida, a pluriatividade agrícola; ela toma novas formas. Trata-se de uma atividade não agrícola. As combinações de empregos se dão no setor de serviços, de comércio, hotelaria...E sobretudo, é cada vez mais uma situação de escolha. Enfim, essas profissões, mesmo se sazonais (monitores, guias, pesca) não escapam às mutações que afetam as práticas profissionais tradicionais" (Grifo do autor) (p. 64-65).*

À procura de novas possibilidades, novas formas de pluriatividade surgem entre as atividades tradicionais, revestidas de uma outra forma produtiva e mais adaptadas às leis de mercado. Entre as atividades pluriativas, o setor artesanal, muitas vezes conjugado com o setor turístico, tem se configurado como um dos muitos que se desenvolve no meio rural, revestido hoje com novas características.

Segundo Farcy (1984, p. 91), em uma região desprovida de atividade industrial, a pluriatividade das famílias agrícolas deve ser analisada de acordo com sua relação com o artesanato e dá como exemplo agricultores que são ao mesmo tempo artesãos, onde são freqüentes as qualificações profissionais múltiplas.

Extrapolando a esfera tradicional, (*"Mendras diz que a pluriatividade é um traço histórico permanente das sociedades rurais. Jamais houve sociedade rural puramente agrícola e sempre se fez um pouco de tudo no campo"*) a atividade artesanal, ligada às práticas de muitos agricultores, transforma-se e ganha *status* de empresa. Nesse sistema tradicional, a empresa repousa sobre a família, o patrimônio, sendo o aprendizado local valorizado como espaço de socialização. No entanto, uma valorização crescente da qualificação profissional é observada.

Para poder driblar a crise decorrente da modernização, o camponês reinventa sua profissão, busca novas alternativas para poder permanecer no campo, ou seja, precisa "reinventar" sua profissão. É justamente sobre isso que o trabalho de Müller et al. (1989) trata: saber em que condições um outro futuro seria possível para o campesinato; se desejam continuar camponeses, deverão fazer alguma outra coisa além da agricultura. E "reinventar" a profissão do camponês significa exatamente, segundo os autores, encontrar soluções no próprio campo, desprendendo-se de noções estreitas sobre a "profissão" do

camponês, adaptando-a e compreendendo sua lógica. As soluções referem-se às estratégias de desenvolvimento que estão se transformando em relação à concepção de agricultura oriunda dos primeiros anos da modernização agrícola, havendo, então, uma ruptura, que se dá em função do modelo agrícola combinado com outras funções, como comerciais, artesanais, ou de serviço. O que se passa é o desenvolvimento de um novo espírito de empresa que não tem nada a ver com a cidade, não tomando as mesmas formas e não tendo a mesma visibilidade social. Os autores defendem a hipótese de que essas práticas conduzem a verdadeiros sistemas de exploração e referem-se à sua capacidade de auto-reprodução. Podem representar uma forma de sair da crise por uma parte da agricultura, o que não quer dizer que essa solução serve para toda a agricultura.

De acordo com o que foi colocado acima, tem-se a postura diferenciada de vários autores a respeito da ruptura com o modelo tradicional.

De acordo com Lamarche (1987), a exploração familiar agrícola é uma estrutura de produção dominante. Foi graças à super exploração desse trabalho familiar que alcança a modernização de seus métodos de produção e consegue assegurar o crescimento de seus rendimentos, nos anos 50, através da adoção de um "modelo produtivista especializado". O que se observa hoje é que essa agricultura confronta-se com as exigências de concentração em resposta à crise dos mercados. Em seu artigo *"Crises et permanence de l'exploitation familiale en France"* (op. cit.), o autor analisa novas formas de adaptação em resposta ao modelo produtivista,¹⁰ que permitem que o desenvolvimento de modelos alternativos da exploração familiar¹¹ não desapareça do cenário agrícola francês.

¹⁰ Segundo Lamarche e Epagneul (op.cit.), "o modelo produtivista apoia-se na concentração dos meios de produção sobre uma minoria dos produtores, crescimento da produtividade, superprodução, desenvolvimento desigual do meio rural, impactos negativos sobre o meio ambiente, etc. Tal cenário catastrófico implica a dominação exclusiva do modelo produtivista no desenvolvimento da agricultura, que corresponde à política de desenvolvimento agrícola dos anos 60-80. Nesse caso, a agricultura se reduz a um único papel de produção" (p. 145-146). Em outro artigo, Lamarche (1998), coloca que "o desenvolvimento dual admite a coexistência de dois modelos: um centrado exclusivamente sobre a produção agrícola e outro aberto à produção de serviços que admite a presença de atividades diferenciadas entre os agricultores e princípio de uma função plural da agricultura. Ao lado de todas as séries de medidas propostas para favorecer e proteger a intensificação da produção agrícola, novas disposições aparecem destinadas a favorecer a reprodução de agricultores em dificuldade que se encontram em zona de desertificação ou que não podem adquirir as estruturas de produção que lhes permite ser competitivos no quadro de uma agricultura de produção" (p.8).

¹¹ Delord e Lacombe (1984, p. 174), colocam a questão se ainda se pode falar de produção familiar, à qual respondem que sim, se o que se pretende considerar é que o essencial do trabalho agrícola é realizado pela família. No entanto, deve-se ficar atento para o contrário, uma vez que as famílias - com relação à sua atividade, sua renda, suas alianças sua formação seu patrimônio e sua história - são cada vez menos agrícolas.

Em meio a essa situação, o agricultor busca formas de assegurar sua reprodução social, sendo uma delas a inserção da pluriatividade na esfera de suas atividades. Em locais onde a prática agrícola torna-se desfavorável, seja pelo relevo, clima, solo, seja pela dificuldade de mão-de-obra no quadro familiar (êxodo dos mais jovens, envelhecimento dos chefes de família), a pluriatividade pode ser um caminho para a sobrevivência. Se na França já se observa uma retração da população rural ligada às atividades puramente agrícolas, no Brasil, recentes pesquisas têm seguido na mesma direção, num firme propósito de mostrar que essa realidade não pode ser desprezada. Fazer uma distinção clara entre rural e agrícola seria o primeiro passo para se compreender as transformações pelas quais passam o espaço rural, as atividades que cercam sua população e os ramos de atividades possíveis no meio rural para ela, valorizando a qualificação profissional, como a dos artesãos, por exemplo, e freando a migração rumo às cidades. Se alguns autores, como Müller et al. (op. cit.), tratam a questão do camponês a partir de uma necessidade de "reinventar" sua profissão, caso desejem permanecer no campo, colocam essa "reinvenção" como o aprendizado de novas práticas pautadas na idéia de desenvolvimento, transformação da concepção de agricultura e pressupondo uma ruptura, que seria o abandono do modo de ser camponês para uma combinação dessas atividades com outras "novas" funções. Consideram que um novo espírito empresarial tomaria conta dos camponeses instalando-se com uma nova lógica e solapando qualquer resquício de suas "estreitas noções sobre sua profissão". Ora, adaptar-se às novas situações, "reinventar" práticas requer não apenas uma predisposição para isso, como também tempo, não esquecendo que muitas vezes essa adaptação (que é gradual, processual) é, muitas vezes, forçada por uma conjuntura alheia à vontade deles próprios. Essa idéia está mais próxima ao que Lamarche acredita poder ser encontrada em novas formas adaptativas de modelos alternativos da exploração familiar, em resposta ao modelo produtivista, através, principalmente, da definição das atividades da exploração familiar e de pluriatividade, sendo essa última uma prática que pode aliar-se ao mundo agrícola sem incorrer numa ruptura de muitos de seus valores.

A Agricultura Familiar Frente as Novas Estratégias de Sobrevivência

Pluriatividade - O Caso Brasileiro¹²

"A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se refomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que geram novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural" (Graziano da Silva, 1996, p. 75).

"O trabalho externo de cada membro da família é menos uma iniciativa individual do que uma estratégia familiar, visando a reprodução de todo o grupo doméstico. O rendimento obtido graças a essa atividade reverte-se parcial ou até mesmo integralmente, à própria família. Não é raro ver pais ajudarem financeiramente os filhos emigrados e, vice-versa, filhos que partiram para longe enviar dinheiro à família" (Lamarche, 1993, p. 212, sobre a agricultura familiar no semi-árido nordestino).

As atividades não agrícolas hoje tomam conta do meio rural, principalmente em algumas regiões brasileiras. Se essas atividades já não são novidade em países desenvolvidos, no Brasil começam a chamar a atenção dos pesquisadores com seu crescente avanço. No entanto, atividades não agrícolas no meio rural não são recentes: os agricultores familiares, dada a precariedade e pobreza que sempre caracterizou sua existência, o distanciamento e mal conservação das estradas e meios de locomoção insuficientes que os separavam dos meios urbanos, eram forçados à produção de objetos e utensílios domésticos para sua própria utilização.

As atividades tradicionais não agrícolas, inseridas em uma nova realidade rural brasileira, de forma estruturada, pode ser tomada como parte de estratégias da agricultura familiar. Esta é aqui compreendida no contexto da exploração familiar desenvolvida por Lamarche (1987, p. 444), como sendo a unidade de produção onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente a aparição de noções mais abstratas e complexas tais como patrimônio e reprodução da exploração.

Sobre a discussão a respeito de pluriatividade, embora autores como Lamarche (1982;1984), Long (1986), Van der Ploeg (1986), Marsden (1990), entre tantos outros, já estejam trabalhando há algum tempo com noções de pluriatividade, o processo de

¹² Uma primeira versão dessa parte foi apresentada no XXXVI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1998.

"commoditização" na agricultura familiar, no Brasil somente recentemente o debate foi incorporado em setores restritos do nosso meio acadêmico, como por exemplo, em Graziano da Silva (1996), Schneider (1995), Sacco dos Anjos (1995) e Seyferth (1985), entre outros. Surge para explicar um processo que vem sendo observado no meio rural, onde cada vez mais atividades então tidas como sendo estritamente urbanas, têm ocupado aquele espaço.

Hoje a situação observada é de uma intensificação, na zona rural, seja entre a agricultura familiar, seja fora dela, das atividades não agrícolas,¹³ e não estamos falando, mesmo na situação brasileira, de casos isolados. Podem ser percebidas desde o setor hoteleiro, através de hotéis-fazendas ou fazendas-hotéis,¹⁴ spas, até clubes ou chácaras de aluguel para fins de semana. Em setores não tão capitalizados, as atividades não agrícolas também existem, e há mais tempo do que se tem feito parecer, embora em um outro nível de capitalização. Se na antiguidade populações camponesas lançavam mão de atividades não agrícolas, não somente como "estratégias adaptativas", mas também como forma de sobrevivência do seu dia a dia (a construção de balaios para o transporte da colheita até o mercado, por exemplo), hoje as populações rurais, no mesmo intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não agrícolas, adaptando-as ao sabor dos novos tempos: se têm caixas de papelão para o transporte de sua carga, o balaiço - se o considerarmos como fazendo parte de um processo cultural, do qual não deixara de ser fabricado - tem agora outro destino: o mercado, não mais como objeto de transporte, mas como artesanato. Passa a ser uma mercadoria, através do processo de mercantilização. No que se refere à complementaridade ou não dessas atividades à agricultura, atividades que não estavam necessariamente ligadas à complementaridade agrícola da vida camponesa, como sendo as do ferreiro, carroceiro, ferrador, poderiam constituir parte da identidade social camponesa do passado.

O termo pluriatividade, analisado à luz do campesinato do século passado, talvez não possa explicar certas atividades paralelas como parte de sua identidade social, pois talvez as atividades acima citadas fossem demasiado especializadas e recobrissem com certo *status* aqueles que as detinham (Cameiro, 1992). Por outro lado, se pensarmos nesses termos, a "identidade do camponês" estaria restrita a um campo de batatas. Levando-se em conta a estreita ligação entre o camponês e seus instrumentos de trabalho, restringi-lo a uma esfera

¹³ Mathieu, 1995.

¹⁴ "A fazenda-hotel, diferentemente do hotel-fazenda, é uma fazenda produtiva, onde as pessoas vão se hospedar e viver, realmente, o dia-a-dia de uma fazenda normal" (Couto e Couto Filho, 1998, p. 5).

onde somente pudesse manipulá-los (sem poder confeccioná-los ou consertá-los), dadas as condições de isolamento em que viviam, seria restringir sua própria identidade. Vista dessa forma, a pluriatividade, não como a discutimos hoje, mas sob a ótica do camponês-artesão, poderia estar presente no seu cotidiano. No entanto, a discussão atual sobre o tema levamos para a análise da reelaboração de certas atividades que, embora já fizessem parte da identidade camponesa do passado, hoje, frente a um novo processo produtivo, passam por uma reestruturação. Se considerarmos determinadas atividades não agrícolas, como por exemplo, o artesanato, a análise poderia partir de que, mais que um rendimento extra da unidade familiar, este fazia parte de seu cotidiano de trabalho, uma vez que muitos objetos eram confeccionados visando seu valor de uso (panelas, balaios, tapetes, colchas), e não seu valor de troca. Fabricá-los, mais do que dar continuidade a um legado dos antepassados, significava mais conforto, menos gastos, mais comodidade ou mesmo como única saída, dado o nível de isolamento de algumas populações rurais. Surge então o artesanato, revalorizado sob nova forma, abrangendo novos espaços de mercantilização. Ao deslocarmos a análise desse mesmo caso de pluriatividade como fenômeno recente, poderíamos dizer: a atual crise da agricultura, com todas as suas conseqüências, "forçou" certas camadas da população rural a definir-se por dar continuidade, como estratégia de sobrevivência e reprodução social, a uma atividade que sempre exerceu, para seu próprio uso, e reorientá-la, agora, para uma atividade econômica extra, ou melhor dizendo, para uma nova atividade econômica, independente.

Analisadas em termos de regiões, as transformações do mundo rural brasileiro têm sido alvo de pesquisas levadas a cabo em vários pontos do país, que vêm confirmar que o espaço rural não é mais somente o de atividades agrícolas.

Sobre as recentes pesquisas a respeito das transformações no campo com relação ao processo produtivo e organização do trabalho familiar, encontram-se, por exemplo, o trabalho de Schneider (op. cit.), no Rio Grande do Sul, Schneider e Navarro (1998), analisam os impactos nos processos de trabalho em áreas rurais, identificando e analisando as distinções entre o trabalho rural agrícola e não agrícola, fazendo uma aproximação ao estudo da pluriatividade e da agricultura a tempo parcial no Brasil e no Rio Grande do Sul e dando atenção especial à emergência das atividades não agrícolas no meio rural; Couto e Couto Filho (op. cit.) na Bahia, Gomes da Silva (1998), no Estado do Rio Grande do Norte

De acordo com Graziano da Silva (1997, p. 3), *"já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com a agricultura"*. O autor aponta que, a partir dos anos 80, atividades agropecuárias tradicionais não davam conta de explicar, sozinhas, a dinâmica do

emprego e da população no Estado de São Paulo. Dever-se-ia levar em conta variáveis como atividades rurais não agrícolas, decorrentes da crescente urbanização do campo, como moradia, lazer, turismo e outros serviços, além de atividades de preservação do meio ambiente, pequenos negócios ligados aos agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), propícios à sua inserção econômica no mercado. Sua conclusão é de que o Estado de São Paulo não pode mais ser avaliado somente pelo conjunto de atividades agropecuárias e industriais, pois as atividades rurais vêm ganhando "novas funções". Essa expansão de "novas atividades rurais" - agrícolas e não agrícolas - vem propiciando novas oportunidades para pequenos produtores.¹⁵ Chamar de "novas" essas atividades significa dizer, também, que, embora muitas delas sejam seculares, no entanto somente há pouco tempo vêm ganhando importância como atividades econômicas. Tidas anteriormente como "atividades de fundo de quintal", passaram a alternativas de emprego e renda no meio rural, muitas vezes envolvendo verdadeiras cadeias produtivas, serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados no ramo da distribuição, comunicação, embalagens (p. 18). No caso do artesanato, este talvez seja um dos melhores exemplos para trazer à pauta esta discussão, visto que sempre esteve ligado, de uma forma ou de outra, à vida camponesa, seja do camponês clássico,¹⁶ seja do nosso caipira do interior.¹⁷ Como atividade não

¹⁵ Graziano da Silva, 1997, p.3.

¹⁶ A própria história do arado, instrumento fundamental da vida camponesa, mostra sua confecção como parte da vida camponesa européia através dos séculos (Haudricout e Delamarren, 1955). O arado e a charrua certamente foram os instrumentos que ajudaram a modificar e transformar a terra cultivável nos lugares onde foram utilizados; seu domínio se estende pelo mundo e suas formas e funções foram se modificando ao longo dos séculos. O arado, associado à vida semi-nômade, teve grande importância na cultura de cereais e sobre o papel do comércio e na disseminação de determinados cultivos por todo o Oriente. A incorporação de cada técnica, além das muitas conseqüências que traz para a sociedade que a adota, comporta também o emprego e a aquisição de gestos, a maneira de utilizar os instrumentos, as atitudes que caracterizam o uso do aparelho pelos grupos humanos, sendo que as diversas maneiras de utilizar um mesmo instrumento diferem de um grupo para outro. A mudança de um instrumento - por exemplo, a passagem da pá para o arado - não é somente a adoção de um novo instrumento de trabalho, mas também a adoção de um novo sistema, outro ritmo de trabalho, nova atitude corporal, ligados ao instrumento e à maneira de empregá-lo. Ao tentar descrever a trajetória desse singular instrumento através da história do camponês europeu, Fitzgerald (s/d) salienta que a adoção de novas práticas agrícolas como de novos instrumentos vinculam-se fortemente às práticas sociais de determinadas sociedades em determinados períodos (Couto, 1995, mimeo).

¹⁷ Como assinala Cândido (1964), embora estejam desaparecendo, alguns utensílios, fabricados pela própria população caipira, fazem ainda parte de sua própria auto-suficiência econômica: prensa de mandioca, monjolo, moinho, engenhoca, pilão de pé, prensa manual, peneiras, raladores, roca de tear. Muitas vezes encontramos, pelo interior objetos, antes confeccionados artesanalmente para utilização na casa e no trabalho, como no caso citado, sendo feitos e comercializados como souvenirs

agrícola, faz parte do seu cotidiano como forma alternativa de aquisição de produtos que não pode adquirir no mercado; seja manifestação artística cultural herdadas dos antepassados e que querem preservar. O fato é que sua presença é uma realidade entre muitas no meio rural. O que se pode salientar dessa atividade, hoje, é sua incorporação como valor de troca, inserida como atividade de renda e estratégia para a reprodução social da agricultura familiar. Atividades tradicionais não agrícolas, como o artesanato, estão passando por um processo (lento, às vezes imperceptível) de reestruturação que as coloca junto - e associadas a outras atividades, como o turismo rural - à discussão rural-urbano. O pequeno agricultor que basicamente planta para a subsistência, sempre dividiu seu trabalho e o de sua família com atividades manufatureiras. Nesse sentido, pode-se dizer que mesmo mínima, a renda conseguida do artesanato colocava essa atividade como fundamental para sua sobrevivência. Esse "*part time farmer*" sempre compartilhou seu trabalho agrícola com atividades não agrícolas, com a diferença de que hoje, ao invés de utilizar a produção não agrícola para gerar renda complementar, essa última vem se tornando cada vez mais importante na vida dos agricultores, podendo ser considerada como uma atividade totalmente desvinculada, independente, da agrícola. Hoje, ao invés de utilizar seus produtos como utensílios domésticos, o agricultor-artesão tem cada vez mais assumido o seu negócio, tomando de que essa pode ser uma atividade lucrativa. Em algumas localidades rurais, demarcadas por sua proximidade com grandes centros urbano-industriais ou mesmo agroindustriais, o trabalho rural tem se tornado cada vez mais permeado pela transformação do processo produtivo. O que faz colocar determinadas atividades não agrícolas no rol de novas atividades realizadas no meio rural? As atividades não agrícolas que devem ser analisadas hoje são apenas aquelas permeadas por um processo produtivo que tem seu ponto máximo nos CAIs indo até os difundidos pesque-pague? O que permeia o novo? São as suas formas de organização?

Outro aspecto importante diz respeito (e aqui entra a questão cultural) ao significado, antropológicamente falando, da realização do trabalho artesanal por agricultores-artesãos. A atividade, longe de representar um fardo a mais, faz com que eles aumentem a (percepção) de sua importância, ao incorporarem uma atividade manual, reconhecidamente artística (o artesanato) a uma outra atividade, também manual, mas que não é, por eles próprios, devidamente reconhecida (a agrícola). O artesanato, longe de arrastar o pequeno agricultor para fora de sua área rural, faz com que ele tenha uma forma de lá permanecer com níveis de renda bem melhores, melhorando seu padrão de vida. O tempo gasto nas duas atividades

da vida caipira.

continua o mesmo, mudando as formas de produção, alguns instrumentos de trabalho, contratação de ajudantes, modificação nas formas de transporte da matéria-prima, formas de comercialização e instalação de trabalho. Dada a extensão da família, a distribuição das tarefas permite o não abandono das tarefas agrícolas devido à aceleração da produção artesanal.

Este capítulo procurou salientar o panorama das atividades não agrícolas cada vez mais amplo com o qual se depara o produtor familiar, procurando estabelecer as bases para uma discussão que está longe de terminar: quais as saídas que tem o produtor familiar, para que consiga manter-se na terra e assegurar sua reprodução social? Se a pluriatividade das famílias agrícolas é uma realidade, como discuti-la frente a uma situação específica, entre os produtores familiares assentados?

A seguir é apresentado o Capítulo Quatro, sobre a situação agrária do Estado de Minas Gerais e o quadro atual dos assentamentos rurais nessa região.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO QUATRO

MINAS GERAIS: PAISAGEM AGRÍCOLA E SÓCIO-POLÍTICA

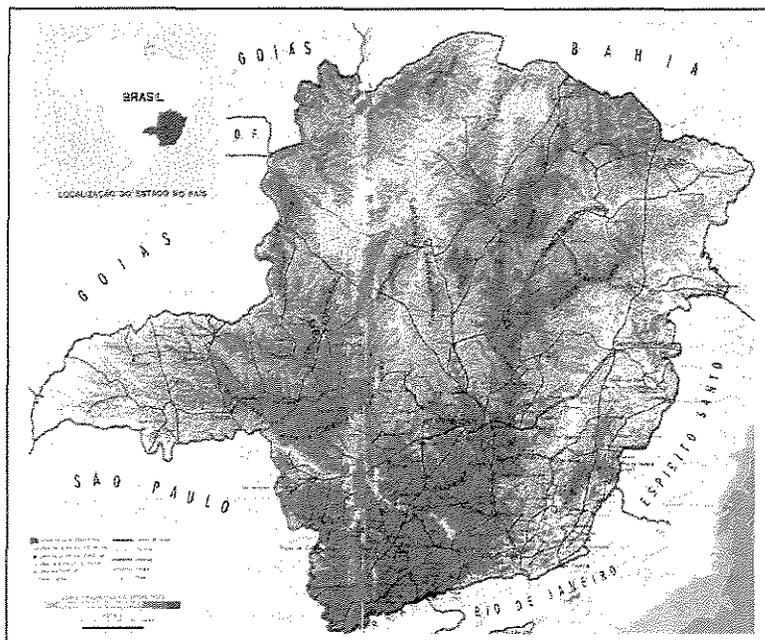


FIG. 1: Mapa do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Atlas Geográfico Brasileiro

O presente capítulo tem por objetivo fazer um breve histórico do Estado de Minas Gerais (FIG. 1) para poder situá-lo no cenário econômico, político e social, a partir da década de 60, contextualizando os movimentos sociais rurais, desde o movimento dos trabalhadores rurais, anterior à década de 60, até o surgimento, na década de 80, de movimentos de luta pela terra. Sobre estes últimos, vão desde as organizações de posseiros, como no Noroeste de Minas, sindicatos, como no Triângulo Mineiro, passando pela organização do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), até a atuação da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais) no apoio aos trabalhadores sem terra. É também objetivo deste capítulo a recapitulação histórica do Triângulo Mineiro, região onde está localizado o assentamento pesquisado. Vale lembrar que o cenário onde atuam os movimentos sociais rurais difere do que ocorre em outros Estados, pois além das diferenças históricas e reivindicativas, há uma multiplicidade de movimentos que atuam na área, como MST, MLTR (Movimento de Luta dos Trabalhadores Rurais), MLT (Movimento de Luta pela Terra), STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), ACA (Associação Cáritas), dos

quais falaremos mais detidamente a seguir, além da presença bastante forte da FETAEMG, que, de certa maneira, ocupou um lugar que normalmente, em outros estados, caberia ao MST. Este aos poucos vem se estruturando no Estado e pode-se perceber sua presença em regiões onde até recentemente não tinha muita força, como no Triângulo Mineiro. Nas ocupações mais recentes na região, bem como nas negociações junto ao INCRA, tem se mostrado presente.

Também devido às suas dimensões geográficas, o Estado de Minas Gerais configura-se de forma particular no cenário nacional. O Estado é marcado política e culturalmente por diferenças significativas, que ora o aproximam de São Paulo, ora de Goiás, ora da Bahia. A história de ocupação do Estado também se deu de forma diferenciada, bastante marcada pela busca incessante de ouro e pedras preciosas do início do século XVIII, principalmente nas regiões da Chapada Diamantina e regiões de Ouro Preto e Mariana.

Do ponto de vista político, o Estado de Minas Gerais sempre esteve ligado a uma tradição conservadora, cujas recentes mudanças, algo impensado há duas décadas atrás, principalmente no Triângulo Mineiro, chamam a atenção pela rapidez com que vem ocorrendo, que extrapolam o plano político, passando pela transformação da paisagem agrícola e econômica.

1 – Caracterização dos Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais

O contexto dos movimentos sociais rurais em MG apresenta-se de forma peculiar frente a outras regiões. No contexto de assentamentos rurais, destaca-se o papel da FETAEMG como importante mediadora entre os assentados e o Estado, uma vez que o MST, em algumas partes do Estado, teve pouca penetração, como é o caso do Triângulo Mineiro.

Os trabalhadores rurais de Minas Gerais iniciaram um movimento de organização com a fundação de Sindicatos e Ligas Camponesas, no início da década de sessenta, quando conflitos pela posse da terra ocorriam em várias regiões do Estado. A partir da intensificação dos conflitos, a Igreja, pela ação dos seus setores mais conservadores - os Círculos Operários Cristãos - começaram a ter uma participação mais efetiva na organização dos pequenos produtores, numa tentativa de frear a influência de setores de esquerda no campo.¹

Os movimentos sociais em Minas Gerais datam do período anterior à década de 60, como o de operários e trabalhadores rurais. Com o Golpe de 1964, estes praticamente desapareceram ou atuaram na clandestinidade, devido à grande repressão a que estiveram sujeitos, ressurgindo, sob novos aspectos e com outras práticas, a partir de meados da década de 70. Entenda-se que a organização autônoma dos trabalhadores rurais, anterior ao golpe, que começava a se estruturar, fora substituída, em Minas Gerais, pelo sindicalismo oficial, cuja função restringia-se à criação de sindicatos como extensão do FUNRURAL, até mesmo diferenciando-se da orientação nacional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tinha na luta pelos direitos trabalhistas uma de suas principais bandeiras. Durante as décadas de 60/70, transformações na indústria, com sua modernização e criação de novos distritos industriais e parques metalúrgicos afetam as relações operárias, levantando novas questões sobre a gestão da força de trabalho. Estas mudanças se fazem sentir também no meio rural: surgimento e expansão das agroindústrias, empresas de reflorestamento, soja, pecuária, café e cana-de-açúcar. A agricultura familiar é particularmente afetada, pois as transformações na agricultura tiveram por consequência a concentração da propriedade e da renda, excluindo de suas parcelas um grande contingente de trabalhadores que, sem outra alternativa, foram obrigados a se transferir para as periferias de grandes cidades, atrás de trabalho assalariado. Em outros casos, buscaram empregos temporários, dentro mesmo da

¹ Sgrecia e Gadelha, 1987, p. 51.

agricultura, em outros Estados, ou como bóia-frias.² Esse processo se faz sentir de forma diferenciada, de acordo com cada região do Estado, com conseqüências semelhantes, com diferentes desdobramentos no que se refere à condução das lutas:

"A capitalização do campo, porém, não se dará de modo uniforme, mas de forma extremamente diversificada por regiões do Estado. Isso decorre, em parte, de diferentes programas governamentais, incidindo diversamente em áreas distintas do Estado, mas principalmente, em conseqüência da diversidade de estruturas agrárias preexistentes nas diferentes regiões, o que determina, na maioria dos casos, as estratégias com que os diferentes capitais se dirigem ao campo. (...) No que se refere aos trabalhadores rurais, por outro lado, essa diversidade de situações agrárias regionais teve, como conseqüência, uma crescente diferenciação de tipos de trabalhadores e de problemas e tipos de exploração que os afligem em diferentes regiões do Estado. Suas lutas, por isso mesmo, serão também diversificadas, quer se trate de trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários, de pequenos produtores que se utilizam de créditos bancários e lutam por melhores preços para seus produtos, quer finalmente se trate de agricultores que perderam suas terras pelo avanço da grande empresa e da grilagem e tentam reavê-las" (Pompermayer, op. cit., p. 11).

O "I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais", com a presença de representantes de todo o país e suas diferentes correntes de representação do movimento camponês, teve lugar em Belo Horizonte, em novembro de 1961. É em um contexto de acirramento dos conflitos no campo, somado ao fortalecimento dos movimentos sociais rurais, que a CONTAG assume as propostas do Congresso de Belo Horizonte como linhas de ação. Em meio a esses acontecimentos, são aprovados o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), diversos projetos de reforma agrária, bem como a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). A estrutura sindical se mantém, em Minas Gerais, mesmo quando, em 1964, os 24 sindicatos de trabalhadores rurais e duas federações são desarticulados pelo regime militar. Paralelamente, surge o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).³

No quadro a seguir é apresentada uma síntese dos principais fatos relacionados ao sindicalismo rural em Minas Gerais a partir de 1964.

² Pompermayer, 1987, p. 9/12.

³ Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 51.

Quadro 1. Síntese dos principais fatos relacionados ao Sindicalismo Rural em Minas Gerais após 1964.

Data	Acontecimentos
1964	Golpe Militar – retomada do contato com os sindicatos de linha moderada por parte da Federação dos Círculos Operários Cristãos, após o golpe
1965	Instalação de uma Delegacia da CONTAG em Belo Horizonte, M.G.
1968	Fundação da FETAEMG; a nova diretoria toma como plano de ação o fortalecimento dos sindicatos existentes; fundação de novos sindicatos e campanhas de sindicalização
1972	Abandono do trabalho anterior e priorização de convênios com órgãos do Estado. Configuração de uma linha assistencialista da CONTAG. FETAEMG aproxima-se do Estado autoritário, que tinha como prioridade esvaziar a representatividade sindical através do PRO-RURAL 6 Programa de Assistência Previdenciária ao Trabalhador do campo)
1971/1975	Fundação de 165 sindicatos – FETAEMG distancia-se da orientação do MSTR nacional
1979	Realização do III Congresso Nacional. Em um clima de acirramento dos conflitos pela posse da terra, O MSTR passa a estimular as lutas dos trabalhadores (Medeiros e Soriano, 1984, apud, Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 53)
1981/1984	FETAEMG tenta se adequar à realidade do país e do movimento sindical. Tiveram importante papel nesse direcionamento o movimento Pró-CUT, encontros nacionais, promovidos pela CONTAG, além do aumento dos conflitos por posse da terra no norte de Minas e greve dos canavieiros em Passos (Cf. FETAEMG, 1981/84, apud Sgrecia e Gadelha, op. cit, p. 53)

Fonte: Baseado em dados de Sgrecia e Gadelha, op. cit.

Com relação ao papel do Sindicalismo em Minas Gerais na luta pela reforma agrária e sua convivência com o MST, é afirmado que

"A FETAEMG tem essa linha muito institucional, mas ela tem um papel, porque ela agrega historicamente o sindicato rural, que mesmo na sua contradição, ele surgiu aí, se fortaleceu e tá aí, como um dos espaços de luta pela reforma agrária. E essa linha mais combativa da FETAEMG, ela está na frente na luta pela terra no Estado. O Noroeste, principalmente, é um lugar que as lutas pela terra são dirigidas pelo movimento sindical, pela FETAEMG, que os seus dirigentes lá são combativos. (...) No noroeste, no Alto Paranaíba e no Rio Doce, deu uma reorientada muito grande, quem hoje tá na frente da direção são pessoas muito comprometidas com essa luta. No Jequitinhonha, então, tem um papel muito importante. O MST tem um papel super importante, porque foi a partir dessa experiência do sul e desse início de experiência em Minas a partir do Jequitinhonha e do Mucuri, que essa luta pela terra, a partir das ocupações virou uma prática de luta importantíssima, então o MST tem o seu papel, então acho que o que é importante aqui em Minas é a unidade desses movimentos na luta que interessa, que é a luta de todos" (Cida, entrevista, Belo Horizonte, 1997).

A história dos movimentos sociais em Minas Gerais deve ser entendida, como foi colocado anteriormente, em sua diversidade, ao longo das 3 últimas décadas. A regionalização dos conflitos, suas raízes e a forma como se desenvolveram guardam características próprias dados o seu contexto específico. Ressalta-se que o processo de modernização da agricultura, com sua política excludente e o sistema de crédito rural (1964), afetam profundamente a agricultura brasileira e a pequena produção, particularmente, fazendo-a totalmente dependente das estruturas de mercado, subordinando-a totalmente ao capital.

"São beneficiários desse processo seletivo os estabelecimentos de médio e grande porte, algumas regiões em detrimento de outras e os empresários que se dedicam à produção para exportação e transformação agroindustrial" (Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 58).

Como reflexos sociais do processo de expansão do capital na agricultura brasileira, observa-se a transformação nas relações de produção, concentração fundiária, subordinação da unidade de produção camponesa, redução na produção de alimentos, descapitalização cada vez maior dos pequenos produtores, desestabilização do trabalho familiar, bem como a perda da sua autonomia e crescente pauperização. Pode-se dizer que o desenvolvimento desigual da agricultura está no cerne do problema que contribuiu para o desencadeamento de alguns desses movimentos, envolvendo, às vezes, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e a CPT:

"Assim, no caso de Minas Gerais, nas regiões do Sul de Minas, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, a capitalização da agricultura foi mais intensa. Expandiram-se, nessas regiões, as monoculturas de exportação (soja, café, cana-de-açúcar) com alto índice de mecanização e de consumo de insumos modernos. Por outro lado, regiões como o norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, experimentaram um baixo nível de capitalização, em que o grande latifúndio e exploração extensiva da pecuária se desenvolveram ao lado de pequenas propriedades e posses voltadas para atividades de subsistência. Nessas regiões, a grande empresa de reflorestamento foi implantada ao lado de pequenas propriedades que se ocupam de culturas comerciais como algodão e mamona, caracterizando-se como áreas que concentram uma mão-de-obra que se assalaria sazonalmente nas lavouras de café e cana do Sul de Minas, Triângulo Mineiro e até mesmo de São Paulo" (Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 55).

Nas regiões do Triângulo Mineiro e Sudoeste de Minas Gerais, campanhas salariais acabaram por direcionar algumas transformações no interior do movimento sindical. Alguns sindicatos deixaram de ter um cunho mais assistencialista e passaram a intervir de forma

mais direta nos movimentos reivindicatórios. Pode-se dizer que como resultado direto desses movimentos, os trabalhadores conseguiram ganhos superiores ao salário mínimo, transporte para o trabalho, regularização contratual. No entanto, essas mudanças não atingiram de forma uniforme o conjunto dos sindicatos, cuja maioria não assumiu o Contrato Coletivo como instrumento de luta para melhoria das condições dos trabalhadores.⁴

"As entidades de coordenação do MSTR, particularmente a FETAEMG e a CONTAG foram incapazes de alterar esse quadro e, no lugar de investir de forma efetiva na reorganização desses sindicatos, limitaram-se a assessorá-los na época da renovação do Contrato Coletivo; esse quadro de imobilismo e o isolamento dos sindicatos mais combativos favoreceram a reação dos proprietários rurais" que "utilizaram-se com eficiência do desemprego como forma de pressão, (...) enfraquecendo substancialmente a capacidade de mobilização dos sindicatos; conseguiram neutralizar o Contrato Coletivo, utilizando-se da legislação que regulamenta as negociações coletivas; a maior parte das negociações teve um caráter espontâneo, limitando-se a FETAEMG a conduzir as negociações" (Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 73).

No início dos anos 70, com o processo de mecanização da agricultura, também na região de Bonfinópolis, a lavoura de subsistência era substituída pela criação de gado. As roças eram tomadas, transformadas em pastagem para o gado, enquanto famílias eram expulsas. Muitas vezes era o próprio parceiro ou meeiro que realizava a tarefa de formar os pastos, de transformar suas roças em capim, não permanecendo mais que dois anos após essa prática, pois não tinha como sobreviver.

A partir de 75, as famílias posseiras da região de Bonfinópolis começaram a tomar conhecimento dos conflitos agrários, a partir de informações que chegavam de Montes Claros e também dos trabalhos das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – através de um padre de Bonfinópolis e de algumas freiras ligadas à Igreja Progressista de Unai.

Em 1978, já havia a idéia de se criar um sindicato e dois anos mais tarde, em contato com grupos de Montes Claros, que discutiam e organizavam a luta pela terra na região, esse objetivo foi se fortalecendo. Na região de Varzelândia já estavam ocorrendo alguns movimentos de resistência de posseiros em terras públicas. O sindicato mais próximo era em João Pinheiro, cuja linha conservadora o impedia de atuar de forma mais firme junto aos trabalhadores rurais.

Em 1981, foi fundado o sindicato em Bonfinópolis, período este onde as reuniões se desenvolviam a partir da consciência de que o sindicato deveria ser um instrumento de luta.

⁴ Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 73-74.

Nesse período, o sindicato enfrentou seu primeiro problema na Fazenda Saco Grande, no Município de Unai:

"Eram 250 famílias de posseiros, parceiros, viviam mais ou menos como a gente, mas uma realidade um pouco diferente, posseiros, parceiros, que estavam sendo expulsos por um dos grandes donos de terra do município, que era o Geraldo Juscelino. Essa família, que eles chamam de família dos Brochados, era uma família que foi adquirindo terra no município de Unai através da grilagem e chegou uma época que quase metade do município era propriedade deles. (...) Então foi o primeiro problema que o sindicato enfrentou. (...) O fazendeiro achou um desaforo muito grande, porque eles mandavam e desmandavam na região, o trabalhador ele era lá mesmo um zé ninguém, ele era explorado, tocado, e não tinha ninguém que defendia o direito dele. (...) O sindicato então chegou e começou a organizar as delegacias sindicais e os grupos de base, que eles deviam se organizar. (...) Assim que chegou o sindicato, a ameaça foi instantânea: então ele fez uma ação de despejo, fez um mandato de intimação pro pessoal, chamando por apelido, que ele nem sabia os nomes. O sindicato entrou atuando, em dois movimentos paralelos: um foi a defesa na justiça, nós entramos com um mandato de segurança, derrubamos a liminar de despejo, em Belo Horizonte, e ao mesmo tempo organizamos o pessoal, fomos organizando, criando pequenos grupos de dez famílias. Ou nós organizamos ou estamos todos na rua, então nesse contexto foi fácil organizar, porque estava todo mundo sendo lesado, então a ameaça de deixar 30 anos, 50 anos e ir não sei pra onde..."(Cida, op. cit.).

Em julho de 1982 saiu uma caravana de 250 pessoas pela primeira vez em direção a Brasília. O grupo não foi recebido diretamente pelos representantes do INCRA necessitando de uma intermediação da CONTAG. Entregaram um documento indicando o conflito existente na região e sua extensão. Voltaram e continuaram o trabalho, realizando grupos de discussão, formando e orientando lideranças.

"Então criamos uma situação tal que nem a justiça tinha força de despejar, embora tentasse muito, e a justiça tinha força de despejar e então ficava aquela situação, o pessoal desobedecendo a lei, plantando, colhendo, comendo, organizando, associando o sindicato. (...) Em maio de 84 o governo desapropriou. Foi o segundo decreto de desapropriação. E foi a primeira desapropriação em Minas. A primeira foi em São Francisco, foi a Vereda Grande. A terceira foi a Fazenda Barreiro, em 87. (...) Então desapropriou, e foi como se tivesse soltado uma bomba, porque a partir daquilo, todos os outros grupos que estavam nas outras fazendas, que estavam atentos pra saber o que ia acontecer, começaram a tomar consciência e a lutar também. E aí não parou mais, porque a experiência deu certo" (Cida, op. cit.).

A partir de então, outros grupos no município Unai se formaram, fortalecidos por essa experiência:

"(...) Em 85 nós já estávamos atuando em 6 áreas de conflito no município de Unaí, em outras áreas, já tinha vários grupos de luta e o nosso eixo era sempre o mesmo, vamos nos organizar aqui na base, tomar consciência do nosso direito o vamos depositar em juízo o que nós devemos, porque os fazendeiros não aceitavam, não negociavam nada, confrontavam direto" (Cida, op. cit.).

Em 1985, foi realizada nova caravana em direção a Brasília e dessa vez encontraram outra situação, sendo recebidos pelos representantes do INCRA. Os trabalhadores, por sua vez, levaram uma documentação reivindicatória organizada, com uma pauta clara e objetiva, tanto da situação da área de conflito como das reivindicações, bem como de denúncia. Uma das pautas de reivindicação era a vistoria nas áreas de conflito para a instauração de um processo de desapropriação. Ainda nesse ano foi encaminhada a primeira equipe do INCRA para vistoriar a área de conflito em Unaí. Foi também o ano em que a UDR se organizou para se contrapor ao avanço das lutas no campo.

"Em 84, foi essa desapropriação da Fazenda Saco Grande. No mesmo ano já existiam outros focos de luta, de conflito. Na Fazenda São Pedro Cipó aconteceu o massacre da polícia contra os posseiros. Os posseiros foram processados como invasores. Essa fazenda também foi desapropriada depois de muitos anos, em 87. Hoje é um assentamento com 80 famílias" (Cida, op. cit.).

A história da luta pela terra tem uma particularidade, que é o surgimento do sindicalismo novo, combativo, respeitado, presente em todas as regiões, ao lado do sindicalismo conservador. A FETAEMG, embora tenha essa linha mais combativa, tem também, em seu interior uma outra linha, mais institucional, mais conservadora.

Dadas as particularidades do cenário agrário atual, em um contexto nacional, os movimentos sociais rurais que atuam hoje sofreram transformações, integrando-se na realidade de lutas e reivindicações levantadas pela categoria. Assim, os movimentos que atuavam no período anterior à década de 60, e de forma fragilizada, durante os anos de ditadura, surgem agora fortalecidos pela redemocratização, apoio de sindicatos, maior conscientização política de seus membros e, no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fortalecidos também pelo apoio da opinião pública, malgrado a má vontade com que muitos órgãos da imprensa nacional divulgam a situação de conflitos agrários em que vive o país.

"Após sua emergência, nota-se uma ascensão dos movimentos sociais em Minas Gerais, o que se traduz na maior visibilidade de suas lutas específicas, com momentos de aglutinação e pontos de convergência nas mobilizações. Essa mobilização teve ganhos relevantes, segundo os objetivos específicos de cada

movimento, sendo o principal resultado a necessidade de o poder público, o Estado, os partidos e demais instituições na sociedade se posicionarem frente às lutas populares. Por outro lado, esse posicionamento institucional do poder público produzira determinadas conseqüências sobre os próprios movimentos, colocando, para a maioria deles, novas questões sobre sua autonomia e prática democrática" (Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 18-19).

De acordo com Muls (1986), Minas Gerais vem apresentando um quadro de crescente conflitos entre classes sociais no campo, afetando as relações de produção e desestruturando o mundo social, cultural e ideológico do camponês. Essa autora trabalha sobre os movimentos reivindicatórios de assalariados rurais em Minas Gerais, como a greve dos canavieiros, que tiveram como cenário a cidade de Passos, entre 1980 e 1983, tentando compreender esses movimento à luz de alguns outros que ocorriam concomitantemente, suas dimensões políticas e os resultados alcançados. Em outro artigo (1988), analisa o esforço dos trabalhadores rurais em construir sua identidade de classe e as condições que possibilitaram a retomada do movimento sindical rural.

Sgrecia (1988) analisa as campanhas salariais dos trabalhadores rurais do Sudoeste Mineiro (1981-1985), a partir do quadro sindical (CONTAG, FETAEMG e sindicatos – MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais).

Assim, temos a luta dos pequenos produtores do Mucuri, o movimento dos plantadores de algodão do Norte de Minas, as greves e campanhas salariais do Sudoeste de Minas e no Triângulo Mineiro, os expropriados do Vale do Jequitinhonha, as lutas pela posse da terra no Noroeste de Minas. Apesar de suas características regionais, como o do Noroeste de Minas, a luta pela posse da terra tem se alastrado de forma rápida por todo o Estado, sendo que na maioria das vezes com o registro de violência contra os trabalhadores.

É colocada a seguir uma breve caracterização de cada um dos principais movimentos sociais rurais mais recentes em Minas Gerais.

a) A luta dos pequenos produtores do Mucuri

Cerca de 600 pequenos agricultores de 10 municípios estiveram envolvidos, com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, FETAEMG, Comissão Pastoral da Terra e partidos políticos, iniciando-se pela defesa dos pequenos agricultores do município de Ouro Verde de Minas, endividados no Banco do Brasil e Bamerindus, envolvendo grande mobilização, atos públicos e passeatas, no sentido de pedir a prorrogação do prazo para o pagamento das parcelas ao banco, vistoria nas lavouras e até mesmo perdão da dívida. Muitos conseguiram prorrogação para saldar suas dívidas, embora acrescidas de juros e

correção monetária, mas outros sem alternativa, tiveram que dispor de suas terras para saldarem as dívidas.⁵

b) Movimento dos plantadores de algodão do Norte de Minas

Este movimento destacou-se por sua mobilização e formas de pressão contra a política oficial de preços. Contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, da FETAEMG e das cooperativas.⁶

c) Greves e campanhas salariais no Sudoeste de Minas e no Triângulo Mineiro

O quadro a seguir sintetiza a situação dos movimentos sociais rurais nas regiões do Sudoeste e Triângulo Mineiro, entre os anos de 1980 e 1985.

Quadro 2. Síntese dos Movimentos Sociais Rurais nas regiões do Sudoeste e Triângulo Mineiro, 1980/85.

Data	Acontecimentos
1980	Em Passos ocorre o primeiro grande movimento de assalariados rurais em Minas Gerais
1981	Coordenação, pela FETAEMG, das primeiras campanhas salariais do Estado (11 Sindicatos do Sudoeste e 5 do Triângulo Mineiro)
1983	Nova paralisação dos canavieiros de Passos, movidos pelo não cumprimento do acordo coletivo e intensa exploração a que estavam submetidos; em maio do mesmo ano, assalariados do reflorestamento de São João do Paraíso – NE de MG – realizam uma longa greve
1984	Canavieiros da região de Uberaba e Fronteira, no Triângulo Mineiro, promovem novas paralisações, após a greve de Guariba; ampliação dos movimentos dos bóia-frias; Em Alfenas, Campos Gerais, Campo do Meio e Paraguassú - SO de MG - paralisações dos assalariados do café
1985	Novo movimento contra o desemprego e a fome que atingiram grande parte dos trabalhadores. A CPT dá continuidade ao apoio na organização dos trabalhadores. Como resultado, os canavieiros obtêm substantiva melhoria na remuneração.

Fonte: baseado em dados de Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 59-63.

⁵ Sgrecia e Gadelha, op. cit., p. 56.

⁶ “Os demais sindicatos de trabalhadores rurais da região envolvida no problema são ainda bastante assistencialistas e pouco dispostos a se envolverem nesse tipo de luta ao lado dos associados. O movimento dos pequenos produtores pela melhoria dos preços de produção vem crescendo. Nos últimos anos, destacam-se ainda as lutas dos agricultores do Noroeste, o movimento dos bataticultores do Sul de Minas e a luta dos produtores de leite, em diversas regiões do Estado” (Ibidem, p. 57).

No caso do Triângulo Mineiro, ampliou-se a produção de cereais, com a incorporação do cerrado na sua produção, principalmente do arroz, e desenvolveu-se o sistema da parceria, baseada no trabalho familiar, que substituiu o antigo agregado. Os parceiros eram encarregados, pelos proprietários, do cultivo de cereais e do manejo do gado. As relações de produção, com a intensificação do processo de capitalização da agricultura, foram se transformando, a partir dos anos 60. Com a diversificação das culturas e a crescente incorporação dos cerrados, fazia-se necessária a utilização de tratores, bem como de novas técnicas agrícolas no preparo do solo, plantio e colheita. Assim, tarefas antes realizadas pelos parceiros foram pouco a pouco tornando-se desnecessárias, ocasionando o assalariamento permanente de parte dos trabalhadores residentes nas fazendas, enquanto que outra parte era obrigada a retirar-se, transformando-se em bóia-frias.⁷

d) Os expropriados do Vale do Jequitinhonha

A paisagem rural do Vale do Jequitinhonha começou a transformar-se a partir da década de 70, com o surgimento de extensas áreas de reflorestamento (amplamente incentivadas pelo poder estatal)⁸ e lavouras de café que foram bruscamente substituindo as áreas ocupadas por pequenos produtores. Estes ocupavam os chamados “grotões” e “chapadas” onde, através da mão-de-obra familiar e da utilização de mecanismos de solidariedade e ajuda mútua, como os mutirões, desenvolviam pequenas lavouras de subsistência e criação de animais, com cuja produção participavam dos mercados locais, tanto vendendo parte do excedente de sua produção como adquirindo produtos que não podiam obter em suas terras. Parte da população adulta masculina buscava, através da migração sazonal, quando se empregavam como assalariados temporários, assegurar a reprodução social do grupo familiar. Este vivia de acordo com os preceitos da vida comunitária, e as relações de compadrio e parentesco representavam um importante fator de coesão e manutenção de suas manifestações sócio-culturais.

⁷ Ibidem, p. 61.

⁸ “Entre os processos que favoreceram a expansão do reflorestamento, destacam-se: a) a venda de terras devolutas a preços irrisórios e a isenção temporária do imposto territorial; b) o fortalecimento de crédito e taxas de juros negativos; c) o favorecimento das empresas nas disputas com posseiros a quem era dificultada a legitimação da posse; d) a manutenção de uma rede de serviços com o objetivo de favorecer a implantação de projetos agro-industriais; e) a constituição de uma rede de serviços de cunho assistencialista, visando a conter as tensões sociais provocadas com a implantação dos projetos econômicos” (Ibidem, p. 62).

A incorporação das “chapadas” pelas companhias de reflorestamento deu-se de forma violenta, não faltando a fraude, a destruição de roças e benfeitorias e assassinatos de posseiros. Com promessas de serem absorvidos como empregados permanentes das empresas com salários compensadores, não poucos foram iludidos e transformados em assalariados temporários.⁹

e) As lutas pela posse da terra no Noroeste de Minas

São marcos da luta pela terra na região as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmeirinha (Unai), em 1984 e Fruta d’Anta¹⁰ (João Pinheiro), em 1986, como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. No entanto, situações anteriores podem ser tomadas como referências para a questão agrária local, precisamente nos anos de 1988/89, quando, em vários municípios da região ocorrem 18 ocupações de terras, em diferentes fases do processo de desapropriação pelo INCRA. São ocupações realizadas com forte apoio de lideranças sindicais e marcadas, como de praxe, por intimidações, prisões, expulsões, ameaças de morte, enfim, toda a sorte de violências.¹¹ Pode-se dizer que a desapropriação

⁹ Ibidem, p. 63.

¹⁰ O Projeto de Assentamento Fruta d’Anta foi criado em dezembro de 1986. “Possui 18 731,27 ha, sendo que 25% dessa área corresponde à reserva legal, benfeitorias e estradas. A área média por família corresponde a 75,93 ha e a área restante é considerada improdutivo, conforme dados do INCRA”. “A área foi dividida em 220 parcelas rurais, sendo que um deles pertence à ASSPEP (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Fruta d’Anta). De acordo com as palavras dos beneficiários, relatadas a Castro (1997), “a desapropriação da propriedade para constituição do Projeto de Assentamento em Reforma Agrária Fruta d’Anta se deu de forma pacífica, por se tratar de um processo ligado à contravenção internacional. Os proprietários não residiam na fazenda e esta era utilizada pelos mesmos para lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Com o desmembramento do grupo e a extradição do proprietário, um italiano, a propriedade ficou sendo administrada por sua esposa, uma brasileira, que a deixou em mãos de administradores. (...) Em 1985, com o avanço sindical na luta pela reforma agrária, a participação sindical local contava com cerca de 800 trabalhadores e buscavam áreas para vistoria. (...) Em julho de 1986 ocorre a desapropriação da fazenda Fruta d’Anta, o sindicato já tinha as famílias pré-selecionadas e em agosto inicia-se a fase de imissão de posse. A partir de então algumas famílias já começaram a ocupar a área. (...). Hoje as famílias assentadas produzem arroz, feijão, milho, sorgo, cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi, além de áreas de pastagem, além de se encontrar em implantação um projeto de irrigação que permitira a produção de hortifrutigrangeiros, feijão e banana, na área reservada à associação. O Projeto de Assentamento conta hoje com uma infra-estrutura de estradas, energia elétrica, água e escolas (Aparecida, 1997, p. 12-16).

¹¹ “As principais ações naquele período se deram em alguns municípios, como Presidente Olegário (ocupação das Fazendas Barreirão/ Buenos Aires, no distrito de Lagoa Grande e Prata dos Netos), Paracatú (ocupações da Fazenda Bom Jesus), Bonfinópolis de Minas (ocupações da Fazenda Saco do Rio Preto e Mamoneiras, no distrito de Natalândia, e conflitos de posse nas fazendas Assa Peixe e Riacho dos Cavalos), São Romão (ocupações das fazendas Brejo Verde e da Reserva, no distrito de Riachinho, e conflitos de posse, nas fazendas São João do Boqueirão, Riacho ou Cavalão Morto), Arinos (ocupação da Fazenda Mimoso e conflito de posse na Fazenda Menino), Unai (conflitos ligados

da Fazenda Fruta d'Anta, em João Pinheiro, foi o marco que desencadeou as mobilizações no Noroeste,

onde foram assentadas 200 famílias em uma área de cerca de 200 000 hectares, cada um recebendo uma parcela de cerca de 20 hectares, de acordo com a qualidade da terra.¹²

Castro (op. cit., p. 3-5) salienta dois diferentes pontos de origem das lutas pela terra no Noroeste, focalizados nas ações sindicais de Unaí e João Pinheiro. Há relatos em Unaí situando o início das mobilizações populares já no final dos anos 70, a partir do movimento da Teologia da Libertação e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas à Igreja Católica. De grande importância foram os trabalhos de conscientização das Comissões Eclesiais de Base (CEBs), que impulsionaram a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, em 1981. Desde então, outros conflitos dentro de outras áreas da família de Juscelino Carneiro, envolvendo cerca de 11 fazendas e centenas de famílias, destacando o município de Unaí como um dos focos principais de conflitos por posse da terra no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1988 e 1989. Nesse período, os novos assentamentos implantados no município começavam a dar mostras de problemas internos, envolvendo divergências entre as lideranças locais e sindicais da região de João Pinheiro, principalmente em Saco Grande/Palmeirinha. Em João Pinheiro, em meados dos anos 80, o sindicato local e o polo regional da FETAEMG representaram papel importante na mobilização pela reforma agrária, incentivada pelo primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, e a chegada de um orientador sindical, que começou a fazer um trabalho junto aos trabalhadores discutindo com eles além do patamar sobre resistência de posseiros, tendo a luta pela terra a prioridade de discussão.

Castro (op. cit.) aponta 3 períodos na luta pela terra no Noroeste de Minas:

- 1) 1985/88 - Período da "Nova República" e as propostas para a reforma agrária no Brasil decorrentes do 1º PNRA, além dos debates constituintes;
- 2) Período marcado pela decepção com a Constituição de 88 para a reforma agrária, ascensão de Collor à presidência da República e pelo início das implantações da política de ajuste neo-liberal. É o momento defensivo no movimento de luta pela terra no Noroeste;

às disputas entre moradores e a família de Juscelino Geraldo Martins Carneiro, envolvendo várias fazendas) e João Pinheiro. Neste município, as mobilizações se concentravam no distrito de Brasilândia, em torno de áreas da CODEVASF e na sede, após o sucesso da luta para a desapropriação da fazenda Fruta d'Anta, em 1986" (Castro, op. cit., p.3).

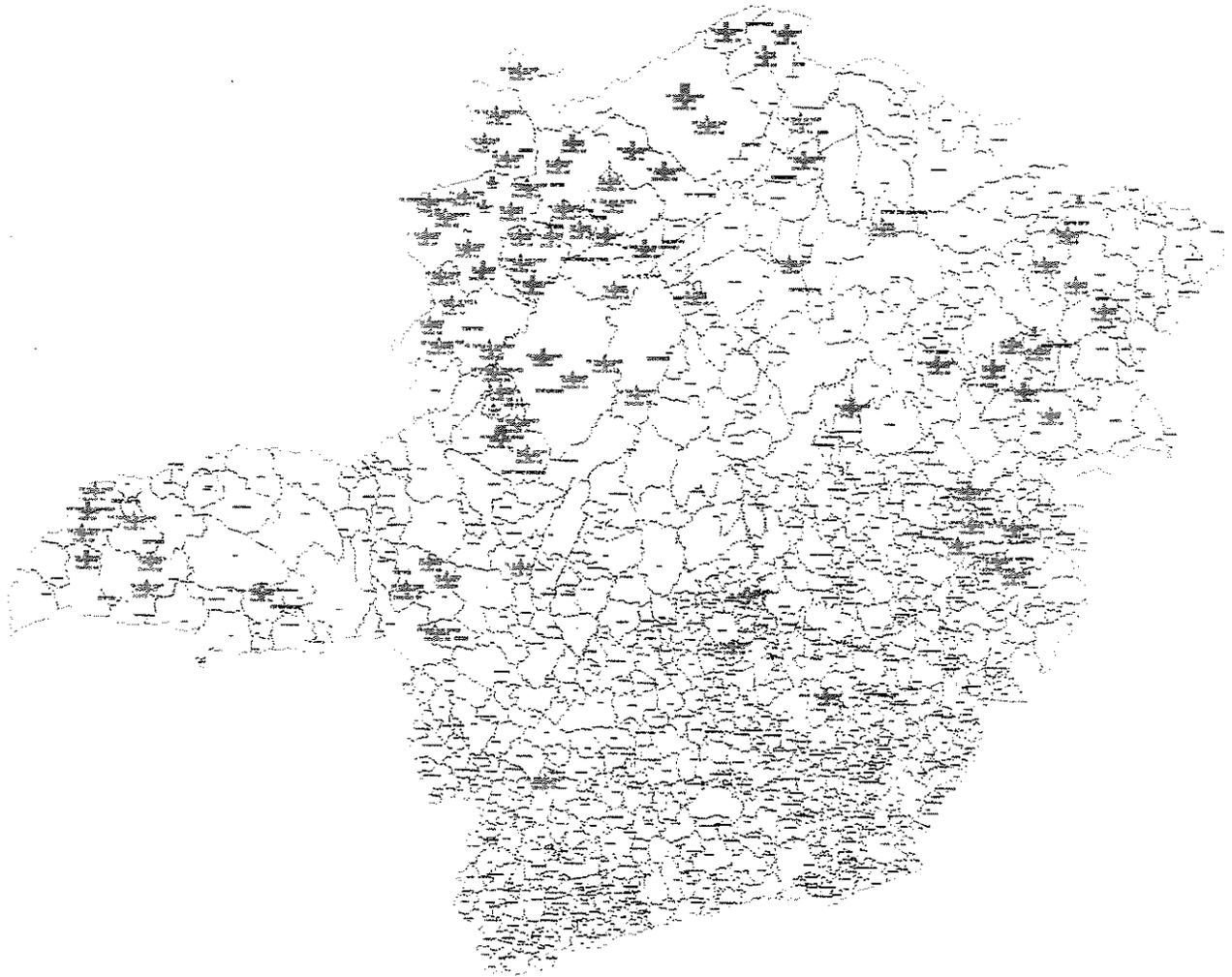
¹² Ibidem, p. 4.

3) Período de reestruturações internas no movimento sindical do Noroeste, frente à nova conjuntura política do governo Itamar Franco e início do governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, no Estado de Minas Gerais, o quadro da paisagem agrícola vem sendo transformado em função de uma mudança acelerada pela ação dos movimentos sociais em várias regiões, marcadamente o Sudoeste e Triângulo Mineiro, cenário de conflitos onde a concentração fundiária atinge milhares de trabalhadores rurais e afeta diretamente a agricultura familiar (Ver, no Anexo III, o quadro geral da situação agrária em Minas Gerais, a partir dos acampamentos -1992/1997, projetos de assentamentos, realizados e em fase de criação - 1986 a 1997, áreas para reforma agrária, vistoriadas e sem decreto - 1998; com decreto mas sem laudo de avaliação - 1998; áreas já desapropriadas e com imissão de posse - 1998; áreas para aquisição, já com avaliação e vistoria - 1998; áreas com obstáculos jurídicos - 1998; áreas com entraves administrativos - 1998; processos com acordos homologados em audiência de conciliação - 1998; relação dos imóveis improdutivos do Estado de Minas Gerais, de acordo com dados do INCRA/MG, 1998). No quadro sócio-político, encontram-se vários atores, sendo os principais os Sindicatos, o MST, o Estado, a Igreja e as ONGs. De uma forma diferente do que ocorreu em outros Estados, os movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais foram assistidos bem de perto pelo sindicalismo, que teve um papel bastante atuante em algumas regiões, onde era tímida a presença do MST. Mais recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem se inserindo em alguns lugares onde até bem pouco eram os sindicatos os mediadores entre trabalhadores e Estado. A FIG. 2, na página seguinte, mostra a versão oficial dos Projetos de Assentamentos em Minas Gerais

A seguir é apresentado o Triângulo Mineiro, a partir da apresentação de algumas das principais características que estão no cerne da transformação de seu perfil agro-social.

PROCESSOS DE ASENTAMENTO
ESTADO DE MINAS GERAIS
SR-06 (MG)



▲ - Projetos criados no Governo Fernando Henrique Cardoso

■ - Localização dos Projetos de assentamentos (90)

Atualizado até 02/03/98

Fonte: Informações fornecidas pelo DF



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE CADASTRO RURAL - DCR
DEPARTAMENTO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - DCRN
DIVISÃO DE GEOPROCESSAMENTO - DCRN-1

O Triângulo Mineiro abrange uma vasta área do Estado de Minas Gerais onde latifúndios improdutivos, que não raro excedem a extensão de 1.000 hectares¹³ convivem com a pequena produção familiar independente ou sob a forma de assentamentos. Os latifúndios locais, que aglutinam terras de boa qualidade para o plantio, são transformados em imensas pastagens, quando muito. Na maioria das vezes são terras improdutivas, que aguardam bons preços no mercado imobiliário ou simplesmente passam como principal patrimônio de geração a geração, onde a importância de um fazendeiro se mede na quantidade de terras que possui, não importando se são improdutivas ou não. No entanto, sensíveis modificações nesse sentido têm sido recentemente observadas. Dado o crescente número de ocupações e conflitos fundiários na região, esse tipo de comportamento especulativo imobiliário tem sido abalado. Preocupados com a “integridade” de suas terras em repouso, muitos fazendeiros da região têm procurado se livrar delas o quanto antes, receosos com possíveis ocupações e desapropriações. Muitos têm mesmo procurado o INCRA para que este órgão faça vistoria em suas terras, pois o preço oferecido pelo mesmo pode ser vantajoso, uma vez que o preço das terras no mercado vem sofrendo quedas.¹⁴

A princípio, pode-se dizer que a presença desses assentamentos na região possui alguns pontos marcantes. Em primeiro lugar, a região é conhecida pelas grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários. Em segundo lugar, o Triângulo Mineiro, em vista de sua história latifundiária, aglomera um dos focos da política mais conservadora do Estado, estando a criação da UDR – União Democrática Ruralista – na região vinculada ao surgimento de conflitos por posse da terra, em meados dos anos 80. A participação dos partidos tidos como de centro-esquerda e esquerda ainda é tímida na região. Nos últimos anos tem sido forte o apoio dos fazendeiros locais aos candidatos agrupados em torno da UDR e os partidos conservadores organizam “lobbies” que ajudam a emperrar soluções práticas para a questão fundiária local. Esse posicionamento partidário, bastante característico na região, acaba por influenciar não somente as decisões políticas que poderiam beneficiar a política fundiária local, como também influencia a opinião pública desfavoravelmente em relação ao debate em torno da reforma agrária.

Como foi dito acima, os principais fatores que vêm transformando a paisagem agrícola do Triângulo Mineiro são:

1 - Gradual mudança em relação aos produtos cultivados:

¹³ Dados da EMATER/Ituiutaba e INCRA – M.G, 1995.

¹⁴ Ortega et al., 1998.

Conhecido como grande produtora de milho, arroz, algodão e feijão, além de possuir extensas propriedades para criação de gado de corte, o Triângulo Mineiro hoje conta com o cultivo de soja, introduzida recentemente, além das culturas de café e cítricos. As observações apontam para o fato de que, embora esteja ocorrendo essa mudança de cultivo, ainda não está havendo uma exclusão das culturas tradicionais.

Cada vez mais pode ser percebida a utilização de insumos modernos como estratégias de adaptação para as novas culturas, mas também para melhorar a produção das antigas, além de modificar as relações de produção, através, também, da necessidade de uma mão-de-obra mais especializada.

A pequena produção familiar, enquadrada nas pesquisas já realizadas em outras regiões, encontra-se à margem da modernização, com uma participação bem modesta nas inovações tecnológicas. O sistema de cultivo predominante é aquele que requer pouca tecnologia, pouca utilização de fertilizantes, adubos químicos e mecanização. Os pequenos proprietários são a maioria, sendo que cabe a eles o cultivo das hortaliças, embora a maior parte desses produtos venha de fora da região.

2 - Com relação ao processo de modernização do campo, a região é assistida pela Extensão Rural, através da EMATER. De acordo com dados fornecidos pela EMATER – Ituiutaba e IEF – Instituto Estadual de Florestas, a região já vem enfrentando problemas ambientais, entre eles a erosão do solo, como consequência da retirada da cobertura vegetal original, o cerrado. Este, que fazia parte do cenário natural do Triângulo Mineiro, encontra-se reduzido a uma área de 15.000 hectares. Embora o IEF tente conter o desmatamento desordenado, este não é respeitado, e a destruição acelerada da cobertura natural vem causando danos irreparáveis na região.

O uso descontrolado de defensivos agrícolas, tanto por parte dos grandes proprietários como por parte dos produtores familiares, vem causando um desequilíbrio no controle de pragas que avançam na região. O desmatamento das matas ciliares compromete os recursos hídricos, além da poluição dos mesmos por agentes químicos utilizados na lavoura. Há ainda a transformação da vegetação nativa em pastagens, que na região atingem um número bastante elevado por hectare.

3 - O terceiro tópico diz respeito à presença marcadamente crescente de movimentos sociais rurais, que culminam na organização de acampamentos e estruturação de assentamentos, já atingindo um número considerável na região, acentuando a importância dessa discussão no Triângulo Mineiro. Os três itens acima mencionados são vistos a seguir:

a) Vegetação e produção agrícola

O Triângulo Mineiro caracteriza-se por apresentar uma vegetação típica, conhecida como Cerrado,¹⁵ cuja cobertura tem, desde há algumas décadas desaparecido, dando lugar a pastagens e cultivos, desde os ditos tradicionais, como arroz, milho, feijão, mandioca, algodão, aos mais recentemente introduzidos, como soja, café, laranja, resultando no desaparecimento gradual da vegetação original. Os Cerrados apresentam terreno suave ondulado a ondulado, apresentando ao topo os chamados chapadões, cortados por depressões conhecidas como “veredas” (*“espaço brejoso ou encharcado que contém as nascentes ou cabeceiras de cursos d’água”, tendo como vegetação típica os buritis*” - Lima, 1994, cit. por Shiki, 1997, p. 144), além das matas tropicais. A importância das veredas encontra-se principalmente em seu potencial regulador de recursos hídricos dos cerrados, armazenando água e alimentando importantes bacias hidrográficas, como a do rio Paraná, do São Francisco e Araguaia-Tocantins.¹⁶

A ocupação da região do Triângulo Mineiro, a partir da década de 60, sofreu grandes transformações, motivada pela transferência da capital federal para o Planalto Central, ficando o Triângulo Mineiro como rota de passagem, o que muito impulsionou o desenvolvimento de algumas regiões e cidades, como é o caso de Uberlândia.¹⁷ Foi a partir da década de 70 que o cerrado brasileiro foi atingido pela modernização agrícola, sendo receptor de um grande contingente migratório das regiões Sul e Sudeste, denominadas por Cunha e Müller (1988) de “frentes de subsistência”. No entanto, já a partir da década de 40, Getúlio Vargas incentiva a ocupação das regiões de Mato Grosso e Goiás através de colônias agrícolas. Na década de 60, a agricultura local, fundamentada basicamente sobre o trabalho familiar, ocupa importante lugar no abastecimento de alimentos básicos, como arroz

¹⁵ Cerrados (Savana Arbórea Aberta ou Campos Cerrados): *“formação campestre caracterizada por um contínuo tapete gramíneo-lenhoso, entremeado de árvores gregárias, geralmente raquíticas, com esgalhamento tortuoso, resultantes, provavelmente, da ação combinada entre a pobreza mineral dos solos e a ação de queimadas periódicas”* (Ribeiro et al., 1997, p. 273-74).

¹⁶ Shiki, 1997, p. 144.

¹⁷ Antes disso, porém, no período colonial, como observam Ribeiro et al. (op. cit., p. 274), por trata-se de uma região de *“formação vegetal relativamente aberta e abundante em gramíneas e outras espécies palitáveis ao gado, os espaços recobertos pelos Campos Cerrados foram os preferidos, desde os tempos coloniais, para a rápida expansão do povoamento em direção ao interior do território. A pouca gente disponível poderia ocupar vastos territórios, principalmente no momento em que a posse destas terras era ainda indefinida, entre os portugueses e os espanhóis. Esta política do Governo Colonial era, simultaneamente, implantada nas Províncias do Sul (...). Assim, os Campos Cerrados tomaram-se, também, o espaço da pecuária extensiva, situação esta que perduraria até os meados do século XX”*.

e feijão. É somente na década de 80 que a agricultura intensiva toma impulso, através do cultivo da soja, com bases tecnológicas modernas.¹⁸

A mudança da capital federal para o centro do Estado de Goiás acelerou o processo da chamada “marcha para o oeste”, ao lado de outros projetos oficiais incentivando a ocupação da região. A partir de então, em algumas regiões, os Cerrados têm sido sistematicamente dizimados, sendo suas árvores transformadas em carvão, dando lugar a uma agropecuária apoiada sobre bases técnicas modernas, associada ao uso intensivo de insumos e irrigação em larga escala.¹⁹

É também o período onde a modernização agrícola começa a dar mostras de sua expansão, modificando as relações de produção na agricultura local. A região onde se encontram os municípios de Monte Carmelo, Romaria, Nova Ponte e Iraí de Minas foram uma das primeiras áreas dos Cerrados Mineiros a passar por um processo intensivo de modernização agrícola e de transformação de sua base técnica. Na década de 70, surge na região, ao lado da agricultura familiar tradicional, a agricultura familiar modernizada, cujos agricultores são oriundos de outros Estados, como São Paulo e Paraná, dedicando-se ao cultivo de algodão, soja e milho, de melhor valor comercial, localizando-se nas áreas de chapadas. São incentivados pelo baixo preço das terras e por programas como POLOCENTRO e PRODECER²⁰ (Fernandes Filho e Francis, 1997, p. 234).

De acordo com Shiki (op.cit., p. 146), a partir de 1980 tem início, nas regiões de Paracatú, Iraí de Minas e Coromandel, o Programa PRODECER I. O preço acessível das terras, em contraposição às do Sul, favoreceu a migração de produtores familiarizados com o modelo intensivo, o que facilitou sua expansão. O Programa se estendeu para outros Estados, como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (PRODECER II), atingindo mais tarde os Estados do Maranhão e Piauí (PRODECER III). Como resultado desse processo,

¹⁸ Shiki, op. cit., p. 143.

¹⁹ Ribeiro et al., op. cit., p. 274.

²⁰ “A partir principalmente da década de 70, os cerrados brasileiros se tornaram alvo de uma série de programas, como o Programa de Crédito Integrado do Cerrado - PCI (1972), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paraíba - PADAP (1973) e o POLOCENTRO (1975). O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, nasceu a partir de um comunicado conjunto, assinado pelos governos do Japão e do Brasil, em 1974, e podemos dizer que é uma continuidade dos programas que acabamos de mencionar. O seu objetivo é o de incorporar os Cerrados Brasileiros ao cultivo de grãos, através da implantação do ‘agrobusiness’. A intenção do PRODECER é a de incentivar uma estrutura agrícola, baseada na criação de estruturas empresariais, no uso de insumos modernos, no aproveitamento dos resultados da pesquisa agrícola e na produção voltada para a exportação” (Péret, 1997, p. 354).

observa-se uma alta no preço das terras, com benefício direto para o latifúndio, que tem suas terras valorizadas sem qualquer movimento de investimento, transformação da economia regional, além de atrair as agroindústrias. Seu desenvolvimento foi favorecido pela importante rota comercial da região e por sua posição estratégica. Mais recentemente, outros fatores vieram agregar-se aos primeiros, como, entre eles, a utilização mais racional do cerrado, através da superação técnica, o atrativo mercado consumidor, a crescente ocupação do Brasil Central. Na década de 70, as agroindústrias foram tidas como importante instrumento de política agrícola pelo Estado, que tinha como meta o crescimento do PIB de Minas Gerais, além do crescimento do emprego e redução do fluxo migratório para a zona metalúrgica.²¹

Como atrativos locais para a agroindústria (óleo vegetal bruto e refinado, farelo de soja, rações e concentrados; derivados do milho; frigoríficos e abatedouros - aves, suínos e bovinos; laticínios, sucos concentrados; empresas torrefadoras e exportadoras de café) estão a produção leiteira e pecuária, tradicionais na região. Além desses já citados, outros dois segmentos se destacam, como o de frutas (sucos e polpas – maracujá e abacaxi) e vegetais tropicais (ervilha), alcançando maior espaço nos últimos anos.²²

No desenvolvimento da agroindústria em MG e no Triângulo Mineiro, encontra-se a relação direta com a expansão agrícola do cerrado e de programas como o PRODECER, tendo como resultados a adaptação de novos cultivos ao solo, dos cerrados, investimento em infra-estrutura (estradas, energia, silos, armazéns, etc), a diversificação de atividades introdução de gramíneas exóticas, “novas variedades de milho, soja e outros grãos, implantação de lavouras permanentes como o café, a fruticultura e a produção de sementes”.²³

Ao lado dessa agricultura moderna convivem as unidades familiares tradicionais, cujas relações se resumem na venda de trabalho temporário, por parte destes últimos, para as grandes e médias propriedades, principalmente na fase do processo produtivo da colheita. Podem ainda ser encontradas na região a agricultura familiar tradicional voltada para o mercado (Fernandes Filho e Francis, op.cit., p. 237), fornecendo leite ‘*in natura*’ para

²¹ Ortega, 1997, p. 9.

²² Neder e Cleps Jr., 1997, p. 220.

²³ Ibidem, p. 213.

²⁴ Ibidem, p. 216.

cooperativas e agroindústrias do leite, além das propriedades que se dedicam à produção de queijo, polvilho e rapadura.

Os dados do INCRA (1998), mostram que o Triângulo Mineiro possui 43,73% de seus estabelecimentos agrícolas incluídos numa faixa de 0 a 50 ha em uma área de 5,53%. As propriedades de 50 a 200 ha ocupam uma área de 26,85%. Já as propriedades acima de 500 ha ocupam um total de 46,02%. Essas pequenas propriedades, geridas a partir do trabalho familiar, têm sua origem no parcelamento de grandes propriedades oriundas do período colonial, que foram se repartindo, através de venda ou herança, além do processo de ocupação de terras devolutas²⁵.

“Os arrendatários são também proprietários de pequenas glebas, em geral insuficientes para a prática da agricultura mecanizada. Estas propriedades resultam muitas vezes de partilha entre membros da família das glebas originais da incorporadora, ou adquiridas em épocas de preços baixos de terra na região (início dos anos 80), com recursos obtidos com a venda de terras valorizadas no Sul e Sudeste do país. Os agricultores que foram chegando mais tarde já não conseguiram acumular terras de modo a se ajustar ao padrão competitivo vigente na região, o que obrigou a muitos o recurso do arrendamento. O arrendamento foi estimulado na época pelos próprios fazendeiros de gado, com extensas áreas de terra, porque lhes permitia renovar suas pastagens cada vez mais degradadas, sem nenhum esforço” (Shiki, op. cit., p. 157).

A localização das pequenas propriedades do Triângulo Mineiro encontra-se predominantemente em áreas planas ou pouco onduladas das chapadas, pouco férteis e, portanto, não muito procuradas para a agricultura, além de serem terra de menor valor.

“No processo de divisão das propriedades, as áreas de vertentes eram as mais disputadas pelos herdeiros. Na partilha das terras procurava-se dar a cada herdeiro uma parte de área de vertente. Essa, cremos, é uma importante explicação para a concentração da localização das propriedades familiares nas áreas de maior inclinação nos cerrados da região estudada” (Shiki, 1995).

Assim, a excelente qualidade de suas terras, relevo pouco acidentado, clima favorável, abundância de rede pluvial (a região conta com as barragens de Água Vermelha, no município de Iturama, entre Minas Gerais e São Paulo, São Simão, município do mesmo nome, na fronteira entre Minas Gerais e Goiás, a de Marimondo, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, município de Fronteira, além das represas de Emborcação e Itumbiara) e de uma relativamente bem servida rede rodoviária, fez com que a paisagem agrícola do Triângulo Mineiro fosse pouco a pouco transformada, passando de grande produtora de

²⁵ Fernandes Filho e Francis, op. cit., p. 233.

arroz,²⁶ milho²⁷ (estes últimos em declínio, com marcante diminuição da área reservada ao seu cultivo), mandioca, feijão²⁸ e algodão,²⁹ até a década de 80, para a produção de cana-de-açúcar,³⁰ laranja,³¹ soja,³² e, mais recentemente, café,³³ com o lançamento da já bem aceita grife Café do Cerrado, produtos mais orientados para o mercado de exportação.

²⁶ “O processo de expansão da cultura de arroz foi tão importante nos cerrados, que obrigou o governo a investir maciçamente em estradas e armazéns, sobretudo em áreas de fronteira, dentro de programas como o Polocentro. Foi justamente na década de 70 que a extensão da pastagem plantada ganhou particular impulso. Com isso, as pastagens e mais tarde, já na década de 80, a soja, sucediam o arroz no uso da terra” (Siki, 1997, p. 147).

²⁷ “O milho, na condição de cultura nacional, é cultivado em larga escala em todos os municípios da bacia do Paranaíba. É plantado segundo diferentes sistemas de produção, desde roças associadas à subsistência e à criação doméstica, até cultivos altamente tecnificados, com a utilização de sementes melhoradas, adubação química intensiva e irrigação. (...) O estímulo à produção de milho, em larga escala na região, é a presença do complexo agro-industrial instalado na própria região, com fábricas de rações, abastecedoras de um grande número de granjas e de outros derivados do milho” (Ribeiro et al., op.cit., p. 298).

²⁸ “O comportamento da cultura de feijão, na região, está associado às variações do desempenho das áreas tradicionais da produção nacional, o que equivale dizer, às flutuações de mercado.” (Ribeiro et al., op.cit., p. 295).

²⁹ “A cultura do algodão restringe-se às áreas de solos mais argilosos e de maior fertilidade natural, uma vez que trata-se de cultura muito exigente em relação às condições físicas e químicas dos solos. Além disso, deve-se levar em conta a tradição tecnológica das comunidades envolvidas, em razão dos cuidados que devem ser dispensados a esta cultura. Assim, os municípios de Centralina, Canápolis, Capinópolis, Ituiutaba e Cachoeira Dourada têm se destacado no cultivo do algodão. As sucessivas expansões, seguidas de retrações da área cultivada e da produtividade refletem as constantes flutuações dos preços recebidos pelos produtores. O aumento da área colhida e da produção, nos últimos anos, reflete esta condição (Ribeiro et al., op.cit., p. 299).

³⁰ “Embora promissora na bacia do Paranaíba, a expansão na cultura da cana-de-açúcar é ainda incipiente. Os incentivos para o PROÁLCOOL foram tardiamente destinados para a região, estando os mais importantes empreendimentos localizados nos municípios de Canápolis, Tupaciguara, Arapora, Centralina e Monte Alegre de Minas. O Triângulo Mineiro, de maneira mais abrangente, tem funcionado como área de expansão natural dos canais do Norte do Estado de São Paulo que, por contiguidade, avançam pelas terras férteis do Médio/Baixo Rio Grande, desde Uberaba até Iturama, passando por Planura, Frutal e Fronteira” (Ribeiro et al., op.cit., p. 297).

³¹ “Processo semelhante (ao da soja) esta ocorrendo com a citricultura, que busca novas áreas para a expansão das lavouras, a partir do polo paulista, cujas empresas buscam terras mais baratas e mecanizáveis. Pelo fato de serem menos exigentes em solos, os laranjais implantados na região são prejudicados com a intensidade do período seco. Porém este fato limitante tem sido superado com a utilização de variedades mais resistentes e demais técnicas agronômicas adequadas. (...) O municípios do Prata, Uberlândia e Araguari lideram a citricultura regional em termos de área colhida, embora os pequenos pomares situados na área leste da região (Monte Carmelo, Romaria e Estrela do Sul) apresentem melhores produtividades, dada a presença de temperaturas mais amenas e período menos agressivo” (Ribeiro et al., op.cit., p. 297).

³² “A introdução da soja nos solos dos cerrados dos chapadões do Triângulo Mineiro deu-se por intermédio das políticas do Governo Federal, materializadas pelo POLOCENTRO-PRODECER (Polo de Desenvolvimento do Brasil Central - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). Foi no início da

Essa transformação agrícola ocorrida na Triângulo Mineiro tem tido suas conseqüências. Pautada no projeto modernizador da agricultura brasileira, a reboque da Revolução Verde, na década de 70, a modernização agrícola da região teve como um de seus princípios o uso intensivo de máquinas e insumos, onde o objetivo era alcançar grande produtividade e competir no mercado com outras regiões que tradicionalmente já se encontravam como líderes de alguns produtos, como por exemplo, o caso da laranja e café, no Estado de São Paulo, e a soja, na região Sul. De acordo com Ortega (op.cit., p. 333), é justamente no final da década de 70 que há uma grande expectativa com relação à ocupação do cerrado mineiro, quando para lá se dirigiram, apoiados pelo padrão tecnológico produtivista, grandes empresários rurais de outras regiões do Brasil.

A pecuária extensiva também faz parte da paisagem rural do Triângulo Mineiro,³⁴ cujas fertilidade natural dos seus solos e relevo pouco acidentado constituíram o cenário ideal para grandes fazendas de gado de corte.³⁵ Região tradicionalmente de grandes latifúndios³⁶ de rebanhos bovinos, as grandes fazendas conviviam ao lado de pequenas

década de 70 que imigrantes gaúchos foram atraídos para Iraí de Minas/Romaria, desbravando as até então pouco valorizadas terras de cerrados” (Ribeiro et al., op.cit., p. 296).

³³ *“O incremento da cafeicultura verificou-se em meados da década de 70, quando agricultores paulistas e paranaenses buscavam terras férteis, baratas e livres da incidência de geadas. Estas condições foram encontradas no setor centro-leste da região, particularmente nos municípios de Araguari, Monte Carmelo, Romaria, Indianópolis, Iraí de Minas, Cascalho Rico e Uberlândia” (Ribeiro et al., op. cit., p. 295).*

³⁴ *“A implantação da pastagem plantada de Brachiaria contou, na maioria dos casos, com um cultivo do arroz nos anos iniciais de desbravamento dos cerrados, não só pela sua tolerância a solos mais ácidos, mas por contar com crédito barato e em abundância. Mesmo com pequeno retorno obtido pelo cultivo do arroz de sequeiro, esta cultura acaba financiando praticamente todo o custo de abertura dos cerrados e o plantio do capim. Com este sistema, o cultivo do arroz esta muito associado à implantação das pastagens plantadas nos cerrados, embora esta cultura seja caracterizada como atividade de agricultores familiares. O cultivo do arroz tem um grande incentivo das políticas oficiais, e sua importância econômica no Brasil Central pode ser aquilatada pela difusão comercial do arroz goiano e em Goiás” (Shiki, op. cit., p. 147).*

³⁵ *“A raça predominante é o Nelore, existindo ainda uma mistura muito grande de raças nativas como o Nelore e outras raças zebuínas (...). As fazendas maiores se especializam na fase da engorda, enquanto os médios e pequenos fazendeiros se dedicam à cria e recria, embora hajam aquelas fazendas mais especializadas que se dedicam a todas as fases, da cria à engorda. Este é o sistema de produção predominante nas grandes propriedades fundiárias, mas também naquelas em que a função principal é especulativa, a da apropriação de uma renda institucional, no qual a produção tem uma importância secundária. Assim, estas propriedades tendem a ter baixa produtividade, sendo passíveis de enquadramento como terras improdutivas e, portanto, passíveis de desapropriação para programas de reforma agrária” (Shiki, op.cit., p. 148).*

³⁶ De acordo com Ortega (1998, p. 6), malgrado o processo modernizador pelo qual passou o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, muitos latifúndios ficaram ao largo das mudanças, constituindo-se em imensas propriedades improdutivas, alvo dos projetos de reforma agrária. *“É o caso das unidades*

propriedade de subsistência, de cultivos tradicionais. Com a incorporação cada vez maior do paradigma da modernização, essas pequenas propriedades foram cada vez mais afetadas, seja no sentido de acabarem, por pressão, a serem incorporadas às grandes propriedades, seja no sentido de ficarem cada vez mais à margem desse processo de modernização, pela falta mesma de possibilidades de recursos de utilização das modernas técnicas. O já tão conhecido processo excludente da modernização da agricultura brasileira não foi diferente no Triângulo Mineiro. Assim, as grandes fazendas alargavam-se cada vez mais na paisagem, "levando para as bordas" o que restava dos antigos pequenos proprietários, não raro incorporados às grandes propriedades como assalariados. Muitos desses antigos pequenos proprietários, sem condições de permanecerem na região, seja pela falta de emprego na agricultura, seja pelos baixos salários pagos por essas tarefas, viam como sadia a migração e muitos foram para o Estado de São Paulo, para as regiões urbanas, pois expulsos das terras de Minas, não tinham qualquer condição de fixarem-se na região agrícola de São Paulo, mesmo como mão-de-obra assalariada, cujo mercado encontrava-se muito mais saturado que o mineiro. Dessa forma, nas décadas de 60/70 observa-se uma migração de famílias agrícolas do Triângulo Mineiro em direção às cidades, do Triângulo Mineiro e Estado de São Paulo, fixando-se nas periferias de algumas cidades próximas à fronteira do Estado, outras indo em direção à cidade de São Paulo ou Campinas.

A década de oitenta aponta um fato interessante nesse fluxo migratório:³⁷ Incentivados pela possibilidade de conseguirem terra através dos assentamentos de reforma

que receberam incentivos para formar pastagens, mas as mesmas se degradaram, em função da falta de manutenção pelos proprietários, e hoje estão sub-utilizadas, possibilitando serem declaradas, também, improdutivas pelo INCRA. Hoje já existem mais de dez assentamentos na região e há uma grande pressão por novas desapropriações para fins de reforma agrária, mesmo em áreas próximas a grandes centros urbanos, como Uberlândia, onde o INCRA, segundo informações da imprensa local, acaba de declarar improdutiva fazenda (localizada distante 17 Km de centro da cidade) com aproximadamente 4.000 hectares. Ainda, segundo imprensa local, 6 novas áreas estão sendo analisadas pelo INCRA, nas proximidades da área urbana do município". Assim, numa tentativa de deixarem de ter suas terras declaradas como improdutivas, ou mesmo fugir das ocupações, grandes proprietários criaram a Bolsa de Arrendamento de Terras, tentando dar um caráter produtivo a terras antes mantidas como reserva de valor.

³⁷ "Durante o período entre 1960 e 1991, a população urbana apresentou taxas de crescimento positivas em todos os municípios da região (...). Todos os municípios, exceto o município do Prata, apresentaram taxas de crescimento negativo da população rural, durante o período 1960:91(...). Os maiores decréscimos da população rural ocorreram durante o período 1970/80, enquanto os menores decréscimos se verificaram nas décadas de 60 e 80. Os menores decréscimos ocorridos na década de 60 estão associados aos municípios cuja economia é baseada na produção agropecuária em grandes propriedades, tradicionalmente pouco utilizadora de mão-de-obra. O êxodo rural torna-se atenuado na década de 80 em função da intensificação de novas oportunidades econômicas no campo, cuja presença efetiva da mão-de-obra é indispensável, como o cultivo do café, de oleícolas irrigadas e a criação intensiva de animais" (Ribeiro et al., op.cit., p. 294).

agrária que começavam a ser implantados na região e pelo crescimento que começou a tomar conta dos movimentos sociais de luta pela terra, os antigos pequenos proprietários, às vezes seus filhos, começaram a retornar. Assim, temos, além de uma mudança de direção no fluxo migratório, também uma mudança de categoria social: antigos proprietários, que com a perda de suas terras, tornaram-se assalariados (rurais ou urbanos, na maioria, urbanos), retornam à sua região de origem agora como agricultores, em suas glebas, através dos assentamentos rurais.

b) A questão ambiental

À questão da preservação dos recursos hídricos e da preocupação com o desmatamento acelerado, acrescenta-se a discussão da implantação, a partir da década de 80, de assentamentos na região que, mesmo estando sob o regimento do IEF - Instituto Estadual de Florestas - que permite o desmatamento desde que seja preservado 20% da mata nativa em cada lote - acabam por não respeitar essa medida.

Segundo Ortega (1997, p. 332), a questão do meio-ambiente tem sido tema do Departamento de Reforma Agrária da FETAEMG, que se ocupa do assunto nos assentamentos rurais de reforma agrária, visto que muitos destes situam-se em áreas inexploradas e uma ocupação desorganizada pode representar conseqüências danosas ao ecossistema e mesmo às futuras condições de exploração. Não é incomum, que, assim que instalados nos assentamentos, os assentados dêem início à derrubada da mata e muitas vezes às queimadas, seja para as construções de suas futuras instalações, seja para a lavoura:

“Em geral, estes novos proprietários procuram reproduzir os conhecimentos que adquiriram enquanto trabalhadores rurais, procurando reproduzir as práticas de cultivo realizadas por seus patrões, e não é fácil convencê-los de que não é toda a terra que pode ou deve, por exemplo, ser arada. Nesse sentido é que a FETAEMG vem incentivando os assentados de Campo Florido a realizarem um curso na Universidade de Viçosa sobre agricultura alternativa de produção no cerrado sem degradar o meio ambiente”.

De qualquer maneira, segundo Ortega (op.cit., p. 333), a FETAEMG aponta um descompasso entre a legislação estadual – considerada adequada – e a fiscalização, que acaba sendo realizada somente nas áreas de assentamentos, penalizando sempre que possível os assentados, enquanto que grandes e médios proprietários desmatam sem serem incomodados. Esse fato pode ser também comprovado em diversas pesquisas de campo, junto aos assentados, que sempre reclamam da severidade com que são freqüentemente

fiscalizados, enquanto que seus “vizinhos das usinas de cana” desmatam grandes áreas a cada ano, sem receberem notificação de multas. O que pode ser observado, a partir disso, são imensas áreas descobertas de sua vegetação típica original, restando do cerrados pequenas “manchas” ocasionais.

Ainda segundo Ortega, a discussão ambiental enfatiza a proteção das matas tropicais, como a Mata Atlântica e Floresta Amazônica, enquanto que o Cerrado encontra-se desprotegido pela legislação atual, a partir da Constituição de 1988. Nela, observa-se a proibição do desmatamento, ou seja, uma clara preocupação somente com a preservação das matas, enquanto que, por exemplo, os chamados “olhos d’água” existentes nos chapadões e que propiciam a umidade necessária à existência dos “brejões”, encontram-se desprotegidos. A vegetação típica desses locais é o capim, de fundamental importância para a constituição dos lençóis freáticos. E é justamente nas regiões dos “chapadões” do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que a agricultura mecanizada encontrou espaço para sua expansão, ficando a agricultura tradicional localizada em áreas de terreno mais acidentado e de difícil mecanização. Por ser área de maior concentração da vegetação arbórea, é normalmente mais fiscalizado, ou seja, a agricultura tradicional, que proporcionalmente, pouco desmata, acaba sendo a mais fiscalizada (p. 326). A EMATER local distingue diferentes agricultores no que se refere à questão ambiental: os pequenos agricultores, com intensa atividade de subsistência, e os médios (até 100 ha), que utilizam tecnologia moderna mas sem muita condição de fazê-lo de forma muito intensa, não representam uma degradação significativa no meio-ambiente. Em outro sentido, os grandes proprietários, ocupando a maior parte do cerrado mineiro, são os maiores responsáveis pela degradação ambiental, assoreamento e poluição dos rios (p. 334).

Assim, ligado ao problema do desmatamento encontra-se o comprometimento dos recursos hídricos que, não só pelo desmatamento como pelo uso cada vez mais intenso de agrotóxicos, além da utilização dos mananciais para irrigação de imensas áreas, uso para geração de energia, através de barragens, abastecimento público e, em alguns casos, onde há a presença de garimpo e mineração, contribuem para a degradação dos recursos hídricos. Como a região dos Cerrados do Brasil Central possui um clima marcadamente dividido entre estação das chuvas (outubro a abril, quente) e estação da seca (maio a setembro, frio), o não planejamento da utilização desses recursos afeta o abastecimento de água, não só para utilização humana mas também para seu uso na agricultura.³⁸ Tem

³⁸ Como afirma Ribeiro et al. (op. cit.), “o papel dos solos é fundamental no comportamento dos cerrados ao longo do ano. Nos solos mais argilosos e profundos não há sinais mais evidentes de

contribuído para esse comprometimento a forte pressão provocada pela fronteira agropecuária.

Outro fenômeno que vem sendo observado na região há alguns anos é a erosão do terreno, devido principalmente ao uso e ocupação do solo de forma descontrolada, com utilização de bases tecnológicas inadequadas, muitas vezes comprometendo grande parte de uma mesma propriedade, inviabilizando a exploração agrícola, e o assoreamento dos rios. (Boccaro, 1991, apud Ribeiro, op.cit., p. 284).

c) Movimentos sociais rurais no Triângulo Mineiro

Dentre as representações sociais existentes na agricultura do Triângulo Mineiro encontram-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA), complementadas pelas Estaduais e os sindicatos de base; a de trabalhadores rurais e suas lideranças (FETAEMG); a de entidade governamental (EMATER) e não governamental, além dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores sem terra, como MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o MSTR – Movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (ligados à CONTAG e FETAEMG, funcionando como um sindicato; é uma conclusão do MLT) e o MLST.

“No Cerrado Mineiro, é o Sindicato Rural de Uberlândia a entidade que desempenha a liderança dentre os sindicatos da região, mesmo porque o Sindicato Rural de Uberaba, outro grande polo político regional, que poderia rivalizar com aquele na liderança regional, acabou ficando à margem da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)” (Ortega, op. cit., p. 328).

No Triângulo Mineiro, a FETAEMG tem sua representação regional, pela micro-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

“As ações junto aos pequenos agricultores daquela regional estão concentradas principalmente nos municípios de Monte Carmelo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas, que constituem municípios de uma micro-região de grande concentração de pequenos agricultores, ao contrário do que acontece nas demais áreas do Cerrado Mineiro, onde predominam grandes e médias propriedades. Além destes, a regional da FETAEMG também tem dado grande atenção aos assentamentos pela reforma agrária dos municípios de Iturama, Campo Florido, e Santa Vitória, e mais recentemente, no município de Perdizes, onde foi desapropriada nova área para Reforma Agrária” (Ortega, op. cit., p. 328).

deficiência hídrica, durante a estação seca, por parte dos vegetais superiores. Assim, estes apresentam-se, geralmente, sempre providos de folhas verdes, perdendo e substituindo-as simultaneamente, obedecendo a uma dinâmica própria a cada espécie. Nos solos mais rasos, as espécies arbóreas tendem a apresentar queda mais acentuada de folhas e porte menos vigoroso, (...) onde as condições de armazenamento de água no solo são menos favoráveis” (p. 275).

O MST teve sua presença no Triângulo Mineiro marcada pelo Encontro Estadual, em 1989. Naquela época, já existia um grupo de trabalhadores que fazia assembléias e queria ocupar terras, organizados a partir dos próprios bairros onde moravam e tinham um apoio indireto da CPT – hoje a APR – Animação Pastoral Rural, desmembrada da CPT e que basicamente compõe o MLST. A APR atua de forma localizada, assim como o MLST, com sede em Uberlândia, e apoia o MST. A primeira atuação do MST na região em 1989 se deu da seguinte maneira, de acordo com um dos membros da coordenação do MST-BH:

“Nós fomos pra lá, na primeira ocupação, com 45 famílias porque as famílias que estavam organizadas antes não conseguiram sair, a polícia prendeu. A primeira fazenda que o MST ocupou em 90 foi a Fazenda Colorado, no município de Iturama. Depois, com oito meses, nós voltamos a ocupar a Fazenda Varginha, houve um despejo violento, meio a noite, muitas pessoas foram presas, e demorou um tempo, aí desapropriou, houve toda uma pressão nossa, ocupação de INCRA, caravana pra Brasília, muita negociação, as entidades pressionando, houve a desapropriação. Ainda no Governo Collor houve a desapropriação da Fazenda Ranchinho, para as cerca de 386 famílias que estavam acampadas há dois anos na BR, nas margens de Iturama. Quando desapropriou essa área, com quase dois anos de acampamento, toda aquela tensão, aquela situação, esse grupo que tinha interesse de criar um movimento paralelo, que eles já tinham aprendido com o MST, que foram as lideranças do Mucuri pra deslocar praquela região, o MST investiu tudo naquela região aí que eles deram o golpe, a gente chama de golpe, que a gente chama de golpe, né, porque se eles estavam lá, estavam juntos na luta, participando de uma certa forma tinha espaço pra eles participarem do MST, aí o que eles fizeram, criaram uma briga e nós achamos naquela época que tinha que ocupar a fazenda que já tava desapropriada e eles achavam que não deviam ocupar, que ia ter violência, e tal. Aí fizeram uma assembléia no acampamento, se era a CUT ou se era o MST. Agora, olha bem, não tinha nada a ver com a CUT, a CUT era simplesmente uma fachada para eles criarem esse movimento. Então, segundo eles, quiseram expulsar o MST daquela região. Isso foi em 91. Nós retiramos a bandeira, saímos da região e eles ficaram, continuaram com as ocupações lá, pequenas e tal, e aí quando foi goira em 94, 95 e 96, a gente voltou na região e ajudamos a coordenar duas ocupações” (Gilson, MST/B.H., entrevista, 1997).

O surgimento do MLST, ainda de acordo com um dos membros do MST, teve origem a partir da organização da ocupação da Fazenda Guariba. Os desentendimentos surgiram a partir das dificuldades de compartilhar linhas de ação diferentes, além da região guardar especificidades. Segundo a análise do MST, a proximidade do Triângulo com o Estado de São Paulo faz com que ideologicamente se sintam mais próximos da realidade e cultura paulista, mesmo o acesso a Fernandópolis, Jales e São José do Rio Preto é mais facilitado do que a Belo Horizonte. Por ser região de alto assalariamento rural, considera que o

imediatismo de atendimento das necessidades básicas dos assalariados dificulta o movimento de luta pela terra, processo esse mais lento e, na explicação desse membro do MST.

Quanto à atuação do MST no período de ocupação da Fazenda Barreiro, se deu da seguinte forma:

“Teve uma equipe naquela época, dando opinião. Em 98, 91, quando nós voltamos, nós fizemos muitos contatos lá, mas já tava assim um assentamento muito pulverizado, já tinha muitos divididos, tava dividido, basicamente, que a CPT que atuava, teve o pessoal que saiu da CPT e criaram o MLST” (Gilson, op. cit.).

A CPT e a Animação Pastoral e Social do Meio Rural (APR)³⁹

As temáticas que compuseram as discussões no interior da CPT referiam-se à modernização da agricultura do Cerrado, destacando-se a questão dos bóias-frias e sendo a pioneira no desenvolvimento deste trabalho na região. A partir de 1986, a CPT adquire novas características, tais como a liberação de militantes para dedicarem-se aos trabalhos do movimento. A entidade sobrevive então de donativos da Igreja e ONGs internacionais.

Com relação à APR, esta é

“A continuação de um trabalho que se iniciou em 1978 através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Triângulo Mineiro, podendo ser considerada um ‘racha’ desta. Desde meados da década de 70, com a retomada da luta pela terra, em meio à ditadura militar, sentiu-se nos movimentos católicos que existia um ponto fraco na questão rural enquanto que a nível urbano sua ação e organização estava mais consolidada. Foi assim que surgiu a Comissão Pastoral da Terra em 1978. (...) Sua atuação em Minas Gerais começou no Noroeste do Estado, no município de Unaí de Minas, e no Triângulo Mineiro no município de Monte Carmelo, a partir do trabalho de duas voluntárias religiosas leigas italianas e do pároco atual da Catedral de

³⁹ “As ocupações de terra durante o ano de 1989 criaram um conflito interno na entidade por causa de distintas leituras sobre a conjuntura política do país. Os setores ligados à coordenação e ao secretariado acreditavam que as ocupações não estavam dando resultado e seria preciso alterar a tática de luta para a conquista de terras para a reforma agrária. Entretanto, segundo a avaliação de um grupo dentro da CPT, essa questão estava, na verdade, associada à campanha eleitoral para presidente da república, pois as ocupações estariam influenciando negativamente na campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil-Popular, Luís Inácio Lula da Silva. O grupo dissidente era de opinião de que a decisão das ocupações não era da CPT, mas sim dos trabalhadores, e caso elas acontecessem, à CPT somente lhe caberia lhe dar apoio. Surge assim um grande conflito entre a CPT e o Movimento Sem Terra em Minas Gerais, levando a um ‘racha’ no Triângulo Mineiro e à criação da Animação Pastoral e Social do Meio Rural (APR)” (Ortega, op. cit., p. 338).

Uberlândia, com organização de um trabalho de criação das Comunidades Eclesiais de Base (Ortega, op. cit., p. 336).

Conforme afirma o autor acima citado, os trabalhos da APR se expandem pelos municípios de Ituiutaba, Uberlândia e Araguari, envolvendo-se com a questão dos trabalhadores rurais e na organização e nos Encontros Regionais das Classes Trabalhadoras (p. 336). Relata ainda uma experiência interessante nos anos de 1982/83, quando trabalhadores rurais desenvolvem uma horta comunitária em uma área no município de Ituiutaba.

“Cada um tinha sua casa, entretanto, qualquer membro da comunidade poderia entrar e pegar o que necessitava nas casas dos membros da comunidade. O comportamento de cada membro passava por uma avaliação realizada a partir de pontos conferidos durante um determinado período.(...) Acabaram, entretanto, perdendo a área para os antigos proprietários, por não aceitarem reivindicar o título da terra a que tinham direito legalmente. Alguns dos membros daquela comunidade se encontram hoje no assentamento da Reforma Agrária de Campo Florido” (p.338).

Uma das preocupações da APR sobre o processo de organização dos assentamentos, refere-se à sua própria manutenção, acreditando que não se deve voltar a discussão somente para questões econômicas, e sim, também, para sua viabilidade tecnológica. Defende, portanto, uma tecnologia alternativa economicamente viável. Com relação à estrutura organizativa, a APR segue os moldes da CPT,

“criando uma coordenação constituída de pessoas que representam as áreas da CPT regional (Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia e Monte Carmelo), um comitê executivo com três pessoas: o coordenador regional, o secretário e o tesoureiro. Existem ainda as coordenações regionais e uma assembléia geral que congrega todas as regiões” (Ortega, op. cit., p. 339).

Como foi dito no início deste item, o Triângulo Mineiro encontra-se, hoje, sofrendo modificações na sua agricultura, de forma muitas vezes não planejada, que acaba em conseqüências desastrosas para o meio ambiente. Em meio a isso, é representado por diversas organizações que se ocupam dos movimentos sociais rurais. A partir de um quadro onde a estrutura agrária vem sofrendo profundas modificações, afetando as relações de trabalho bem como suas categorias sociais, a região assiste hoje à transformação de sua paisagem fundiária em dezenas de focos de conflitos pela posse da terra que culminam, em sua maioria, em assentamentos de reforma agrária. Os próprios latifundiários locais começam a rever seu posicionamento frente a essa questão, não no sentido de estarem de

acordo com as reivindicações dos movimentos sociais, mas por medo de terem suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária. Acabam recorrendo aos órgãos oficiais, como INCRA, numa tentativa de negociar antecipadamente a terra e ainda obterem algum lucro. Em meio a estes embates, encontram-se os diversos atores que atuam na região, como os Sindicatos Rurais, o MST, a FETAEMG, a CUT, a CPT e a APR.

A partir da apresentação da paisagem agrícola de Minas Gerais, e mais especificamente, do Triângulo Mineiro, e da inserção dos movimentos sociais rurais nesse contexto, é apresentado a seguir o Capítulo Cinco, sobre o Assentamento Fazenda Barreiro, desde o momento da chegada dos então sem-terra no local, onde viviam, na ocasião, dezenas de meeiros e posseiros, passando pela oficialização do Projeto de Assentamento, até sua configuração atual, decorrendo, entre um período e outro, pouco mais de treze anos.

CAPÍTULO CINCO

PROJETO DE ASSENTAMENTO ITURAMA - FAZENDA BARREIRO

A Fazenda

A antiga Fazenda Barreiro situava-se no então distrito de Limeira d'Oeste, que fazia parte do município de Iturama¹, no Triângulo Mineiro, Minas Gerais. Tinha aproximadamente 6.000 hectares de terra, nos quais encontravam-se, entre muitos hectares de terras improdutivas, posseiros, meeiros, arrendatários, que exploravam a área de acordo com a autorização do proprietário. Em troca, o antigo dono da fazenda cedia uma parcela de terra a cada colono com a condição que a desmatassem em dois anos e dividissem a renda com o proprietário a 30%.

Com a mudança do latifundiário para a cidade, a administração da fazenda ficou por conta de um de seus filhos, que passou a exigir uma série de condições dos posseiros, como por exemplo, que mudassem de área, para uma região de mata virgem, a qual deveriam limpar em dois anos e pagar-lhe a renda da terra que ia de 20 a 30% do que produzissem.

"O latifundiário (...) ele entregava a parcela, um pedaço de terra para o colono explorar mas o colono tinha que desmatar a machado, a enxadão, e isso em dois anos, e com a renda divide a trinta por cento, dependendo do colono, dependendo do parceiro. Quando o senhor Dimas Soares mudou para Ituiutaba, ele designa o filho dele, como capataz da fazenda, o senhor Esahu, e aí a coisa muda da água pro vinho, ele começa impor aos posseiros uma série de trabalhos forçados, mesmo, de mudança de área...Havia uma região aqui na fazenda, era mata virgem, bruta, e ele chamou os posseiros na sede da fazenda pra que eles fizesse uma reunião e eles fossem explorar essa nova área por dois anos, teria que desmatar a machado e ainda pagar uma renda de 20 a 30% pra ele em dois anos. Isso é impossível, do ponto de vista econômico, seria o mesmo que chamar os posseiros pra ir embora, isso seria permissão pros posseiros ir embora da propriedade" (Salim, entrevista, 1995).

Nesse período (1983), alguns posseiros descontentes com a situação de rompimento do contrato verbal de uso da terra, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama, município ao qual pertencia Limeira d'Oeste, onde foram orientados a voltar para

¹ "Existem em Iturama grandes extensões de terra com plantação de cana-de-açúcar pertencentes à destilaria Alexandre de Balbo, grandes plantações de algodão, de milho e de arroz, ocupando áreas de monocultura no cerrado, fazendas de gado e grandes vazios de terra sem plantio. Os vazios de terra são reserva de valor para especulação e são justificados pelos grandes proprietários como reserva para engorda de gado, quando a oferta de animais é favorável. A instabilidade do mercado de gado para engorda perpetua a subutilização das terras e é sentida como uma afronta ao enorme contingente de trabalhadores rurais sem-terra que vivem no município" (Ramos, 1993, p. 19).

suas antigas posses e lá permanecerem.

"Alguns posseiros se revoltaram contra a situação e procuraram se dirigir a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Iturama e procuraram seu presidente e seu assessor jurídico, o doutor Heredes José dos Santos. O doutor Heredes José dos Santos mais a diretoria do Sindicato orientou-os que voltassem e os que saíram que voltassem pras áreas antigas, às posses antigas e os que permaneciam nas posses antigas não saíssem e começassem a tirar o capim que formavam. (...) Bom, eles assim fizeram, depois de varias reuniões e orientações e começaram a remover o capim e o fazendeiro, o latifundiário, indignou-se com isso, começou uma série de perseguições" (Salim, op. cit.).

A partir dessa atitude, o dono da fazenda começou uma série de perseguições e ameaças. Alguns desses ocupantes concordaram em sair de suas terras mediante o pagamento de indenização. Outros, no entanto, não aceitaram e permaneceram.

"Chega o ano de 1984. Foi o ano em que se intensificaram as pressões do proprietário da terra e se ampliaram as reações dos moradores. As condições de produção e sobrevivência se tornaram mais precárias ainda. Além do processo de expulsão, com diferentes formas de ameaça e pressão pessoal, passando pelo desrespeito às cercas das roças até ameaças à vida dos moradores, Ezahu (um dos herdeiros da fazenda) lança mão da polícia e do Judiciário para realizar a expulsão de forma legal, apresentando aos moradores uma interpelação e notificação judicial que os intimava a se retirarem da terra no prazo de 30 dias. (...) Neste processo judicial, a pressão dos herdeiros da terra atinge 99 das 110 famílias residentes na Fazenda Barreiro. No documento de Interpelação e Notificação, após citação nominal das 99 famílias interpeladas a se retirarem, manifesta-se a situação de tensão que se estabeleceu na relação entre os herdeiros e os moradores da fazenda, agora reconhecidos como posseiros na luta por usucapião e residência na posse (p 70). (...) A desocupação do imóvel, exigida pela notificação, não se verificou. Ao contrário, 59 posseiros ingressaram em juízo com uma ação de Usucapião Especial, um instrumento especial promulgado no governo de João Figueiredo. Alguns posseiros desistiram de sua posse e muitos assinaram acordo que definia a desocupação do imóvel somente podendo retirar o material empregado na construção de casas e cerca de arame, desistindo definitivamente de todo e qualquer direito que possa ter contra a fazenda. (...) Aqueles que resistiram na luta pela terra foram os que ampliaram sua reivindicação do direito ao usucapião para o direito ao assentamento, pela desapropriação da área por eles trabalhada" (Ramos, op. cit., p.68/74).

A resistência dos trabalhadores e o início do movimento na fazenda deu-se de forma bastante traumática, de acordo com um dos assentados e atual líder da associação, pois custou a vida de um de seus companheiros, assassinado no dia 6 de novembro de 1984. Tinha 49 anos, 9 filhos e deixou a esposa grávida. O dono da terra procurava, com isso, intimidar os demais e fazer com que eles abandonassem suas parcelas. No entanto, essa atitude provocou revolta entre os posseiros provocando a retirada de muitos deles.

"Apesar do processo de usucapião ter sido aprovado na 1ª instância na Câmara de Iturama, com 59 nomes de moradores qualificados legalmente como posseiros, estes continuam a sofrer pressões cada vez maiores para expulsão judicial, com ameaças de coerção física e ameaças de morte usadas pelo fazendeiro. O clima de insegurança e medo após a morte de Juraci passa a orientar ações de alguns posseiros que começam a se retirar da luta assinando acordos de desistência do processo de usucapião. Famílias se retiraram da fazenda mobilizadas pelo temor, outros pela dor da perda do companheiro. Abandonam a luta, desistem da posse da terra sem assinatura de acordo. Dos 110 posseiros residentes na fazenda, 51 fizeram acordos desistindo da posse da terra e da luta pela desapropriação" (Ramos, op. cit., p. 77).

Outros, no entanto, permaneceram:

"Bom, em 1985, o Sindicato, a inserção do Sindicato na vida dos posseiros se deu e foi até traumática, porque custou a vida de um dos nossos companheiros, então havia a casa do senhor Juraci, que servia de reuniões por ser um lugar mais no centro, era uma das nossas lideranças, dos posseiros, e eles assassinaram o Juraci...brutalmente, de forma animalésca, a viúva, estava grávida na época, e houve uma série de transtornos. Foi uma coisa muito assim, que chocou muito a fazenda, chocou nós e até os vizinhos. Ele foi assassinado, ele estava sentado numa cadeira de área no alpendre da casa dele, eles chegaram e foram atirando. E com isso ele tentava persuadir os posseiros a ir embora. Na verdade, o latifundiário observou uma maior resistência dos posseiros. Com a morte do Juraci, alguns posseiros não deixaram a fazenda, mas também não plantaram roças, eles ficaram tentando passar ou tentar negociar com o Sindicato e entidades a desapropriação ou o usucapião, na época, da área, eles queriam o usucapião da área" (Salim, op. cit.).

O fazendeiro Ezahu foi morto por desconhecidos, em dezembro de 1985. Concomitante a esses acontecimentos, estava ocorrendo a ocupação da Fazenda Bartira, no extremo pontal do Triângulo Mineiro,² primeira ocupação de terra no município de Iturama, ocupação essa mobilizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama. Pode-se dizer que a organização e mobilização em torno dessa ocupação foi um dos principais propulsores que desencadeou as ações que culminaram na reivindicação da Fazenda Barreiro.

"O Sindicato desenvolveu um trabalho na região de São Sebastião do Pontal, em Carneirinhos, em Estrela da Barra, no pontalzinho do Triângulo Mineiro, sobre o que seria a reforma agrária, foi um trabalho feito na base mesmo, de casa em

² *"Esta fazenda era localizada no município de São Sebastião do Pontal, a 8 km de Iturama. Tinha aproximadamente 2000 alqueires de terra que se encontravam à venda sob forma de loteamento. Como se tratava de um cercamento de área maior do que a regularmente titulada, os trabalhadores organizados pelo sindicato reivindicavam 390 alqueires considerados sem titulação" (Ramos, op. cit., p. 90).*

casa, de vizinho, fazia reuniões nos bairros e isso culminou numa série de famílias que se mostraram interessadas pelo assunto, começaram a participar dessas reuniões e culminou na ocupação de uma fazenda denominada Fazenda Bartira" (Salim, op. cit.).

"Em Iturama, a Fazenda Bartira foi vista como o primeiro objeto da luta dos sem-terra, enquanto a Fazenda Barreiro era o primeiro objeto da luta dos posseiros. A Bartira era conhecida entre os trabalhadores como terra cujo cercamento envolvia áreas sem titulação, em que as relações de trabalho se davam no plano do desrespeito aos direitos, onde a expulsão de agregados e posseiros ocorria na impunidade, como é comum no Brasil. (...) O despejo sem indenização foi a primeira situação de revolta de uma família expulsa da Fazenda Bartira. Esta família se dirigiu ao Sindicato na procura de apoio legal para reagir ao despejo e fazer denúncia da situação de desrespeito vividas nas relações entre os trabalhadores e proprietário. O despejo, a revolta e denúncia foram razões práticas que orientaram o Sindicato na escolha daquele latifúndio para a realização da ocupação. (...) Após o levantamento dos nomes interessados em ter um pedaço de terra feito pelo sindicato, foi organizado um grupo de aproximadamente 30 homens que se envolveram na ocupação da fazenda Bartira" (Ramos, op. cit., p. 89).

"Nós permanecemos três dias na fazenda. Ao final de três dias, chegou uma média de uns cinqüenta policiais armados até os dentes, de armas que nós nunca tinha visto, de calibre...nós nunca tinha visto isso não, de forma que chegou também algumas entidades que pra nós até o momento era desconhecida, como a FETAEMG, a Comissão Pastoral da Terra, representantes de sindicatos, de trabalhadores urbanos e a própria CUT que esteve com a gente no dia do despejo. No dia do despejo fez também uma reunião entre os despejados, que nós podíamos fazer a partir daí, entrega, e nós decidimos fazer um acampamento em frente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais [de Iturama]" (Salim, op. cit.).

O Acampamento

Expulsos do local, os trabalhadores, através de sua liderança, decidiram acampar em frente ao sindicato dos trabalhadores rurais de Iturama.

"O encaminhamento adotado pela direção do Sindicato, com o apoio da CPT, era sair da rua onde foram despejados para a experiência de acampamento em praça pública. O acampamento seria a expressão pública da luta pela terra em Iturama. Inicia-se o processo de alianças dos trabalhadores entre si e destes, com os movimentos sociais pró reforma agrária. A Comissão Pastoral da Terra, regional do Triângulo Mineiro, inicia um processo de inserção total no movimento de luta dos sem-terra de Iturama. (...) De São Sebastião do Pontal, os participantes da ocupação foram transportados pelo Sindicato para o município de Iturama. Barracos de plástico preto foram levantados em frente ao Sindicato. (...) Durante a formação do acampamento, passaram a reivindicar a desapropriação da Fazenda Barreiro, por ser uma área de conflito (Ramos, op. cit., p. 98).

Reuniu-se, assim, o grupo formado por bóia-frias, antigos carvoeiros que reivindicavam anteriormente a fazenda Bartira e o grupo que se recusava a sair da Fazenda Barreiro. Formaram então um acampamento - chamado de Acampamento Esperança do Trabalhador - nessa última e começaram a colocar em prática aquilo que seria muito importante para o futuro assentamento, ou seja, a organização interna como forma de solucionar problemas, dividir tarefas e organizar, enfim, o dia a dia das pessoas.

"Na primeira semana, o acampamento contou com apenas 30 famílias, somente aquelas cujos homens fizeram a ocupação da Fazenda Bartira e foram despejados" (Ramos, op. cit., p. 103).

"Com a formação do acampamento e a resistência dos posseiros na propriedade, nós passamos a reivindicar a desapropriação da Fazenda Barreiro em virtude de que já era uma área de conflito e já havia levado à morte um dos colonos e ameaças de outros colonos para serem assassinados, além da própria violência que foi praticada aqui como a queima das roças, aí eles soltaram o gado nas nossas lavouras, acabaram com tudo, essa forma de violência foi parte da nossa vida, da nossa existência aqui dentro. Bom, com o acampamento, aí vem uma série de...a gente entra numa história de...a vida no acampamento é uma das coisas que mais marca a gente. Nós trabalhadores somos acostumados a ter uma vida mais independente, aquela coisa de morar junto, assim, compartilhar alguns metros quadrados com outras famílias, assim, então é uma forma de resistência muito grande, requer muita persistência dos companheiros" (Salim, op. cit.).

Durante o período de acampamento, os trabalhadores fizeram várias passeatas em Iturama, enquanto a comissão de negociação fazia contatos com as entidades e o governo federal. Um dos papéis mais importantes desenvolvidos por essa comissão e que foi fundamental para a desapropriação da Fazenda Barreiro, foi o de se organizar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua assessoria jurídica,³ em parceria com movimentos organizados e entidades, que auxiliaram na elaboração do processo de desapropriação da fazenda.

Foram feitas no local reuniões, com os bispos da região (Uberaba, Ituiutaba, e Uberlândia), além da Pastoral da Terra, MST, CUT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama em busca de apoio e, junto com eles, foram a Brasília, no dia 27 de agosto de 1985 e tiveram assim sua primeira audiência com o então Ministro da Reforma Agrária, Nelson

³ De acordo com Ramos, op. cit., p. 22, "o movimento dos sem-terra de Iturama não se vinculava à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, como se verificava nos últimos anos no sul do país. Em Iturama, a ocupação do latifúndio e a organização do acampamento são iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, respaldadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, a FETAEMG e pela Confederação Nacional dos

Ribeiro. Nessa audiência foi prometida aos trabalhadores uma vistoria na fazenda, mas, embora para que isso pudesse ser feito fosse necessário vencer uma série de etapas burocráticas, voltaram com a esperança de que a fazenda seria de fato desapropriada. Passados alguns dias da visita a Brasília, ocorreu a substituição do ministro e com ele o compromisso de desapropriação.

Nova comissão foi organizada e procurado o novo ministro, mas sem resultados. A partir de então, passaram a se integrar de forma mais organizada no seu próprio movimento e participar em ações conjuntas no Estado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazendo várias ocupações na sede do INCRA-BH, participaram de discussões e verificavam se as terras eram qualificadas como empresa rural, como latifúndio ou como terra devoluta, esperando a caracterização da área como própria para reforma agrária. Feita a vistoria, esperou-se a montagem do processo pelo INCRA e nova pressão começou a ser feita para que o processo corresse de maneira mais rápida possível. Mais uma vez o grupo se organizou e foi para Belo Horizonte, onde ocupou o Palácio do Despachos. Nesse período, entrando no oitavo mês de acampamento, e muitas promessas, fizeram uma caravana para Brasília, rumo ao Congresso Nacional - dois ônibus e dois caminhões, juntamente com as mulheres e crianças - lá chegando, armaram dezessete barracas frente ao congresso. O fato chamou a atenção da imprensa e alguns políticos se posicionaram a favor do movimento. A partir de então, puderam apressar o julgamento do processo, conseguindo, assim, com que o INCRA fizesse a imissão de posse para que os sem-terra deixassem o acampamento e se dirigissem para a área do assentamento, o que foi feito com escolta policial.

A Desapropriação

Dezembro de 1985 foi a data da desapropriação da Fazenda Barreiro.

"A desapropriação de um latifúndio em 1985, fato inédito em Iturama, foi o primeiro caso no advento da "Nova República". Causou grande reação dos proprietários de terras da região e obteve grande visibilidade nacional, dada a abrangência da cobertura feita pela imprensa. Essa desapropriação envolveu duas lutas distintas: o conflito dos moradores contra os proprietários da fazenda Barreiro e a mobilização dos trabalhadores sem-terra que vieram a realizar a ocupação de outro latifúndio - a Fazenda Bartira e o Acampamento Esperança do Trabalhador" (Ramos, op. cit., p. 21).

A entrada na terra se deu no dia 1º de maio de 1986.

"Iniciava-se o processo de apropriação da terra desapropriada 'para fins de reforma agrária'. Essa apropriação se daria pela ação dos trabalhadores rurais que lutaram no acampamento, pelos posseiros que resistiram na luta dentro da própria fazenda e também pelo Estado. Mesmo se situando dentro de um campo de tensão, a relação desses trabalhadores com o Estado deve se submeter ao mecanismo jurídico-legal - o único existente - para a efetivação do projeto de assentamento previsto pelo PNRA. E pela mediação do Estado que se dará a apropriação legal da terra e a conquista dos recursos financeiros para a produção. Esta será também uma relação de lutas e alianças" (Ramos, op. cit., p. 125).

O ASSENTAMENTO

"Bom, nós entramos na fazenda e eu sinceramente não tenho como expressar o que nós sentimos naquele dia. É inexplicável isso. Foi uma coisa assim que nos marcou e vai marcar todas as gerações de crianças que estavam conosco naquele dia. Até eles se formarem, estão marcados, ninguém esquece aqui dentro. Nós entramos na fazenda e aí começou uma nova etapa nas nossas vidas" (Salim, op. cit.).

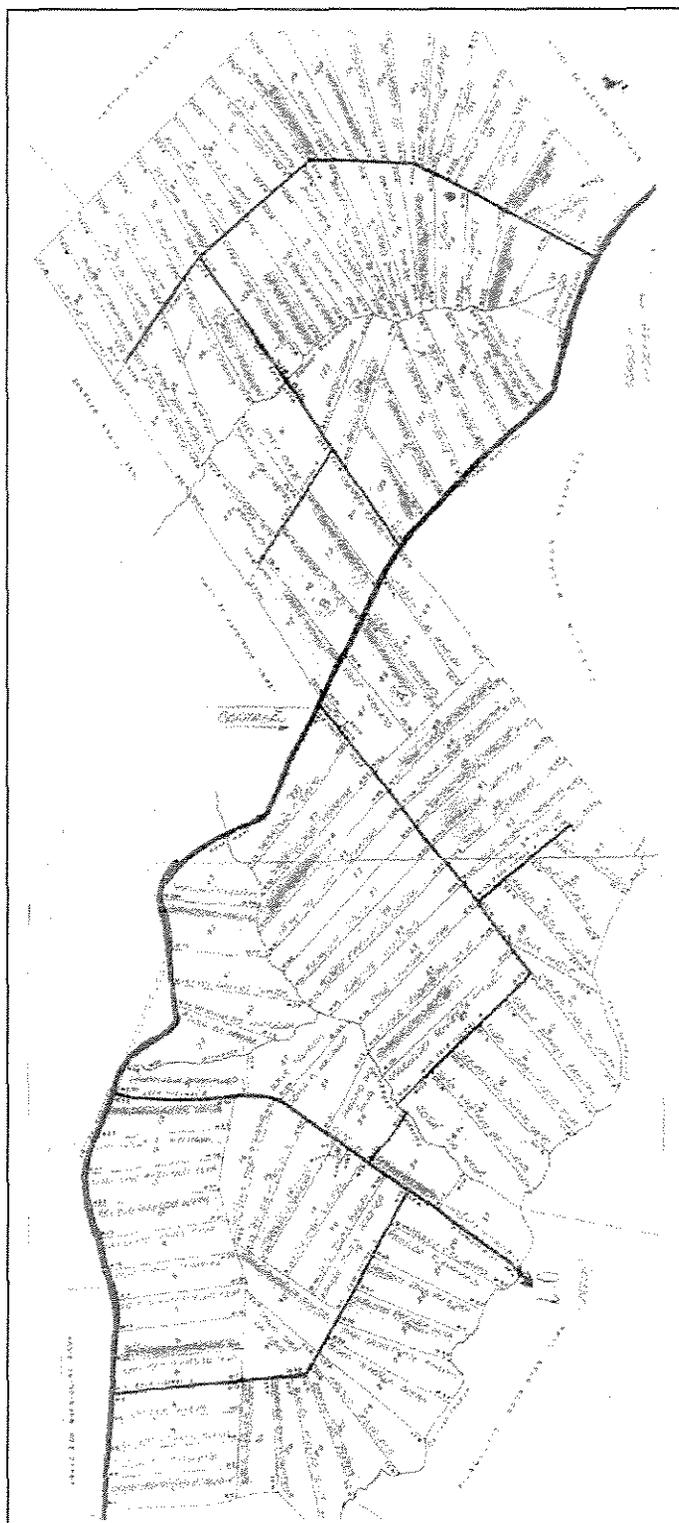


FIG. 4 Divisão atual dos lotes da Fazenda Barreiro, 1997.
Fonte: EMATER, Limeira d'Oeste.

Obs.: Os lotes em destaque indicam os que foram sorteados para as entrevistas.

Começa a tomar corpo o assentamento (FIG. 4), novas relações internas surgem - de trabalho, de vizinhança, de liderança, além da inserção dos assentados - um grupo de 136 famílias - na sociedade local. É o início também da conquista pelo respeito da sociedade local, pois desde o início do acampamento, eram vistos com desconfiança e suas reivindicações tratadas com desdém. Uma das reclamações mais constantes dos assentados foi a rejeição que sofreram no início:

"a própria sociedade, nós fomos rejeitados, nós fizemos, pra você ter uma idéia, uma passeata em frente a prefeitura reivindicando o mínimo de assistência médica pras nossas crianças e mulheres, que viviam numa situação que, por estar aglutinado, o índice de diarreia era muito grande, tosse, enfim, toda mazela de doença acomete um acampamento...Ele, o prefeito, disse o seguinte, se vocês querem terra, vocês tragam uma bacia. Era a mentalidade da época" (Salim, op. cit.).

A discriminação em relação à população do assentamento era disseminada, inclusive, pela rádio local, segundo o depoimento de um dos moradores do Barreiro, que freqüentemente anunciava problemas na área:

"difícil o dia que ela não noticiava uma briga, ou algum companheiro se excedia no álcool, com umas cachaças a mais e brigava, e isso ia prá rádio como se isso só acontecesse no Projeto Barreiro" (Salim, op. cit.).

Para tentar superar o mal-estar causado pelos olhares, palavras e atitudes hostis da população - *"ah, lá, lá vem o povo do INCRA' - eles falam o povo do INCRA, do Barreiro, aquele povo sem terra, aquele povo que invadiu..."* - em relação a eles, os assentados, quando necessitavam ir à cidade para suas relações comerciais, iam sempre em grupo. Também as crianças, na escola da cidade, sofriam discriminação, o que estimulou o conjunto de assentados a reivindicar um professor para a escola do assentamento, pago pela prefeitura.

Hoje, o que se vê é uma atitude, se não de aceitação, pelo menos de respeito, e muito disso se deve à produção do assentamento que corresponde a 10% da arrecadada no município de Iturama, 50% da produção total do município de Limeira d'Oeste, além de representar 10% do eleitorado. A Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Barreiro representa uma grande força política, não só para os interesses do assentamento, mas também para o município, uma vez que se ocupa de negociações para a infra-estrutura local que beneficia também a a população de Limeira d'Oeste, como reparação e construção de pontes das estradas municipais que cortam o assentamento, infra-estrutura elétrica, telefonia e escolas que atendem também as fazendas vizinhas, e a futura cooperativa de laticínios,

que reverterá também em benefícios locais.

"Então a gente sabe que aqui decide uma política. São 131 família que é dono do sítio, fora ...[o resto da família que vota]. E tem outra coisa, aqui é difícil, quase todos os lotes aqui tem duas família que mora no lote, três família. Aqui mesmo nós tem três famílias que mora aqui, a minha, a minha mãe e minha sogra. Aqui hoje, dentro do assentamento, eu faço uma base que deve ter uma média de uns...700. É, tô falando procê que decide uma eleição aqui. Só aqui em casa, entre aqui, minha sogra, vai dar na próxima eleição uma média de 12 votos. E tem vários, porque o vizinho aqui tem 7 eleitor. Tem o ali de baixo que tem 4, 5. O político sabe. Eu acho que eles tem que dar um apoio grande porque eles precisa, principalmente porque o ano que vem táí, né, ano político eles vão lembrar dos sem-terra, dos assentado, aí eles vem" (L., entrevista, 1997).

O Assentamento Hoje

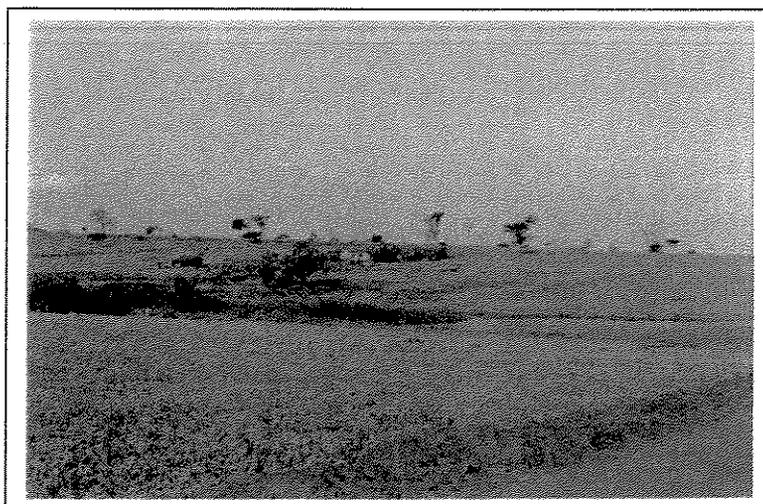


Foto 1: Vista de um dos lotes do Assentamento Fazenda Barreiro, com destaque para o tanque de peixes, 1997.
Andréia Terzariol Couto.

A pesquisa de campo compreendeu 50 das 131 famílias existentes atualmente no assentamento (no início eram 136). As Fotos 5 e 6 procuram ilustrar o assentamento hoje, apresentando, respectivamente, uma das famílias assentadas em frente à sua antiga casa, hoje transformada em paiol, após a construção de nova moradia, e um lote organizado entre a produção pesqueira, pastagem e cultivos variados. A partir dos dados coletados, foi possível organizar um quadro atual do assentamento no que se refere aos aspectos seguintes:

A população do Assentamento Barreiro conta com uma população dividida da seguinte forma: 64% dos beneficiários são do sexo masculino e 36% do sexo feminino, sendo 4% dos beneficiários solteiros, contra 78% de casados; 2% vivem em concubinato, 2% são separados, 2% desquitados, 12% viúvos. Nesse universo, 20% são analfabetos, 62% têm o primeiro grau incompleto, 16% têm o primeiro grau completo, 2% têm o segundo grau completo; 16% têm entre 20 e 35 anos; 34% têm entre 36 e 45 anos; 18% têm entre 46 e 55 anos; 12% têm entre 56 a 65 anos e 20% tem de 66 a mais. Os assentados são, na maioria (62%) de outras regiões; 20% de Iturama e região e 18% de Limeira d'Oeste e região. Quanto à procedência anterior ao assentamento, a maioria já se encontrava na região de Limeira d'Oeste: 56%; 18% vêm de Iturama e região e 26% de outras regiões.

Dos entrevistados, 44,1% estiveram acampados (fizeram parte do acampamento antes da desapropriação da fazenda). Antes do assentamento, 4% eram proprietários, 22% eram meeiros, 32% eram trabalhadores rurais e 10% trabalhadores urbanos; 40% estiveram acampados antes de estarem no assentamento (os outros são antigos posseiros, parceiros e compradores). Somente 4% estiveram em alguma ocupação de terra. Das famílias entrevistadas, 60% souberam da possibilidade de terem terra em um assentamento de reforma agrária através do sindicato, 30% através de amigos e 10% através de outros (igreja, meios de comunicação, movimentos sociais).⁴

Para a maioria (84%), a razão principal de ter vindo para o assentamento ampara-se na possibilidade de ter terra e no futuro dos filhos; 16% pensaram em fugir do desemprego e do assalariamento indo para o assentamento.

A grande maioria das famílias (98%) afirmam fazer parte da Associação (embora não tenha sido possível perceber, efetivamente, o grau de participação nas reuniões). Das famílias entrevistadas, 96% concordam totalmente com as decisões tomadas pela Associação; 2% somente discordam às vezes, e 2% não fazem parte da Associação.

Com referência às tomadas de decisão sobre a produção, 30% produzem pensando no consumo familiar, enquanto 70% produzem pensando no valor comercial da produção, mostrando uma clara preocupação com o mercado. As decisões no lote são, na maioria (52%) tomadas pelo chefe e esposa; em segundo lugar (32%) por toda a família (mais de 3 pessoas). Somente 12% dos entrevistados disseram tomar sozinhos as decisões (incluem aqui os solteiros e os que vivem sós) e 4% pelo chefe e filhos (aqui incluem-se os viúvos com filhos). Não foi observado nenhum caso de o chefe excluir a esposa das tomadas de

⁴ Durante o período do acampamento, o sindicato dos trabalhadores rurais de Iturama realizou intenso trabalho na região no sentido de esclarecer sobre as ocupações de terra. Na verdade, seu papel na

decisão.

Ficam em torno de 78% os que contratam trabalhadores assalariados, principalmente durante a colheita (76%) e somente 2% contratam durante o preparo do solo; 22% dizem não contratar trabalho assalariado, sendo a distribuição do trabalho entre os membros da família feita da seguinte forma: 26% utilizam de 1 a 2 pessoas no trabalho no lote; 24% de 3 a 4; 36% de 5 a 6 e 14% de 7 a mais, considerando-se que o número de dependentes por família é de 22% para os que têm de 1 a 2 dependentes; 32% de 3 a 4; 32% de 5 a 6; 10% de 7 a mais; 4% dos assentados são solteiros.

Para 48%, a renda não vem somente do assentamento. Essa renda externa encontra-se assim distribuída: aposentadoria: 53,8%; comércio: 26,9%; salário: 15,4% (42,3% somadas as rendas vindas do comércio e salário); 3,8% da ajuda de filhos e parentes. Dos entrevistados, 24% têm alguma pessoa que exerce atividade remunerada fora do assentamento, sendo essas atividades assim distribuídas: 60% trabalho assalariado rural ou urbano e 40% comércio (ver Anexo IV a respeito do Assentamento Fazenda Barreiro, em trabalho realizado pelo INCRA/EMATER-MG, em 1996).

Do total de entrevistados, 40% estão no local desde o seu início (13 anos); 38% já estavam no local antes (eram posseiros, parceiros, meeiros); e 22% estão a menos de 10 anos (são compradores).

A Presença da Produção Familiar no Assentamento

Falar em produção familiar implica mencionar os principais fatores que a envolvem, como família, trabalho, terra. Indo mais além, pode-se colocar como sendo uma de suas especificidades o ritmo de trabalho, que por sua vez liga-se à mão-de-obra familiar. Uma outra questão igualmente importante configura-se na esfera do que significa ser agricultor, na sua identidade social, a partir mesmo de suas práticas sociais, das representações sociais. Durante a pesquisa no assentamento, chamou a atenção a fala de um assentado que dizia que, no início, quando foram divididas as parcelas, a grande maioria dos assentados interessou-se por ter algum gado em seu terreno. O fato de possuir uma cabeça de gado, que fosse, fazia com que se sentissem "agricultores de verdade", formava um vínculo forte não só entre eles e a terra, mas também formava uma opinião particular de si próprios. Além disso, em um plano menos subjetivo, o gado é a própria representação da auto-suficiência, e mesmo de um certo *status*. O que significa, para essas pessoas, vindas de lugares e

época foi similar ao que o realizado pelo MST para a preparação das ocupações.

situações tão diversos, que formam no assentamento um grupo tão heterogêneo, a posse, o cultivo, o trabalho na terra? Por que optaram tão veementemente pelas parcelas individuais? Como se vêem hoje, o que significa sua atual situação para eles?

Para responder a essas questões, temos que buscar em sua longa trajetória as histórias de vida que, em algum momento, deixaram de ser individuais para tornarem-se únicas: o momento da ocupação, do acampamento, e o sonho de serem agricultores; o momento de perceber que possuir, cultivar e alimentar os filhos a partir daquele pedaço de terra era uma ambição comum e possível.

Ramos (op.cit.), explicita que

*"na construção das categorias dentro do processo de luta e da aprendizagem da constituição da nova identidade social nos quais os **moradores** da Fazenda Barreiro passam a ser **posseiros** e os parceiros, pequenos arrendatários, assalariados agrícolas e pequenos proprietários expropriados passam a ser **sem-terra** ou **acampados**, como se autodenominam enquanto sujeitos da experiência vivida no acampamento. Mais tarde os **moradores** da fazenda Barreiro e os **acampados**, dois sujeitos de práticas de luta inicialmente distintas, vêm a se constituir potencialmente em novos pequenos proprietários da Fazenda Barreiro, após a efetivação da desapropriação da terra" (p. 22, grifos da autora).*

A trajetória de uma parte dos grupos familiares que vivem nesse assentamento, sua situação atual e o traçado que desenharam para seu futuro mostra-nos que a opção que fizeram, sua estratégia de sobrevivência está muito ligada ao mercado em que estão inseridas. É uma opção pelo investimento, pelo sucesso do assentamento. Além disso, a importância dada ao papel desempenhado pela educação das crianças mostra que elas estão sendo preparadas para dar continuidade ao trabalho de seus pais. Alguns adolescentes viveram quando crianças a experiência de luta do acampamento e se preparam hoje para dar continuidade ao trabalho de seus pais, no momento oportuno. Nesse grupo, o que se vê são agricultores familiares que buscam trabalhar suas terras e construir sobre elas um patrimônio que só querem melhorar para deixá-la para seus filhos, e que esteja longe de ser vista somente como um meio de sobrevivência. Essas questões são discutidas nos capítulos posteriores.

A colocação feita acima serve para resgatar a discussão colocada no início desse trabalho, para retomar a análise da produção familiar e as transformações que vêm ocorrendo em seu interior, em sua estrutura interna, desde as bases familiares. Apesar de ocorrerem modificações no seio da família, as relações família/trabalho e trabalho/propriedade continuam as mesmas, mudando, sim, as relações da família/trabalho com o mercado, que por sua vez, vão influenciar a dinâmica interna da família. Ou seja, as

famílias em questão inserem-se dentro de um projeto de produção voltado para o mercado, uma vez que sua referência com relação à terra é a de empresa, mas é também a de patrimônio, não dissociando o projeto familiar do projeto empresa. Se, como foi discutido anteriormente, a terra significa, para os produtores familiares no Brasil, um bem do qual podem se despojar, desde que isso traga compensações, econômicas ou fundiárias, pois o que importa é a reprodução da família, chega-se à conclusão que, nesse caso em particular, a reprodução da família encontra-se associada à reprodução da propriedade, uma vez que a propriedade faz parte do projeto familiar de reprodução social. Assim, é importante a satisfação da lógica familiar, mas a isso deve-se vincular também a lógica de reprodução da propriedade.

São apresentados, a seguir, os capítulos que tratam das estratégias dos assentados, a saber, as lógicas produtivas (Capítulo Seis), fundiárias (Capítulo Sete) e familiares (Capítulo Oito), a partir dos dados coletados no *locus* empírico, procurando, dessa maneira, ressaltar, com vista no quadro teórico pesquisado, os aspectos sugeridos na Introdução deste trabalho.

TERCEIRA PARTE

A GESTÃO COMO UMA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

As Estratégias Produtivas, Fundiárias e Familiares

Os três capítulos seguintes fazem referência às estratégias produtivas (práticas¹ econômicas e de organização, Capítulo Seis), bem como às estratégias fundiárias (Capítulo Sete). O Capítulo Oito trata das estratégias familiares, apoiadas nas práticas sociais e educativas que influenciam na gestão² dos lotes no assentamento pesquisado.

Análise Estatística

Também nestes capítulos é apresentada a análise estatística dos dados coletados em campo. Todas as variáveis mostradas são categóricas (nominais). Foram usados inteiros para codificar as categorias e para minimizar o resultado, inteiros consecutivos começando com 1 para codificar cada variável.

Para a análise dos dados em relação às lógicas produtivas, fundiárias e familiares utilizou-se uma técnica estatística multivariada de redução de dados (simplificação de estrutura), conhecida como análise de correspondência. A redução facilita a interpretação dos resultados e ajuda a descobrir a possível estrutura escondida. Neste caso, a análise é realizada no plano bidimensional.

Sendo aplicável em dados qualitativos, não necessita de pressupostos quanto à distribuição amostral, já que não se baseia em intervalos de confiança ou teste de hipóteses, sendo utilizada, neste caso, para examinar as relações entre variáveis categóricas nominais

¹ A noção aqui utilizada de "prática" pode ser compreendida como a forma que os sujeitos conduzem suas ações dentro de sua dimensão histórica e cultural, aproximando-se, nesse sentido, da noção de *práxis*. Gaiger (1991, p. 153), de acordo com Vasquez (1986), afirma que *"a práxis designava, para Marx, a atividade humana transformadora da natureza e da sociedade, que comporta uma dimensão prática, externa ao sujeito e manifesta nos objetos materiais e culturais sobre os quais os homens agem, e uma dimensão teórica, conforme a consciência e as 'idealidades' que orientam ou que são produzidos pela atividade prática. (...) A transformação operada pela práxis é dupla: a da realidade e a do próprio sujeito"*.

² A gestão está sendo entendida como intimamente ligada ao ato da decisão, pois, como afirmam Réthoré e Riquier (1988, p. 3), *"Gerir é tomar decisões, decisões todos os dias, a cada instante, onde a importância não é sempre a mesma. Há as decisões ditas de orientação que o produtor agrícola é levado a tomar no momento de sua instalação ou quando decide mudar de atividade, de se associar a um filho, etc. Destas decisões de orientação gerais, que tocam as estruturas da exploração, vão depender as decisões ditas de meio termo, ditas também de campo, que concernem aos métodos de criação dos animais, exploração do solo, concepções de organização do trabalho, escolha do modo de colocação dos produtos no mercado...Desse nível de decisões intermediárias vão depender todas aquelas que serão tomadas no dia a dia. Elas serão o resultado de escolhas cotidianas do produtor agrícola"*.

sendo utilizada, neste caso, para examinar as relações entre variáveis categóricas nominais (onde cada categoria é independente em relação a outra).

A análise de homogeneidade é similar à análise de correspondência mas não está limitada a duas variáveis (como neste caso). Como resultado, a análise de homogeneidade também é conhecida na literatura como análise de correspondência múltipla.

As três lógicas foram consideradas previamente como grupos distintos e as variáveis são descritas a seguir:

a) Bloco TERRA (“Lógicas Fundiárias”)

1	TE0100	Num	8	0	8.	se tivesse alguma economia, em que gastaria
2	TE0200	Num	8	8	8.	os pais são agricultores?
3	TE0300	Num	8	16	8.	o jovem hoje é pouco estimulado a ficar na agricultura
4	TE0400	Num	8	24	8.	qual seria a forma para estimular o jovem a ficar na terra
5	TE0501	Num	8	32	8.	a diversificação da produção é muito importante
6	TE0502	Num	8	40	8.	investir na propriedade e nos meios de produção é muito importante
7	TE0503	Num	8	48	8.	ter formação técnica é muito importante
8	TE0504	Num	8	56	8.	ter conhecimento dos preços no mercado é muito importante
9	TE0505	Num	8	64	8.	ter acesso facilitado ao transporte é muito importante
10	TE0506	Num	8	72	8.	utilizar cada vez mais máquinas e insumos é muito importante
11	TE0507	Num	8	80	8.	fazer parte de Associação ou Cooperativa é muito importante
12	TE0508	Num	8	88	8.	ter rendas exteriores à renda do assentamento é muito importante
13	TE0509	Num	8	96	8.	aumentar a propriedade é muito importante
14	TE0510	Num	8	104	8.	ter uma família numerosa é muito importante
15	TE0600	Num	8	112	8.	em qual dos casos venderia a propriedade
16	TE0700	Num	8	120	8.	como aumentaria a propriedade, se pudesse
17	TE0800	Num	8	128	8.	qual a quantidade de terra ideal para exploração

b) Bloco TRABALHO “Lógicas produtivas”

19	TR0301	Num	8	144	8.	quem realiza as transações financeiras
20	TR0302	Num	8	152	8.	quem realiza as transações comerciais
21	TR0303	Num	8	160	8.	quem faz as reuniões com os técnicos
22	TR0304	Num	8	168	8.	quem participa das reuniões na Associação
23	TR0305	Num	8	176	8.	quem faz compras de alimentos
24	TR0306	Num	8	184	8.	quem faz compras de equipamentos
25	TR0307	Num	8	192	8.	quem trabalha na lavoura
26	TR0308	Num	8	200	8.	quem trata da criação
27	TR0309	Num	8	208	8.	quem trata das galinhas
28	TR0310	Num	8	216	8.	quem cozinha
29	TR0311	Num	8	224	8.	quem cuida da casa e do quintal
30	TR0312	Num	8	232	8.	quem cuida das crianças e dos idosos
31	TR0313	Num	8	240	8.	quem lava a roupa
77	DT0101	Num	8	608	8.	possui trator
78	DT0102	Num	8	616	8.	possui semeadeira
79	DT0103	Num	8	624	8.	possui colheitadeira
80	DT0104	Num	8	632	8.	possui arado

81	DT0105	Num	8	640	8.	possui carroça
82	DT0106	Num	8	648	8.	possui caminhão
83	DT0201	Num	8	656	8.	quantidade de mata em ha
84	DT0202	Num	8	664	8.	quantidade de mata em ha
85	DT0203	Num	8	672	8.	quantidade de pasto em ha
86	DT0204	Num	8	680	8.	quantidade de pasto em ha
87	DT0205	Num	8	688	8.	quantidade de lavoura em ha
88	DT0206	Num	8	696	8.	quantidade de lavoura em ha
89	DT0207	Num	8	704	8.	quantidade de quintal em ha
90	DT0208	Num	8	712	8.	quantidade de quintal em ha
91	DT0300	Num	8	720	8.	pratica várias culturas
92	DT0400	Num	8	728	8.	estoca produtos
93	DT0500	Num	8	736	8.	faz rotação de cultura
94	DT0600	Num	8	744	8.	curva de nível
95	DT0700	Num	8	752	8.	irrigação
135	DT1001	Num	8	1072	8.	produz leite
136	DT1002	Num	8	1080	8.	produz queijo - requeijão
137	DT1003	Num	8	1088	8.	produz doces e compotas
138	DT1004	Num	8	1096	8.	produz pimentas curtidas
139	DT1005	Num	8	1104	8.	produz manteiga
140	DT1006	Num	8	1112	8.	produz ovos
141	DT1007	Num	8	1120	8.	produz farinha de milho e ou mandioca
142	DT1008	Num	8	1128	8.	produz polvilho
143	DT1009	Num	8	1136	8.	produz fubá
96	DT0801A	Num	8	760	8.	produção total de arroz
97	DT0801B	Num	8	768	8.	arroz - autoconsumo
98	DT0801C	Num	8	776	8.	arroz - comercialização
99	DT0802A	Num	8	784	8.	feijão - produção total
100	DT0802B	Num	8	792	8.	feijão - autoconsumo
101	DT0802C	Num	8	800	8.	feijão - comercialização
102	DT0803A	Num	8	808	8.	milho - produção total
103	DT0803B	Num	8	816	8.	milho - autoconsumo
104	DT0803C	Num	8	824	8.	milho - comercialização
105	DT0804A	Num	8	832	8.	mandioca - produção total
106	DT0804B	Num	8	840	8.	mandioca - autoconsumo
107	DT0804C	Num	8	848	8.	mandioca - comercialização
108	DT0805A	Num	8	856	8.	cana - produção total
109	DT0805B	Num	8	864	8.	cana - autoconsumo
110	DT0805C	Num	8	872	8.	cana - comercialização
111	DT0806A	Num	8	880	8.	café - produção total
112	DT0806B	Num	8	888	8.	café - autoconsumo
113	DT0806C	Num	8	896	8.	café - comercialização
114	DT0807A	Num	8	904	8.	algodão - produção total
115	DT0807B	Num	8	912	8.	algodão - autoconsumo
116	DT0807C	Num	8	920	8.	algodão - comercialização
117	DT0808A	Num	8	928	8.	hortaliças - produção total
118	DT0808B	Num	8	936	8.	hortaliças - autoconsumo
119	DT0808C	Num	8	944	8.	hortaliça - comercialização
120	DT0809A	Num	8	952	8.	frutas - produção total
121	DT0809B	Num	8	960	8.	frutas - autoconsumo
122	DT0809C	Num	8	968	8.	frutas - comercialização
123	DT0901A	Num	8	976	8.	leite - produção diária
124	DT0901B	Num	8	984	8.	leite - autoconsumo - diário
125	DT0901C	Num	8	992	8.	leite - comercialização diária
126	DT0902A	Num	8	1000	8.	suínos - produção total
127	DT0902B	Num	8	1008	8.	suínos - autoconsumo

128	DT0902C	Num	8	1016	8.	suínos - comercialização
129	DT0903A	Num	8	1024	8.	eqüinos - produção total
130	DT0903B	Num	8	1032	8.	eqüinos - autoconsumo
131	DT0903C	Num	8	1040	8.	eqüinos - comercialização
132	DT0904A	Num	8	1048	8.	galinhas - produção total
133	DT0904B	Num	8	1056	8.	galinhas - autoconsumo
134						galinhas - comercialização

c) Bloco FAMÍLIA - Reprodução familiar do estabelecimento ("Lógicas Familiares")

32	RF0201	Num	8	248	8.	renda agrícola
33	RF0202	Num	8	256	8.	renda não agrícola externa
34	RF0203	Num	8	264	8.	renda não agrícola interna
35	RF0204	Num	8	272	8.	aposentadoria
36	RF0205	Num	8	280	8.	aluguel
37	RF0206	Num	8	288	8.	rendas não regulares
38	RF0300	Num	8	296	8.	qual a principal renda da propriedade
39	RF0400	Num	8	304	8.	por que não exerce atividades não agrícolas
40	RF0500	Num	8	312	8.	qual a principal renda não agrícola da propriedade
41	RF0600	Num	8	320	8.	o que acha das atividades não agrícolas
42	RF0700	Num	8	328	8.	porque exerce atividades não agrícolas
43	RF0800	Num	8	336	8.	acha que seria ideal na sua situação exercer atividades não agrícolas
44	RF0900	Num	8	344	8.	se pudesse escolher, ficaria exercer atividades paralelas à agricultura
45	RF1000	Num	8	352	8.	sobre o futuro dos filhos, preferiria que pudessem conciliar as duas atividades
46	RF1100	Num	8	360	8.	na sua família, a renda não agrícola é complementar ou principal
47	RF1200	Num	8	368	8.	como fica a renda sem as atividades não agrícolas
48	RF1300	Num	8	376	8.	o que pensa sobre atividades não agrícolas
49	RF1400	Num	8	384	8.	notou diferença no nível familiar a partir das atividades não agrícolas
50	RF1500	Num	8	392	8.	se sim, em que sentido
51	RF1600	Num	8	400	8.	com a emancipação do assentamento, as rendas não agrícolas são importantes para a permanência das famílias?
52	RF1700	Num	8	408	8.	como investe a renda não agrícolas
53	RF1800	Num	8	416	8.	tem filhos na idade escolar
54	RF1900	Num	8	424	8.	quantos
55	RF2000	Num	8	432	8.	acha importante os filhos irem à escola
56	RF2100	Num	8	440	8.	até quando pretende que os filhos estudem
57	RF2200	Num	8	448	8.	com quem ficam crianças em idade escolar
58	RF2300	Num	8	456	8.	com que idade as crianças começam a ajudar na agricultura
59	RF2400	Num	8	464	8.	acha importante o investimento em escola
60	RF2500	Num	8	472	8.	preferiria que os filhos homens continuassem na terra ou fossem para a cidade
61	RF2600	Num	8	480	8.	preferiria que as filhas continuassem na terra ou fossem para a cidade
62	RF2700	Num	8	488	8.	que profissão gostaria para os filhos
63	RF2800	Num	8	496	8.	que profissão gostaria para as filhas
64	RF2900	Num	8	504	8.	o que pensa que hoje é melhor para os filhos
65	RF3000	Num	8	512	8.	o que pensa que hoje é melhor para as filhas
66	RF3100	Num	8	520	8.	a propriedade é um patrimônio que quer transmitir
67	RF3200	Num	8	528	8.	o senhor tem sucessor
68	RF3300	Num	8	536	8.	já pensou em organizar a sucessão da propriedade

69	RF3400	Num	8	544	8.	com relação à sucessão da propriedade
70	RF3500	Num	8	552	8.	querem que seus filhos se preparem para ficar na terra
71	RF3600	Num	8	560	8.	número ideal de filhos por família
72	RF3700	Num	8	568	8.	ideal para os filhos que se casam
73	RF3800	Num	8	576	8.	na sua família
74	RF3900	Num	8	584	8.	na sua propriedade, cada um exerce uma atividade específica
75	RF4000	Num	8	592	8.	as tarefas são divididas por sexo
76	RF4100	Num	8	600	8.	o que acha dessa situação
144	DF0100	Num	8	1144	8.	mantém relações de amizade com vizinhos
145	DF0200	Num	8	1152	8.	que outro tipo de relação mantém
146	DF0300	Num	8	1160	8.	está satisfeito com essas relações
147	DF0400	Num	8	1168	8.	onde residem os melhores amigos da família
148	DF0500	Num	8	1176	8.	costuma visitá-los com frequência
149	DF0600	Num	8	1184	8.	discute problemas do lote com vizinhos
150	DF0700	Num	8	1192	8.	pode contar com vizinhos em caso de doença
151	DF0800	Num	8	1200	8.	participa de culto religioso na cidade
152	DF0900	Num	8	1208	8.	freqüenta a cidade nos fins de semana
153	DF1000	Num	8	1216	8.	depois de anos, está satisfeito no assentamento
154	DF1100	Num	8	1224	8.	faria tudo novamente
155	DF1200	Num	8	1232	8.	porque
156	DF1300	Num	8	1240	8.	tem uma estratégia de reprodução familiar
157	DF1400	Num	8	1248	8.	viver no assentamento é muito ou pouco importante
158	DF1500	Num	8	1256	8.	acha que todas as famílias no assentamento têm a mesma situação
159	DF1600	Num	8	1264	8.	por que
160	DF1700	Num	8	1272	8.	como se posiciona em relação a isso

Um dos objetivos da análise de correspondência é descrever relações entre duas variáveis nominais em uma tabela de correspondência de um espaço de baixa dimensão, enquanto simultaneamente são descritas as relações entre categorias para cada variável. Para cada variável, as distâncias entre as categorias que refletem as relações entre as categorias e as suas similares são diagramadas em um gráfico próximas umas às outras. Projetando pontos para uma variável no vetor da origem de uma categoria para a outra variável descreve-se a relação entre as variáveis.

A análise de homogeneidade quantifica dados nominais (categóricos) assinalando valores numéricos aos casos (objetos) e categorias.

É uma ferramenta matemática que nos habilita a representar distâncias entre objetos espacialmente como em um mapa. Por distâncias entende-se qualquer conjunto de números que expressam a quantidade de similaridades ou diferenças entre pares de objetos (coisas ou eventos). O procedimento fornece informação sobre as relações perceptíveis entre objetos quando as dimensões de cálculo não são conhecidas. Então, o objetivo primário é mapear os objetos em um espaço multidimensional de tal forma que suas posições relativas no espaço reflitam o grau de proximidade (similaridade) perceptível entre os objetos.

O objetivo da análise é descrever relações entre duas ou mais variáveis nominais em um espaço de baixa dimensão contendo as categorias da variável bem como os objetos

daquelas categorias. Objetos dentro da mesma categoria são diagramados próximos um do outro, ao passo que objetos em diferentes categorias são diagramados separados. Cada objeto está tão próximo quanto possível dos pontos da categoria para categorias que contém aquele objeto.

É apresentado, no Capítulo Seis, a análise sobre as Estratégias Produtivas, no Capítulo Sete sobre as Estratégias Fundiárias e no Capítulo Oito, sobre as Estratégias Familiares.

Capítulo Seis

As Estratégias Produtivas:

- a) Decisões, participação: a gestão da propriedade;
- b) As formas de produção;
 - b.1) A diversificação da produção;
 - b.2) A produção agropecuária "de sustentação";
 - b3) A pluriatividade como estratégia de permanência no lote.

Capítulo Sete

As Estratégias Fundiárias

- a) As comissões; o aprendizado da organização coletiva a partir das comissões formadas no período do acampamento;
- b) A Associação dos Pequenos Produtores Assentados da Fazenda Barreiro; a organização coletiva posta em prática;
- c) a Cooperativa; a evolução do processo organizativo.

Capítulo Oito

As Práticas Sociais e Educativas

a) Projeto de futuro familiar

- a.1) As estratégias de reprodução social das famílias;
- a.2) O processo de sucessão;
- a.3) A importância e fortalecimento dos laços familiares e de amizade como fator de fixação dos grupos familiares no local;
- b) O projeto de educação (para jovens e adultos) como falar de resistência e reprodução social
 - b.1) O projeto educativo e profissionalização dos filhos;
 - b.2) A educação como forma de aprimoramento do aprendizado técnico

CAPÍTULO SEIS

AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS

Práticas Familiares

As práticas econômicas e de organização adotadas são analisadas a partir da ótica familiar, ou seja, como a família se organiza enquanto uma unidade de produção, para o gerenciamento do lote e para melhor se fixar e sobreviver de sua produção familiar. Se, no caso estudado, por um lado, o autoconsumo ou a subsistência do grupo doméstico é uma das bases das unidades de produção, por outro, as práticas econômicas e de organização necessitam de um outro referencial para explicar certas condutas dos assentados, que acarretam conseqüências diretas sobre o gerenciamento da propriedade.

a) Decisões, participação: a gestão da propriedade.

A gestão da propriedade e a opção pelos lotes individuais é vista aqui como uma forma de garantir certa individualidade já trazida de experiências anteriores ao assentamento, cuja gestão coletiva poderia ameaçar. Pode-se dizer que as famílias se organizam de modo que o gerenciamento do lote fique a cargo do grupo familiar, onde as tarefas são divididas entre seus membros, praticamente de forma "tradicional", ou seja, as tarefas ditas masculinas e as femininas, embora tenha sido observado que a maioria das mulheres, esposas e filhas, têm um papel fundamental no processo produtivo, aliado às suas tarefas domésticas. A organização do trabalho familiar na propriedade dá-se de forma a suprir as necessidades do grupo doméstico, sendo clara a relação de dependência da família, seja em relação à mão-de-obra, seja em relação à sua própria estrutura interna (Chayanov, op. cit.).

Como pode ser observado na TAB. 1, são as mulheres – esposas e filhas – que se encarregam das tarefas relacionadas à casa, como cozinhar, arrumar, lavar, e passar roupa, cuidar das crianças e idosos, bem como do espaço circundante à casa. O cuidado com pequenos animais “do quintal”, como galinhas, patos, e em alguns casos, porcos, são divididos com o marido, contrariamente ao que foi observado em alguns estudos antropológicos junto a pequenos produtores familiares.³ Para Heredia (op. cit.), a observação

³ Heredia (1977), ao realizar uma análise da organização interna de unidades de produção camponesa na Zona da Mata pernambucana, aponta que os produtos do roçado são vitais para a sobrevivência do grupo doméstico, mesmo quando parte dessa produção é destinada à venda. É no roçado que são cultivados o feijão, a mandioca e o milho. Esses produtos podem ser considerados os

da oposição existente entre casa-roçado

“Permite compreender que a posição que cada um dos membros do grupo doméstico ocupa dentro do mesmo está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive o cuidado com os animais. (...) Cada um dos membros do grupo ocupa um lugar – reconhecido por todos – relacionado à provisão dos bens considerados necessários para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto. A oposição casa-roçado atualiza e reforça, ao mesmo tempo, as esferas masculina e feminina” (p. 154).

A importância da mão-de-obra feminina no processo produtivo pode também ser observada por sua ocupação em outras atividades normalmente ocupadas pelos homens, principalmente evidenciadas em três tarefas: o trabalho na lavoura, cuidados com o gado, e reuniões na associação, obrigações essas divididas entre o casal. Quanto às compras de alimentos, essa tarefa é igualmente dividida entre o marido e a esposa, explicitando uma forma específica de gerenciamento do lote pelo grupo doméstico: as tarefas tradicionalmente relacionadas à casa, como as colocadas acima, ficam a cargo das mulheres, mas sua administração, englobando as atividades como reposição alimentar, requer dupla responsabilidade, igualmente dividida entre o casal. O mesmo não ocorre com quatro tarefas externas à casa, como reunião com técnicos (relaciona-se ao lote, universo masculino, da mesma forma que os contatos com a extensionista dá-se com a dona da casa); transações comerciais, transações financeiras e compra de equipamentos e implementos agrícolas, confirmando que quando as atividades se desprendem do espaço da casa, estas são normalmente dirigidas pelos homens. No entanto, o trabalho na lavoura é realizado com grande relevância com a ajuda da mão-de-obra feminina. O contrário – os homens ajudando no trabalho doméstico – praticamente não ocorre. Mesmo sendo marcante a presença da esposa em todas as etapas do processo produtivo, os grupos domésticos apresentam-se como sendo fortemente patriarcais e determinadas decisões, referentes aos aspectos financeiros, comerciais e técnicos, são tomados pelo chefe da família. Esse aspecto coincide com o observado por Mendras (1978, p. 69-70), para quem uma das características do grupo doméstico é a estabilidade e o alicerce patrimonial, onde a presença do patriarca marca o

principais e são eles que dão existência e significado ao roçado (p. 49): *“No roçado familiar, trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família”* (p. 105). No entanto, além do roçado, observou também a presença dos roçadinhos individuais pertencente à esposa e aos filhos. *“A expressão roçadinho opõe-se à do roçado, sempre relacionado ao familiar, e refere-se não apenas ao reduzido tamanho da parcela como também constitui-se em mais um indicador da relação social que os envolve”* (p. 107).

elemento de coesão do grupo, estruturação e tomadas de decisão, referentes ao processo produtivo tomadas por ele e acatadas pelo grupo.

Na TAB. 2, a divisão sexual do trabalho mostra uma preponderância masculina em relação em determinadas atividades na lavoura e manejo dos animais, mostrando que, mesmo participando menos dessas duas atividades, as mulheres colaboram no processo de adubação, beneficiamento, colheita, preparo do solo e plantio. O mesmo ocorre no trato dos animais, exceto no caso das galinhas, quando a tarefa é praticamente dividida entre os dois sexos.

Tabela 1 Divisao de Tarefas (em %) de acordo com o grupo doméstico. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.

Grupo Doméstico	Quem cozinha	Cuidar de crianças e idosos	Compra de alimentos	Cuidados com a casa e quintal	Reunião com os técnicos	Quem lava a roupa	Trabalho na lavoura	Transações comerciais	Transações financeiras	Reunião na associação	Cuidar das galinhas	Tratar do gado	Compra de equipamentos
Apenas o marido	6,5	6,5	15,2	6,5	63,0	6,5	19,6	71,7	65,2	21,7	4,4	8,7	60,9
Apenas a esposa	39,1	34,8	19,6	32,6	6,5	37,0	8,7	6,5	6,5	4,3	17,8	8,7	6,5
O casal	2,2	2,2	51,1	2,2	15,2	2,2	41,3	10,9	19,6	59,8	43,3	47,8	18,5
Marido e filhos	2,2	2,2	5,4	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	2,2	7,6	6,7	8,7	6,5
Esposa e filhas	47,8	52,2	4,3	54,3	2,2	50,0	3,3	2,2	2,2	2,2	12,2	5,4	2,2
Filhos	2,2	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	18,4	6,5	4,3	4,3	15,5	20,6	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

Tabela 2 Divisão de Tarefas por Sexo

continua

SEXO	ADUBAÇÃO				BENEFICIAMENTO				COLHEITA				PREPARO				PLANTIO			
	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Masc	93	6	18	117	90	5	22	117	94	5	18	117	92	6	19	117	92	7	18	117
Fem	53	6	62	121	51	8	62	121	57	6	58	121	58	6	57	121	57	6	58	121
Total	146	12	80	238	141	13	84	238	151	11	76	238	150	12	76	238	149	13	76	238

SEXO	GADO				GALINHA				PEIXE				PORCO			
	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Masc	91	6	20	117	76	7	34	117	1	1		2	87	6	24	117
Fem	47	10	64	121	73	12	36	121		2	2	4	66	14	41	121
Total	138	16	84	238	149	19	70	238	1	3	2	6	153	20	65	238

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A TAB. 3 mostra as atividades de manejo do solo divididas entre os membros do grupo doméstico, salientando, da mesma forma que a tabela anterior, a preponderância da mão-de-obra masculina nessas atividades, ressaltando aqui a importância do papel dos filhos nesse processo.

Tabela 3 Participação da Família no Processo Produtivo (%)

PREPARO	Posição no grupo doméstico					
	Pai	Mãe	Filho	Idosos	Outros	total
Sempre	37	29	78		6	150
Às vezes	1		11			12
Nunca	3	13	51	3	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
ADUBAÇÃO						
Sempre	37	27	77		5	146
Às vezes	1		11			12
Nunca	3	15	52	3	7	80
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
PLANTIO						
Sempre	38	28	77	1	5	149
Às vezes	1		11		1	13
Nunca	2	14	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
COLHEITA						
Sempre	37	28	79	1	6	151
Às vezes	1	1	9			11
Nunca	3	13	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
BENEFICIA MENTO						
Sempre	37	27	71	1	5	141
Às vezes	1	1	11			13
Nunca	3	14	58	2	7	84
Total	17,2	18	59	1,3	5	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A maioria não assume haver uma divisão específica de tarefas assim como uma divisão clara de tarefa entre os sexos (com perguntas sim/não), mas quando as tarefas são listadas, essa divisão aparece claramente, ou seja, quando as atividades são especificadas, como nas TAB. 2 e 3, observa-se que as tarefas são, sim, divididas por sexo.

Ao elaborar o conceito de auto-exploração da mão-de-obra familiar, Chayanov (op. cit.) refere-se à quantidade de trabalho que cada membro da família executa de acordo com

as condições dadas. É um equilíbrio que cada família descobre a partir de suas próprias experiências. O quadro geral que aborda a divisão de tarefas, seja em tarefas específicas, seja por sexo, pode ajudar a compreender a relação existente entre a subjetividade que envolve a busca por esse equilíbrio, uma vez que cada membro do grupo doméstico realiza as tarefas para as quais encontra-se mais apto, atendendo ao grau de auto-exploração do trabalho familiar.

Se, por um lado, a teoria desenvolvida por Chayanov (op. cit.) sobre as unidades de produção camponesa podem ajudar a compreender certa lógica de funcionamento da exploração familiar, no que se refere aos critérios subjetivos que cercam seus fatores de produção, por outro, não ajuda a compreensão de certas condutas econômicas que levam as famílias a adotar determinadas práticas. O autor afirma que esse equilíbrio é variável e vai depender, também, por exemplo, de condições específicas, como o grau de aproximação com o mercado. A teoria proposta por Lamarche (Coord., 1993), em primeiro lugar, procura não dissociar da unidade de produção a propriedade e o trabalho, este intimamente ligado à família. Devido, então, à grande diversidade que cerca o modo de funcionamento familiar de produção, é que propõe a utilização dos Modelos Original e Ideal, e os vários tipos existentes entre os dois referindo-se ao grau - maior ou menor - em que os produtores familiares se posicionam em relação ao mercado.

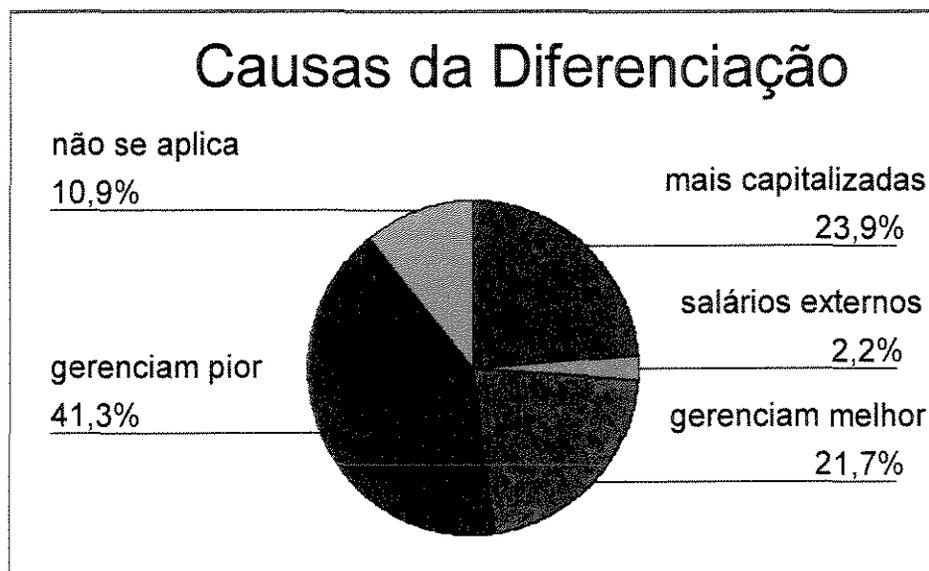
Nesse item é importante a compreensão do funcionamento da família enquanto unidade de produção, cuja coesão do grupo familiar é de fundamental importância para o gerenciamento da propriedade, funcionando a família como uma pequena empresa. Nas propriedades onde predomina essa lógica, o gerenciamento do lote se dá de forma bastante satisfatória, alcançando o grupo um rendimento que lhes proporciona certa segurança e lhes permite por em prática seu projeto familiar de produção. Entre algumas famílias, no entanto, esse mecanismo de gerenciamento não se mostra de todo otimizado, e são as famílias onde esse projeto praticamente inexistente. A diferenciação social entre as famílias assentadas é clara e muitas são conscientes de sua existência, não estando muito de acordo com essa situação. No entanto, entre as famílias que chamamos aqui de "menos empreendedoras", embora reconheçam a diferenciação, crêem que ela exista em função do capital trazido por aqueles que se encontram em melhor situação,⁴ posto que, enquanto assentados, todos

⁴ Entre as famílias entrevistadas, encontram-se algumas que são compradoras, tendo chegado ao assentamento tempos depois de sua formação. Na ocasião da compra do lote, dispunham também de certo capital adicional, investido na propriedade. Esse fato, aliado a uma disposição de gestão diferenciada, sustenta um projeto empreendedor dessas famílias.

tenham acesso aos mesmos recursos e financiamentos. Essa diferenciação pode ser explicada pelo fato de que, da mesma forma que as explorações familiares não se encontram confinadas em um único modelo, não configuram também um grupo social homogêneo.

Em um sentido positivo, quando questionados sobre as causas da diferenciação (FIG. 5), os assentados apontavam o melhor gerenciamento do lote como fator preponderante da diferenciação, assim como uma maior capitalização das famílias, que já chegavam ao assentamento trazendo algum capital (caso principalmente dos compradores) e por último, aquelas que recebem salários externos sejam eles oriundos de atividades não agrícolas, aposentadorias, ajuda de filhos que vivem fora, aluguel de imóvel na cidade, entre outros. No sentido negativo, apontam o gerenciamento inadequado do lote como fator principal da diferenciação. Do mesmo modo que os produtores familiares não correspondem todos a um modelo idêntico, também seus sistemas de valores, ambição para o futuro e projeto familiar são diferentes, o que pode ser observado mesmo entre aqueles produtores oriundos de um mesmo sistema sócio-cultural, ou seja, do universo que engloba a produção familiar, com o qual se identificam.

Figura 5



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

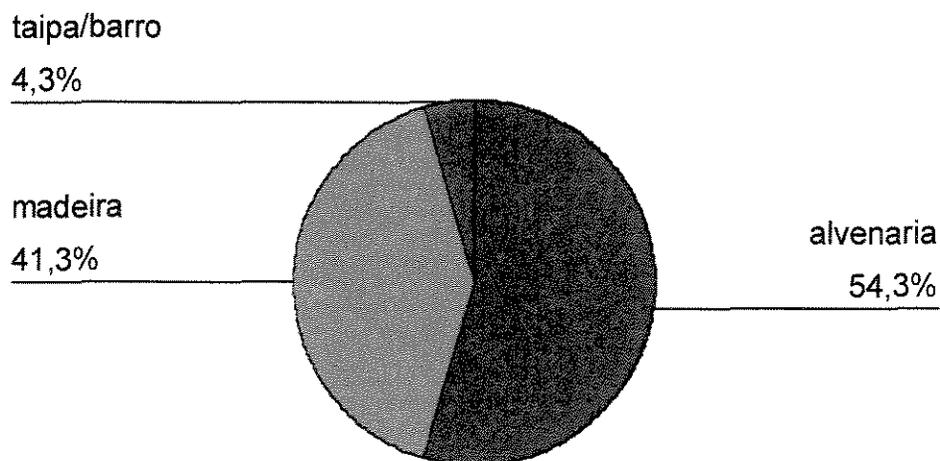
Essa diferenciação social entre as famílias não é vista como algo "normal", pois acreditam que, tendo todos no assentamento acesso aos mesmos recursos, deveriam estar todos em uma situação semelhante. Mais uma vez a explicação dada por eles refere-se a uma maneira "inadequada" de trabalhar a terra.

Entre as famílias "mais empreendedoras", afirmam que a diferenciação existe em função de que "uns trabalham menos que outros" ou que não conseguem gerenciar de forma racional sua propriedade. Essa diferenciação social dentro do assentamento, numa clara divisão, onde camadas sociais pobres, menos estruturadas, não conseguem se reproduzir, pode ter como uma de suas conseqüências o abandono dos lotes. A diferenciação social interna faz surgir uma camada mais empreendedora que se distingue dos demais por adotar determinadas estratégias de desenvolvimento e por se posicionar a favor de um projeto de empreendimento familiar. Esse tipo de situação pode ser comparado ao que Lamarche (1984) encontrou na agricultura francesa, onde agricultores melhores estruturados seguiram os caminhos da modernização, enquanto que os marginalizados, impedidos de integrar o processo das relações de produção agrícola, acabam por sofrer uma transformação no sistema de valores, indo buscar soluções, muitas vezes, fora do quadro de produção agrícola.

Por outro lado, os ditos "menos empreendedores" têm como prioridade a satisfação das necessidades básicas da família e a ligação com o mercado se dá pela venda ocasional dos excedentes da produção. As FIG. 6 e 7 mostram alguns exemplos dessa diferenciação.

Figura 6

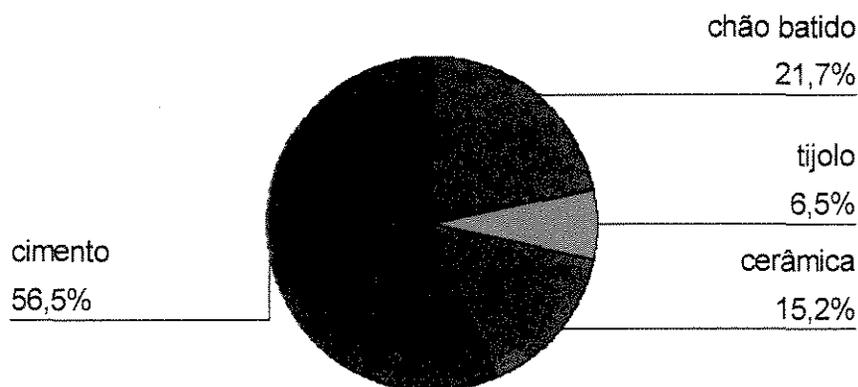
Tipos de habitação



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

Figura 7

Tipos de piso



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

Quando se deu a desapropriação da Fazenda Barreiro, o INCRA não havia feito ainda o mapeamento da área (análise do solo da propriedade, estudos dos potenciais econômicos, reservas ambientais, recursos hídricos, etc.) para fazer a divisão. Várias assembléias foram feitas para decidir pela melhor proposta de parcelamento da terra, que tipo de trabalho iam desenvolver, sempre com a preocupação de não dividir o movimento, de manter a coesão do grupo. Um dos motivos dessa preocupação com a união era devido ao fato de que, na verdade, a conquista da terra não estava ainda totalmente efetivada, pois o proprietário da fazenda Barreiro a havia deixado para três herdeiros e quando os sem-terra (eram 86 famílias que vinham juntar-se aos posseiros) ganharam a posse, ficaram ainda 800 hectares em litígio na justiça.

Após a desapropriação legal desse restante de terra, ocorrida em 1986, os assentados passaram a pressionar o INCRA pelo parcelamento.

"Quando o INCRA veio pra fazer a vistoria, nós tivemos que acompanhar, embora eles não queriam que nos acompanhasse a vistoria, nos acompanhamos a vistoria, eles tiveram presentes na sede da fazenda, se reuniram com os proprietários e nós também ficamos esperando uma solução disso e nós também pressionamos muito" (Salim, entrevista, 1995).

Alguns queriam trabalhar coletivamente, outros não e passaram a discutir e amadurecer a idéia a respeito da produção - o que produzir, de que forma. Nesse período, 1988/89, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado, adquiriram quatro tratores e implementos agrícolas. Até as terras serem parceladas pelo INCRA, em 1990,

plantaram de forma coletiva e, já nessa época, chegaram à conclusão de que gostariam de que cada um trabalhasse sua própria parcela, sem perder, no entanto, o poder de mobilização e organização.

"Em 1990, o INCRA executou o parcelamento oficial da terra que foi dividida em 131 lotes, respeitando parcialmente os critérios dos trabalhadores, abrigou mais 8 famílias além daquelas 123 selecionadas anteriormente. Foram assentadas 131 famílias, incluindo-se parentes e jovens que participaram da luta no acampamento ou junto aos posseiros, antes solteiros, que em 1990 já constituíam novas família" (Ramos, 1993, p. 181).

O parcelamento das terras foi feito depois de muita discussão e assembléias para discutir qual a forma mais adequada da divisão. Decidiu-se pelo sorteio, assim não haveria prejuízos morais, nem favorecimentos, tentando ser da maneira mais justa e equitativa possível - aqueles que foram sorteados com terra mais fraca, tiveram maior quantidade de terra, os que tiveram terra mais fértil, uma menor extensão.

"Então a Associação começou a tratar desses assuntos. Começou a tratar também porque, mesmo a ideologia, a filosofia deles, ou mesmo a tradição, era que cada um tivesse a sua propriedade e começaram a lutar pra dividir as parcelas" (José S., entrevista, 1997).

Conforme depoimento de José S., os passos que nortearam a organização da área foram: primeiro, definir os objetivos do grupo; depois, discutir a necessidade da organização do espaço físico e possibilidades de produção; por fim, após a primeira safra, o grupo decidiu dobrar a produção e com isso mostrar sua importância econômica para a comunidade local.

O parcelamento das terras pelo INCRA aconteceu em 1990, portanto 3 anos após a ocupação. Até então, plantaram de forma coletiva em áreas comuns, mas já pensando em ter seus lotes individuais, embora a coesão do grupo se mantivesse sem perder o poder de mobilização e organização. Um dos motivos mais fortes para manter a união foi a consciência de que, somente agindo como um grupo unido e organizado, em torno de um ideal comum, poderiam ter força não somente para suas reivindicações mas também para poderem levar adiante o projeto que eles sabiam, seria mais tarde cobrado pela sociedade. Sentiam também certa pressão na época, quando a propagação de notícias sobre reforma agrária e assentamentos rurais era feita de forma a levar a população a não acreditar nos sem-terra.

Sofreram bastante com isso no início do assentamento, quando a imprensa local, sempre que podia, noticiava algum "problema" ocorrido no assentamento com grande

destaque.

Com relação à heterogeneidade⁵ entre os assentados, embora um grande número de assentados hoje faça parte dos antigos colonos da Fazenda Barreiro e outro pertença a trabalhadores rurais de outras cidades e estados, além de bóias-frias e carvoeiros, há um terceiro grupo que, antes do assentamento, não possuía vínculos com a terra, pelo menos no sentido tradicional, de produtor agrícola. Como elemento de homogeneização entre esses trabalhadores esta a luta pela terra, pois assim como coloca Thompson (1989), *"os colonos sem terra sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros interesses que diferem e se opõem aos seus"*. A heterogeneidade manifesta-se também na própria identidade social dos assentados, em como se representam:

"(...) e hoje não gostam de ser chamados de assentados. Então eles são produtores. Não gostam de ser chamados de assentados. Eles gostam até que chama de pequenos produtores da Fazenda Barreiro" (José S., op. cit.).

Outra questão discutida nesse item, retomando a discussão levantada por Lamarche (Coord., 1993), refere-se a uma das principais características da produção familiar, como sua capacidade de se adaptar-se de acordo com seu contexto cultural. Esse tipo de agricultura, longe de ser homogêneo, apresenta-se sob diversas formas, conforme a situação, observado em pesquisa comparativa realizada em diversos países, em três continentes. No estudo de caso analisado, embora seja reconhecida a heterogeneidade que envolve a agricultura familiar, é importante frisar que o grupo estudado é permeado por certa homogeneidade, no que se refere a alguns aspectos, tais como acesso à terra, estratégia fundiária, formas de crédito, estratégias produtivas. Paralelamente, ressalta-se que entre os assentados, consideradas suas trajetórias individuais, a heterogeneidade é evidente.

Esse quadro heterogêneo é observado no sentido de sua origem, trajetória, história de vida, identidade profissional, em relação ao que almejam do assentamento, ao futuro, deles e dos filhos. Nos momentos mais acirrados de luta pela conquista da terra mostrou-se fortemente unido, na ocasião das discussões sobre parcelamento do assentamento transformou-se em dois grupos, um que queria trabalhar coletivamente, outro não.

"(...) existiam diversos grupos lá dentro, esses grupos...havia aquela disputa pelo poder interno, foi um período muito grande pra gente conseguir que esses grupos se aglutinassem e desses grupos surgisse a associação. (...) Eles tinham 5 grupos. Porque você percebe, lá dentro, que existem famílias grandes, então

⁵ Para maiores detalhes sobre a discussão da heterogeneidade entre assentados, cf. Zimmerman, 1994, entre outros.

tinha doze famílias, basicamente, daqueles 39 [refere-se aos 39 posseiros remanescentes dos 120 que havia anteriormente na antiga Fazenda Barreiro] cada família representava um grupo, e existia mais uns três grupos que, durante a luta pela terra, então existiam as entidades que atuavam ali. Então cada um era ligado a uma entidade - eram entidades não governamentais - outros eram mais ligados a um partido político, e esses grupos tentavam ser majoritários ali dentro (...)" (Salim, op. cit.).

De acordo com Oliveira (1976, p. 5), "a noção de identidade contém duas noções, a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva)", e tanto antropólogos como sociólogos⁶ têm trabalhado no sentido de mostrar como essas duas visões encontram-se intimamente interligadas no sentido de abordar um mesmo fenômeno, sendo importante tomar a noção de identidade por sua bidimensionalidade na análise dos processos de identificação. Aponta a importância de se apreender os mecanismos de identificação por refletirem a identidade em processo, como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas.

Sobre a noção de indivíduo, coloca a seguinte afirmação, partindo de McCall e Simmons (1966):

"Se entre uma ocasião e outra um indivíduo não pode ser reconhecido como uma pessoa, nenhuma identidade social poderia ser construída". Assim, "a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também, de algum modo, é um reflexo daquela". (p. 6).

Como **grupo**, os assentados se identificam em relação à busca comum, do seu passado agrário, à conquista futura, ao objeto almejado. Nesse sentido, durante o processo de luta e engajamento político para a conquista da terra, identificavam-se como **sem-terra** e imediatamente após a conquista da terra, durante o processo de produção coletiva, como **assentados**. A aproximação de uma identidade como **pequenos produtores** mostra uma busca pela definição de algo mais concreto no plano tanto das relações sociais – sua posição na sociedade, como no plano das relações de produção, de se impor como atores importantes no quadro do processo produtivo, no plano **individual**.⁷

⁶ Goodenough, 1963; Goffman, 1963, e McCall e Simmon, 1966, respectivamente.

⁷ Como se trata aqui de grupos ideologicamente definidos – primeiramente sem-terra, depois assentados, é pertinente inserir o conceito de ideologia na composição da identidade do que Oliveira (op. cit., p. 35-36) chama de "grupos ideológicos". Cita Grimberg e Grimberg (1971, p. 136), para os quais "um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença". Essa noção se insere no conceito de identidade contrastiva, que utiliza para um tipo particular de identidade social, ou seja, identidade étnica, mas que auxilia a pensar sobre o grupo pesquisado: "quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, se

Tabela 4 - Atividade Anterior dos Assentados

Atividade anterior	Pais eram agricultores		
	Sim	Não	Total
Proprietário	2		2
Arrendatário	18		18
Parceiro/Meeiro	4		4
Posseiro	2		2
Empregado rural permanente.	7		7
Empregado rural temporário.	9	1	10
Trabalhador urbano	1		1
Outro	2		2
Total	45		46

Fonte: Dados da pesquisa, 1997.

Como mostra a TAB. 4, a grande maioria dos entrevistados teve na agricultura não só sua principal atividade anterior ao assentamento, como a maioria é filho de agricultores. Assim, pode-se afirmar que se de um lado há a existência de um quadro heterogêneo, como colocado anteriormente (relativo à trajetória, história de vida, sistema de valores, projeto para o futuro, apreensão da realidade de forma distinta), de outro, a homogeneização fica por conta das raízes agrárias dos assentados.

Os assentados sentiam algumas dificuldades na plena realização do trabalho coletivo, pois acreditavam que, além da questão cultural, havia um desencontro muito grande de interesses. Uns, diziam, trabalhavam mais que os outros, muitos não estavam preparados para trabalhar em conjunto. Por que só os assentados têm que trabalhar coletivamente? Por que cobram tanto isso deles? São questões que se colocavam nesse momento de discussão. Como ponto principal, queriam ter independência econômica, viver bem e que o assentado, apesar de sua identidade de classe e suas relações, tem que ter independência e a percepção de ser independente, sentir que a decisão final sobre sua propriedade e produção partiu dele, pois para a maioria, *"fugir do patrão, de trabalhar de empregado de fazendeiro"*, foi uma das principais motivações para buscar o assentamento. Compreendem a importância, no assentamento, da aquisição coletiva de maquinário, material de construção e insumos, da comercialização através da associação, os projetos de infra-estrutura no assentamento, como construção de pontes e estradas, escolas, barracão de máquinas e de reunião, e nesse sentido as decisões são tomadas coletivamente, através de assembléias.

Observa-se entre os assentados uma relação subjetiva⁸ com a terra conquistada;

fazem por meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente".

⁸ Os elementos subjetivos que permeiam a fala dos assentados sobre sua relação com a terra

embora percebam a necessidade e importância do trabalho coletivo, por outro lado há um forte apego à parcela individual. Se na hora de decidir que tipo de cultivo adotar, de comercializar, as decisões são tomadas coletivamente, como explicar o fato de não abrirem mão da parcela individual?

Em determinadas discussões sobre os assentamentos de reforma agrária, dado, muitas vezes, o seu caráter coletivo, algumas especificidades da produção familiar diluem-se na importância dada ao coletivo. Alguns autores têm trabalhado com famílias que não se adequaram ao ritmo do trabalho coletivo. Muitas vezes, as discussões sobre a gestão coletiva ou individual passa pela viabilidade econômica dos assentamentos. Aqui, a colocação sobre essa opção ampara-se não somente no ponto de vista operacional, mas também, em uma esfera mais subjetiva. Assim, o que levaria determinadas famílias a essa dificuldade de adaptação a um outro tipo de sistema? Várias podem ser as respostas. Em entrevistas realizadas no assentamento Barreiro, pôde-se perceber que uma das razões apresentadas era a racionalização do tempo de trabalho. O agricultor, ao levantar-se pela manhã, gostaria de estar próximo dos cultivos, da vaca a ser ordenhada, ao invés de levantar-se em uma agrovila e ter que dirigir-se, a pé, a cavalo, trator ou caminhão, à área de trabalho. Ele percebia aí, então, que esse trajeto, por mais curto que fosse, acarretaria em alguma perda de tempo. Mas, na verdade, essa colocação pode sugerir outras, mais subjetivas, que se referem ao modo de ser do agricultor: mesmo porque dependendo da área cultivada por ele, que cultivasse uma parcela individual e não precisasse dirigir-se à área coletiva, a distância entre sua casa e a roça poderia implicar uma distância igualmente grande. O que significaria, então, essas atitudes? Certamente não se trata apenas de uma dificuldade operacional, mas sim de um processo de escolha subjetivo, relacionado à sua percepção do que significa ser um produtor familiar, que decisões é levado a tomar, o que significa trabalhar com a família em uma parcela delimitada como “sua”.

Hoje, a maioria das famílias paga sua assistência médica e odontológica, muitos são sócios de bancos cooperativistas e considerando-se sua situação atual, em que cada família recebe de 4 a 5 salários mínimos por mês, pode-se dizer que, com relação aos outros assentamentos de Minas Gerais, sua posição é confortável. Ressalta-se que essa importância salarial tem certa representatividade para as famílias, considerando-se que não

baseiam-se em aspectos observados a partir de sua percepção do que acreditam fazer parte do “universo do produtor familiar”, como se sua identidade enquanto produtor familiar, de toda a idealização que fazem deles mesmos e de sua parcela pudessem se diluir no processo da coletivização. Essa subjetividade poderia, em algum momento, confundir-se com o individualismo para o qual Marx chamava a atenção, ao referir-se aos camponeses e seu apego à sua parcela de terra: “uma parcela, um camponês e sua família; ao lado uma parcela, um camponês e sua família...”.

dependem somente dessa quantia para sua subsistência, uma vez que mantêm em seus terrenos plantios e criação para o consumo doméstico, como será visto no item seguinte.

Na TAB. 5, os indicadores sócio-econômicos apontam para uma infra-estrutura sólida das famílias, uma vez que a maioria dispõe dos equipamentos básicos para o conforto da família.

Tabela 5 - Indicadores Sócio-Econômicos (%)

	Batedeir a	Bicicleta	Carro	Eletricidad e	Água encanada.	Ferro elétrico
Sim	26,1	17,4	21,7	100	69,6	93,5
Não	73,9	82,6	78,3	0	30,4	6,5
Total	100	100	100	100	100	100
	Geladeir a	Máquina. lav.roupa	Moto	Televisão	Antena Parabólica	Fogão gás
Sim	84,8	63	8,7	80,4	76,1	91,3
Não	15,2	37	91,3	19,6	23,9	8,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

No que se refere ao nível tecnológico adotado pelos assentados, enquanto que a maioria dos entrevistados afirmou ter na estocagem da produção e na rotação das culturas as principais formas de conduzir o processo produtivo, o uso de curvas de nível surge de maneira não tão acentuada, seguido pela irrigação, processo esse praticamente inexistente no assentamento. Isso pode ser explicado pelo fato do baixo custo para estocar a produção, uma vez que utilizam paióis simples de madeira para esse fim. Já as curvas de nível requerem assistência técnica específica para sua orientação e realização, nem sempre disponível a eles. A irrigação, por seu lado, além das especificidades técnicas, necessitam ainda de disponibilidade de recursos hídricos, além de recursos que não dispõem, embora muitos sintam a necessidade desse tipo de adoção tecnológica.

Assim sendo, conclui-se que, no que se refere à gestão da propriedade, no nível das decisões familiares, no interior da família, é forte a opção pelo individual, ou seja, é o grupo familiar que decide sobre o que produzir, quais e quantos animais quer criar, se vai comercializá-los ou não, de acordo com suas capacidades produtivas. Pode-se dizer que as famílias guardam certa individualidade produtiva, de gerenciamento e têm autonomia nesse processo decisório. É importante diferenciar esse fato das ações coordenadas pela associação, como será visto adiante, no que se refere à "produção de sustentação", onde é clara a importância da interferência da associação, além de atuar no momento de negociação de crédito e compra de equipamentos e insumos.

b) As formas de produção e comercialização

b.1) A diversificação da produção, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, mostra-se fundamental como forma de garantir o sustento alimentar da família. A diversidade das culturas, assim como o autoconsumo, apresentam-se, como na análise de Mendras (1978), de fundamental importância para o grupo doméstico, apontando o estreito vínculo entre o que é produzido e o que é consumido – cada produção corresponde a um consumo preciso. A comercialização da produção é facilitada por sua pluralidade, considerando-se também os períodos de safra da produção, minimizando, além disso, os riscos da monocultura. A produção para o autoconsumo está sustentada, principalmente, pela produção da cana-de-açúcar, café, arroz, feijão, milho, além dos hortifrutigranjeiros, estando os dois primeiros itens praticamente fora do sistema de comercialização, entre as famílias assentadas.

A importância da diversificação de culturas para as famílias assentadas manifesta-se não somente no que se refere à comercialização da produção, mas também, e principalmente, à alimentação do grupo familiar, que tem no cultivo de diversos itens alimentares não comercializados a principal fonte alimentar da família.

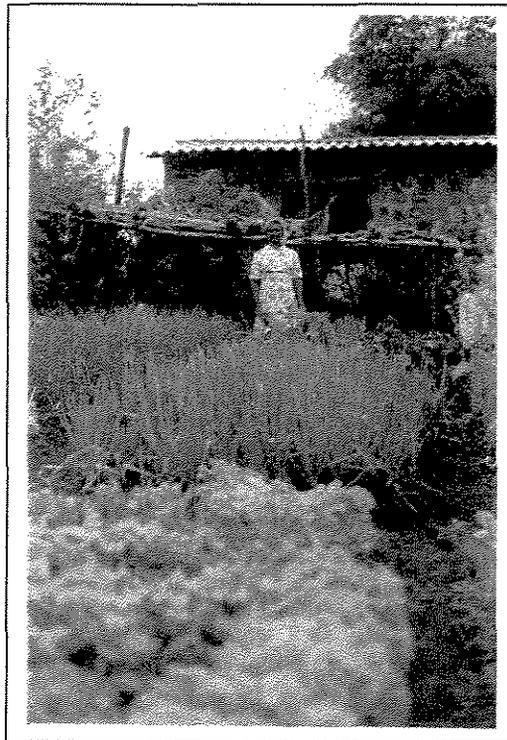


Foto 2: Hortaliça, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

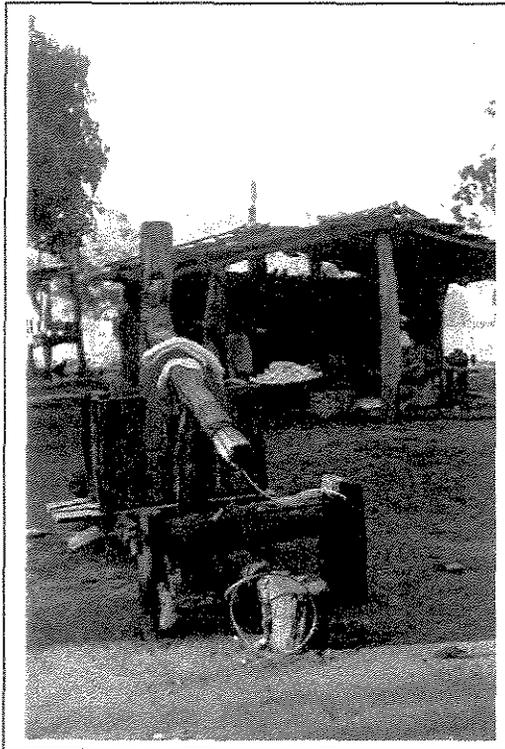


Foto 3 Produção artesanal de farinha de mandioca, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

A produção de suínos é relativamente baixa - uma média de três cabeças por família, cuja venda se dá em períodos específicos, de festas ou final de ano, sendo a família o principal consumidor desse tipo de criação, cujos derivados, como a banha, por exemplo, serve como suprimento alimentar paralelamente ao óleo de soja. Já a criação de galinhas, esta é feita de forma livre, sendo que apenas uma das famílias entrevistadas as produz em granja, produzindo o frango do tipo "semi caipira". Fora esse último caso, a venda de galináceos é baixa, e sua criação restringe-se ao consumo familiar, bem como os ovos.

Segundo depoimento de José S., hoje os assentados vivenciam um momento de organização do assentamento baseado na especialização em determinados produtos. No entanto, destaca também a necessidade da diversificação, pois ela garante a sobrevivência da família em situações de risco. Salaria, entre os assentados, uma "mudança de mentalidade", entendida como uma disposição de se organizarem como produtores não só para o município, mas para outras regiões, necessitando para isso, de uma melhor capacitação e especialização com relação aos produtos pretendidos.

Conquistado o espaço, parcelada a terra, era preciso produzir, e para isso necessitavam de crédito (o crédito conseguido vem através do PROCERA). No caso do assentamento Barreiro, os recursos do PROCERA têm entrado como investimento no

assentamento, para aquisição de matrizes para o rebanho bovino, para compra de animais, tratores e parte destinado à eletrificação, infra-estrutura e assistência técnica. Decidido em assembléia, optaram pela contratação da EMATER de Minas Gerais.

Atualmente pretendem partir para a fruticultura, com o cultivo principalmente de cítricos para produção de sucos industrializados e para isso já começaram a discutir o projeto. Vêem, na sua situação geográfica, um lugar privilegiado para o cultivo de frutas, pois num levantamento feito por eles, num raio de 500 quilômetros não existe plantação de maracujá, e também de banana (com relação à última, o assentamento conta com uma produção importante por lote, mas tem enfrentado problemas de comercialização; o mesmo ocorre com o cultivo de uva - Foto 9). A importância da diversificação da produção agrícola é explicada, conforme o depoimento seguinte:

"Porque se eles continuarem produzindo essas culturas anuais, as comuns, eles vão continuar como a maioria da pequena produção, da produção familiar no Brasil, que por sinal tem um papel fundamental em termos de abastecimento interno do país. (...) Mas eu vejo que nesse momento esses pequenos produtores, essas famílias, vai muito além do que produzir...E produzir pro mercado é mostrar que...acho que nós já mostramos isso, que é possível fazer isso" (José S., op. cit.).

No que se refere à diversificação da produção, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, conclui por sua importância como estratégia de reprodução social, pois garante um rendimento em períodos de safras diferenciadas, minimizando os riscos da monocultura, além de garantir a alimentação diária do grupo doméstico de forma mais variada.



Foto 4: Produção de uva, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

b.2) A adoção da produção agropecuária anual de "sustentação". Paralelamente à diversificação da produção, é adotada, sob a forma do cultivo do algodão e a produção leiteira⁹ como base econômica segura que possibilita uma oportunidade de experimentar práticas econômicas paralelas com maior tranquilidade. As práticas paralelas se referem tanto aos produtos cultivados listados no item anterior, como práticas não agrícolas, tratadas com maiores detalhes no item b3. A produção leiteira segue como sendo a forma mais segura de garantir o rendimento monetário mensal das famílias.



Foto 5: Produção comercial de algodão, Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.

Andréia Terzariol Couto

O cultivo do algodão (Foto 5) tem sido, desde o início do assentamento (embora mais recentemente não com a mesma intensidade) a produção de base, que garantiu à maioria das famílias a organização inicial da infra-estrutura dos lotes. No entanto, os problemas decorrentes da super utilização de agrotóxicos, em função das pragas que atacam essa lavoura, trazendo como conseqüência um rendimento não muito satisfatório, tem feito com que muitos desistam desse cultivo. Mesmo entre as famílias que não o cultivam, esse continua presente como estratégia de sobrevivência, uma vez que trabalham como diaristas em outros lotes do assentamento, durante o período da colheita (processo semelhante

⁹ De acordo com Heredia (op. cit.), "A existência do gado dentro do grupo doméstico torna-se um elemento de importância fundamental, constituindo uma reserva que pode ser acionada em determinadas conjunturas. (...) A existência de gado é uma fonte de reserva de considerável importância, representando uma forma de garantir a reprodução de novos ciclos agrícolas através da possibilidade de acesso a novas terras. Em conseqüência disso, o gado é o animal mais valorizado pelo pequeno produtor" (p. 138-139).

ocorre com o milho, na época de sua "quebra", e durante o período da preparação da semente do capim braquiária).

A produção básica no início do assentamento era o algodão, atualmente se tornando inviável por causa do "Bicudo do Algodoeiro", mas foi um dos cultivos mais rentáveis, chegando a um lucro de 70%, segundo informações de uma liderança do assentamento. Foi através do algodão que boa parte dos assentados puderam dar um impulso econômico em suas vidas, através do seu plantio racional e da assistência técnica. Atualmente, a plantação exige uma nova forma de produzir devido à entrada do "Bicudo", e os assentados não pensam mais em continuar plantando, por não ser mais economicamente rentável. Para ganharem dinheiro com essa cultura, hoje, necessitariam de um melhor aporte tecnológico. Assim, pensam que sua fase do algodão já passou.

No período da safra 98/99, das 50 famílias entrevistadas, 22 deixaram de produzi-lo nesse período, e a explicação pode encontrar-se no que foi dito anteriormente, sobre a questão da necessidade de uma crescente utilização de agrotóxicos no combate às pragas, principalmente o "Bicudo", o que aumenta os custos da produção, com conseqüente queda dos lucros. No entanto, ainda é significativo o número de assentados que têm nesse cultivo sua principal fonte de sustentação, o que pode explicar a persistência na continuação desse cultivo.



Foto 6: Exemplos da produção de quintal, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

Com relação às formas de comercialização da "produção de quintal" - hortifrutigranjeiros, peixes e o excedente da produção de leite (não entregue aos laticínios e não consumido pela família) - é vendida localmente, tanto dentro do assentamento como na cidade. Essa produção é apresentada em algumas ocasiões, como por exemplo, nos Encontros Anuais das Mulheres Rurais ou em comemorações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais (Foto 6).

O arroz é, sem dúvida, ao lado do milho, o principal cultivo do assentamento, não fazendo parte, no entanto, dos "produtos de sustentação", embora, muitas vezes, parte desses dois produtos seja destinado ao comércio. Sua importância para o sustento alimentar do grupo doméstico ultrapassa a do milho, uma vez que é fracamente comercializado, ficando sua produção somente para a alimentação familiar (alguns entrevistados afirmaram enviar parte desse item alimentar para parentes residentes na cidade). Ainda que não tenha sido perguntado aos assentados através do questionário qual a forma de comercialização da produção de arroz, em conversas e observações de campo foi constatado que a fraca comercialização é, em alguns casos, feita dentro do assentamento, cujos compradores são as famílias que deixaram de produzir na safra em questão.

O feijão, embora sendo alimento básico do prato diário dos assentados, mais da metade dos entrevistados (26) deixaram de produzi-lo na safra 98/99. Entre os que produziram, somente 4 famílias comercializaram parte de sua produção, enquanto que a maioria utilizou o produto para o autoconsumo.

Como foi dito anteriormente, a produção de milho divide com a de arroz os primeiros lugares dos itens alimentares produzidos no assentamento (somente 7 das 50 famílias deixaram de produzi-lo na safra 98/99). No caso do primeiro, sua comercialização é realizada por 23 das 50 famílias entrevistadas, separando parte dessa produção para o consumo doméstico, seja para a alimentação da família (alguns fazem a transformação do produto em fubá, em pequenas usinas rústicas), seja para o trato da criação (principalmente galinhas), seja para o consumo da família. Ser auto-suficiente em milho assim como em arroz, significa muito para os assentados, pois não precisar comprar esses dois produtos, mais do que uma economia em termos monetários para a família, significa produzir dois itens básicos para o consumo doméstico, dois dos primeiros cultivos que produzem assim que entram na terra.

No caso da produção de uva, foi tentada a comercialização também em cidades vizinhas, sem muito sucesso e atualmente há um projeto entre algumas famílias de formação de pequenos grupos de produção para a venda diária na cidade. Nesse caso, a

comercialização seria feita diretamente nas quitandas e mercados, onde os produtores entregariam frutas, verduras e legumes frescos todos os dias, além de frangos, ovos, queijos e compotas. Mas, apesar da boa produção, a comercialização, não importa de que forma seja feita, é a grande reclamação entre os agricultores, e não são poucos os que perdem parte de sua produção anual por falta de formas adequadas de comercialização. Há no assentamento três lotes com produção de peixes, cuja idéia inicial era a produção e comercialização de alevinos para as cidades vizinhas, mas nesse caso também estão enfrentando problemas com a comercialização - preço, distância dos mercados, alto custo da produção, baixa produtividade. A solução encontrada para o aproveitamento da infraestrutura já construída é a venda local de peixes por quilo ou pesque-pague (Foto 7), já existindo dois deles no assentamento

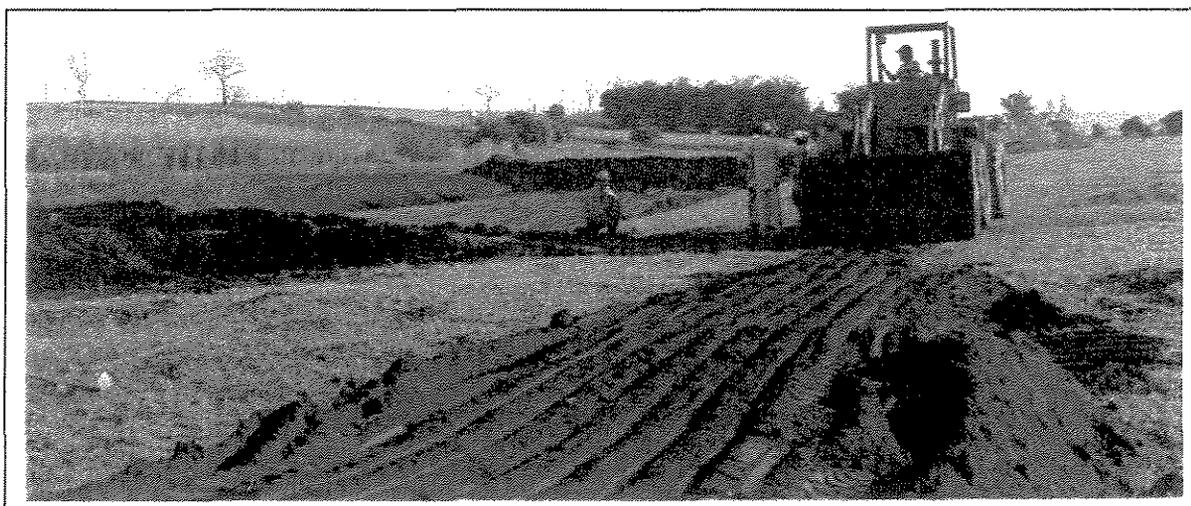


Foto 7: Pesque-pague em construção, Assentamento Fazenda Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

Em resumo, a produção anual "de sustentação" - algodão e leite - paralelamente aos produtos diversificados cultivados em todos os lotes, é a produção "de peso" que permitiu, desde o início da implantação do assentamento, a instalação da infra-estrutura das famílias, ressaltando-se a eletrificação e moradia. As formas de comercialização da produção encontradas - venda direta e empresa privada - tentam suprir as constantes dificuldades resultantes dessa etapa do processo produtivo. A produção leiteira (Foto 8) é entregue diariamente aos dois laticínios locais, mas o baixo preço alcançado por litro - R\$ 0,17 - impulsionou a discussão sobre a necessidade de uma cooperativa leiteira no assentamento.



Foto 8: Produção leiteira, Assentamento Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

Somente 7 dos 50 entrevistados disseram não produzir leite. Considerando o número de filhos por família, a maioria crianças e adolescentes, a produção leiteira é um dos principais itens alimentares do assentamento, pois mesmo sendo uma das produções de sustentação, ao lado do algodão, com forte comercialização, uma quantidade que varia de 1 a 10 litros de leite por dia (dependendo da produção diária, do tamanho da família e do consumo) é separada para o autoconsumo. Há somente um caso que afirma não separar nem mesmo um litro para o consumo doméstico, o que pode ser em parte explicado pela baixa produção – 20 litros por dia – e pelo fato de a família estar se iniciando na produção leiteira, cujo rebanho não estar ainda produzindo com todo seu potencial.

b.3) A seguir é apresentada a análise estatística dos dados referentes às Lógicas Produtivas.

Os objetos 3, 7, 27 e 41 foram removidos da análise pois todas as variáveis contém valores *missing* (o restante foi renumerado consecutivamente).

O número de observações utilizado na análise é 46.

Lista de variáveis

Freqüências Marginais

Variável	Missing Categorias									
	1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
TR0301	0	30	3	9	0	0	1	1	2	0
TR0302	0	33	3	5	0	0	1	1	3	0
TR0303	0	29	3	7	0	0	2	1	4	0
TR0304	0	10	2	27	1	0	3	1	2	0
TR0305	0	7	9	23	1	0	2	2	2	0
TR0306	0	28	3	8	1	0	3	1	2	0
TR0307	0	9	4	12	13	1	4	1	2	0
TR0308	0	4	4	14	15	1	4	2	2	0
TR0309	1	2	8	13	12	1	3	5	1	0
TR0310	0	3	18	1	0	0	1	22	1	0
TR0311	0	3	15	1	0	0	1	25	1	0
TR0312	0	3	16	1	0	0	1	24	1	0
TR0313	0	3	17	1	0	0	1	23	1	0
DT0101	0	9	37							
DT0102	0	1	45							
DT0103	0	0	46							
DT0104	0	41	5							
DT0105	0	35	11							
DT0106	0	0	46							
DT0901A	0	4	7	8	17	2	4	4		
DT0901B	0	41	1	0	0	0	0	4		
DT0901C	0	0	6	8	17	2	4	9		
DT0902A	1	6	7	3	2	1	2	24		
DT0902B	1	6	8	3	2	1	2	23		
DT0902C	0	0	0	0	0	0	0	46		
DT0903A	0	33	1	0	1	0	0	11		
DT0903B	0	33	1	0	1	0	0	11		
DT0903C	0	1	0	0	0	0	0	45		
DT0904A	0	2	3	18	15	3	3	2		
DT0904B	0	4	3	18	16	2	1	2		
DT0904C	0	2	0	0	0	0	2	42		

DT0808A	0	41	0	0	0	0	0	0	5	
DT0808B	0	40	0	0	0	0	0	0	6	
DT0808C	0	2	0	0	0	0	0	0	44	
DT0809A	0	41	0	0	0	1	0	0	4	
DT0809B	0	41	0	0	0	0	0	0	5	
DT0809C	0	1	0	0	0	1	0	1	43	
DT0807A	0	1	2	1	3	6	4	3	6	3
DT0807B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DT0807C	0	1	2	1	3	6	4	3	5	3
DT0806A	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
DT0806B	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0
DT0806C	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DT0804A	1	6	0	0	0	0	0	0	39	
DT0804B	0	6	0	0	0	0	0	0	40	
DT0804C	1	0	0	0	0	0	0	0	45	
DT0805A	0	31	1	0	0	0	0	0	14	
DT0805B	0	30	1	0	0	0	0	0	15	
DT0805C	0	4	0	0	0	0	0	0	42	
DT0801A	0	0	3	7	8	2	9	3	2	4
DT0801B	0	0	2	11	12	2	6	2	2	2
DT0801C	0	0	1	3	1	0	0	2	1	0
DT0802A	0	16	3	3	0	1	0	0	1	0
DT0802B	0	19	3	1	1	0	0	0	1	0
DT0802C	0	0	0	2	0	1	0	0	3	0
DT0803A	0	0	1	0	4	1	2	5	2	5
DT0803B	0	0	2	1	8	1	1	10	4	6
DT0803C	0	0	0	1	1	0	0	8	1	5
DT0300	0	39	7							
DT0400	1	39	6							
DT0500	0	35	11							
DT0600	0	22	24							
DT0700	0	2	44							
DT0208	0	46	0	0	0					
DT0207	0	45	1	0	0	0	0	0	0	0
DT0206	0	28	10	7	1					
DT0205	0	14	11	10	5	3	0	1	2	0
DT0204	1	11	14	11	9					
DT0203	0	2	1	6	4	9	2	4	9	4
DT0202	0	40	3	3	0					
DT0201	0	3	5	6	1	1	0	1	1	0
DT1001	0	42	4							
DT1002	1	32	13							
DT1003	0	36	10							
DT1004	0	13	33							
DT1005	0	29	17							
DT1006	0	44	2							
DT1007	0	26	20							
DT1008	0	21	25							
DT1009	0	8	38							

Frequências Marginais (continuação)

Variável	Categorias			
	10	11	12	13
TR0301	0			
TR0302	0			
TR0303	0			
TR0304	0			
TR0305	0			
TR0306	0			
TR0307	0			
TR0308	0			
TR0309	0			
TR0310	0			
TR0311	0			
TR0312	0			
TR0313	0			
DT0101				
DT0102				
DT0103				
DT0104				
DT0105				
DT0106				
DT0901A				
DT0901B				
DT0901C				
DT0902A				
DT0902B				
DT0902C				
DT0903A				
DT0903B				
DT0903C				
DT0904A				
DT0904B				
DT0904C				
DT0808A				
DT0808B				
DT0808C				
DT0809A				
DT0809B				
DT0809C				
DT0807A	17			
DT0807B	46			
DT0807C	18			
DT0806A	1	1	0	34
DT0806B	0	0	0	34
DT0806C	1	1	0	43
DT0804A				
DT0804B				
DT0804C				

DT0805A				
DT0805B				
DT0805C				
DT0801A	0	1	0	7
DT0801B	0	0	0	7
DT0801C	1	0	0	37
DT0802A	0	1	0	21
DT0802B	0	0	0	21
DT0802C	1	0	1	38
DT0803A	7	9	7	3
DT0803B	4	5	0	4
DT0803C	1	2	4	23
DT0300				
DT0400				
DT0500				
DT0600				
DT0700				
DT0208				
DT0207	0			
DT0206				
DT0205	0			
DT0204				
DT0203	5			
DT0202				
DT0201	0			
DT1001				
DT1002				
DT1003				
DT1004				
DT1005				
DT1006				
DT1007				
DT1008				
DT1009				

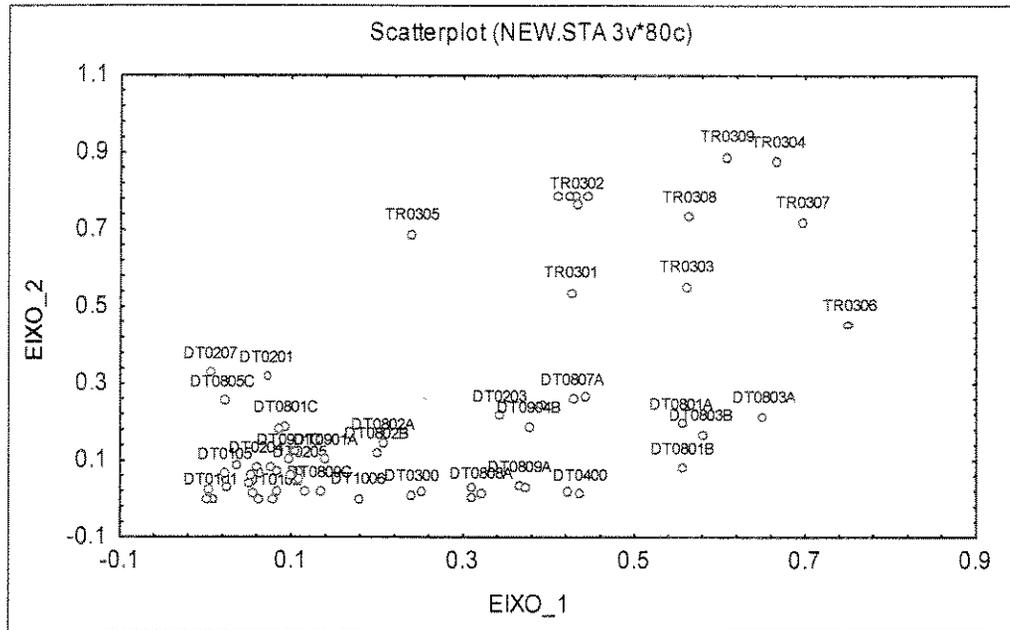
Observação: As variáveis DT0103, DT0106, DT0902C, DT0807B, DT0804C e DT0208 têm todos os objetos válidos na mesma categoria.

Medidas de Discriminação por variável por eixo:

Variável	Eixo	
	1	2
TR0301	,425	,541
TR0302	,432	,771
TR0303	,561	,556
TR0304	,668	,878
TR0305	,240	,691
TR0306	,752	,455
TR0307	,697	,723
TR0308	,564	,736
TR0309	,608	,893
TR0310	,410	,792
TR0311	,431	,792
TR0312	,444	,792
TR0313	,423	,792
DT0101	,006	,001
DT0102	,080	,000
DT0103	,000	,000
DT0104	,053	,018
DT0105	,022	,067
DT0106	,000	,000
DT0201	,071	,319
DT0202	,051	,060
DT0203	,342	,218
DT0204	,059	,084
DT0205	,110	,072
DT0206	,055	,018
DT0207	,005	,328
DT0208	,000	,000
DT0300	,240	,012
DT0400	,436	,013
DT0500	,420	,022
DT0600	,061	,000
DT0700	,035	,090
DT0801A	,555	,197
DT0801B	,556	,081
DT0801C	,094	,189
DT0802A	,207	,144
DT0802B	,199	,120
DT0802C	,063	,067
DT0803A	,652	,217
DT0803B	,578	,169
DT0803C	,076	,083
DT0804A	,024	,029
DT0804B	,024	,030
DT0804C	,000	,007
DT0805A	,244	,023
DT0805B	,252	,022

DT0805C	,020	,255
DT0806A	,049	,042
DT0806B	,002	,026
DT0806C	,048	,031
DT0807A	,427	,261
DT0807B	,000	,000
DT0807C	,443	,266
DT0808A	,321	,017
DT0808B	,250	,025
DT0808C	,005	,012
DT0809A	,366	,034
DT0809B	,310	,032
DT0809C	,134	,020
DT0901A	,140	,104
DT0901B	,116	,020
DT0901C	,098	,104
DT0902A	,110	,052
DT0902B	,101	,061
DT0902C	,000	,000
DT0903A	,084	,074
DT0903B	,084	,074
DT0903C	,001	,005
DT0904A	,390	,244
DT0904B	,376	,189
DT0904C	,083	,019
DT1001	,111	,020
DT1002	,310	,007
DT1003	,371	,030
DT1004	,074	,001
DT1005	,238	,012
DT1006	,178	,002
DT1007	,086	,181
DT1008	,104	,127
DT1009	,060	,085

O gráfico das distâncias consideradas todas as variáveis. Através deste gráfico é possível buscar um arranjo de grupos de variáveis.



Os scores dos objetos são :

Objeto *	Eixo	
	1	2
1 *	-,75	-,32
2 *	-,80	,70
3 *	-,46	,19
4 *	-,60	,35
5 *	-,84	-,28
6 *	-,46	,46
7 *	-,42	,24
8 *	-,11	,41
9 *	-,53	,32
10 *	-,37	,55
11 *	1,69	-,26
12 *	-,36	,13
13 *	-,15	-,22
14 *	3,45	-,13
15 *	,09	,37
16 *	-,93	,60
17 *	-,87	,25
18 *	-,58	,63
19 *	,16	-,34
20 *	-,05	-,30
21 *	-,39	,20
22 *	-,88	,71

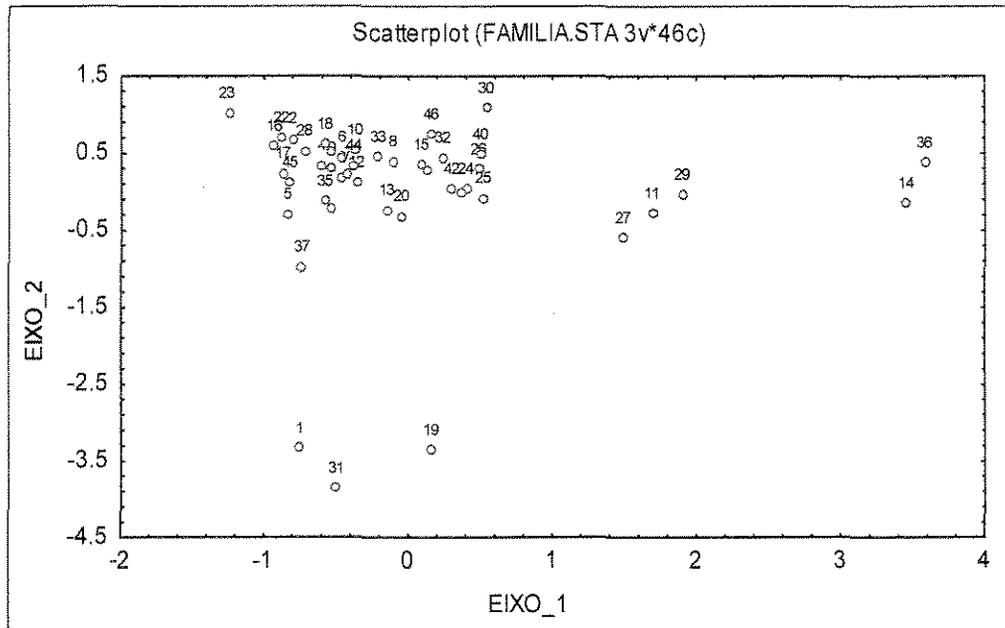
23 *	-1,26	1,03
24 *	,40	,06
25 *	,52	-,06
26 *	,49	,31
27 *	1,49	-,58
28 *	-,72	,54
29 *	1,90	-,02
30 *	,54	1,10
31	-,50	-3,84
32*	,24	,46
3 *	-,21	,47
34 *	-,19	,49
35	-,58	-,11
36*	3,58	,39
3 *	-,74	-,96
38 *	-,54	,53
39 *	,13	,29
40 *	,50	,50
41 *	-,53	-,20
42 *	,30	,06
43 *	,36	,01
44 *	-,38	,35
45 *	-,82	,13
46 *	,16	,76

As tabelas mostram a frequência das respostas de cada categoria (por exemplo, sim/não) de cada variável, para ver como elas se encontram distribuídas entre as famílias.

Missing: sem resposta

O mapa apresenta a distribuição das famílias nos dois eixos, e admite-se um maior espalhamento dos pontos. Neste caso estamos considerando todas as variáveis do estudo.

Analisando os eixos, percebe-se em relação ao eixo 1 pontos discrepantes, mas ao mesmo tempo parece haver um subgrupo relativamente bem definido acima e à esquerda.



A dificuldade está em identificar os eixos, e então faz-se necessário uma redução do número de variáveis, mantendo as mais significativas para efeitos de interpretação. As variáveis tidas como significativas são: TR0307, TR0308, PREPARO, PLANTIO, ADUBAÇÃO, TRATOS, COLHEITA, GADO, PORCO, GALINHA.

A tabela abaixo relaciona o quanto que cada variável escolhida contribui para a explicação da variabilidade na estrutura fundiária:

	Eixo 1 (+70.3%)		Eixo 2 (+16.2%)	
CONTRIBUIÇÕES POSITIVAS	PLANTIO	+13.00%	TR0307	+47.00%
	ADUBACAO	+13.00%	TR0308	+42.00%
	TRATOS	+13.00%		
	COLHEITA	+13.00%		
CONTRIBUIÇÕES NEGATIVAS			GALINHA	-5.00%
			ADUBACAO	-1.00%
			TRATOS	-1.00%
			COLHEITA	-1.00%
			PORCO	-1.00%

As variáveis mais importantes em relação aos eixos (no sentido de contribuição) são:

Eixo 1: Plantio, Adubação, Tratos e Colheita

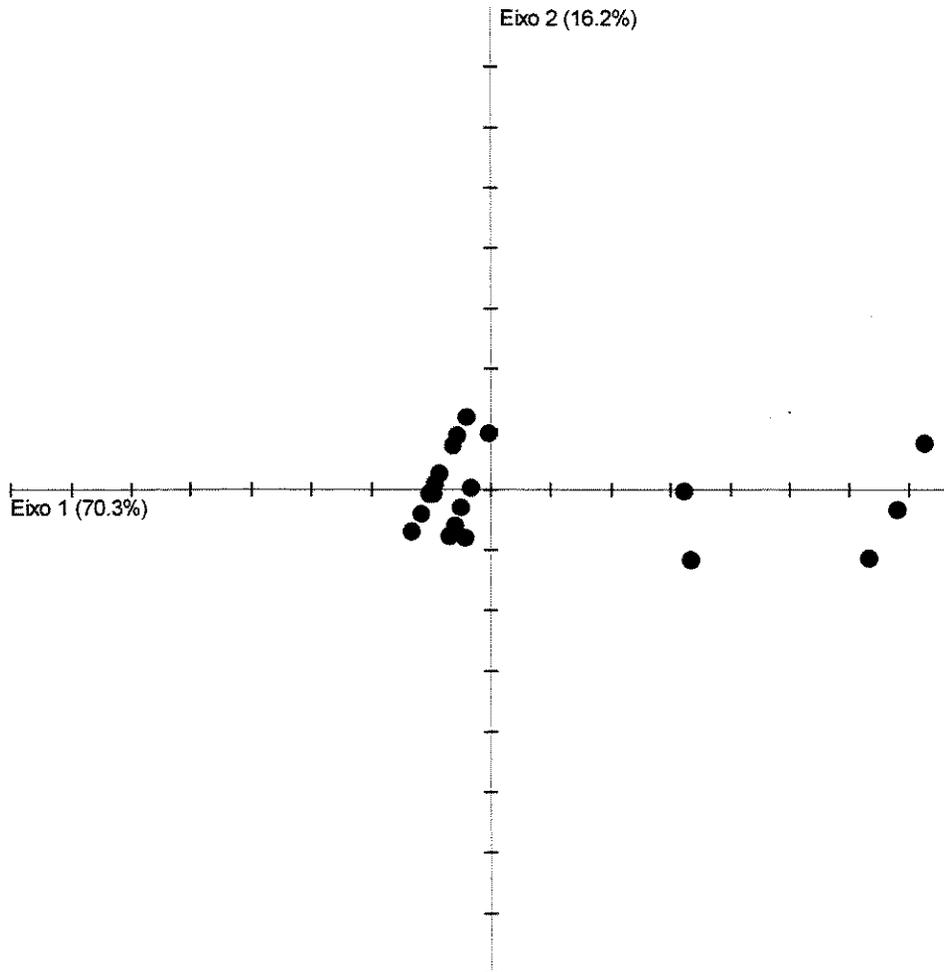
Eixo 2:

TR0307: Quem trabalha na lavoura?

TR0308: Quem trata da criação?

Lógica do Trabalho

O mapa apresenta as posições dos 10 critérios e as coordenadas das 46 observações. 86.5% da variância é explicada pelos dois eixos representados. Cada observação é representada por um ponto.

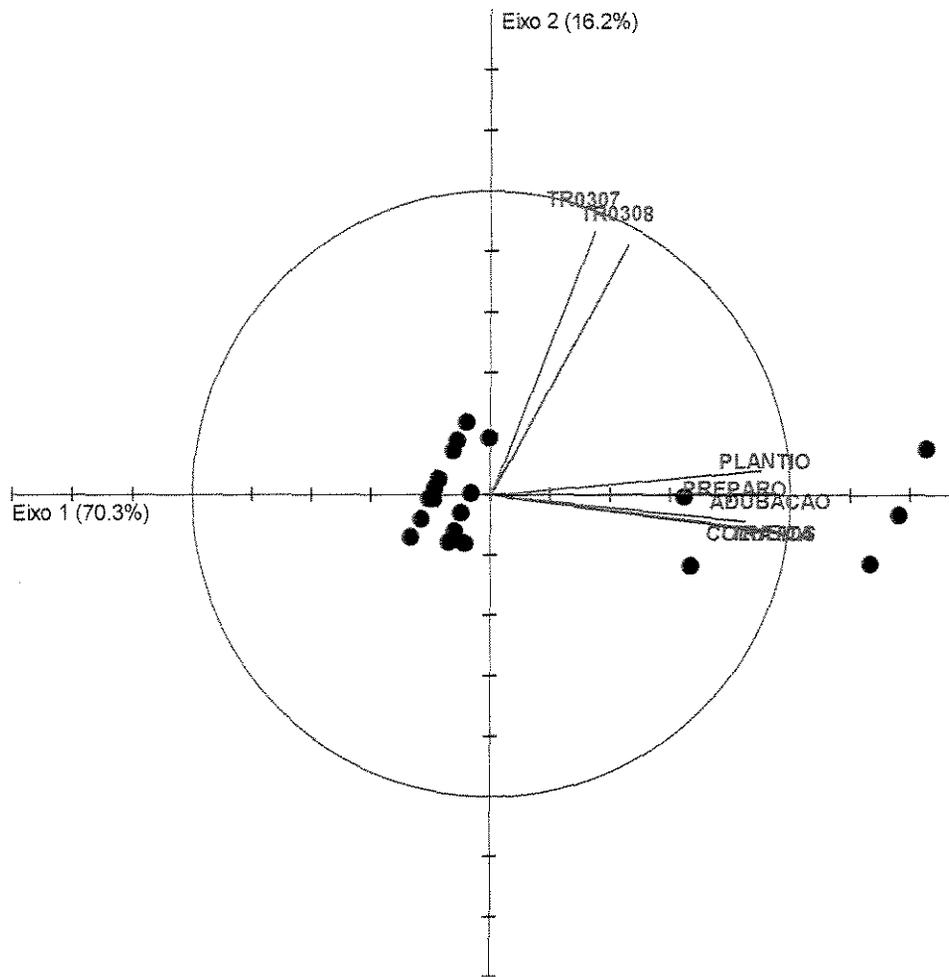


Eixo 1 – Atividades agrícolas. Quanto mais à esquerda, maior a ligação da família com a agricultura, menor com a pecuária. Quanto mais à direita, maior a ligação da família com a pecuária, menor com a agricultura.

Eixo 2 – Quem realiza determinadas tarefas (“hierarquia do trabalho”: chefe, esposa, filhos, idosos).

TR 0307 – Quem trabalha na lavoura

TR 0308 – Quem trata da criação



Interpretando o eixo 1 como 'atividades agrícolas', quanto mais a direita mas forte é a ligação com a agricultura e menos com a pecuária, o que nos sugere que quanto mais a esquerda maior a ligação com a pecuária e menor a ligação com a agricultura. No eixo 2 temos a 'hierarquia de quem trabalha na propriedade', que representa o chefe da família na parte inferior do gráfico e os idosos na parte superior, no centro temos as esposas e filhos.

Podemos dizer no gráfico que temos duas categorias distintas no que diz respeito ao eixo1, ou seja, a predominância das famílias é agrícola mantendo também atividades pecuária e um grupo pequeno mais significativo onde a atividade pecuária não chega a ser intensa.

b.4) A pluriatividade como forma de permanência no lote

Similarmente ao observado em muitos setores da agricultura brasileira, a utilização de práticas pluriativas entre produtores rurais vem se tornando um fenômeno também presente, embora ainda de maneira tímida, entre moradores de assentamentos rurais, e pesquisas nesse sentido são ainda muito escassas. Como já foi discutido no Capítulo Três, apesar de ser a pluriatividade um fato cristalizado entre produtores rurais familiares, pequenos ou não, em vários países há décadas, sua presença no meio rural brasileiro vem sendo aceita com certa resistência por vários setores direta ou indiretamente ligados à esfera dos assentamentos rurais. Estudos que comprovem sua existência, além de gerar um quadro mais realístico da realidade agrária brasileira, colaboram para que estudos e projetos para a viabilização de políticas públicas adequadas voltadas a esse setor possam ser elaboradas de forma mais adequada. Tentar esconder o fato em nome do "purismo agrícola" dos assentamentos rurais somente serve para retardar uma real análise sobre essa questão e a compreensão sobre a evasão que ocorre nos assentamentos (estudos esses ainda muito incipientes dentro do quadro geral dos assentamentos brasileiros).

No estudo de caso pesquisado, a divisão do trabalho e a ocupação da mão-de-obra do grupo doméstico revelam que uma parcela dos assentados é capaz de direcionar parte dessa mão-de-obra para trabalhos não necessariamente agrícola, sem afetar o processo produtivo. A percepção que têm de sua atividade como produtores rurais é clara, no sentido de que, mesmo exercendo outros tipos de atividade, dentro ou fora do assentamento, sua prática profissional primeira continua sendo afirmada como a agrícola. A busca por outros caminhos faz parte de uma estratégia de sobrevivência, uma busca por complementação de renda que a produção agropecuária não está conseguindo suprir. Essa busca revela-se pertinente àquelas famílias, primeiro, cujo grau de exigência monetária é maior, referindo-se ao número de filhos por família, escolha das formas de produção, forma de gestão do lote, projeto familiar. Há ainda fatores externos, como receio de perder o crédito (PROCERA), relação com o mercado (dificuldade de comercialização e escoamento da produção), prejuízos com as safras agrícolas, entre outros. Na avaliação pessoal de cada família, (subjativa, segundo Chayanov), esses fatores são analisados e se a saída encontrada é a realização de outras atividades, ela será colocada em prática: a maioria declarou não ter nenhum problema em realizar tarefas ligadas à pluriatividade, desde que tenham habilidade

(e que haja mercado para esse exercício) e meios para isso, e muitos, se não a praticam, é por não se sentirem capazes para o trabalho fora do âmbito agropecuário.¹

Pode-se observar de acordo com a TAB. 6, que, entre as famílias entrevistadas, a maioria acha normal a utilização da pluriatividade como forma de suprir as necessidades básicas familiares e como forma de possibilitar a permanência no assentamento. Um dos motivos claramente percebidos por essa aceitação decorre do receio de perderem os créditos oficiais (PROCERA, Procerinha), a partir da emancipação do assentamento. Assim, caminham na direção que aponta Hervieu (1996), a de que não é possível, na lógica capitalista, de mercado, sobreviver somente com o trabalho agrícola.

Entre os que não exercem a pluriatividade, encontra-se uma maioria que diz não fazê-lo por não saber exatamente o que poderia fazer além das atividades agrícolas. Ou seja, essa parcela de produtores que se restringe à esfera do agrícola, o faz por acreditar não ter outra habilidade profissional além da agricultura, e não por preconceito ou receio de exercê-la. Essa falta de uma outra habilidade profissional é justamente do que fala o autor citado, quando se refere a

¹ Lamarche (1994 – Coord., p. 128-30), aponta a seguinte diversidade de modelos teóricos no quadro do trabalho familiar:

- Famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado. Caracteriza-se por um tipo de pluriatividade moderada, onde a mão-de-obra familiar é completada por trabalho assalariado.
- Pais, filhos e assalariados. Não existe a pluriatividade, onde o pai dedica todo seu tempo à propriedade.
- Família extensa. Forte presença de associações familiares; pluriatividade esporádica e presença freqüente de assalariados temporários.
- Monoatividade familiar. Não há a presença da pluriatividade e o trabalho assalariado temporário é muito esparsa e pouco observada; emprego de assalariados permanentes é raro.
- Pluriativos. Presença marcante da pluriatividade entre os chefes da exploração, com a participação das esposas e filhos. Nenhum assalariado permanente é empregado.
- Pluriatividade dos filhos. Os pais raramente são pluriativos, em contraposição aos filhos, que mesmo trabalhando fora da propriedade, contribuem parcialmente com a trabalho na propriedade.
- Pluriatividade dos pais. Chefes de exploração que trabalham maior parte do tempo fora da propriedade.
- Monoatividade nuclear. A mão-de-obra familiar é reduzida, onde nenhuma mão-de-obra assalariada vem auxiliar o trabalho familiar.

Tabela 6

Pluriatividade das Famílias Assentadas	
Atividades	Principal renda agrícola da propriedade
Comercialização de cereais	17,4
Comercialização de algodão	23,9
Gado leiteiro	58,7
Total	
	Principal renda não agrícola da
Comércio (vários tipos)	23,9
Artesanato	2,2
Professor	2,2
Cozinheira	6,5
Serviço público	6,5
Não se aplica	6,5
Total	58,7
	Por que não exerce atividades não
Não sabe o que poder	50
Não tem condições	17,4
Não se aplica	32,6
Total	
	Por que exerce atividades não agrícolas
É a principal fonte	4,3
Complementa a renda	28,3
Única saída para ficar na terra	6,5
Não se aplica	60,9
Total	
	Para o futuro dos filhos, preferiria que:
Continuassem somente na	6,5
Pudessem conciliar outras	93,5
Total	
	Sobre as atividades não agrícolas
Acha normal seu exercício	89,1
Não acha normal	10,9
Total	
	Seu exercício seria ideal na sua
Sim	91,3
Não	8,7
Total	
	Se pudesse escolher, preferiria exercer:
Somente atividades não agrícolas	10,9
Conciliar as duas atividades	89,1
Total	
	Na sua família, a renda não agrícola é
Complementar	39,1
Principal	4,3
Não se aplica	56,5
Total	
	No que aplica a renda não agrícola?
Imóvel	6,5
Benfeitorias na propriedade	8,7
Melhoramentos na casa	4,3
Poupança	2,2
Despesas pessoais	2,2
Sustento da família	2,2
Não se aplica	15,2
Total	60,9

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

uma necessidade de se deixar de lado a especialização (no caso, a agrícola), para garantir sua sobrevivência.

A maioria também declarou achar normal seu exercício, pensando que seria o ideal na sua situação. A pluriatividade é uma complementação da renda agrícola para aqueles que a exercem, mas para os entrevistados, de maneira geral, gostariam que seus filhos pudessem conciliar os dois tipos de atividades, pois também a maioria (89,1%), acha normal seu exercício, pensando ser esse o ideal na sua situação e que poderiam conciliar as duas atividades.²

A importância das atividades pluriativas podem ser constatadas no fato dos assentados terem declarado que utilizam esse tipo de renda complementar no sustento família, principalmente no sentido de passarem a se alimentar melhor, como também aplicam parte do dinheiro investindo na propriedade e em melhoramentos na casa e despesas pessoais além de terem notado certa diferença no nível de vida familiar. A maioria não tem receio de declarar que exerce outras atividades fora do âmbito rural.

A TAB. 7 procura mostrar o cruzamento entre a atividade anterior dos assentados e a origem da renda externa, numa tentativa de buscar uma relação entre a prática agrícola anterior com a prática pluriativa atual. A maioria dos assentados tinha como atividade anterior a prática do arrendamento, tendo sido essa a categoria que mais afirmou não exercer outras atividades além da agrícola. A prática do comércio informal foi distribuída entre arrendatários e trabalhadores rurais permanentes, enquanto que os salários rurais e urbanos encontram-se na categoria empregado rural temporário. A maioria dos que declararam ter alguma fonte de renda externa, não especificada na tabela, encontram-se na coluna outros, com uma distribuição praticamente igualitária entre as categorias de atividades. Não se pode inferir, a partir desse quadro, que a origem da renda externa esteja vinculada a uma atividade anterior não ligada ao agrícola.

² Hervieu (op. cit.) ressalta a importância da participação das esposas em atividades profissionais fora da unidade agrícola.

Tabela 7

Atividade Anterior dos Assentados e Origem da Renda Externa

Atividade anterior	Origem da Renda Externa					Total
	Comércio informal	Aposentadoria	Salário rural/urbano	Não se aplica	Outros	
Proprietário		1		1		2
Arrendatário	1			18	1	20
Parceiro/Meeiro		1		2	1	4
Posseiro				2		2
Empregado Rural Permanente	1			5	1	7
Empregado Rural Temporário			1	8	1	10
Trabalhador urbano					2	2
Outro				2	1	3
Total	2	2	1	40	5	50

Fonte: Dados da pesquisa, 1997-99.

Uma das questões levantadas nas entrevistas foi com relação ao preconceito de práticas pluriativas, fosse por parte da sociedade local, fosse por parte do INCRA. A hipótese levantada inicialmente era de que um dos motivos que impedia a prática dessa atividade poderia ser decorrente do medo de exercê-la, temendo represálias por parte do INCRA ou mesmo animosidades por parte da sociedade local, uma vez que já haviam sofrido bastante preconceito no início da implantação do assentamento. No entanto, a maioria disse não acreditar em preconceitos desse tipo, o que deixa clara a colocação anterior, ou seja, que a sua não utilização deve-se somente à não possibilidade ou meios, seja em termos financeiros ou de habilidade (como artesãos, por exemplo), de lançar mão de sua prática. Uma outra porcentagem, no entanto, afirmou que o preconceito existe, e sua origem nasce, basicamente, do fato de que o assentamento é visto, tanto pela sociedade, como pelas instituições, como um local agrícola por excelência.

Hubsher (1984) e Lamy (1984), apontam para o crescente número de atividades ligadas ao comércio e artesanato, coexistindo com as práticas agrícolas entre agricultores franceses, além de uma diversidade de outras atividades, agrícolas ou não, mostrando que a agricultura, embora tenha um lugar preponderante, não é exclusiva, fazendo parte de uma situação cada vez mais real.

Entre os assentados pluriativos, estão aqueles cujas atividades referem-se principalmente ao comércio; encontram-se assim distribuídos:

Motorista escolar/de taxi

Professores/Coordenador Pedagógico

Cozinheira/Servente de escola

Comerciantes dentro do assentamento (bar/mercearia)/fora do assentamento (açougue/quitanda; escola de datilografia, loja de móveis e eletrodomésticos)

Funcionário público/ de sindicato

Técnico agrícola

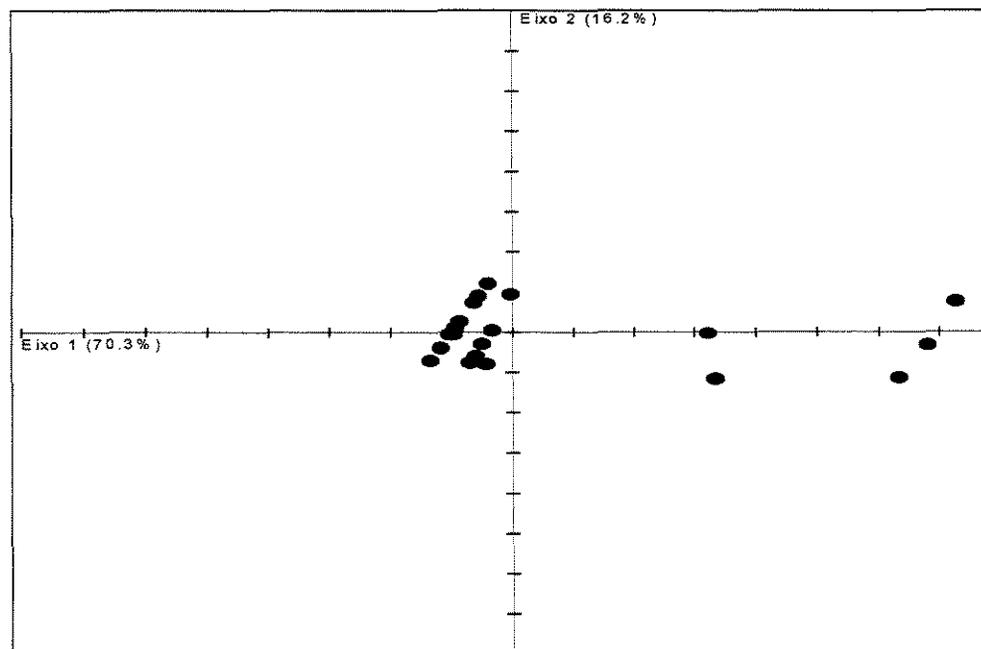
Artesãos

Para Jaeger (1984), no que se refere à prática dessa última atividade, aponta sua importância no sentido de assegurar uma renda familiar extra em espaços deixados em empresas de grande porte. No caso analisado, apesar de se tratar de uma prática ainda tímida, desenvolve-se entre um segmento que tem certa dificuldade de acesso aos bens industrializados (distância dos mercados, dificuldade de transporte para os centros de consumo, além da questão monetária), onde o artesanato entra para suprir essas deficiências, além de estar relacionado a uma prática manual simbólica importante, artística, valorizada, diferenciada da atividade manual agrícola. Segundo Mendras (1978), conforme discutido anteriormente, as práticas artesanais sempre estiveram ligadas ao universo camponês, não sendo possível dissociar essa atividade das outras comumente praticadas por esse segmento. No entanto, o que se discute na atualidade a respeito do desenvolvimento dessa prática é em relação à sua nova forma de inserção, abrangendo novos espaços de mercantilização e ao significado de mercadoria do artesanato, realizado não mais somente como forma de suprir parte dos bens que esse setor não pode adquirir, mas como uma mercadoria, adquirindo valor de mercadoria, não mais somente de troca ou uso. A explicação para o direcionamento de parte dos assentados para a pluriatividade relaciona-se à necessidade de se reproduzirem socialmente em um sistema cada vez mais fechado e especializado, dando margem à criação de relações sociais diferenciadas. É essa população que se transforma em uma camada mais empreendedora, marcando a transformação no processo de produção e de organização do trabalho familiar.

Há ainda a categoria dos que recebem aluguel de imóvel na cidade e os aposentados, somando-se essas rendas às rendas externas, mas não pluriativas.

b.5) No que se refere ao trato estatístico dos dados relativos à pluriatividade, pode-se interpretar o eixo 1 como atividades agrícolas e o eixo imensão 2 como hierarquia de quem trabalha na propriedade. O mapa apresenta as posições dos critérios e as coordenadas das 46 observações. 86.5% da variância é explicada pelos dois eixos representados, sendo que a dimensão 1 concentra aproximadamente 70% enquanto a dimensão 2 concentra 16%. Cada observação é representada por um ponto.

Analisando o eixo 1, nota-se que algumas observações estão bastante deslocadas para o lado direito, indicando ainda uma forte ligação com as atividades agrícolas, ainda que a nuvem de pontos pareça tender à esquerda, acenando para a existência de um outro grupo com interesses que não se voltam somente para as atividades agrícolas. Em relação ao eixo 2, os dados parecem mais homogêneos, indicando não haver uma hierarquia claramente desenhada de quem trabalha na propriedade, ou seja, o trabalho parece ser realizado pela família em um conjunto.



CAPÍTULO SETE AS ESTRATÉGIAS FUNDIÁRIAS

Práticas Coletivas

As práticas coletivas são aqui analisadas, primeiro, sob a perspectiva das Comissões, iniciadas a partir do acampamento, passando pela experiência da Associação dos Pequenos Produtores. Atualmente está em tramitação o projeto para a Cooperativa de Laticínios do Assentamento Barreiro.

Zamberlam (1994), afirma que, em 40 assentamentos analisados no Rio Grande do Sul pela FAO (1994), o relatório menciona a forma de organização por família e a produção associada por grupo de família. Tal tipo de organização, a cooperação agrícola entre pequenos grupos de famílias, segundo o autor, tem reflexos que vão muito além do âmbito econômico, aproximando-se de uma maior produtividade, se comparados aos "individuais". Como melhor desempenho do primeiro grupo, destaca a *"organização e o planejamento da produção, mudança da matriz produtiva (de grãos para vegetal/animal); as informações do mercado; incorporação de tecnologias alternativas que reduzem custos"* (p. 129). Assinala ainda o interesse de agentes financeiros em atender prioritariamente, as famílias associadas.

a) As comissões

A experiência organizativa das famílias assentadas data do início da mobilização de luta pela terra. Durante o período em que estiveram acampados, foi necessária uma organização do grupo em comissões, para que pudessem melhor gerir a situação e suportar os meses que antecederam o processo de desapropriação da fazenda. Dessa forma, várias comissões foram formadas, mas antes mesmo que o acampamento tomasse forma, as lideranças já haviam iniciado uma discussão sobre quem iria tomar parte no acampamento. Para isso, várias reuniões foram feitas, entre o Sindicato, os sem-terra, os bóias-frias, os carvoeiros, os posseiros:

"E nós começamos o acampamento. Primeiramente definimos quem seria acampado, principalmente aproveitando-se daquele trabalho anterior do Sindicato que fazia os contatos, enfim, com os bóias-frias, com aqueles antigos carvoeiros e nós começamos a promover essas reuniões aqui do acampamento, principalmente com os bóias-frias, como nós, com os sem-terra" (Salim, entrevista, 1995).

Data desse período a formação de comissões organizativas - comissão de saúde, de negociação, de organizar as barracas, além da cozinha comunitária - que mais tarde no assentamento, serviu de modelo para uma forma de gestão da atual associação.

"Nós formamos no acampamento várias comissões, comissão de saúde, comissão de organização, comissão de organizar as barracas, comissão de negociação e a cozinha comunitária principalmente como forma de conter o consumo e começamos a fazer uma verdadeira economia naquele item alimentação" (Salim, op. cit.).

Entre as mulheres, uma inclusive com prática de enfermagem, foi organizada uma comissão para cuidar das crianças, propensas, naquela situação, a diarreias, desnutrição, entre outras doenças. Paralelamente a esse trabalho, a comissão que cuidava da cozinha comunitária também se encarregava, da forma como podiam, de reforçar a alimentação das crianças, pedindo donativos para a população.

Segundo depoimento de vários assentados, o período do acampamento foi de muitas privações, quando o que tinham para comer era mandioca e abóbora. Em outros momentos, a alimentação era baseada no macarrão cozido com água e sal. Mesmo com a mobilização das comissões de alimentação para arrecadação de alimentos, esse não era suficiente para a quantidade das famílias acampadas. A experiência de organização é formada então a partir da prática, e as reuniões para a liberação da terra é alicerçada na habilidade das

negociações com os grupos de poder

"A comissão de negociação tinha um papel fundamental que era organizar o acampamento e de fazer os contatos e as negociações com as entidades e o governo federal" (Salim, op. cit.).

b) A Associação dos Pequenos Produtores Assentados da Fazenda Barreiro

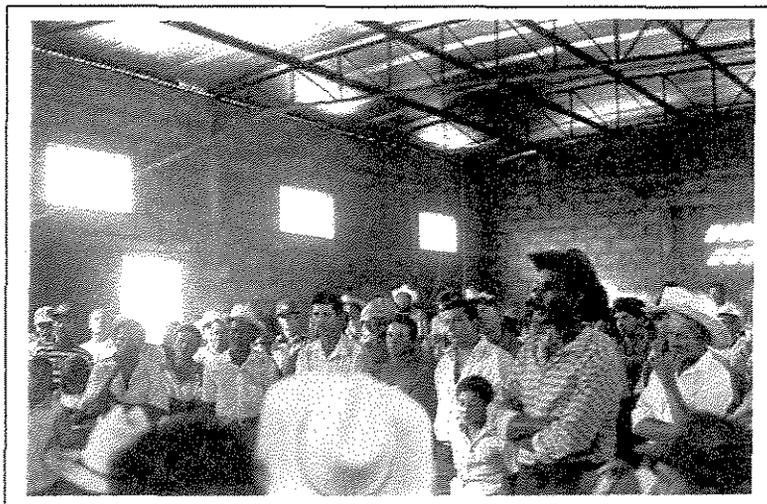


Foto 9: Reunião da Associação, Assentamento Barreiro, 1997.
Andréia Terzariol Couto

Após a conquista da terra, as então 136 famílias assentadas decidiram fundar a Associação dos Pequenos Produtores Assentados da Fazenda Barreiro (Foto 9). Até então, como foi dito anteriormente, tinham várias comissões e essas comissões tinham o seu líder, o seu coordenador. Esses coordenadores se reuniram em torno de uma Comissão Central. Havia três ou quatro pequenas associações, mas sem caráter oficial e para que pudessem ter força jurídica para dar continuidade às aquisições e às reivindicações do projeto, fundaram a Associação Geral. Foi uma mobilização de representação entre os grupos de trabalho de forma a se organizarem como escolher os critérios para então passar para questões como crédito, produção e comercialização.

"Primeiro nos organizamos, depois da conquista, essa coisa toda, nós fundamos, lutamos para fundar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Barreiro. Nós fundamos a Associação, talvez um dos atos políticos mais importantes da história desse projeto. A partir da Associação, nós começamos. Não que éramos desorganizados antes de ter a Associação, porque nós tínhamos várias comissões. Mas isso, juridicamente, institucionalmente, não tinha corpo, aí nós entendemos que precisava ter corpo jurídico pra dar

continuidade às aquisições, às reivindicações do projeto e fundamos a Associação Geral" (Salim, op. cit.).

Naquele período, quando punham em prática o aprendizado da prática das discussões e negociações para a efetivação do assentamento, iniciavam o processo de organização da associação, sempre promovendo assembleias para a discussão e deliberação de questões importantes para o assentamento. Como anteriormente houve a formação de diferentes grupos reunidos em torno de comissões, cada uma tendo seu líder, era natural que na formação da Associação houvesse certa disputa interna pelo poder, nas palavras de uma liderança:

"(...) porque existe em todo assentamento, existe uma luta interna muito grande, de controle do assentamento e da direção do assentamento, e o governo tem um interesse muito grande de manipular, de ter aliados no assentamento" (Salim, op. cit.).

Também para quem mantinha uma observação mais distanciada, era visível a situação de disputa interna:

"Existiam também diversos grupos lá dentro, esses grupos...havia aquela disputa pelo poder interno, foi um período muito grande pra gente conseguir que esses grupos se tornassem, se aglutinassem e desses grupos surgisse a Associação" (José S., entrevista, 1997).

No entanto, era o momento necessário para que tomassem consciência da necessidade de uma única associação, que garantiria maior respaldo e representatividade no plano das negociações por crédito e assistência técnica, na compra ou mesmo utilização do maquinário agrícola, uma vez que a Associação fosse representante da maioria dos assentados.

"Na medida em que teve a Associação, eles já tinham algumas máquinas essas máquinas não eram bem utilizadas porque não tinha critério de utilização, hoje era um que utilizava, amanhã era o outro, essa máquina quebrava, ela ficava um ou dois meses, um tempo grande parada até que eles conseguiam recurso pra recuperar. O próprio recurso, que era vindo dos primeiros financiamentos, a maioria, mais de 90%, tinha sido aplicado inadequadamente, quer dizer, nem sempre por maldade, por má intenção, mas pela própria desorientação, pela falta de saber como comprar. Veja bem, é muito diferente nos primeiros financiamentos. Por exemplo, quando um saía pra comprar uma carroça, que foi o primeiro meio de transporte, da produção e da família, se um comprasse sozinho, a carroça era um preço, agora, você imagina comprar oitenta, cem" (José S., op. cit.).

Como normalmente acontece, no momento da desapropriação da Fazenda Barreiro, esta não contava com nenhum tipo de infra-estrutura, como estradas, pontes, eletrificação. Eram poucas e precárias as estradas que cortavam a fazenda e as pontes praticamente inexistiam. Nesse sentido, foi fundamental o papel da Associação na constituição da infra-estrutura interna do assentamento, que hoje conta com boas estradas (Foto 10), uma inclusive municipal, pontes de concreto, energia elétrica e telefone.



Foto 10: Uma das estradas que cortam o Assentamento Barreiro, 1995.
Andréia Terzariol Couto

"Não existia estrada interna, a Associação foi tendo esses progressos, foram construindo essas estradas" (José S., op. cit.).

Durante o período que trabalhou como técnico da Emater em Limeira d'Oeste, José. S. relembra as reuniões, assembléias, a participação e envolvimento dos assentados nas reuniões da Associação. O entrevistado afirma que, no início,

"la todo mundo. É interessante. Tinha mais ou menos 120, 130 homens, 70, 80 mulheres, 100, 150 crianças (...) teve época, por exemplo, que nós ficamos até duas horas da manhã negociando. O dia que saiu a chapa da Associação, foi aquele negócio...(...). Quando tem um objetivo bem definido, as pessoas participam. Tem uns 6 meses, mais ou menos, eu estive numa assembléia ali

que deu 98 pessoas. Na época eu, quando a gente começou a trabalhar junto lá, eu ficava até impressionado, no primeiro ano, no segundo ano, quando eu via aquele tanto de gente, eu ficava realmente emocionado, e hoje, quando eu volto lá, quando eu vi esse tanto de gente, fico emocionado realmente" (José S., op. cit.).

De acordo com o depoimento de José S., no Assentamento Barreiro foi clara a diferença da forma de produzir após a organização dos assentados em torno da Associação:

"Aí eles foram crescendo, crescendo. E eu acredito que esse momento foi muito interessante porque as comunidades vizinhas, que não são do assentamento, começaram a ver a força deles, começaram a ver o poder de organização, ver o poder de produção, também".

Caminhando para seus quinze anos de existência, amadurecidos pela trajetória de experiências ligadas ao processo organizativo, o Assentamento Fazenda Barreiro hoje parte em busca de sua próxima etapa, a Cooperativa de Laticínios.³ Como importante produtor leiteiro da região, o assentamento busca o fortalecimento de sua produção através da organização de sua produção baseada no cooperativismo. O projeto já existe e foi encaminhado para obtenção da verba necessária; o local para seu funcionamento também foi decidido, ficando próximo ao espaço comunitário, onde se localizam a escola, a sede da Associação e o campo de esportes. A Cooperativa vem assumir um espaço importante no setor de laticínios da região e caracterizar um momento decisivo para o assentamento, tanto econômico como político, impondo-se como um pólo de produção na região, cujo processo produtivo encontra-se fundamentado no associativismo e cooperativismo, fundamentais para o fortalecimento da produção familiar.

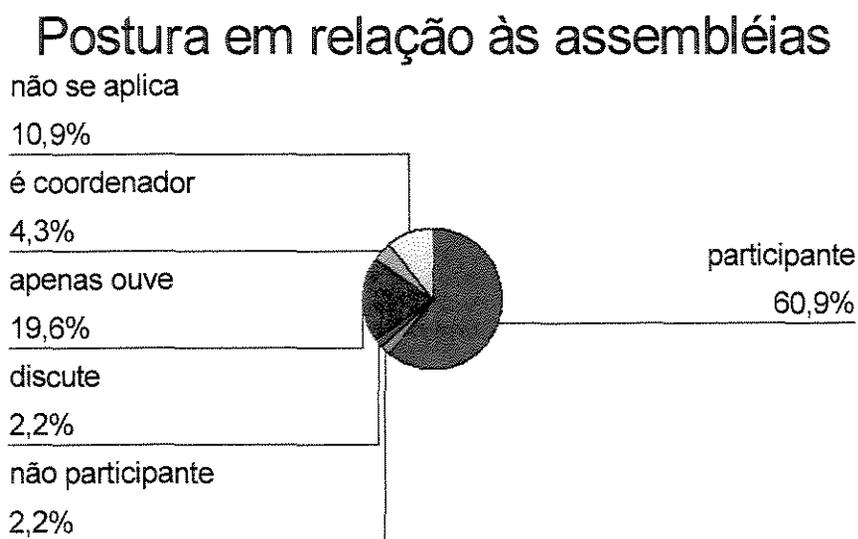
"Eu acho que a Associação é uma forma de amadurecer para se ter a Cooperativa. E é essa Cooperativa que viria nesse momento de verticalizar essa produção, no sentido de diversificar as explorações da propriedade (...) E agregar valor, também, porque a Cooperativa é pra começar a industrializar esse leite, industrializar essas frutas, então esse seria o momento onde eu acredito que ela começaria a discutir o cooperativismo" (José S., op. cit.).

³ Schneider (1980) diferencia as "cooperativas agrícolas" das "cooperativas de produção": "no caso das primeiras, a cooperação entre produtores se dá no plano de prestação de serviços (comercialização, beneficiamento, repasse de crédito, assistência técnica, etc.), e assim mesmo por delegação e não pelo processo produtivo propriamente dito, como é o caso das cooperativas de produção" (p. 14). "O cooperativismo agrícola incide apenas marginalmente nos subsetores voltados para a produção de alimentos básicos, setores estes geralmente preteridos e marginalizados pelas políticas de preços e estímulos que emanam do setor público. É a agricultura tradicional, a pequena produção, investida da responsabilidade de produzir alimentos baratos para o consumo das classes trabalhadoras urbanas e rurais" (p. 25).

A FIG. 8 constata o nível de participação dos assentados, participação essa observada desde o início, de acordo com o depoimento acima citado. Após treze anos de existência, o nível de participação e engajamento das famílias, apesar de alguns descontentamentos, ainda persiste.

No que se refere à postura dos assentados com relação à sua participação nas assembléias promovidas pela associação, é relevante a porcentagem dos que afirmam assumir uma postura participante nessas ocasiões. A indicação 10.9% - não se aplica – refere-se àqueles que disseram não participarem das assembléias de forma constante.

Figura 8



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

c) São mostradas a seguir a análise estatística dos dados referentes às estratégias fundiárias das famílias entrevistadas.

Os seguintes objetos (famílias) foram removidos da análise já que todas as variáveis contêm valores *missing*: 3, 7, 27 e 41. Os objetos restantes foram renumerados consecutivamente.

O número de observações utilizado na análise é 46 famílias.

Lista de variáveis:

Variável	Nome da Variável	Número de Categorias (respostas)
TE0100	se tivesse alguma economia, preferiria:	9
TE0200	os pais são agricultores?	2
TE0300	jovem hoje é pouco estimulado a ficar na	2
TE0400	qual seria a forma para estimular o jovem	4
TE0501	a diversificação da produção é:	3
TE0502	investir na propriedade e nos meios de produção	3
TE0503	ter formação técnica é:	3
TE0504	ter conhecimento dos preços no mercado é	3
TE0505	ter acesso facilitado ao transporte é:	3
TE0506	utilizar cada vez mais máquinas e insumo	3
TE0507	fazer parte de Associação ou Cooperativa	3
TE0508	ter rendas exteriores à renda do assenta	3
TE0509	aumentar a propriedade é:	3
TE0510	ter uma família numerosa é:	3
TE0600	em qual dos casos venderia a propriedade	8
TE0700	como aumentaria a propriedade, se pudesse	3
TE0800	qual a quantidade de terra ideal para explorar	4
TE0900	pensa ser necessário ser proprietário da terra	2

Frequências Marginais

Variável	Missing Categorias									
	1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
TE0100	0	19	2	5	3	6	1	8	0	2
TE0200	0	45	1							
TE0300	1	37	8							
TE0400	0	11	3	31	1					
TE0501	0	45	1	0						
TE0502	0	46	0	0						
TE0503	0	45	0	1						
TE0504	0	45	0	1						
TE0505	0	46	0	0						
TE0506	0	42	1	3						

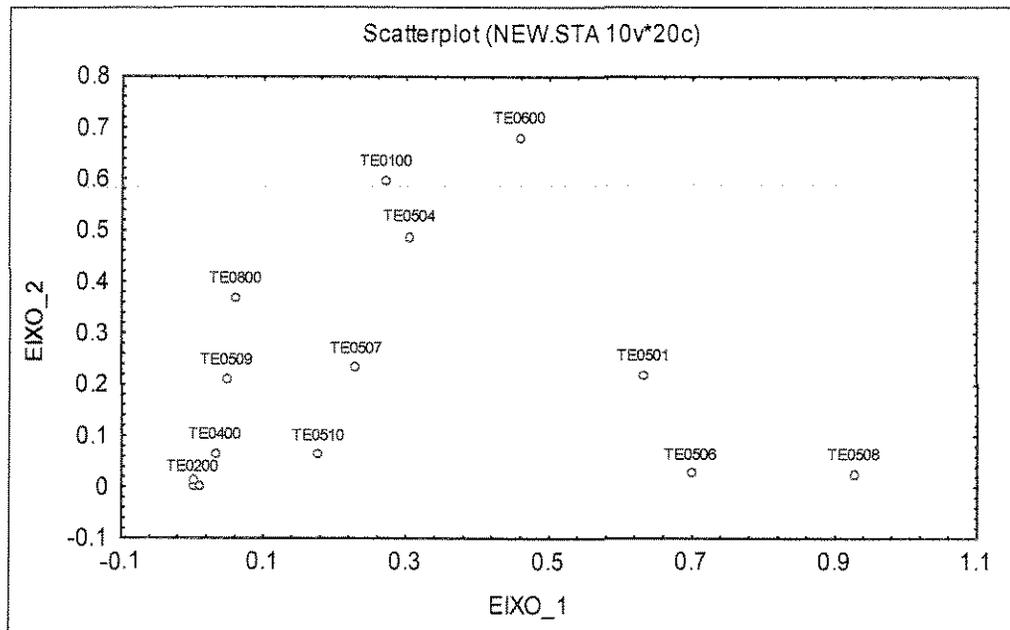
TE0507	0	37	6	3					
TE0508	0	44	0	2					
TE0509	0	36	7	3					
TE0510	0	19	23	4					
TE0600	0	1	23	6	9	0	1	3	3
TE0700	0	44	1	1					
TE0800	0	2	10	16	18				
TE0900	0	30	16						

Obs. As variáveis TE0502 e TE0505 têm todos os objetos válidos (46) na mesma categoria (1).

Medidas de discriminação da variável por dimensão:

Variável	Dimensão	
	1	2
TE0100	,270	,598
TE0200	,000	,003
TE0300	,009	,001
TE0400	,031	,066
TE0501	,632	,220
TE0502	,000	,000
TE0503	,000	,016
TE0504	,304	,491
TE0505	,000	,000
TE0506	,697	,028
TE0507	,230	,234
TE0508	,926	,027
TE0509	,048	,211
TE0510	,176	,064
TE0600	,457	,683
TE0700	,636	,221
TE0800	,060	,370
TE0900	,027	,0590

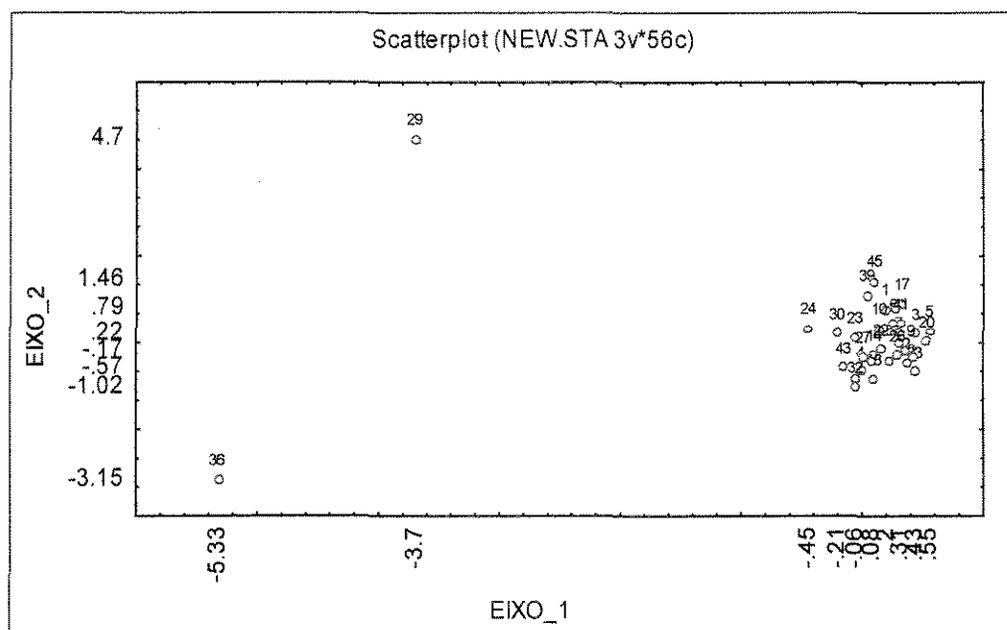
O gráfico apresenta as distâncias entre as variáveis. A distância dá uma noção do grau de similaridade (aproximação) entre as variáveis do estudo.



Objeto * dimensão

	1	2
1 *	,19	,79
2 *	,37	-,45
3 *	,44	,22
4 *	-,01	-,65
5 *	,55	,29
6 *	,26	,46
7 *	,31	,02
8 *	,31	,25
9 *	,41	-,16
10 *	,14	,35
11 *	,43	,33
12 *	,38	-,24
13 *	,56	,27
14 *	,10	-,27
15 *	,35	-,17
16 *	,33	,01
17 *	,33	,92
18 *	,10	-,83
19 *	,25	,28
20 *	,53	,03
21 *	-,05	-,84
22 *	,16	-,15
23 *	-,06	,13
24 *	-,45	,35
25 *	,20	-,23
26 *	,30	-,28
27 *	,01	-,31
28 *	,08	-,43
29 *	-3,70	4,70
30 *	-,21	,22
31 *	,22	-,40
32 *	-,05	-1,02
33 *	,44	-,66
34 *	,44	-,66
35 *	,28	,82
36 *	-5,33	-3,15
37 *	,31	,10
38 *	-,05	-1,02
39 *	,04	1,12
40 *	,15	-,05
41 *	,32	,46
42 *	-,03	-,98
43 *	-,15	-,57
44 *	,27	,30
45 *	,10	1,46
46 *	,42	-,32

O mapa apresenta as coordenadas das 46 famílias, consideradas todas as variáveis produtivas reduzidas nos dois eixos. Devido à pouca variabilidade dos dados, as famílias tendem a permanecer concentradas, com exceção de alguns casos (famílias 29 e 36), facilmente identificáveis no gráfico, considerados pontos discrepantes. Estes pontos discrepantes podem ser considerados como influentes (devido a alguma razão específica) ou *outliers* (devido a algum erro), dependendo da viabilidade ou não de estudá-los particularmente.



Para simplificação da estrutura e facilidade de interpretação, escolhe-se tomar as variáveis significativas somente. As variáveis ligadas à estrutura fundiária que foram selecionadas como sendo mais significativas são: TE0200, TE0300, TE0400, TE0501, TE0504, TE0506, TE0507, TE0508, TE0509, TE0700, TE0800. Então, tanto a análise quanto os gráficos foram refeitos considerando apenas estas variáveis.

A tabela abaixo relaciona o quanto que cada variável contribui para a explicação da variabilidade na estrutura fundiária. O eixo 1 concentra aproximadamente 31% da explicação dos dados, enquanto o eixo 2 fica com 15%.

	Eixo 1 (+31.3%)		Eixo 2 (+14.9%)	
CONTRIBUIÇÕES POSITIVAS	TE0508	+24.00%	TE0200	+35.00%
	TE0501	+21.00%	TE0300	+35.00%
	TE0506	+19.00%	TE0501	+4.00%
	TE0700	+18.00%	TE0700	+4.00%
	TE0507	+7.00%	TE0507	+1.00%
	TE0504	+5.00%		
CONTRIBUIÇÕES NEGATIVAS	TE0800	-1.00%	TE0504	-8.00%
			TE0800	-5.00%
			TE0400	-2.00%
			TE0506	-1.00%

As variáveis que mais contribuem por dimensão são:

Eixo 1:

TE0508: Ter rendas exteriores à renda do assentamento é muito importante

TE0501: A diversificação da produção é muito importante

TE0506: Utilizar cada vez mais máquinas e insumo é muito importante

TE0700: Como aumentaria a propriedade se pudesse

Eixo 2:

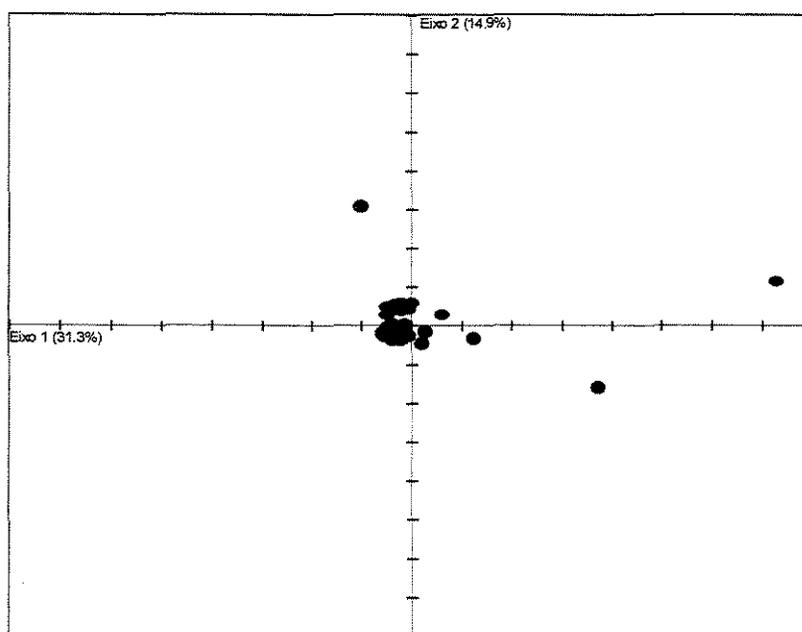
TE0200: Os pais são agricultores?

TE0300: O jovem hoje é pouco estimulado a ficar na agricultura?

O eixo 1 pode ser interpretado como a investimento na terra e o eixo 2 como a herança do conhecimento sobre a terra. Quanto mais à direita seguindo o eixo 1, mais propenso a investir na terra, em sua expansão, produção, equipamento, etc. Quanto mais acima no eixo 2, maior a preocupação com o conhecimento deixado aos filhos sobre a terra,

ou seja, quanto mais acima a observação estiver, maior a necessidade de estimular os filhos a cuidarem da terra.

Analisando o mapa, em relação aos eixos 1 e 2, não percebe-se a existência de subgrupos claros, pois os dados de família apresentam-se muito homogêneos. Há alguns pontos discrepantes, que podem ou não ser analisados mais profundamente. Nesse gráfico não podemos tirar nenhuma conclusão significativa, uma vez que todas as observações estão concentradas em torno de uma mesma média. Com exceção das três observações que podem ser tratadas como *outliers*.



A seguir é apresentado o Capítulo 8, que trata das estratégias familiares, das práticas sociais e educativas no assentamento, a partir do processo de sucessão, dos laços familiares e de amizade, da educação e profissionalização dos filhos, no sentido de buscar um quadro para a configuração do projeto familiar para o futuro.

CAPÍTULO OITO
AS ESTRATÉGIAS FAMILIARES -
AS PRÁTICAS SOCIAIS E EDUCATIVAS

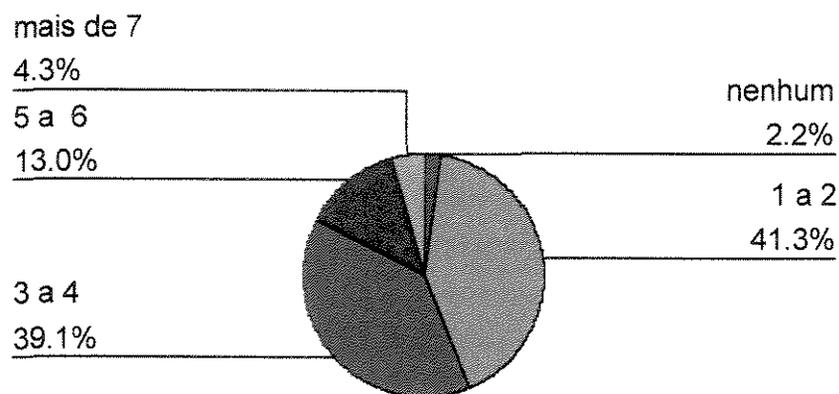
a) Projeto de Futuro Familiar

a.1) As estratégias de reprodução social das famílias

Um dos pontos importantes a serem analisados quando se trata das estratégias de reprodução social das famílias, é seu projeto de futuro e a forma como o encaminham. Questões como o número ideal de filhos por família; o planejamento para que os filhos que se casam possam continuar no assentamento ou não, mostrando a vontade que eles permaneçam no assentamento, e até mesmo que resistam ou escapem da migração; as atividades específicas de cada membro da família; a divisão sexual do trabalho, dizem muito a respeito da configuração não somente do quadro familiar, mas o que esperam com isso, o que desejam alcançar em termos de projeto. O número ideal de filhos desejados pelas famílias, como aponta a FIG. 9, por exemplo, mostra a avaliação que fazem de sua capacidade para mantê-los, com relação àquilo que produzem. A maioria (41,3%), ao afirmar estar o número ideal de filhos entre um e dois, contradiz, de certa forma, o ideal camponês de família numerosa, onde os filhos representam mão-de-obra importante e suporte para os pais que envelhecem e não podem arcar com o trabalho pesado na lavoura. No entanto, ao idealizar esse número, os entrevistados mostram uma certa racionalidade econômica, no sentido de estarem cientes de que, mesmo dispondo de maior mão-de-obra no futuro, no momento atual, têm a percepção da dificuldade de arcar com um número maior de filhos. A diferença mínima entre os que declararam três a quatro filhos (39,1%) aponta um meio termo entre a necessidade de braços para o trabalho e a condição concreta de criá-los.

Figura 9.

Número ideal de filhos por família



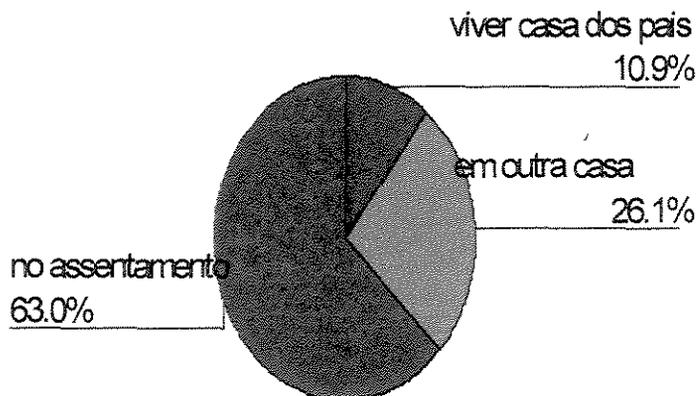
Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A FIG. 10 mostra de forma bastante clara o que pensam os entrevistados sobre o tipo de configuração ideal de família. Manter os filhos que se casam por perto, seja na mesma casa, no mesmo lote ou dentro do assentamento é o desejo da maioria. Esse fato é reforçado pelas respostas sobre a questão se os melhores amigos da família residem no assentamento, na vizinhança. Grande parte dos entrevistados afirmou serem os parentes ou filhos casados os que faziam parte do grupo de amigos e de ajudas mútuas, mostrando também que é com pessoas do grupo familiar que discutem os problemas dos lotes, dúvidas sobre o gerenciamento e questões técnicas, informes sobre datas de reuniões e a quem recorrem em caso de doença. Viver em outro lote, dentro do assentamento, significa, também, uma extensão da conquista realizada pelos pais, uma vez que seus filhos podem

se reproduzir socialmente da mesma forma que eles o fizeram um dia, uma forma de continuação da luta dos pais e uma extensão do patrimônio familiar.

Figura 10

Ideal para os filhos que se casam



Fonte: Dados da pesquisa, 1999

A TAB. 8 mostra uma configuração geral dos entrevistados no assentamento, ressaltando a grande maioria dos casados. O INCRA, nas Normas para Processo de Seleção de Candidatos para Assentamentos de Reforma Agrária (1988), indica como um dos critérios classificatórios o tamanho da família, não explicitando que o requerente deva ser casado. No entanto, observa-se uma baixa incidência de solteiros entre os titulares dos lotes (entre os dois declarados solteiros, um deles é comprador, chegando ao assentamento algum tempo após sua constituição).

**Tabela 8 Estado Civil dos Assentados Entrevistados
Assentamento Fazenda Barreiro, 1999**

Estado civil	%
Solteiro	4
Casado	78
Amigado	2
Separado	2
Desquitado	2
Viúvo	12
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1997.

Da mesma forma como afirma Stanek (1994), as estratégias familiares, englobando o projeto para o futuro dos filhos, a forma como os preparam para a educação, para a vida na terra, ou como os encaminham para outras profissões, são de extrema importância e muito se pode dizer sobre as famílias pesquisadas para traçar seu perfil. Nesse trabalho (p. 102), pode-se encontrar listadas as diferentes estratégias, de acordo com o direcionamento dado pelas famílias a respeito de seus projetos familiares. Assim, tem-se uma estratégia *ruralista*, para os que pretendem que seus filhos se estabeleçam no campo; uma estratégia dita *patrimonial* para as famílias desejosas de manterem o patrimônio fundiário através de um ou mais filhos; a estratégia de *promoção social* visa o encaminhamento dos filhos para um curso superior, a fim de alcançar certo *status* social; há uma estratégia *tradicionalista*, entre os que vêm no casamento das filhas uma solução para seu estabelecimento e finalmente a do tipo de *patrilocalidade*, para os que querem que os filhos permaneçam no mesmo lote, mas em casa separada, ou *exolocalidade*, entre os pais que preferem que os filhos se estabeleçam fora da propriedade.

a.2) O processo de sucessão

Heredia (op. cit.), assinala que o processo sucessório põe em evidência aspectos mais complexos que as salientadas pelo aspecto legal, como afirma Shanin (1972). Em algumas regiões do Brasil, a transmissão do patrimônio implica em uma divisão igualitária entre os filhos, em outras não, havendo uma gama de fatores que diferenciam esse processo de acordo com a região.¹ Na maioria dos casos, no entanto, é clara a preocupação com os resultados da divisibilidade da terra, e sua conseqüente redução de tamanho.

Nesse sentido, alguns aspectos levantados mostram que a propriedade é, para um grupo de entrevistados, um patrimônio que querem transmitir para os filhos, estando distante a questão de que a terra é um meio de produção, desvinculada do projeto de reprodução social da família. Sua importância é colocada sempre em termos de continuidade, de segurança, de meio de sobrevivência e fartura, em contraposição aos aspectos considerados negativos, mencionados quando comparam a vida antes do assentamento. O retorno à situação anterior – de assalariamento, sem autonomia, seja na cidade ou no campo – é considerada como um retrocesso, sendo comum também a comparação com sua situação atual no assentamento com aqueles que partiram, deixando para trás o lote.

¹ Sobre o processo sucessório e os diferentes sistemas de herança, cf. Moura (1978), Seiferth (1985), entre outros.

Tabela 9 - Processo de Sucessão (%) – Assentamento Fazenda Barreiro, 1999

	Já pensou no processo de sucessão	Pretende que os filhos fiquem na terra	Terra é um patrimônio para os filhos	Tem Sucessor
Sim	34,8	95,7	95,7	91,3
Não	65,2	4,3	4,3	8,7
Total	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

Muitos assentados, quando perguntados sobre o processo sucessório (TAB. 9), disseram não tê-lo ainda organizado, muito embora sejam claros em afirmar que a propriedade é um patrimônio para todos os filhos, homens e mulheres, sem nenhuma distinção. Foi registrada em uma das entrevistas a preocupação de um assentado idoso, casado pela segunda vez e com filhos desse segundo casamento, os quais pretende transformar em herdeiros. Manifestou bastante apreensão com a possibilidade dos filhos do primeiro casamento, já adultos e pais de família, reclamarem seus direitos no lote, após sua morte. Sua preocupação, nesse caso, é com a atual esposa (a do primeiro casamento é falecida) e com os filhos pequenos, que não quer deixar desamparados, uma vez que os da primeira família já se encontram estabelecidos. À parte esse caso, o processo de sucessão é visto como igualitário. É forte o desejo manifesto para a permanência dos filhos na terra, dando seqüência ao processo iniciado por eles, e mesmo para os que almejam uma continuidade em termos de educação para as crianças, o preparo para trabalhar na terra é colocado como fator importante para a maioria das famílias entrevistadas.

a.3) A importância e fortalecimento dos laços familiares e de amizade como fator de fixação dos grupos familiares no local

Jollivet (1972), diz encontrar-se na **localidade** a base de solidariedade social do que Mendras chama de sociedade camponesas (*“a sociedade de interconhecimento constitui o pilar fundamental em torno do qual se definem as sociedades camponesas tradicionais”*),² posicionando-a em relação à sociedade local. Os grupos domésticos, relacionando-se entre

² Mendras, 1976, p. 236, apud Lamarche, 1994, p. 179.

si, configuram laços de ajuda mútua que se traduzem em práticas de solidariedade nas relações vicinais que conformam uma forma de estratégia de sobrevivência dos grupos, uma vez que, através dessas práticas, têm acesso a determinados serviços que poderiam se tornar dispendiosos, caso tivessem que acessá-los fora de sua localidade. Aqui, a família, através de sua sólida base patriarcal, representa importante papel no fortalecimento e consolidação desses laços de solidariedade para a reprodução social do grupo doméstico. Deve-se considerar, no entanto,

“em que medida a transformação da vida social dos agricultores, ligados à integração da agricultura ao mercado, mas também à sua integração maior e mais complexa na sociedade global, afetam a sociedade de interconhecimento.”³

Os agricultores podem ser classificados em função de certas variáveis, como seu grau de inserção nos espaços territorial e social, como sendo diferenciados, onde o territorial se diferencia em virtude da amplitude espacial e o núcleo central refere-se à localidade, que pode restringir-se a essa esfera ou abrir-se para englobar as esferas comunais, regionais ou as que estão fora da região. Além disso, o espaço regional também pode se diferenciar segundo o que os agricultores estabelecem nesse espaço de relações sociais diferentes que conformam a vida social local como mais ou menos complexa ou mais ou menos intensa.⁴ Dessa forma, são elaborados os seguintes tipos, de acordo com a constituição dos grupos:

a) Segundo a origem dos agricultores e data de instalação na residência atual. Pode ser local, municipal, regional, de outras regiões do país ou estrangeira.

b) Origem da família, profissão.

A partir disso, é elaborada a seguinte classificação dos agricultores segundo sua inserção no território e na vida local, como nos modelos seguintes:

1 - *Modelo fortemente localizado* – predominância dos traços locais, com forte inserção na vida, festas e manifestações locais, encontrando-se os melhores amigos na vizinhança.

2 – *Modelo parcialmente localizado* – os traços locais são suficientemente importantes mas não exclusivos, onde as relações sociais dominantes são as de vizinhança, e para grande parte os melhores amigos são os vizinhos, também agricultores, mas são menos integrados à vida social na localidade.

³ Wanderley e Lourenço, 1994, p. 179.

⁴ Idem, p. 180.

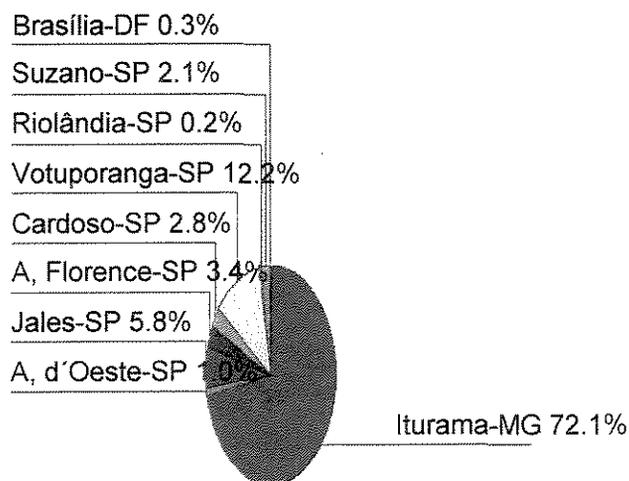
3 – *Modelo regionalista* – são agricultores vindos da região, com participação nas festas locais; os melhores amigos também se encontram entre os agricultores e definem-se a partir de uma identidade regional.

4 – *Modelo deslocalizado* - os traços locais são pouco significativos ou inexistentes, havendo fraca ligação com a localidade, vindo as famílias da região ou do exterior. As relações sociais se estruturam no nível da comunidade, havendo certa dificuldade de se fazer amigos localmente e reduzida inserção na vida local, em festas e manifestações locais.⁵

Na pesquisa empírica, com relação à procedência dos assentados, parte deles podem ser considerados como estando fortemente relacionados à localidade, enquanto que uma outra parcela dos assentados tem uma referência mais regionalista, uma vez que parte deles mantém um vínculo externo, regional, com contatos periódicos com familiares que habitam nos municípios vizinhos, mantendo ainda um vínculo significativo com seus locais de origem. Ressalta-se, contudo, que a identidade do grupo, além de estar fundamentada na questão do espaço (região), vincula-se também à questão dos objetivos comuns a serem alcançados, por exemplo, conforme apontado no capítulo anterior, como a conquista da terra, mobilização pela manutenção do crédito, viabilização da produção e comercialização.

Figura 11

Procedência dos Assentados



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

⁵ Ibidem, p.181/83.

O espaço comunitário é, a exemplo do que ocorre em outros assentamentos, a principal referência de socialização entre as famílias. A maioria não costuma freqüentar a cidade nos finais de semana, mesmo em períodos de festas; quando saem do assentamento para a cidade, é para as igrejas que se dirigem (TAB. 10). Dessa forma, o barracão da Associação é, por excelência, o espaço de convívio para a comunidade do Assentamento Fazenda Barreiro, seja durante as assembléias, seja durante as festas comemorativas, sendo o aniversário do assentamento a data da principal comemoração, normalmente com a duração de dois dias, entre bailes, quermesse, gincana e jogos esportivos, como o futebol, masculino e feminino, entre os times do assentamento e as comunidades vizinhas. Nessa ocasião, todo o assentamento se mobiliza para os preparativos e organização da festa e é também o momento de encontro de autoridades municipais locais, atraindo pessoas de vários pontos da região.

**Tabela 10 - Atividades Externas e de Lazer da Família (%) – Assentamento
Fazenda Barreiro, 1999**

Especifica- ção	Rádio	Televisão	Reunião	
			Mensal	76,1
Diária	76,1	80,4	Às vezes	13
Às vezes	21,7	2,2	Nunca	10,9
Nunca	2,2	17,4	Total	100
Total	100	100		

Especifica- ção	Amigos	Igreja	
		Semanal	23,9
Diária	4,3	Mensal	4,3
Semanal	21,7	Às vezes	41,3
Às vezes	71,7	Nunca	30,4
Nunca	2,2	Total	100
Total	100		

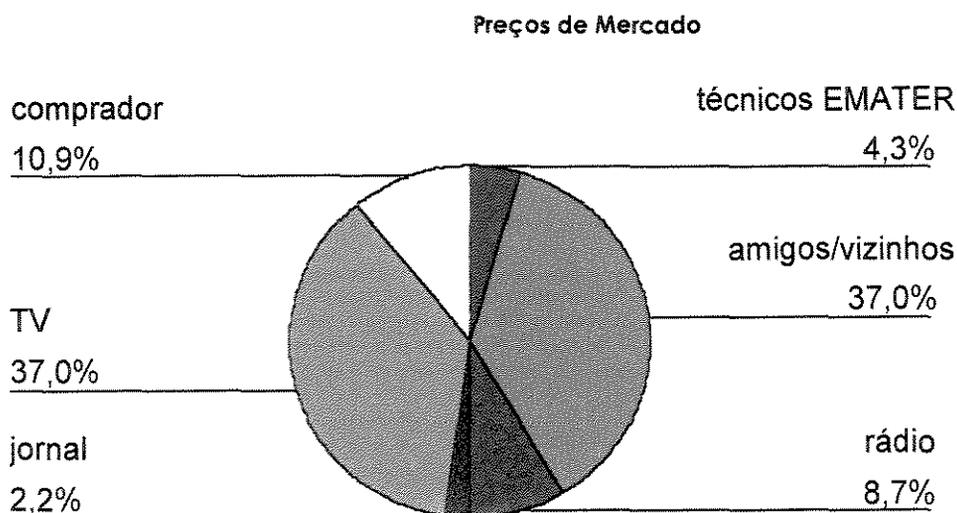
Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

a.4) Inserção dos assentados na sociedade global

Foi visto acima como os assentados se posicionam em relação à sua vida local, à sociedade comunal, grupos de vizinhança, de amizade e de parentesco, analisando-se agora, como se dá sua inserção na sociedade global, como se relacionam com o mundo exterior, fora dos limites do assentamento.

Em um primeiro momento, observa-se que esse contato se faz principalmente através de dois veículos de comunicação: o rádio e a televisão, estando o primeiro presente em praticamente todas as casas, e não menos presente, a televisão – uma grande parte possui antena parabólica. A importância do rádio na vida dos entrevistados vai além dos noticiários (acham importante a Hora do Brasil) e da música: é ele que auxilia os assentados a se atualizar sobre os preços dos produtos agropecuários (FIG. 12) no mercado local, regional e nacional, que esclarece sobre alguns problemas técnicos da lavoura e do gado, que os atualiza a respeito da meteorologia. O rádio funciona ainda como forma de transmitir recados, entre o assentamento e a cidade e vice-versa, avisa sobre festas e quermesses, ou entre os moradores do assentamento: convocação para reuniões e assembléias na associação, além, é claro, de transmitir os conhecidos recados amorosos, de aniversários, e também de tentar localizar parentes para avisar sobre doenças ou acidentes.

Figura 12



Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A televisão, menos interativa, faz parte do cotidiano do assentamento, sendo os noticiários seguidos diariamente, colocando o assentado em contato com o mundo exterior – ou globalizado. Seu contato “com o mundo lá fora” é feito, na maioria das vezes, pelo Jornal Nacional, e é também a televisão que o coloca a par dos acontecimentos políticos e econômicos, partindo daí, também, sua reflexão sobre sua própria situação frente a essa realidade. São raros os que lêem revistas semanais e jornais diários (entre os entrevistados,

somente dois afirmaram ler jornais e revistas, ato facilitado por seus trabalhos na prefeitura local). Além do número ainda elevado de analfabetos no assentamento, considera-se as dificuldades financeiras e de transporte e a distância da cidade como fatores principais de distanciamento entre os assentados e o mundo da mídia escrita.

Assim, a percepção que os assentados têm de sua condição enquanto produtores rurais, de sua importância como protagonistas de um importante processo da história de luta pela reforma agrária, sobre a relevância da agricultura no cenário da economia nacional, é realizada com a ajuda dos elementos externos da comunicação. É a partir deles que discutem sua inserção como produtores no mercado e sua relação com ele, percebendo que mesmo que haja um processo de decisão individual, subjetivo, este acaba sendo subjugado a uma outra esfera de decisões político-econômicas (possivelmente, se não houvesse esse elemento externo, talvez não perceberiam sua importância como atores políticos nesse processo). São essas decisões (externas) que delimitam a autonomia do produtor familiar, nas palavras de Halamska (1994, p. 209-10):

“Não há dúvida que a esfera de liberdade dos produtores agrícolas contemporâneos, em relação aos camponeses, é consideravelmente mais restrita. A situação no setor agrícola, inclusive dos camponeses depende de decisões econômicas e políticas tomadas em escala global, que definem os limites da autonomia de uma exploração agrícola. (...) As decisões relativas ao processo de produção da exploração são tomadas sob a ditadura do mercado, (...) que determina os limites da autonomia funcional da exploração agrícola”.

Sobre o tema da ligação entre os agricultores contemporâneos e o mundo exterior, Halamska (op. cit.), refere-se à pesquisa comparativa entre agricultores brasileiros, poloneses, tunisianos, canadenses e franceses, já citada.

Um fato que chamou bastante a atenção durante a pesquisa de campo foi o sistema de parentesco/compadrio.⁶ A exemplo da afirmação de Klaas Woortman, pode-se dizer que “aqui quem não é parente é compadre”.⁷ É significativo o número de famílias com parentes no assentamento, e a rede de socialização que envolve as mesmas é bastante forte, baseada num sistema que pode ser comparado àqueles mencionados na antropologia a

⁶ A esse respeito, cf. Candido, 1964.

⁷ “Se a comunidade é a cápsula protetora do campesinato, como diz Mendras (1976), ela o é por constituir uma ordem moral. Mesmo nas comunidades mais abertas, não se assalaria o vizinho, até porque, dada a recorrência do casamento intra-sítio, o vizinho é um parente potencial” (Woortman, s/d, p. 39).

respeito dos mutirões e ajuda mútua. Além da convivência social – os assentados afirmam visitar os amigos, parentes e vizinhos semanal e/ou diariamente – foi observado que em determinados períodos do ciclo produtivo, é comum a ajuda através de mutirões,⁸ por exemplo, para a “quebra do milho”, para “bater o arroz”, para a limpeza da roça (essa última atividade pode ser observada principalmente quando o beneficiário encontra-se impossibilitado, por motivo de doença, de arcar com suas tarefas no lote, ou em caso de morte de um dos cônjuges; nesse caso, os vizinhos e parentes se mobilizam para realizar as tarefas mais prementes), ou mesmo para a colheita do algodão (embora essa atividade encontre-se mais na esfera das atividades econômicas, salvo em situações de doença, como as mencionadas acima).

b) O projeto de educação (para jovens e adultos) como fator de resistência e reprodução social

b.1) Projeto educativo⁹ e profissionalização dos filhos¹⁰

O projeto que os produtores familiares idealizam para seus filhos traduzem de forma mais fiel a avaliação global que fazem da sociedade em que vivem e de sua própria situação, mais do que qualquer outro indicador, considerando-se que esse projeto deve levar em consideração diversos fatores estruturais da família, como número de filhos, situação econômica do grupo doméstico. Stanek (1994, p. 101), aponta que, muitas vezes, são as dificuldades impostas pela realidade dos produtores que interrompem e impõem limites aos projetos de saída dos filhos. Considera ainda que, mesmo havendo o desejo de saída do filho para fins de estudo, com a possibilidade de uma promoção social, um futuro incerto na

⁸ Sobre mutirão e ajuda mútua, “é outra das formas em que a troca direta, efetivada no âmbito do bairro, aflora plena de significações para o grupo. O mutirão tem de exprimir um nível baixo de intercâmbio, segundo padrões “não-rationais”, entre valores heterogêneos, sob a forma de doação gratuita e obrigatória de dias de serviço, impondo-se inclusive, e desse modo, entre os proprietários de terras e os trabalhadores “autônomos”. O mutirão amplia a economia de subsistência e a divisão natural do trabalho, inerentes ao sistema econômico-social do grupo doméstico. O mutirão, como toda forma de ajuda direta, efetiva o intercâmbio em condições de ludicidade de uma maneira ritualizada” (Gnaccarini, 1980, p. 113).

⁹ O conceito de educação aqui utilizado é o mesmo de Caldart (1995, p. 4), ao considerá-la como “*um tipo de prática social (...) entre ensino e aprendizagem e, finalmente, nas transformações pessoais que potencializam a humanidade, ou seja, que tornam os seres humanos mais humanos. As práticas educativas são, pois, tão diversificadas quanto as situações que compõem a existência social e individual das pessoas nos diferentes ‘campos’ (Bourdieu) da vida humana*”.

¹⁰ Parte dos comentários apresentados neste item foram originalmente desenvolvidos em Couto (1997).

terra pode ser preferido ao êxodo dos filhos, por um apego ao patrimônio. Mas considera essas últimas atitudes como marginais.

A atenção dada à educação dentro dos assentamentos de reforma agrária pode ser observada pela própria construção física do seu espaço: a escola é um dos primeiros prédios a ser construídos e é imprescindível mesmo onde as condições locais são bastante precárias. Muitas vezes acompanha a situação de moradia dos assentados, que à espera do lote definitivo, vivem em barracos de lona: nessas ocasiões, a escola é erguida de madeira, coberta de lona e com chão de terra batida. Não é incomum que, esgotado o ensino básico nos assentamentos, as crianças andem quilômetros até a escola mais próxima, pois nem todos os assentamentos têm a vantagem de estarem bem localizados, próximos a centros urbanos e de linhas de ônibus coletivo. Mas no nosso mundo rural, este não é um problema com o qual se deparam somente os jovens de assentamentos, que são uma pequena parcela: a maioria das crianças e adolescentes no campo enfrenta toda sorte de contratempos, se tiver a oportunidade de pelo menos começar sua vida escolar.

Se for feito um paralelo entre as situações de difusão de conhecimento para as populações rurais, a metodologia empregada e as correntes teóricas às quais estavam ligadas, nas décadas de 60/70, e o que buscam os movimentos sociais populares nos anos 80/90, pode-se observar uma longa caminhada. A renovação do enfoque sobre o homem do campo sofreu grande modificação: a esfera cultural passa a ser mais respeitada, bem como as práticas cotidianas de trabalho e sua própria identidade. É baseado nisso que o processo educativo pregado pelos movimentos sociais vai se inspirar: cai o estereótipo do camponês tradicionalista, avesso às mudanças que lhe garantiriam melhores condições de vida, para uma tentativa de compreensão desse modo de pensar como parte de sua identidade, com todo o saber próprio que permeia suas ações. O respeito ao seu modo de viver, o entendimento de seu universo passa a ser primordial para a elaboração de práticas educativas voltadas para esse público, cuja inserção como cidadão pleno é reafirmada através do acesso à educação.

No mesmo sentido em que podem ser vistos como formas renovadas de educação popular, por sua própria configuração, *“o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais ausentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação”*.¹¹

¹¹ Sader, 1988, p. 26/27, apud Fernandes, 1996, p. 66.

No caso do Assentamento Fazenda Barreiro, desde a primeira visita a campo, as primeiras entrevistas com as lideranças e assentados, ficou bastante clara a preocupação que tinham com relação ao projeto educativo do assentamento, não só das crianças, mas também dos adultos - é relativamente alta a taxa de analfabetos, problema este que vem sendo minimizado com o curso noturno de alfabetização de adultos, desde 1998. Vários assentados, entre homens e mulheres, dirigem-se à escola, depois de um dia inteiro de trabalho na lavoura para trocar os instrumentos de trabalho: o lápis, à noite, não é menos pesado que seu substituto diurno, a enxada: alfabetizar-se, para muitos, a partir da idade adulta, é tarefa penosa e que exige muito esforço e dedicação, compensados com a oportunidade de estarem realizando um sonho que vem da infância. Em um depoimento, foi ouvido de um assentado que sempre tivera vontade de aprender a ler e escrever, mas a enorme distância que separava a cidade (e conseqüentemente a escola) do local onde vivia sua família, na zona rural nordestina, impossibilitava seu deslocamento e de seus irmãos para a escola, além de precisarem ajudar os pais na roça. Disse que, com relação aos seus filhos, faria tudo que estivesse ao seu alcance para que estudassem o máximo possível. Hoje, todas as crianças do assentamento em idade escolar freqüentam a escola (Foto 11) e já são em grande número as que estão no segundo grau.

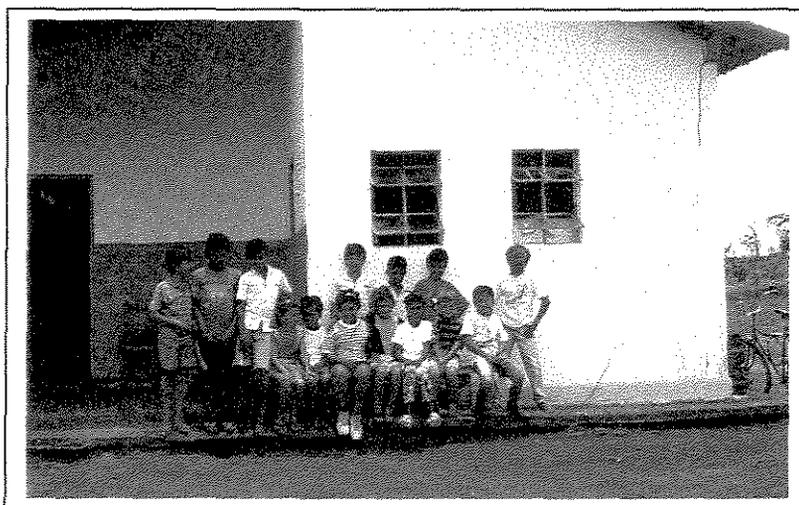


Foto 11 : Alunos em frente a uma das primeiras escolas do Assentamento Fazenda Barreiro, 1995.
Andréia Terzariol Couto

Apesar de a grande maioria das crianças ajudarem seus pais nos trabalhos na lavoura, mesmo que realizando pequenas tarefas, como os mais jovens, e da importância dessa ajuda para o trabalho familiar, os pais têm em alta consideração a prioridade dada à escola. Os pais que não tiveram a oportunidade de frequentar os bancos escolares, são enfáticos sobre a necessidade de seus filhos irem à escola, e não são poucos os que consideram a possibilidade de seus filhos chegarem ao curso superior, como aponta a TAB. 11.

O projeto educativo do assentamento Fazenda Barreiro, que começou a ser posto em prática a partir do momento em que se instalaram na terra, encontra-se hoje ampliado e modernizado, caminhando para a elaboração de cursos técnicos e profissionalizantes.

A partir das respostas dos assentados sobre as questões formuladas a respeito da permanência ou não dos jovens no assentamento, a maioria mostrou a preocupação com a questão do aprendizado e domínio técnico como fator importante para sua continuidade na terra.

Se para os pais é importante que os filhos trabalhem, mesmo no momento atual ou no futuro, a maioria declarou que preferem que os filhos estudem, mesmo que conciliando trabalho e estudo, reforçando a relevância que dão ao processo de educação e profissionalização dos filhos, de acordo com a TAB 11.

Tabela 11 - Projeto Familiar para a Educação e Profissionalização dos Filhos. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999

Especificação	Para os filhos, o melhor seria (%)	
	Meninos	Meninas
Estudar e trabalhar (imediatamente)	34,8	34,8
Estudar o máximo que puder	10,9	13
Estudar e trabalhar (futuro)	45,7	39,1
Se casar	0	2,2
Não tem filhos (as)	8,7	10,9
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

As profissões desejadas para os filhos (TAB. 12), no entanto, de acordo com a declaração da maioria, não se referem a nenhuma atividade ligada à terra, uma vez que gostariam que os filhos nela permanecessem. Uma explicação para esse resultado pode ser que a pergunta formulada – “qual profissão desejaria para os filhos” - tenha sido compreendida como algo que fosse desejável, mas não realizável: ter um filho engenheiro,

advogado, médico, professor ou agrônomo pode ser um sonho acalentado por muitos pais, externado na resposta dada à questão. Sua própria experiência como agricultores lhes diz que não desejariam para os filhos essa mesma vida de sacrifícios, embora saibam que esse será o caminho seguido pela maioria. Mas, se como também afirmam, desejam que seus filhos continuem na terra, querem que se preparem para isso, profissionalmente.

Tabela 12 - Profissão Desejada para os Filhos (%). Assentamento Fazenda Barreiro, 1999

Especificação	Meninos	Meninas
Agricultor(a)	4,3	0
Comerciante ou Artesão	2,2	4,3
Engenheiro, Agrônomo	3,7	6,5
Advogado(a), Médico(a)	28,3	28,3
Professor(a) ou Funcionário(a)	17,4	41,3
Padre/Freira	0	6,5
Não sabe	2,2	2,2
Não tem filhos (as)	8,7	10,9
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A história da escola está estreitamente ligada à do assentamento, pois junto às primeiras reivindicações das então Comissões, estava a construção da escola e a vinda de professores em parceria com a prefeitura. No início de sua constituição, em 1996, o assentamento contava com duas pequenas escolas, situadas em seus dois extremos, e outra, fora de seus limites, mas próxima a este. Os professores vinham de Limeira d'Oeste para as escolas, sendo mais tarde substituídos por professores do próprio assentamento, ministrando aulas do curso primário, em classes multisseriadas.

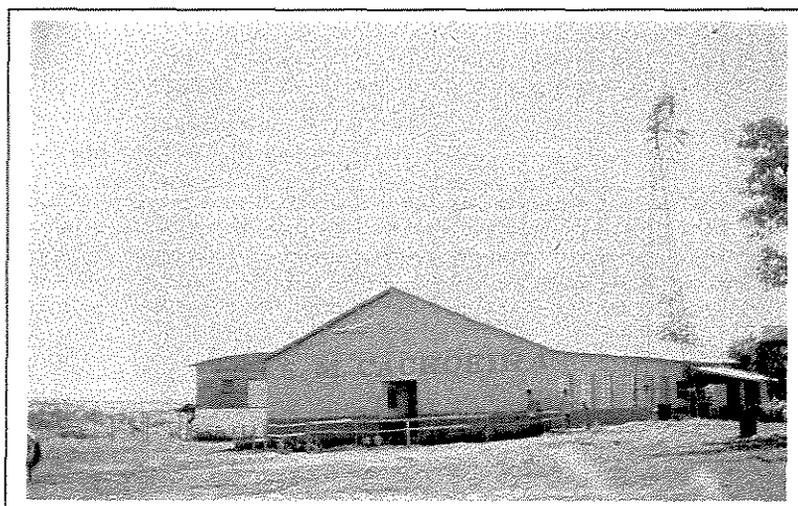


Foto 12: Atual escola do Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.
Andréia Terzariol Couto

Em 1998 foi inaugurada a atual Escola de 1º Grau Cachoeira (Foto 12), situada no espaço comunitário do assentamento, onde funcionam também o Barracão de reuniões da Associação, salão de festas e quermesses, e o campo de futebol. As salas têm capacidade para cerca de 20 alunos cada, são amplas e contam com boa infra-estrutura, como carteiras, lousas, além de material didático. A escola conta também com uma biblioteca, um amplo pátio, banheiros, uma cozinha e refeitório para a merenda escolar das crianças, preparada por cozinheiras e merendeiras do próprio assentamento, que se utilizam da horta existente na escola para enriquecer a nutrição dos alunos. É interessante notar o envolvimento dos pais quanto à manutenção da escola, ficando claro que aquele espaço, mais do que a escola dos filhos, é um espaço comunitário, onde eles tiveram a participação para sua reivindicação, construção, e agora ajudam na sua preservação. Em determinados períodos, fazem mutirão para a limpeza e em ocasiões de festas e comemorações escolares, se reúnem para a confecção da decoração e preparo de refeições. A escola fica sendo, assim, uma referência, como um espaço de reunião e socialização, de reflexão, havendo a preocupação de integrar os alunos em questões próximas de sua realidade e vivência, como a questão agrária e a luta pela terra, o trabalho agrícola familiar, fazendo da escola um espaço de discussão que possibilita a conscientização, resistência à opressão e ampliação de sua cidadania.¹²

"a escola é um espaço de socialização e de preparação militante para a luta, de conscientização do movimento social. Quando fazem reunião, levam as crianças junto para que elas possam começar desde cedo a entender o processo pelos quais passaram seus pais".¹³

"sem sociabilidade política não há movimento social nem projeto coletivo em torno do qual lutar. A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado sobretudo pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das igrejas progressistas e dos sindicatos 'combativos' contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política".¹⁴

¹² Essa é uma afirmação também reiterada pelos assentados de Sumaré, que acreditam na escola como importante espaço de socialização, discussão, despertar da consciência crítica e busca pela cidadania, passando esta por três questões básicas: educação, saúde e habitação. Cf. Ferrante (Org.) **Retratos de Assentamentos**, 1996.

¹³ Ibidem, p. 58.

¹⁴ Scherer-Warren, 1987, p.19.

Para o futuro pensam em montar um curso de informática, e já existe alguma mobilização em torno de doações, através de empresas, para a aquisição de microcomputadores. Também existe o projeto de uma antena parabólica, televisão e vídeo.

Embora seja alto o número de analfabetos (20%), a maioria possui pelo menos o primeiro grau incompleto, seguido pelo primeiro grau completo (TAB. 13). A porcentagem dos analfabetos tende a cair, a partir da implantação do programa de alfabetização de adultos.

**Tabela 13 - Distribuição do nível de escolarização entre os chefes de família (%)
– Assentamento Fazenda Barreiro, 1999**

Escolaridade	(%)
Analfabetos	20
1° grau incompleto	62
1° grau completo	16
2° grau completo	2
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1997

O segundo grau é feito em Limeira d'Oeste, e os alunos contam com ônibus escolar pago pela prefeitura. Alguns alunos do assentamento freqüentam faculdades em cidades vizinhas, como Iturama e Votuporanga, contando com o transporte fretado para as viagens diárias.

O MST, por exemplo, ao reivindicar o acesso à terra, tem como um de seus princípios a transformação da sociedade. Uma de suas mais importantes bandeiras é o direito à educação como uma forma de conscientização dos trabalhadores com relação à sua luta. Em seu programa de reforma agrária, um dos itens é: *“buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos”*.¹⁵

Assim, a questão da educação nos assentamentos é ponto primordial de reivindicação para os movimentos sociais rurais, através da atuação do Setor de Educação.¹⁶

¹⁵ MST, Cadernos de Formação n° 23, SP, 1995, apud Fernandes, op. cit., p. 81-2.

¹⁶ De acordo com Souza (1999, p. 89), *“A criação do Setor de Educação do MST data de 1987, quando um grupo de pessoas envolvidas com a questão educacional, em alguns estados, se reúne para discutir as seguintes questões: o que se quer com as escolas de assentamentos e como fazer tal escola. Isso não significa que a educação não era preocupação no interior dos acampamentos e assentamentos, ao contrário, desde os primeiros acampamentos torna-se evidente o problema da educação escolar, manifestadas nas seguintes questões: o que fazer com as crianças de acampamentos e como conseguir a instalação de escolas tanto nas áreas provisórias como nos*

A partir de então, mesmo aqueles assentamentos que não são ligados ao MST, têm na educação um de seus pontos estratégicos de organização.

"Consideramos o setor de educação e os espaços organizados a partir dele, como lugares de construção de uma nova cultura política, reforçando a importância da educação e desenvolvendo a atitude questionadora por parte da comunidade sobre as questões da escola. A educação torna-se uma preocupação constante no processo de luta pela terra e na chegada ao assentamento. Considera-se que através da educação possa desenvolver atitudes críticas, cooperativas, contribuindo para a construção de uma sociedade diferente" (Souza, 1999, p. 91).

assentamentos definitivos".

c) É vista a seguir a análise estatística referente às estratégias familiares de reprodução social dos assentados.

Lógica Familiar

Os objetos 3, 7, 27 e 41 foram removidos da análise já que todas as variáveis contém valores missing (os objetos restantes foram renumerados consecutivamente).

O número de observações usado na análise é 46.

Lista de variáveis

Variável	Nome da Variável	Número de Categorias
RF0201		5
RF0202		6
RF0203		6
RF0204		6
RF0205		6
RF0206		6
RF0300		9
RF0400		5
RF0500		8
RF0600		2
RF0700		4
RF0800		2
RF0900		2
RF1000		2
RF1100		3
RF1200		6
RF1300		5
RF1400		3
RF1500		6
RF1600		2
RF1700		10
RF1800		2
RF1900		6
RF2000		2
RF2100		5
RF2200		4
RF2300		5
RF2400		2
RF2500		4
RF2600		4
RF2700		9
RF2800		9
RF2900		4
RF3000		5
RF3100		2
RF3200		2

RF3300	2
RF3400	8
RF3500	2
RF3600	5
RF3700	4
RF3800	4
RF3900	2
RF4000	2
RF4100	2
DF0100	2
DF0200	5
DF0300	2
DF0400	4
DF0500	2
DF0600	2
DF0700	2
DF0800	2
DF0900	2
DF1000	2
DF1100	2
DF1200	3
DF1300	3
DF1400	2
DF1500	3
DF1600	8
DF1700	2

Frequências Marginais

Variável	Missing Categorias									
	1	1	2	3	4	5	6	7	8	9
RF0201	18	2	24	2	0	0				
RF0202	0	4	9	1	0	1	31			
RF0203	0	3	4	0	0	0	39			
RF0204	0	0	13	0	0	0	33			
RF0205	0	0	1	0	0	0	45			
RF0206	0	0	0	0	0	0	46			
RF0300	0	8	0	0	11	0	27	0	0	0
RF0400	0	0	0	23	8	15				
RF0500	0	11	1	1	0	3	0	3	27	
RF0600	0	41	5							
RF0700	0	2	13	3	28					
RF0800	0	42	4							
RF0900	0	5	41							
RF1000	0	3	43							
RF1100	0	18	2	26						
RF1200	0	9	4	1	2	4	26			
RF1300	0	12	0	2	6	26				
RF1400	0	14	7	25						
RF1500	0	10	4	0	0	3	29			
RF1600	0	44	2							

RF1700	0	3	4	2	0	0	1	0	1	7
RF1800	0	36	10							
RF1900	7	11	12	9	5	2	0			
RF2000	0	44	2							
RF2100	0	2	8	7	25	4				
RF2200	0	2	27	8	9					
RF2300	0	22	8	10	4	2				
RF2400	0	46	0							
RF2500	0	36	6	1	3					
RF2600	0	31	11	0	4					
RF2700	0	2	1	17	13	8	0	0	1	4
RF2800	0	0	2	3	13	19	0	3	1	5
RF2900	0	16	5	21	4					
RF3000	0	16	6	18	1	5				
RF3100	0	44	2							
RF3200	0	42	4							
RF3300	0	16	30							
RF3400	0	29	1	2	5	0	3	5	1	
RF3500	0	44	2							
RF3600	0	1	19	18	6	2				
RF3700	0	5	12	29	0					
RF3800	0	33	5	8	0					
RF3900	0	22	24							
RF4000	0	18	28							
RF4100	0	45	1							
DF0100	0	45	1							
DF0200	0	23	15	3	4	1				
DF0300	0	44	2							
DF0400	0	34	12	0	0					
DF0500	0	38	8							
DF0600	0	43	3							
DF0700	0	45	1							
DF0800	0	17	29							
DF0900	0	8	38							
DF1000	0	46	0							
DF1100	0	46	0							
DF1200	0	38	5	3						
DF1300	0	15	13	18						
DF1400	0	27	19							
DF1500	0	10	35	1						
DF1600	0	0	11	0	0	1	10	19	5	
DF1700	0	19	27							

Freqüências Marginais

Variável	Categorias
	10
RF0201	
RF0202	
RF0203	
RF0204	
RF0205	
RF0206	
RF0300	
RF0400	
RF0500	
RF0600	
RF0700	
RF0800	
RF0900	
RF1000	
RF1100	
RF1200	
RF1300	
RF1400	
RF1500	
RF1600	
RF1700	28
RF1800	
RF1900	
RF2000	
RF2100	
RF2200	
RF2300	
RF2400	
RF2500	
RF2600	
RF2700	
RF2800	
RF2900	
RF3000	
RF3100	
RF3200	
RF3300	
RF3400	
RF3500	
RF3600	
RF3700	
RF3800	
RF3900	
RF4000	
RF4100	
DF0100	

DF0200
 DF0300
 DF0400
 DF0500
 DF0600
 DF0700
 DF0800
 DF0900
 DF1000
 DF1100
 DF1200
 DF1300
 DF1400
 DF1500
 DF1600
 DF1700

Observação: As variáveis RF0206, RF2400, DF1000 e DF1100 têm todos os objetos válidos (46) em uma única categoria.

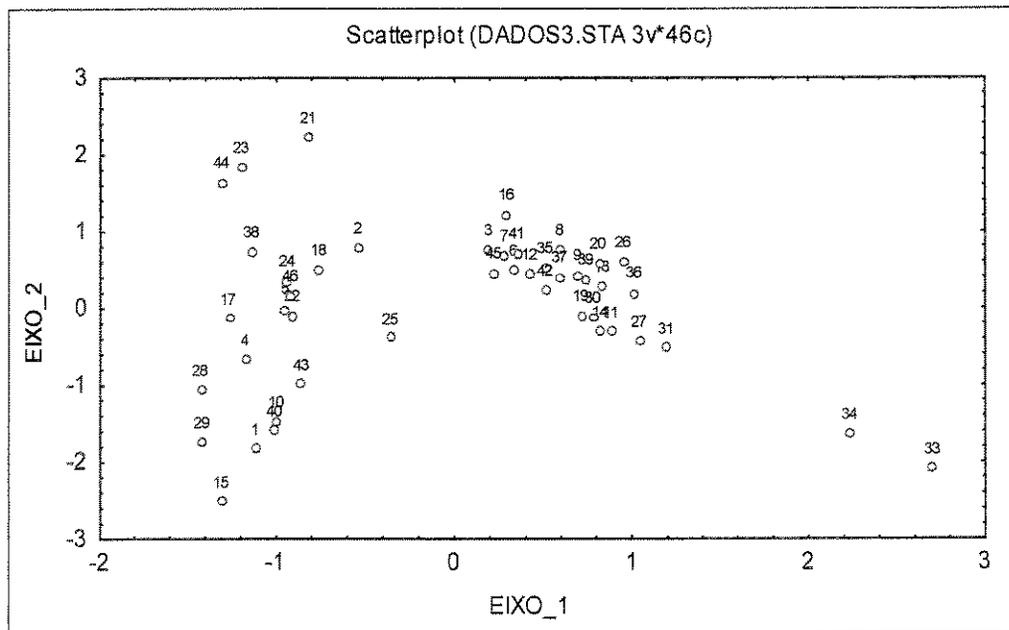
Medidas de Discriminação por variável por dimensão:

Variável	Dimensão	
	1	2
RF0201	,025	,048
RF0202	,544	,520
RF0203	,181	,012
RF0204	,031	,118
RF0205	,045	,067
RF0206	,000	,000
RF0300	,081	,061
RF0400	,367	,168
RF0500	,751	,270
RF0600	,018	,026
RF0700	,715	,163
RF0800	,038	,049
RF0900	,045	,047
RF1000	,106	,155
RF1100	,807	,197
RF1200	,816	,474
RF1300	,810	,406
RF1400	,758	,316
RF1500	,677	,199
RF1600	,084	,000
RF1700	,607	,365
RF1800	,139	,150
RF1900	,248	,254
RF2000	,275	,158
RF2100	,310	,224
RF2200	,394	,176

RF2300	,172	,172
RF2400	,000	,000
RF2500	,024	,205
RF2600	,144	,288
RF2700	,110	,060
RF2800	,153	,121
RF2900	,031	,066
RF3000	,045	,316
RF3100	,275	,158
RF3200	,254	,075
RF3300	,067	,057
RF3400	,033	,159
RF3500	,275	,158
RF3600	,076	,210
RF3700	,095	,042
RF3800	,104	,119
RF3900	,022	,182
RF4000	,044	,137
RF4100	,015	,110
DF0100	,162	,097
DF0200	,172	,174
DF0300	,001	,027
DF0400	,001	,034
DF0500	,268	,017
DF0600	,000	,011
DF0700	,020	,008
DF0800	,046	,008
DF0900	,000	,017
DF1000	,000	,000
DF1100	,000	,000
DF1200	,022	,002
DF1300	,234	,255
DF1400	,188	,179
DF1500	,023	,020
DF1600	,065	,115
DF1700	,010	,049

23 *	-1,20	1,84
24 *	-,94	,36
25 *	-,36	-,39
26 *	,95	,61
27 *	1,04	-,43
28 *	-1,43	-1,06
29 *	-1,42	-1,74
30 *	,78	-,12
31 *	1,19	-,52
32 *	,85	,30
33 *	2,70	-2,09
34 *	2,23	-1,64
35 *	,51	,53
36 *	1,01	,21
37 *	,59	,41
38 *	-1,14	,74
39 *	,74	,38
40 *	-1,01	-1,59
41 *	,35	,72
42 *	,51	,24
43 *	-,86	-,99
44 *	-1,31	1,65
45 *	,22	,46
46 *	-,92	,17

O gráfico mostra o espalhamento das famílias em relação aos dois eixos resumo, considerando todas as variáveis em estudo. Podem ser identificados dois grupos:



Dada a dificuldade ao se lidar com muitas variáveis, tomam-se as mais significativas. As variáveis significativas foram: RF0202, RF0203, RF0204, RF0205, RF0500, RF0600, RF0700, RF1100, RF1200, RF1400, RF1500, RF1700, RF1900, RF2000, RF2200, RF2800, RF3100, RF3500.

RF0500: Qual a principal renda não agrícola da propriedade?

RF0700: Por que exerce atividades não agrícolas?

RF1200: Como fica a renda sem as atividades não agrícolas?

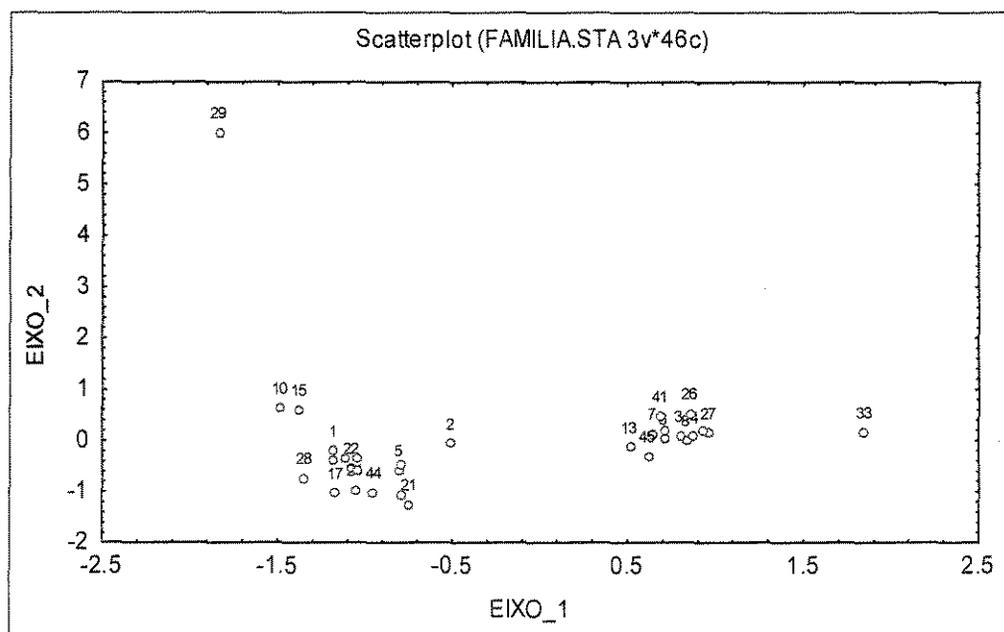
RF1500: se notou diferença no nível familiar a partir das atividades não agrícolas, em que sentido as notou?

Eixo 2:

RF2000: Acha importante os filhos irem para a escola?

RF3100: A propriedade é um patrimônio que quer transmitir?

RF3500: Querem que seus filhos se preparem para ficar na terra?



A seguir são elaboradas as considerações finais, concluindo os aspectos abordados nesse trabalho, a respeito da produção familiar e das estratégias de reprodução social das famílias assentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou compreender as estratégias de permanência das famílias assentadas nos assentamentos rurais, partindo das configurações da família camponesa através da história, seus aspectos culturais, econômicos e sociais, passando por várias abordagens, clássicas e contemporâneas até o comportamento da agricultura familiar brasileira, analisado sob o enfoque de um quadro particular, o assentamento rural.

Um dos objetivos desse trabalho foi situar a produção familiar em um espaço de reprodução familiar específico, o assentamento de reforma agrária, visto a partir das unidades de produção (as parcelas) onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, bem como analisar suas estratégias de adaptação e reprodução social inseridas nesse quadro, onde o ator social, o assentado, pudesse ser visto sob o ângulo de um novo produtor rural, a partir de uma abordagem que privilegiasse a condução da análise com vistas a permitir que essa categoria fosse observada de forma não tão delimitada. Essa categoria foi, ao longo do trabalho, assim denominada - produtor rural, ou novo produtor rural - por guardar algumas particularidades e situar-se diante de uma situação singular, de uma realidade diferenciadora, tal como sua trajetória de luta, mobilização e práticas de organização, engajamento político, experiências coletivas, além do acesso à terra.

A produção familiar no assentamento foi analisada a partir das discussões atuais sobre o tema, e suas peculiaridades nesse quadro, enfocando principalmente suas práticas econômicas, produtivas, fundiárias e familiares, considerando-se a gestão dos lotes, as opções para a produção, comercialização, e a utilização de atividades pluriativas. As experiências educativas foram percebidas também como estratégias de reprodução social, uma vez que a importância dada à educação, tanto das crianças quanto dos adultos, ajuda a reforçar o ideal de permanência e futuro dos assentados, resultando em maior nível de conscientização de sua posição como produtores familiares.

Os assentados foram analisados sob uma ótica diferenciada do restante da produção familiar "tradicional", primeiro porque, entre outros fatores, seu acesso à terra é feito a partir de sua inclusão em movimentos sociais rurais para reivindicação fundiária, participação e organização política. Isso lhes confere uma posição diferente, sendo que essa inclusão nos movimentos reivindicatórios implica em outros fatores, como formas de organização coletivas, como as associações e cooperativas, as práticas de decisões coletivas tomadas em assembleias, consciência política e de classe. Nesse sentido, as práticas coletivas, iniciadas pelas diversas comissões, durante o acampamento, para a organização da alimentação,

saúde, foram fundamentais para a elaboração do projeto da Associação e amadurecimento para a futura Cooperativa. A tomada de consciência sobre a necessidade da associação foi reforçada pelo respaldo e representatividade que ela teria junto aos órgãos oficiais, no sentido de viabilizar o crédito e assistência técnica.

Um segundo ponto refere-se ao termo produtor rural, por tratar-se de uma categoria que não se submete somente ao trabalho agrícola. Faz parte de uma categoria que tem em comum o trabalho familiar, e de fazer do excedente de sua produção uma das bases de sua subsistência. Esse produtor familiar pode, às vezes, da mesma forma como realiza seu trabalho agrícola, realizar tarefas além do agrícola e a partir também dessas atividades - da pluriatividade - desenvolver mecanismos para que possa permanecer em seu local de trabalho e moradia, a terra. Além disso, uma parcela dos assentados provém do meio urbano tendo que adaptar-se à realidade de novas lidas no quadro rural, ajustando-se ao trabalho rural-agrícola. No entanto, qualquer que seja a origem - urbana ou rural - têm como ponto comum de referência o significado da terra conquistada, ressaltando a importância de sua permanência nesse meio. É nesse sentido que foi utilizado aqui o termo produtor rural, que engloba tanto as atividades agrícolas como as pluriativas. De uma parte, pode-se considerar que os atores sociais enfocados encontram-se configurados dentro do que se costuma chamar de características tradicionais marcantes dos pequenos produtores, dos produtores familiares. Assim, esse "novo produtor rural" traria de específico sua própria condição de assentado, de acesso à terra, ao crédito; suas formas de organização, econômica, política, familiar, produtiva, o ajudam a responder com novas atitudes ou decisões o quadro de problemas que se lhes aparecem, uma vez que essas práticas ajudam a "moldar" esse novo produtor de uma maneira mais engajada, mais participativa, mais politicamente comprometido.

O novo produtor rural se diferencia do agricultor familiar tradicional, pelos motivos anteriormente observados, partindo da tese de que é uma categoria "em construção". Essa afirmação pressupõe um *processo*, ao invés de uma "ruptura" drástica, uma vez que características tradicionais não desaparecem de um momento para o outro, a partir da ocupação de um espaço físico, no caso do assentamento. Isso seria o mesmo que imaginar que, ao se fixar na terra, o assentado estaria imediatamente incorporando situações e valores novos e rompendo com todo seu passado. Na tentativa de escamotear as generalizações, pressupôs-se aqui que esse novo produtor rural, uma vez que é uma categoria em construção, é diferente do tradicional, não obstante certas semelhanças. Onde se encontra, então, essa junção com o tradicional? Nos seus vínculos (familiares) com o passado agrário, principalmente entre os mais velhos; em certas práticas e saberes ordenados sobre seu trajeto

e organização que conduzem a determinadas decisões; ao estabelecimento do autoconsumo; desempenho de atividades, cujo exercício lembra aos tradicionais costumes de ajudas mútuas e mutirões. Por fim, o que o novo produtor rural tem de moderno, concerne à sua forma de inserir-se no mercado, à busca de soluções e estratégias adaptativas a uma nova situação de produção; à abertura ao uso de novas tecnologias. São essas diferenças e semelhanças que permeiam o novo produtor rural que, longe de configurarem contradições, conformam o ajustamento entre dois *ethos* (no sentido de dois modos de ser que se distinguem) - a tradição e a modernidade – ao caminhar para essa última sem romper, ao menos de forma brusca, com todos os elementos do passado. A análise dessa categoria passa, então, pela ótica de uma mudança processual.

A pesquisa teórica foi analisada paralelamente à empírica, cujo estudo de campo realizou-se ao longo de 4 anos, em períodos alternados de visitas para as observações, entrevistas, gravações, fotos, questionários. O trabalho transcorreu à luz das recentes pesquisas conduzidas por Lamarche (Coord. - 1993/1994), cuja orientação teórica segue uma análise da produção familiar como um tipo de produção que pode ser observado em várias partes do mundo, onde se encontre o trabalho familiar em consonância com certas particularidades, como cultura, subjetividade, heterogeneidade (*“não configuram um mesmo sistema de valores; mesmo havendo uma transmissão sócio-cultural, estas vão variar de região para região e mesmo de produtor para produtor”*). Não se pode mais falar em uma produção familiar voltada somente para aqueles que utilizam apenas técnicas tradicionais, uma vez que ela é possível de ser encontrada níveis de tecnificação bastante avançados, podendo produzir para o mercado de forma competitiva, mesmo com mão-de-obra reduzida. Assim sendo, o referencial teórico proposto foi pertinente, por dar crédito às características que fazem as diferenças culturais, além de considerar o processo social no qual os sujeitos sociais estão incluídos. Com base nisso, fica mais clara a análise do produtor familiar aqui observado. Considerando o sistema sócio-cultural, pôde-se compreender as transformações pelas quais têm passado, modificações essas referentes à modernização de parte deles, sua integração ao mercado, uso de tecnologia, enfim, transformações impulsionadas pela modernização, industrialização e imposições da sociedade global.

A representação teórica proposta por Lamarche (op. cit.), de conceituação do produtor familiar como um *continuum* entre o Modelo Camponês, com suas tradições, apegos, patrimônio, e o Modelo Empresa, no qual busca um maior relacionamento com o mercado, procurando produzir de forma competitiva e amparando-se na tecnologia para alcançar seus objetivos, mostrou-se coerente ao objeto dessa tese: o ajustamento entre a tradição e a

modernidade pelos produtores familiares do Assentamento Fazenda Barreiro. A realidade encontrada no assentamento através de alguns de seus elementos específicos - luta pela terra e sua preservação; associativismo; cooperativismo; identidade – mostra a inserção de um novo tipo de produtor rural, o assentado, ora aparecendo como sendo do tipo empreendedor, cuja parcela funciona como uma pequena empresa, ora surgindo como um produtor menos empreendedor, voltado para práticas mais ligadas à subsistência e à satisfação das necessidades básicas da família.

Esses aspectos foram registrados pela reconstrução das trajetórias de vida dos assentados, suas experiências familiares pela observação de suas estratégias produtivas, acumuladas por experiências e pautadas em projetos familiares de vida. Da mesma forma, as lógicas produtivas variaram de um produtor para outro, assim como a racionalidade de conduzir a gestão individual do lote.

A produção familiar, guardada a grande diversidade de situações, pode ser encontrada hoje alcançando níveis consideráveis de tecnificação, permitindo, muitas vezes, participar do mercado de forma competitiva. Em todos os países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada pela produção familiar que, por sua vez, apresenta grande diversidade de situações, sendo ainda caracterizada por uma grande heterogeneidade e enorme capacidade de adaptação (Lamarche, op. cit.). A produção familiar moderna é então um tipo que procura conservar todas as potencialidades necessárias, tanto de ordem técnico-econômica como social e cultural, para modificar, segundo as circunstâncias, seu comportamento e operar estratégias de adaptação.

Dessa forma, a observação, a partir do *locus* empírico, permitiu considerar alguns aspectos como sendo relevantes para que fossem listados como estratégias de adaptação e reprodução social, quais sejam:

- no que se refere à gestão do lote e às práticas econômicas relacionadas à produção, aquela é, em algumas situações, conduzida pelo grupo familiar, a família compreendida enquanto uma unidade de produção, funcionando como uma pequena empresa. Onde predomina essa lógica, a família consegue garantir seus rendimentos de forma satisfatória, configurando-se numa unidade de exploração familiar com caráter mais empreendedor. No entanto, foram encontrados, também, produtores cujas estratégias produtivas (opção pela produção individual ou coletiva; tipo de cultivo e/ou criação; para subsistência e/ou comercialização; meios técnicos utilizados; divisão sexual do trabalho; papel das crianças no processo produtivo; utilização de trabalho assalariado e/ou familiar), não se identificam nesse modelo, fazendo parte daqueles que se enquadram em unidades de exploração familiar

menos empreendedora. Essa heterogeneidade apresenta-se, também, no que se refere às origens dos assentados e sua identidade profissional, sendo uma parcela oriunda do assalariamento rural, outra do urbano; no plano não homogeneizador encontram-se os indicadores sócio-econômicos entre as famílias assentadas pesquisadas.

Paralelamente à gestão individualizada do lote, conduzida pelo grupo familiar, encontra-se uma produção amparada em moldes coletivos, o que proporciona um quadro do assentamento sustentado por dois tipos de gestão: a individual, na qual o assentado relaciona-se com a reprodução da parcela e do grupo familiar e a coletiva, voltada para a reprodução do assentado e do assentamento. A escolha do algodão e do leite como um pilar de sustentação produtiva do assentamento pode ser vista como uma decisão racionalmente econômica, pois além de permitir uma produção e comercialização coletivizada, como no caso da cooperativa para comercialização de leite, assegura ainda a possibilidade de práticas paralelas mais arraigadas culturalmente no universo dos produtores. O que se quer afirmar com isso é que, a partir das falas dos entrevistados, compreendeu-se que o produtor rural em questão encontrava-se, no sentido cultural, ainda marcado por alguns produtos, como fazendo parte de sua esfera sócio-cultural, como por exemplo, o cultivo do arroz, feijão, mandioca, milho, cana e leite. Nesse sentido, identifica-se, na esfera de seu trabalho, de suas atividades, e como a si mesmo, como aquele que pratica determinados cultivos e cria certos animais, como o gado e a galinha, com o objetivo primeiro da reprodução do grupo doméstico, sendo essa uma das junções entre o assentado e o agricultor tradicional. Ele assim o faz numa atitude apreendida de geração a geração, como se a escolha desses cultivos ficassem num plano de escolha subjetiva, fora da esfera da racionalidade econômica. Não é por acaso que são os cultivos tradicionais os que fazem parte, justamente, dos produtos relacionados ao autoconsumo. Ao serem adotados os produtos de “sustentação”, vê-se então uma escolha que se baseia numa racionalidade econômica certa, produtos que nem sempre podem satisfazer as necessidades do autoconsumo familiar, nem mesmo da criação, como é o caso do algodão. Esse cultivo ainda permite assegurar uma outra forma de sobrevivência, uma vez que muitas famílias empregam parte dos membros do grupo doméstico, ou todo ele, no período de colheita, assegurando assim, uma renda familiar adicional. Foi dado, nesse trabalho, um enfoque particular ao algodão como um produto que forma a base de sustentação econômica dos assentados, contraposto aos cultivos do autoconsumo. É necessário fazer-se uma ressalva que, mesmo havendo aqui essa idéia de dois tipos diferentes de racionalidade, no que se refere à produção dos dois tipos de cultivo, o algodão é, em certos locais, amplamente

difundido entre agricultores familiares, da mesma forma que as culturas acima, como arroz, feijão, milho e mandioca.

Em períodos que a família necessita de mão-de-obra externa, ela o utiliza, como em épocas de colheita, por exemplo, do algodão, quando o trabalho familiar não é suficiente para garantir a atividade em tempo hábil, tendo que lançar mão do trabalho pago. Essa questão é vista de forma racional, muitas vezes planejada e configurada nas estratégias organizativas da família.

Embora a grande fonte de comercialização do assentamento encontre-se no algodão e no leite, os hortifrutigranjeiros produzidos, principalmente para o consumo doméstico, entram também no rol dos produtos comercializáveis, da mesma forma que algumas famílias se especializam, em determinadas safras, no cultivo de produtos específicos, como a banana, a uva, ou mesmo o peixe. Mas são produtos que enfrentam sempre problemas de comercialização, e muitos perdem sua produção ainda nos pés. Isso caracteriza tanto um despreparo dos produtores, como a falta de assistência técnica ou de discussão e articulação por parte da associação, pois esta poderia engajar-se de forma mais concreta na solução de problemas tão prementes, como o da comercialização, enfrentados pelos assentados, ressaltando-se a falta de uma estrutura organizativa (que poderia também ser operacionalizada pela associação) que permitisse a discussão e busca de soluções para esses problemas. Não sem razão, essa questão é a principal reclamação dos entrevistados com relação às dificuldades que enfrentam.

A utilização da produção de subsistência pode ser considerada como um fator de especificidade da unidade de produção familiar, pautada na diversificação das culturas produzidas, diversificação essa encontrada também na produção para comercialização, garantindo a sobrevivência da família em situações de risco e um rendimento em períodos de safras diferenciadas, minimizando os riscos econômicos da monocultura, além de assegurar a alimentação diária do grupo doméstico. O autoconsumo é considerado como uma estratégia fundamental de sobrevivência e permanência das famílias nas propriedades, uma vez que a renda monetária é bastante baixa.

Afirmar que o autoconsumo é uma das bases fundamentais para a manutenção dessa categoria é quase uma tautologia. Por mais que alguns setores tentem desviar a atenção de sua importância, trazendo para o debate a discussão sobre a consideração de sua prática como renda ou não, o fato é que sem contar com essa possibilidade, a história, desde o camponês tradicional europeu até o produtor familiar moderno ou não, teria sido escrita de uma outra forma ao longo de sua existência. Separar desse produtor a possibilidade do

autoconsumo seria o mesmo que menosprezar a importância do trabalho familiar ou seu acesso à terra. Quando se observa a produção apresentada de alguns cultivos e seu nível de comercialização, compreende-se imediatamente o empenho e esforço da mão-de-obra familiar dispensada na sua produção: são esses cultivos que afixam ao grupo doméstico sua sobrevivência sob quaisquer flutuações que possam ocorrer na comercialização de seus cultivos de sustentação, no caso aqui analisado, o algodão e o leite. Tanto as famílias que desempenham um certo esforço produtivo no sentido de levar adiante seu projeto de reprodução patrimonial/familiar, como as famílias que se baseiam principalmente na reprodução essencialmente do grupo doméstico, vêm na possibilidade do autoconsumo uma fonte segura de alimentação da família, malgrado as agruras que tenham muitas vezes que passar com uma safra ruim. Visto dessa forma, encontra-se o autoconsumo como uma das principais estratégias de sobrevivência e permanência do grupo na propriedade.

No processo de tomadas de decisão, foram observadas algumas atividades coletivas que influenciam nas tomadas de decisão relacionadas à família e às experiências de organização (comissões, associação, cooperativa), demonstrando certa representatividade da associação no universo das tomadas de decisão das famílias. Muitos dos problemas enfrentados pelos assentados poderiam ser resolvidos na base de uma organização coletiva forte, de maiores discussões e práticas levadas adiante pela associação, posto que um de seus principais papéis é o de fortalecer as possibilidades de comercialização dos assentados e lhes assegurar uma maior gama de escolhas e poder de negociação, diretamente, sem intermediários, além de se responsabilizar pelas negociações oficiais referentes ao crédito. Nesse sentido, observou-se uma falha nesse papel, conquanto a associação, muitas vezes interlocutora entre os assentados e os órgãos de assistência técnica, por exemplo, deixa muito a desejar. Se no início das atividades do assentamento, a participação e engajamento dos assentados era bastante forte, uma vez obtidas as reivindicações, registra-se uma acomodação, tanto das lideranças como dos próprios assentados. Considera-se ainda as divergências políticas, os grupos contrários, os conflitos internos, disputa pelo poder, falta de discussão política sobre o papel das lideranças, a necessidade de mudanças das mesmas, sendo que algumas estão à frente da associação desde o início da mobilização pelo assentamento, ou seja, quase catorze anos, perpetuando assim uma forma de comodismo por parte dos assentados e paternalismo por parte das lideranças, uma vez que tomaram para si a tarefa de encabeçar toda e qualquer reivindicação que seja, como se fossem os únicos aptos a defenderem os direitos dos assentados. Coloca-se ainda, nesse sentido, a forte representação do poder do discurso pelas lideranças que detêm certa formação escolar ou

mesmo acadêmica que ajuda a perpetuá-las quase inquestionavelmente no poder. Não se trata de negar-lhes seu relevante papel no decorrer da formação do assentamento e de conquistas ao longo desse período, no entanto, a “reciclagem” das lideranças faz parte da sistemática de amadurecimento político da associação.

É justamente nessa parte, a do coletivo, das experiências de organização apreendidas nos anos de luta, que deveria se esperar um maior fortalecimento por parte dos assentados, pois sua prática se desenvolveu no *locus* da discussão, do engajamento, da política, da reivindicação, do exercício das reuniões e discussões, das decisões tomadas coletivamente e democraticamente em assembleias. Isso encontra-se hoje um pouco diluída nos lotes individuais, naquela perpetuação do produtor, sua família e sua parcela.

Já as tomadas de decisões no quadro familiar, são feitas no sentido de administrar o lote com a finalidade de permanecerem na terra. No nível das decisões familiares, além da opção pela gestão individual em oposição ao coletivo, é o grupo familiar que decide o que produzir no seu quintal, ficando essa distinção do individual reafirmada no que se refere à manutenção da família no sentido do autoconsumo, o mesmo valendo para a criação dos animais, reafirmando um forte “individualismo coletivo”, na delimitação do “nosso”, enquanto patrimônio familiar (como foi colocado na discussão teórica do trabalho, essa atitude caracteriza o camponês analisado por Tepicht (1973), visto como possuidor de uma dupla marca em que se observa, por um lado, um forte individualismo em relação ao exterior - “àquele dos outros” - e de um coletivismo interno rigoroso, uma vez que tudo que é realizado no lote tem como preocupação primeira a manutenção e bem estar do grupo doméstico ou no interesse da pequena empresa familiar).

A gestão pautada sobre a divisão de tarefas do grupo familiar, onde cada membro é levado a desempenhar determinadas funções específicas, de acordo com sua capacidade, habilidade, disponibilidade (como as crianças e adolescentes, por exemplo, que dividem as tarefas no lote com o trabalho escolar, além de realizarem tarefas mais leves, de acordo com sua idade e capacidade física - esse último item valendo também para as pessoas idosas), é observada na separação entre o trabalho doméstico - a lida na casa e quintal - e o trabalho produtivo - a lida na roça - sendo que as mulheres participam nas duas esferas e os homens somente na do trabalho na roça. Mesmo assim, determinadas atividades na lavoura e manejo de certos animais fica preponderantemente nas mãos masculinas. O que ficou nítido na análise é que a divisão sexual do trabalho segue a divisão das tarefas que envolvem transações monetárias e as que não envolvem (a valorização das atividades que envolvem dinheiro, em contraposição à desvalorização do trabalho que não gera renda nem tem relação

direta com o dinheiro), ficando os homens encarregados das atividades, como ir a banco, receber dinheiro, ou com a parte especificamente técnica da gestão, como o contato com os técnicos. Há, no entanto, aquelas assumidas, na maioria das vezes, pelo casal, em comum acordo, mas configuram-se muito mais no âmbito das decisões do que das tarefas propriamente ditas, como aplicações do crédito oficial, investimento na casa e/ou na propriedade, reposição dos meios de produção, compras domésticas e de animais, etc., da mesma forma que é o casal que participa das reuniões da associação.

Uma outra estratégia de sobrevivência observada refere-se à prática da pluriatividade, analisada aqui não como algo particularmente novo, mas que obteve um novo *status* nesse meio. Mesmo se for lançado um olhar sobre a história das populações rurais, isso nos revela que sempre realizaram atividades não ligadas ao mundo agrícola, como uma forma de sobrevivência. Considerando-se a impossibilidade de aquisição da maioria de seus produtos de uso no mercado, bem como da reposição de certos meios de produção também via mercado, os camponeses, desde os tempos mais remotos, eram também artesãos, movidos muito mais por suas necessidades do que para dar vazão às suas habilidades artísticas (justamente o que é hoje valorizado). Essas tarefas, masculinas e femininas, eram executadas, na Europa, principalmente nos rigorosos meses de inverno, quando os serviços externos seguiam um ritmo mais brando e passavam então a desempenhar trabalhos no interior das casas, como as atividades manufatureiras. Vem de Mendras a afirmação de que a pluriatividade é um traço histórico permanente e característico de todas as sociedades rurais, não havendo nenhuma puramente agrícola, sempre se fazendo um pouco de tudo no campo. É justamente nesse ponto que esse tipo de ocupação histórica na vida das sociedades rurais ganha um novo destaque: seu exercício a partir de uma nova situação, de integração ao mercado. Foi colocada no Capítulo Três a incorporação da atividade artesanal como valor de troca, saindo da esfera do valor de uso. Mas não é somente o artesanato que está passando por essa mudança de enfoque: outras atividades, identificadas com o mundo urbano, estão convivendo no mundo rural e, mais que isso, contribuindo para gerar renda nesse meio.

Embora encontrada de maneira muito mais acanhada do que foi imaginado no início da pesquisa, a presença da pluriatividade serviu como uma maneira de se discutir como essa realidade insere-se pouco a pouco no quadro dos assentamentos, pois pensar a diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas é repensar a produção nesse contexto e sob um outro ângulo, buscando um modelo alternativo para a reprodução social das famílias assentadas. A discussão acerca do futuro dos assentados, pautado, em parte, sobre a pluriatividade, deve ser vista de forma objetiva e não como um fato esporádico, mas como uma realidade que se

mostra de forma cada vez mais impositiva de sobrevivência no meio rural. Buscar na pluriatividade um meio – complementar ou principal – de sobrevivência e, dessa forma, permanecer na terra, deve ser analisado de modo positivo, uma vez que os assentados procuram estratégias de reprodução social alternativas para não precisarem deixar o assentamento. Sua existência deve ser vista, inclusive, como uma forma de se pensar na necessidade de buscar políticas públicas diferenciadas para o setor, levando em consideração a absorção de potencialidades existentes dentro do assentamento, mesmo que voltadas para outros setores que o não agrícola.

A grande maioria dos entrevistados teve na agricultura sua principal fonte de atividade, como arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros, empregados rurais ou mesmo proprietários, além de a maioria deles ser filhos de agricultores. Isso talvez possa ser um dos fatores que explique o não engajamento de forma sistemática dos assentados em atividades que escapem da esfera agrícola, uma vez que sua habilidade esteja fortemente amparada na capacitação agropecuária. No entanto, as observações empíricas mostram que uma parcela dos assentados, justamente aquela onde o projeto de futuro familiar e a reprodução social do grupo doméstico encontram-se aliados à reprodução da propriedade, dirige-se, ainda que em passos tímidos, em direção à pluriatividade como forma de suprir o vácuo deixado pela agricultura. Isso significa que aquela ainda é praticada como um paliativo, como a busca de outras formas de aquisição monetária, de forma complementar às atividades agrícolas, encampando estas últimas o lugar principal do processo produtivo do assentamento. Naturalmente que muitos outros fatores concorrem para a efetivação dessa prática entre os que a desenvolvem, como foi colocado no Capítulo Seis, como os fatores externos à família e ao assentamento, levando-se ainda em conta os fatores mais subjetivos que cada família tem ao praticá-la, como um grau de exigência monetária maior, por exemplo. Ainda que incipiente, os que praticam a pluriatividade afirmam que essa atividade lhes confere uma forma mais confortável de permanência no assentamento, pois é através da renda não agrícola que adquirem alguns equipamentos extras para a casa e para a propriedade que não poderiam obter de outra forma, ou seja, essa renda concorre para a possibilidade de um maior conforto e bem estar das famílias. É também bastante nítida a tranquilidade com que analisam a pluriatividade, seja do ponto de vista dos que a praticam, seja do ponto de vista dos que não a praticam (por não se sentirem hábeis ou habilitados o suficiente para enveredar por caminhos desconhecidos do não agrícola) mas gostariam de fazê-lo. O fato de que uma porcentagem dos assentados mostrou interesse de que seus filhos pudessem exercer outras atividades fora do âmbito agrícola, parece mostrar um certo descontentamento ou insegurança com relação à

produção agrícola. Assim, o empenho dado ao setor educativo mostrou-se como uma outra via pela qual os assentados direcionam suas estratégias de reprodução social. A importância dada à escola evidencia a preocupação das famílias com o futuro dos filhos e, mesmo quando a vontade é para a fixação deles na terra, não descartam a vontade que têm de que estudem o máximo possível, sendo a educação e a profissionalização dos filhos vistas como estratégias de reprodução social das famílias assentadas. A importância dada à escola reflete a preocupação constante com a escolarização dos filhos e o desejo de um direcionamento profissional. As crianças, embora muitas desempenhem tarefas agrícolas junto aos pais, têm um espaço do seu dia reservado à dedicação escolar, o que levam muito à sério, tanto as crianças como os pais.

A grande maioria dos assentados é casada, e o grupo doméstico é composto pelo casal e filhos pequenos, na grande parte, e em algumas situações, dos pais do casal ou de um dos cônjuges, cunhados e cunhadas, sobrinhos e agregados. Tal extensão foi localizada somente em uma das famílias entrevistadas, sendo o mais comum o grupo constituído pelo casal e os filhos. A configuração estrutural da família retrata de forma clara o projeto familiar e como os assentados investem em levá-lo adiante. Faz parte também desse projeto a planificação para o futuro relativa à sucessão. A propriedade toma sentido de patrimônio a ser legado aos filhos, corroborando a análise sobre as famílias que empreendem, no assentamento, um projeto de vida familiar que comporta tanto a reprodução familiar como do patrimônio, um patrimônio conquistado.

O processo de sucessão é baseado em uma forma de distribuição igualitária entre homens e mulheres, prevalecendo o desejo de que os filhos possam continuar o trabalho dos pais na terra (mesmo que tenham outra profissão, não descartam a possibilidade de que os filhos mantenham o vínculo com o assentamento).

A vida social da comunidade assentada apresenta-se de forma a privilegiar, em primeira instância, os laços familiares e de parentesco, passando depois para os de vizinhança e amizade. Não é por acaso que uma grande parte dos entrevistados afirmou estarem seus melhores amigos vivendo nos lotes vizinhos. Depois do grupo doméstico, são os vizinhos as pessoas com quem mais têm contato, tornando-se muitas vezes, os melhores amigos da família. Dada a grande dimensão do assentamento, a relativamente pouca mobilidade dos moradores, as dificuldades de transporte e a grande distância entre os lotes, esse fato não surpreende. Ou seja, a vida social reflete, de certa forma, a configuração espacial do assentamento, uma vez que os residentes de uma extremidade mantêm mais contato com seus vizinhos do que com os do outro extremo. Mas há os que se movimentam por toda a

área, mantendo a rede de sociabilidade, mas são menos freqüentes do que a primeira situação. Os vínculos de amizade, compadrio e parentesco reforçam laços adquiridos no início da vida coletiva e, mais do que isso, reforçam os de ajuda mútua, vistos por eles como de grande importância. Esses vínculos são mantidos através de um convívio estreito, sendo que as famílias afirmam visitar seus amigos, vizinhos e parentes dentro do assentamento com uma freqüência praticamente semanal. Outro traço formador de vínculos sociais e de amizade observado foi o religioso, pois há no assentamento grupos que fazem parte de uma mesma religião, passando esta a ser um elo de ligação mais forte e freqüente entre muitas famílias.

Sobre os indicadores sócio-econômicos e aporte tecnológico das famílias, não houve grandes surpresas, principalmente com relação a esse último. O nível tecnológico dos assentados acompanha, de certa forma, o observado em outros assentamentos que utilizam apoio e assistência técnica governamental, não se estendendo esse suporte técnico além das "esferas básicas", ou seja, orientação sobre estocagem, rotação de cultura, curva de nível, essa última ainda de maneira não muito acentuada, além de cuidados com adubação e uso de defensivos. Esse apoio esbarra em utilizações que requerem uma orientação técnica mais arrojada, além de uma infra-estrutura financeira mais adequada e mão-de-obra mais especializada, como irrigação, construção de tanques de peixes, criação de bicho-da-seda, cultivo de uva, além da comercialização desses produtos - peixes, bicho-da-seda, uva.

Quanto ao objetivo em relação à terra, no início do trabalho pressupôs-se encontrar dois tipos de situação:

- a) o da exploração agrícola, sobrevivência somente a partir das estratégias agrícolas, ou a existência de um projeto para a reprodução da exploração agrícola familiar;
- b) o da sobrevivência, e nesse caso, a dedicação a outras atividades paralelas às agrícolas, que garantiriam a sobrevivência do grupo familiar.

Contrariamente ao que foi inicialmente imaginado, as conclusões apontam para uma situação diferente: foi observada, na divisão entre as famílias ditas mais empreendedoras e menos empreendedoras, a seguinte situação:

Entre as famílias mais empreendedoras, o objetivo é o da reprodução da propriedade (do patrimônio conquistado), associada à reprodução do grupo familiar, não a partir apenas das estratégias produtivas agrícolas, mas podendo também lançar mão de outras atividades, encaminhando mesmo os filhos para isso. Em alguns casos, o trabalho externo dos filhos ajuda a levar adiante esse projeto familiar da exploração e de reprodução familiar. É considerado ainda o fato de que fazem parte desse grupo aqueles que chegaram ao assentamento mais capitalizados, podendo investir um capital extra na propriedade, além do

dinheiro vindo do financiamento do governo. Mas é ressaltado que, como os próprios assentados apontam, é o melhor gerenciamento do lote o responsável pela diferenciação desse grupo, sendo isso nada mais nada menos do que a existência de um projeto de futuro familiar, que inclui a reprodução familiar não dissociada da reprodução da propriedade, sendo que a ampliação dessa não esteja descartada, mesmo que não no mesmo local, podendo ser fora do assentamento.

Por outro lado, pode-se observar um outro grupo, dentre os menos empreendedores, cuja razão principal é a reprodução do grupo familiar, sendo a propriedade um meio para isso, mas não encontram no quadro da pluriatividade um recurso fundamental para a sobrevivência. Mantém somente na agricultura a base da manutenção do grupo doméstico, sendo de grande importância o autoconsumo para essa parcela. Mesmo com relação à sua postura no movimento, nas reuniões e discussões da associação, mostram uma atitude menos engajada, reafirmando uma situação descrita por Gaiger (1994), sobre o *ethos* parcelar (mais predominante entre os mais velhos e as mulheres, antigos meeiros e assalariados, que estão recentemente - mais ou menos 3 anos - no engajamento político, e que trabalham de forma individual e sem mecanização). A falta de um gerenciamento adequado, como apontam os assentados para explicarem a diferenciação, pauta-se na verdade na falta de um projeto para a reprodução da propriedade. Uma vez que o que importa é a reprodução somente do grupo doméstico, essa pode dar-se em locais diferenciados, não precisando estar a família necessariamente ligada ao assentamento. Isso poderia explicar uma das causas da evasão, ou da venda dos lotes, ou a não permanência de alguns assentados no assentamento, que após poucos anos na terra, passaram o lote adiante e voltaram à condição de assalariados rurais. De forma contrária, a forma de examinar a propriedade do ponto de vista patrimonial, por outro grupo de assentados, pode explicar a recusa de alguns pelo trabalho coletivo no assentamento, pois uma vez caracterizada a produção coletiva, o aspecto tradicional do patrimônio cairia por terra.

O aparente desapego à terra de alguns assentados, que deixaram o assentamento após curto período, pode ser explicado por seu passado de expropriação e dependência econômica, ou até mesmo de sua trajetória "nômade", buscando de região em região as possibilidades de reprodução da família.

Ficar na terra, vê-la como um bem patrimonial, um recurso transmissível, um legado familiar, requer olhá-la não apenas do ponto de vista da construção de um projeto familiar (não meramente um meio para a sobrevivência da família, pois caso contrário, sua sobrevivência poderia se dar em qualquer lugar), mas também de um propósito maior, a reprodução do

próprio assentamento. Este é visto por alguns assentados também como um projeto, dessa vez coletivo, que procuram tornar viável através de certas práticas coletivas, configurando-se em estratégias comuns no sentido de alcançar um objetivo, que é a garantia de posse e permanência na terra como um patrimônio conquistado. As estratégias coletivas, como a Associação e a Cooperativa, permeadas por lógicas mais empresariais, reafirmam essa orientação. Assim, observa-se que para alguns, a lógica de reprodução familiar (projetos de futuro para os filhos, a terra, etc.), não se sustenta somente na esfera individual, familiar, porque só faz sentido como parte de um projeto maior, coletivo: o assentamento. A relação desses assentados com a terra conquistada deve ser examinada sob formas diferentes, pois só se explica em uma dupla perspectiva: individual e coletiva.

Em meio a essa movimentação em torno da fixação no local através da elaboração de estratégias de permanência e reprodução social, os assentados buscam caminhos que ora os aproximam de um modo de ser ordenado pela tradição (o passado agrário, ao qual todo produtor familiar, de uma forma ou de outra, se refere, segundo Lamarche), ora da modernidade. A própria idéia de modernidade é marcada por mudanças, que nesse caso, teve início na mobilização e luta pela terra (no sentido das revoluções, das quais fala Touraine), almejando um fim comum, um futuro sempre melhor, a busca de liberdade e de justiça, ideal este que pode ser encontrado na base do movimento dos sem-terra, na luta dos assentados, sendo a inovação (em oposição à tradição) constitutiva dessa lógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e capitalismo no campo*. In: STÉDILE, J.P. (Coord.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- APARECIDA, E. C. **Análise de Custo-Benefício de um Assentamento de Reforma Agrária**. Viçosa, Departamento de Economia, 1997.
- ANTUNIASSI, M. H. da R., BERGAMASCO, S. M. P. P. **Bibliografia sobre a Produção Familiar na Agricultura Brasileira**. Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônomicas/Departamento de Economia e Sociologia Rural - FINEP, 1988.
- ANTUNIASSI, M. H. da R., AUBRÉE, M., CHONCHOL, M. E. *De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais*. **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 7, nº 3, jul./set., 1993.
- ANTUNIASSI, M. H. da R. *Família camponesa na bibliografia sócio-antropológica sobre o meio rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida*. **Cadernos CERU**, nº 5, 1994.
- BARTHEZ, A. **Famille, Travail et Agriculture**. Paris, Economica, 1982.
- BENDIX, R. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo, EDUSP, 1996.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. B. e D'Aquino, T. *Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda de seu passado/presente*. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Editora Vértice, 1990.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. B. *A política de assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa*. In: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C., PALMEIRA, M. et al. (Org.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. *Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização*. In: MEDEIROS, L, BARBOSA, V., PANTOJA, M. et al. (Org.) **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A., COUTO, A. T. et al. *Perfil dos assentamentos de Sumaré*. In: FERRANTE, V. L. B.(Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, UNESP, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, 1996.
- BLOC, M. **Les Caractères Originaux de L'Histoire Rurale Française**. 2 vols., Armand Colin, Paris, 1960.

- BNDES. **Estudo Preliminar sobre Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, BNDES, 1989.
- BOUDON, R. **Les Méthodes en Sociologie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1980.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, C. R. **Sacerdotes de Viola**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- BRANDÃO, C. R. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, C. R. *Os nomes do trabalho*. In: Anuário Antropológico, s/d.
- CALDART, R. S. *Os movimentos sociais e a construção da escola (do sonho) possível*. Porto Alegre, 1995. (mimeo).
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1964.
- CANUTO, J. C., SILVEIRA, M. A., MARQUES, J.F. *Sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia*. **Ciência & Ambiente**, vol. 1, n° 1, 1994.
- CARMO, M. S. *do A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável*. In: FERREIRA, A. D. D. e BRADENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar outra Agricultura**. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998.
- CARNEIRO, M. J. *Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar?* XVI Encontro Anual da **ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 1992.
- CASTRO, M. L. B. *As lutas pela terra no Noroeste de Minas Gerais. Um sumário e uma interpretação*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997. (mimeo).
- CHAMBOREDON, J-CI. *Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne*. In: DUBY, G. (Ed.). **Histoire de la France Urbaine**. Tome V. Paris, Le Seuil, 1985.
- CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Richard D. Irwing, Inc., 1966.
- COSTA, C. *Ecologia, agricultura e pequena produção: concepções e práticas de uma experiência gaúcha*. Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- COUTO, A. T. *O Impacto das transformações Técnicas na Agricultura Camponesa – o arado através dos séculos*. Campinas 1995 (mimeo).
- COUTO, A. T. *Revisitando os programas de desenvolvimento rural: do difusionismo tecnológico (anos 60/70) aos movimentos sociais no campo (anos 80/90)*. **Revista GEMDEC - Grupo de Estudos de Movimentos e Demandas Educativas e Cidadania**, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- COUTO, A. T. *Artesanato: uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar?* **Anais do XXXVI Encontro da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto de 1998.

- COUTO, V. A., COUTO FILHO, V. A. *A urbanização do trabalho agrícola*. **Anais do XXXVI Encontro da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto de 1998.
- CROZIER, M. **Le Phénomène Burocratique**. Paris, Seuil, 1963.
- CUNHA, A. e MÜLLER, C. *Diagnóstico Regional – Região Centro-Oeste*. In: AGUIAR, M. N. (Orgs.) **A Questão da Produção e do Abastecimento Alimentar no Brasil: um Diagnóstico Macro com Cortes Regionais**. Brasília, IPEA/IPLAN; PNUD; Agência Brasileira de Cooperação, 1988.
- DELORD, B., LACOMBE, Ph. *La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure?* In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- D'INCAO, M. C. **O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria**. Petrópolis, Editora Vozes, 1975.
- D'INCAO, M. C. *A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária*. **Revista Lua Nova**, nº 23. São Paulo, Marco Zero/CEDEC, 1991.
- EMATER – Ituiutaba. Relatório de atividades, 1995.
- ESTERCI, N., MEDEIROS, L., FRANCO, M. P. et al. *Assentamentos rurais: um convite ao debate*. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 22, set/dez 1992.
- FARCY, C. *Les limites de la pluriactivité des familles agricoles dans une région de grande culture: l'exemple de la Beauce*. In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**, A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- FAO/PNUD - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto BRA 87/022. Brasília, 1992.
- FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico**. Projeto UFT/BRA/036, 1996.
- FAO/INCRA. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**, 1999.
- FERNANDES, B. M. **MST. Formação e Territorialização**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- FERNANDES FILHO, J. F., FRANCIS, D. G. *Agricultura familiar nos cerrados da região de Monte Carmelo e a questão da sustentabilidade*. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C. **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

- FERRANTE, V. L. B.(Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, UNESP, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, 1996.
- FOSTER, G. M. **Traditional Cultures and the Impact of Technological Change**. Harper & Row, New York; Evaston, London, 1965.
- FRANCO, M. P. *Xagu: de Sem-Terra a Assentado. (um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo)*. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- FUKUI, L. F. **Sertão e Bairro Rural. Parentes e Família entre Sitiantes Tradicionais**. São Paulo, Editora Ática, 1979.
- GAIGER, L. I. G. **Culture, Religion et Praxis Socio-Politique**. Université Catholique de Louvain, 1991. (Tese de Doutorado).
- GAIGER; L: I: G: "A praxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?". **Cadernos de Sociologia**, vol. 6, UFRS, 1994.
- GALESKI, B. **Basic Concepts of Rural Sociology**. Manchester, Manchester University Press, 1972.
- GARCIA JÚNIOR, A. **Terra de Trabalho Familiar de Pequenos Produtores**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- GARCIA JÚNIOR, A. *Geração de renda, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO*. In: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C., PALMEIRA, M., et al. (Org.). **Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- GERBAUX, F., MÜLLER, P. *La pluriactivité agricole dans les nouvelles stratégies paysannes*. In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- GIACOBBO, E. O. **A construção e Reconstrução das Relações Familiares em um Assentamento de Reforma Agrária.**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e Proletariado**. São Paulo, Editora Poli, 1980.
- GOHN, G. M. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.
- GOMES da SILVA, A. *Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma 'nova' opção de emprego no campo*. **Anais do XXXVI Encontro da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto de 1998.

- GOODENOUGH, W. H. **Cooperation and Change**. Nova Yorque, Russel and Sage Foundation, 1963.
- GRANOU, A. et al. **Croissance et Crise**. Paris, Maspero, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.
- GRAZIANO DA SILVA, J., **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A reforma agrária no Brasil*. In: STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Anais da SOBER, Aracajú, vol. I, 1996, pp. 71-90.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?*. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a Agricultura. Idéias e Ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- GRIMBERG, L. e GIMBERG, R. **Identidad y Cambio**. Buenos Aires, Ediciones Kargieman, 1971.
- GUANZIROLLI, C. **Agrarian Reform in the Context of Modernized Agriculture: the Case of Brazil**. London, University College, 1990.
- GUANZIROLI, C. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C., PALMEIRA, M. et al. (Org.). **Reforma Agrária; Produção, Emprego e Renda - O Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- HABERMAS, J. **Théorie de l'Agir Communicationnel. Tome I - Rationalité de l'agir et rationalisation de la société**. Paris, Fayard, 1987.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- HALAMSKA, M. *Relations avec la société globale*. In: LAMARCHE, H. **L'Agriculture Familiale**. Tome II – Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 19994.
- HAUDRICOUT, A. et DELAMARREN, J-B. **L'Home et la Carrue a travers le Monde**. Paris, Gallimard, 1995.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Editora Loyola, 1993.
- HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

- HERVIEU, B. **Les Agriculteurs**. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- HUBSHER, R. *La pluriactivité: un impératif ou un style de vie?* In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984.
- HUIZER, G. **Peasant Rebellion in Latin America**. Penguin Books, 1973.
- IBGE, Censo de 1991.
- INCRA. **Norma sobre o Processo de Seleção de Candidatos para Assentamento em Áreas de Reforma Agrária**. Brasília, 1988.
- JOLLIVET, M. *Sociétés rurales et classes sociales*. In: TAVERNIER, Y., GERVAIS, M., SERVOLIN, C. (Dir.) **L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques**. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1972.
- KAGEYAMA, A., BERGAMASCO, S. M. P. P. *A estrutura de produção no campo em 1980. Perspectivas*, UNESP, São Paulo, (12/13): 55-72, 1989/1990.
- KAUTSKY, K. **La Question Agraire**. Paris, V. Giard e E. Brière, 1900, réimpression en facsimile, François Maspero, 1970.
- KAYSER, B. **La Renaissance Rurale. Sociologie des Campagnes du Monde Occidental**. Paris, A. Colin, 1990.
- KROEBER, A. L., KLUCKHOHN, C. **Culture. A Critical Review of Concepts and Definitions**. New York Vintage Books, A Division of Random House, 1952.
- LAMARCHE, H. *Les paysans face au marché. Sociologie du Travail*, av/juin, 1977.
- LAMARCHE, H. et al. *De l'économique au social, trois essais sur le changement à Saint-Jean-Brevelay. Cahiers de l'Observation du Changement Social*, n° 7, CNRS, 1982.
- LAMARCHE, H. *La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés?* In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984.
- LAMARCHE, H. *Crises et permanence de l'exploitation familiale en France. Sociologie du Travail*, n° 4, 1987.
- LAMARCHE, H. et EPAGNEUL, M. F. *De l'agriculture en milieu rural*. In: **Proposition Methodologiques pour une Prospective des Espaces Ruraux**. Rapport AGRAL/Observatoire Agraire, 1993.
- LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar**. Tomo I. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- LAMARCHE, H. (Coord.) **L'Agriculture Familiale**. Tome II. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.

- LAMARCHE, H. *Rural, agriculture: une association d'avenir?* (Mimeo), 1998.
- LAMY, Y. *Agriculture et métallurgie en Dordogne*. In: **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984, p. 129-136.
- LEFEBVRE, H. *Problème de sociologie rurale. La communauté paysanne et ses problèmes*. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. VI, Paris, Seuil, 1949.
- LEFEBVRE, H. *Perspective de la sociologie rurale*. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie Rurale**, vol. XIV, Paris, Seuil, 1953.
- LEFEBVRE, H. **Du Rural à l'Urbain**. Paris, Anthropos, 1970.
- LEITE, S. P. *A política de assentamentos em São Paulo: 1983-1987*. Campinas, **Encontro dos Grupos Temáticos do P.I.P.S.A. – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**, 1987.
- LEITE, S. *Estado, modernização tecnológica e reforma agrária*. **Anais do 13º Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do P.I.P.S.A. – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. UNESP, Botucatu, 1989.
- LENIN, V. **The Development of Capitalism in Russia**. Selected Works, vol. I, Lawrence & Wishart, 1936.
- LEWIS, O. **Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty**. New York, Mentor, 1965.
- LIMA, J. D. *Caracterização de sistemas agrícolas e agroalimentares dos cerrados*. In: **Relatório Parcial de Pesquisa - Projeto CNPq - Uberlândia**, 1994.
- LIPTON, M. *The Theory of the Optimizing Peasant*. **Journal of Development Structures**, vol. IV, 1968.
- LONG, N. *Commoditization: thesis and antithesis*. In: LONG, N. et al. **The Commoditization Debate: Labour Process, Strategy and Social Network**. Wageningen, Agricultural University Wageningen, 1986.
- LOVISOLO, H. R. **Terra, Trabalho e Capital. Produção Familiar e Acumulação**. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- MAHO, J. **L'Image des Autres Chez les Paysans**. Paris, Le Champ du Possible, 1974.
- MALUF, R. e BILBAO, S. *Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar*. NCPT/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- MARSDEN, T. *Towards the political economy of pluriactivity*. **Journal of Rural Studies**, vol. 6, n° 4, 1990.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1975.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

- MARTINS, J. S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Ed Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"**. São Paulo, Editora Hucitec, 1986a.
- MARTINS, J. S. **Introdução à Sociologia Rural**. São Paulo, Editora Hucitec, 1986b.
- MARX, K. **Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte**. Paris, Editions Sociales, 1976.
- MATHIEU, N. (Dir.) **L'Emploi Rural: Une Vitalité Caché**. Paris, Harmattan, 1995.
- McCALL, G J. e SIMMONS, J. L. **Identities and Interactions: An Examination of Human Associations in Everyday Life**. Nova Yorque, The Free Press, 1966.
- MEAD, M. **Coming of Age in Samoa: a psychological study of primitive youth for Western civilisation**. Foreword by Franz Boas. New York, The New American Library, 1952.
- MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- MEDEIROS, L., ESTERCI, N. **Introdução**. In: MEDEIROS, L., ESTERCI, N., BARBOSA, V., et al., **Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.
- MENDRAS, H. **Sociologie de la Campagne Française**. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- MENDRAS, H. **La fin des Paysans: Suivi d'une Reflexión sur la Fin des Paysans Vingt Ans Après**. Paris, Actes Sud, 1984.
- MOERMAN, M. *Ethnic identification in a complex civilization: who are the Lue?* In: **Journal of Asian and African Studies**, 5, 1970.
- MOSS, G. **Réanimation de l'Europe Rurale**. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1980.
- MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- MST – Cadernos de Formação n° 23, 1995.
- MÜLLER, N. L. **Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951.
- MÜLLER, P., FAURE, A., GERBAUX, F. **Les Entrepreneurs Ruraux. Agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux**. Paris, L'Harmattan, 1989.
- MULS, N. C. *A natureza – e os limites – das lutas dos assalariados rurais em Minas Gerais: as greves dos canavieiros de Passos*. **Anais dos 11° Encontro P.I.P.S.A. – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**. Botucatu, Faculdade de Ciências Agronômicas – Departamento de Economia Rural, UNESP, 1986.

- MULS, N. C. *O movimento sindical dos trabalhadores rurais em Minas Gerais. Anais do 12º Encontro Anual P.I.P.S.A – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*. Botucatu, Faculdade de Ciências Agronômicas – Departamento de Economia Rural, UNESP, 1988.
- NEDER, H. D., CLEPS JÚNIOR, J. *Agroindústria e sustentabilidade*. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social. Introdução às suas Técnicas**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.
- OLIVEIRA, R. C. (Dir.) **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1976.
- ORTEGA, A. C. *Meio ambiente e representação de interesses na agricultura do cerrado mineiro*. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- ORTEGA, A. C., NEDER, H. D., FERNANDES FILHO (Coord.). *Transformações recentes no mercado de terras e na economia rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: perspectivas para o desenvolvimento de programas de assentamento*. Projeto de Pesquisa. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1998.
- PALMEIRA, M. **Latifundium et Capitalisme. Lecture Critique d'un Débat**. Université de Paris, 1971. (Thèse de 3ème Cycle) (mimeo).
- PALMEIRA, M. *Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional*. Apresentado no Congresso Internacional de Americanistas. Paris, 1976.
- PAULILO, M. I. *As assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo*. In: ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C., PALMEIRA, M. et al. **Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda. O relatório da FAO em debate**. Petrópolis, Editora Vozes/Rio de Janeiro, Fase/FAO, 1994.
- PERET, R. C. *A questão da sustentabilidade da agricultura nos Cerrados*. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- PERRET, J. *Les Systemes d'emploi locaux*. In: MATHIEU, N. (Dir.) **L'Emploi Rural: Une Vitalité Caché**. Paris, L'Harmattan, 1995.

- POMPERMAYER, M. J. (Org.) **Movimentos Sociais em Minas Gerais. Emergência e Perspectivas**. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.
- PRADO Jr., C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.
- PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária/ Secretaria de Desenvolvimento Rural/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Documento para Discussão. Brasília, 1995.
- QUEIROZ, M. I. P. *Uma categoria rural esquecida*. **Revista Brasiliense**, São Paulo, (45): 85-97 - jan/fev, 1963.
- QUEIROZ, M. I. P. *Por que uma sociologia dos grupos rurais?* In: MENDRAS, H., GURVITCH, G., COURTIN, P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- QUEIROZ, M. I. P. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, M. I. P. **O Campesinato Brasileiro**. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.
- RAMOS, R. V. **A Luta pela Terra como um Processo Educativo: o Caso da Fazenda Barreiro em Iturama, Minas Gerais**. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Faculdade de Educação, 1993.
- REDFIELD, R. **Peasant Society and Culture: an anthropological approach to civilization**. Phonix Books, Chicago, The University of Chicago Press, 1956.
- REDFIELD, R. **O Mundo Primitivo e Suas Transformações**. Editora Sociologia e Política, São Paulo, 1964.
- REDFIELD, R. **The Little Community - Peasant Society and Culture**. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1969.
- REFORMA AGRÁRIA – **Coletânea dos Termos de Referência**. Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, out. 1997.
- RETHORE, A., RIQUIER, D. **Gestion de L'Explotation Agricole - Eléments pour la prise de décision**. Paris, Lavoisier Tec & Doc/J. B. Baillière, 1988.
- RIBEIRO, A. G., ARANTES, A. O., MACEDO, D. et al. *O papel dos recursos hídricos na sustentabilidade do sistema agroalimentar no domínio dos Cerrados do Brasil Central*. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- ROBERT, M. **Sociologie Rurale**. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C., PALMEIRA, et al. (Org.). **Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda - O Relatório da FAO em Debate**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

- SACCO DOS ANJOS, F. *Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das sociologias do rural às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. Encontro Anual da SOBER*, Curitiba, 1995.
- SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, J. V. T. **Os Colonos do Vinho**. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais. Um Ensaio de Interpretação Sociológica**. Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.
- SCHNEIDER, J. E. *O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro*, 1980. (mimeo)
- SCHNEIDER, S. *As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: O caso da agricultura em tempo parcial. Encontro Nacional da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Curitiba, 1995.
- SCHNEIDER, S., NAVARRO, Z. *Agricultura e as novas formas de ocupação no meio rural. Anais do XXXVI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas, Minas Gerais, agosto de 1998.
- SCHULTZ, T. **La Crisis Económica de la Agricultura**. Madrid, Alianza, 1961.
- SCHULTZ, T. **Transforming Traditional Agriculture**. New Haven, Yale University Press, 1964.
- Seminário PRONAF - CATI** – Campinas, maio, 1996.
- SEGALEM, M. **Sociologie de la Famille**. Paris, Armand Colin, 1981.
- SEGESA. *Société d'Études Géographiques, Economiques et Sociologiques Appliqués*, 1994.
- SEYFERTH, G. *Herança e estrutura familiar camponesa. Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, n° 52, 1985.
- SERVOLIN, C. *L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*. In: TAVERINE, Y., GERVAIS, M., SERVOLIN, C. **L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine**. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1972.
- SGRECIA, A., GADELHA, E. J. *Movimento rural, 1970-85*. In: POMPERMAYER, M. J. (Org.) **Movimentos Sociais em Minas Gerais. Emergência e Perspectivas**. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.
- SGRECIA, A. *Campanhas salariais dos trabalhadores rurais no Sudoeste Mineiro – 1981-1985. Anais do 12º Encontro Anual P.I.P.S.A – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*. Botucatu, F. C. A. – Departamento de Economia rural, 1988.

- SHANIN, T. (Ed.) **Peasants and Peasant Societies**. Penguin Books, Harmondsworth, 1971.
- SHIKI, S. (Coord.) **Diagnóstico Rural Rápido da Região do Entorno de Iraí de Minas**. Uberlândia, CEPES/Universidade Federal de Uberlândia, 1995.
- SHIKI, S. *Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?* In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- SIGAUD, L. **Os Clandestinos e os Direitos: estudos sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. FFLH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979. (Tese de Doutorado).
- SOARES, L. E. **Campesinato: Ideologia e Política**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- SOUZA, M. A. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.**, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Tese de Doutorado).
- STANEK, O. *Les strategies familiales*. In: LAMARCHE, H. **L'Agriculture Familiale**. Tome II – Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.
- STÉDILE, J. P., GORGEN, F. S. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo, Editora Scritta, 1993.
- TAVARES, V., CONSIDERA, C., CASTRO e SILVA, M. **Colonização Dirigida no Brasil. Suas Possibilidades na Região Amazônica**. Brasília, IPEA, 1979.
- TAX, S. *Indian Tribes of Aboriginal America*. **Selected Papers of the XXIXth International Congress of Americanists**. Edited by Sol Tax, Chicago, The University of Chicago Press, 1952.
- TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais**. Paris, Colin, 1973.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade, Vol. I. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.
- TOURAINÉ, A. **La Voix et le Regard**. Paris, Seuil, 1978.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- VAN DER PLOEG, J. D. *The agricultural labour process and commoditization*. In: LONG, N. et al. **The Commoditization Debate: Labour Process, Strategy and Social Network**. Wageningen, Agricultural University Wageningen, 1986.
- VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- VEIGA, J., BEZE JÚNIOR, Z. *Produto gerado por assentados supera em 300% o investimento do Estado*. **Reforma Agrária**, vol. 15, nº 2, ABRA, Campinas, 1985.

- VEIGA, J. E. *Fundamento do agromodernismo*. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro, 1976.
- VELHO, O. G. *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro*. **Revista América Latina**, fev., 1978.
- VIANNA, A. **Organização Social e Ação Política do Campesinato: o caso da Fazenda Annoni**. Comunicação, vol. 15, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- VINHAS, M. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- WANDERLEY, M. N. B. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*. **Cadernos IFCH** - Universidade Estadual de Campinas, dez, 1988.
- WANDERLEY, M. N. B. *Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem a M. I. P. de Queiroz*. **V Jornada de Ciências Sociais**, UNESP, Marília, ago. 1994.
- WANDERLEY, M. N. B. e LOURENÇO, F. A. *L'agriculteur dans sa localité*. In: LAMARCHE, H. **L'Agriculture Familiale**. Tome II – Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Vol. I, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1972.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia*. Rio de Janeiro, s/d (mimeo).
- ZAMBERLAM, J. E FLORÃO, S. *Impactos dos assentamentos na economia de quatro municípios na região de Ronda Alta (RS)*. In: GORGEN, S. A., STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Assentamentos: a Resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis, Vozes, 1991.
- ZAMBERLAM, J. *Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos*. In: MEDEIROS, L., ESTERCI, N., BARBOSA, V. et al. (Org.) **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.
- ZIMMERMANN, N. C. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. In: MEDEIROS, L., ESTERCI, N., BARBOSA, V. et al. (Org.) **Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.

ANEXOS

ANEXO I
QUESTIONÁRIO I

A) IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

101 - Nome

102 - Data de nascimento

103 - Sexo

01 Masculino

02 Feminino

104 - Estado Civil

01 solteiro

02 casado

03 amigado

04 separado

05 desquitado

06 divorciado

07 viúvo

105 - Naturalidade

106 - Número de dependentes

01 até 2

02 3 a 5

03 6 a 8

04 8 a 10

05 acima de 10

B) SITUAÇÃO ANTERIOR AO ASSENTAMENTO

107 - Em que cidade (município) vivia antes de vir para o assentamento?

108 -Que atividade exercia antes de vir para o assentamento?

- 01 assalariado urbano permanente
- 02 assalariado urbano temporário
- 03 assalariado rural permanente
- 04 assalariado rural temporário
- 05 trabalhador autônomo urbano
- 06 proprietário
- 07 arrendatário
- 08 parceiro/meeiro
- 09 posseiro

109 - Já exerceu alguma atividade como produtor rural?

- 01 sim
- 02 não *(ir para a questão 111)*

110 - Qual era sua condição como produtor rural?

(No caso de ter exercido mais de uma atividade, anotar na opção "outro" e especificar).

- 01 proprietário
- 02 arrendatário
- 03 parceiro/meeiro
- 04 posseiro
- 05 mão-de-obra familiar sem remuneração
- 98 outra (especificar)_____

111 - Já esteve em algum acampamento antes de vir para o assentamento?

- 01 sim
- 02 não *(ir para a questão 113)*

112 - Qual?

a) Nome do acampamento	b) município	c) estado	d) período
			de / a /
			de / a /
			de / a /

113 - Já esteve em alguma ocupação antes de vir para o assentamento?

- () 01 sim
() 02 não (*ir para a questão 115*)

114 - Qual?

a) nome da ocupação	b) município	c) estado	d) período
			de / a /
			de / a /
			de / a /

115 - Como soube da possibilidade de ter terra?

- () 01 através do sindicato
() 02 através do MST
() 03 através de amigos
() 04 através dos veículos de comunicação (rádio, tv, jornais, revistas)
() 05 através de políticos
() 06 através da igreja
() 98 outros (especificar) _____

116 - Antes de ingressar no movimento pela posse da terra participou de algum tipo de associação?

- () 01 sim
() 02 não (*ir para a questão 118*)

117 - Qual?

(assinale uma ou mais, se for o caso)

- 01 Movimento dos Agricultores sem Terra
- 02 Sindicato dos trabalhadores rurais
- 03 Comunidades Eclesiais de Base - CEBs
- 04 Associação de Produtores
- 05 Cooperativa
- 98 outra (especificar) _____

C) NO ASSENTAMENTO

118 - Há quanto tempo está no local?

- 01 há menos de um ano
- 02 de 1 a 2 anos
- 03 de 2 a 4 anos
- 04 de 4 a 6 anos
- 05 de 6 a 8 anos
- 06 de 8 a 10 anos
- 07 mais de 10 anos

119 - O Sr. participa de algum movimento ou grupo fora do assentamento?

- 01 sim
- 02 não (*ir para a questão 121*)

120 - Qual?

- 01 cooperativa
- 02 Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 03 Associação de Pequenos Produtores
- 04 MST
- 05 Pastoral da Terra
- 06 Partido Político
- 98 outros (especificar) _____

121 - Qual a razão de ter vindo para o assentamento?

(assinalar mais de um, se for o caso)

- 01 fugir do desemprego
- 02 fugir do assalariamento
- 03 pela possibilidade de ter terra
- 04 para realizar um sonho, o de ser agricultor
- 05 para tentar garantir um futuro melhor para os filhos
- 06 para recuperar as raízes agrícolas
- 07 não tinha onde morar
- 98 outras (especificar) _____

D) FAMÍLIA E TRABALHO NO ASSENTAMENTO

122 - O Sr. faz parte da Associação?

- 01 sim
- 02 não *(ir para a questão 126)*

123 - Costuma participar das assembléias?

- 01 sim
- 02 não
- 03 às vezes

124 - Qual a sua postura em relação às reuniões da associação:

- 01 participante
- 02 não participante
- 03 discute
- 04 apenas ouve
- 05 vota
- 06 é coordenador

125 - Sobre as decisões tomadas a partir da associação, o Sr.:

- 01 está totalmente de acordo
- 02 discorda, às vezes

- 03 nunca concorda
- 04 não faz parte da associação

126 - Como são tomadas as decisões sobre a produção na sua gleba?

- 01 a partir de orientações da associação
- 02 dentro da família, a partir de discussões com os membros que trabalham no lote
- 03 pelo chefe da família e a esposa
- 04 pelo chefe da família e os filhos que trabalham
- 05 somente pelo chefe da família
- 98 outros (especificar) _____

127 - Quantos membros da família trabalham na terra?

- 01 somente o chefe da família
- 02 chefe da família e a esposa
- 03 chefe da família e filhos (até dois)
- 04 casal e filho
- 04 casal mais filhos (até 2)
- 05 casal mais filhos (até 4)
- 06 chefe da família e filhos (até 4)
- 98 outros (especificar) _____

128 - Há algum membro da família que exerce atividades remuneradas fora do assentamento?

- 01 sim
- 02 não (*ir para a questão 130*)

129 Que tipo de atividade?

- 01 assalariado rural permanente
- 02 assalariado rural temporário
- 03 assalariado urbano permanente
- 04 assalariado urbano temporário

- () 05 proprietário
- () 06 arrendatário
- () 07 parceiro/meeiro
- () 08 trabalhador urbano autônomo
- () 98 outra (especificar) _____

130 - A renda familiar é proveniente somente do assentamento?

- () 01 sim
- () 02 não (*ir para a questão 132*)

131 - Qual outro tipo de renda que a família tem exterior ao assentamento?

- () 01 ajuda de filhos ou parentes que moram fora
- () 02 aluguel de algum imóvel na cidade
- () 03 renda proveniente de algum comércio informal
- () 98 outros (especificar) _____

132 - Há participação de membros externos à família no processo de produção?

- () 01 sim
- () 02 não (*ir para a questão 135*)

133 - De que tipo?

- () 01 trabalhador (s) permanente (s)
- () 02 trabalhador (s) assalariado (s)

134 - Em que fase do processo produtivo ele (s) é (são) contratado (s)

- () 01 durante o preparo do solo
- () 02 na época do plantio ou sementeira
- () 03 período de adubação
- () 04 durante a colheita
- () 05 cuidam do beneficiamento

E) MAQUINÁRIO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

135 - Possui máquinas e implementos agrícolas?

- () 01 sim
- () 02 não (*ir para a questão 137*)

136 - De que tipo?

- () 01 trator
- () 02 colhedeira
- () 03 arado mecânico
- () 04 arado manual

137 - Recebe orientação Técnica?

- () 01 sim
- () 02 não (*ir para a questão 140*)

138 - De quem?

- () 01 Técnicos da EMATER
- () 02 Técnicos do INCRA
- () 98 outros (especificar) _____
- () 04 não recebe orientação

139 - A opinião do técnico ajuda nas tomadas de decisão sobre a produção?

- () 01 sim
- () 02 não

140 - Ao decidir sobre a produção, o que pesa na decisão?

- () 01 consumo familiar
- () 02 valor comercial
- () 03 facilidade de comercialização do produto
- () 04 melhor adequação às condições de clima e solo
- () 05 o que exige poucos cuidados
- () 06 maior experiência sobre o produto
- () 07 mais facilidade de assistência
- () 08 maior produtividade de acordo com o tamanho da gleba
- () 98 outros (especificar) _____

QUESTIONÁRIO II

A - LÓGICAS FAMILIARES

A.1 - TERRA - INDICADOR: O produtor e sua relação com a terra

Variáveis Sintéticas:

- Propriedade fundiária familiar ou situação fundiária
- Importância da propriedade
- Apego à terra

1 - Se o senhor tivesse alguma economia, em que gastaria?

- () 01 investir na reparação ou melhoramento da casa
- () 02 investir na reparação da propriedade e reposição de material
- () 03 investir na construção de cercas e curral
- () 04 compra de maquinário e insumos
- () 05 compra de mais terra
- () 06 compra de algum imóvel na cidade
- () 07 compra de gado
- () 08 compra de automóvel

2 - Seus pais eram agricultores?

- () 01 sim
- () 02 não

3 - Na sua opinião, os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a continuarem no campo?

- () 01 sim
- () 02 não

4 - Na sua opinião, qual seria o caminho para melhor estimular o jovem a continuar no campo

- () 01 ter acesso a melhor conhecimento técnico
- () 02 ter nível maior de escolarização
- () 03 receber apoio institucional (financeira e tecnicamente)
- () 04 não sabe

5 - Para o senhor, para ter sucesso na sua propriedade, é preciso:

a) diversificar a produção

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

b) investir sempre na propriedade e nos meios de produção

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

c) ter formação técnica

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

d) ter conhecimento da movimentação dos preços no mercado

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

e) ter acesso facilitado para o transporte da mercadoria

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

f) utilizar cada vez mais máquinas e insumos agrícolas

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

g) fazer parte de uma Associação de Pequenos Produtores e/ou Cooperativa

- () 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante
h) ter rendas exteriores às rendas do assentamento
() 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante
i) aumentar a propriedade
() 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante
j) ter uma família numerosa
() 01 muito importante () 02 pouco importante () 03 mais ou menos importante

6 - Se o senhor vendesse sua parcela, seria por que razão?

- () 01 por que não tem sucessor ou condição de trabalhar
() 02 para comprar uma propriedade maior em outro lugar
() 03 para comprar uma casa na cidade
() 04 para ajudar os filhos
() 05 para comprar um carro
() 06 para saldar dívidas
() 07 para mudar de profissão
() 08 não venderia

7 - Se o senhor pudesse aumentar sua parcela, como faria?

- () 01 comprando mais terra
() 02 alugando mais terra
() 03 se associando a alguém

8 - Para o senhor, segundo as suas condições, qual a quantidade ideal de terra para explorar?

- () 01 10 a 20 ha
() 02 21 a 30 ha
() 03 31 a 50 ha
() 04 acima de 50 ha

9 - O senhor pensa que é mesmo necessário ser proprietário de terra para ser agricultor?

- () 01 sim
() 02 não

A.2 - TRABALHO - INDICADOR: Organização do trabalho no estabelecimento

Variável Sintética:

- Membros que trabalham

10 - Participação da Família no Processo Produtivo

	Preparo do solo	Plantio	Adubação	Tratos culturais	Colheita	Beneficiamento	Trato de animais de grande porte	Trato de animais de pequeno porte
Familia	Pai							
	Mae							
	Filhos (- de 14 anos)							
	Filhos (+ de 14 anos)							
	Filhas (- de 14 anos)							
	Filhas (+ de 14 anos)							
	Idosos							
	Agregados							
Outros	Assalariados							
	Diaristas							
	Troca/serv.							

11 - Participação da Família no Trato dos Animais

	Gado		Porco		Galinha		Peixe	
	manejo	Alimentação	manejo	Alimentação	manejo	Alimentação	manejo	Alimentação
Pai								
Mãe								
Filhos (- de 14 anos)								
Filhos (+ de 14 anos)								
Filhas (- de 14 anos)								
Filhas (+ de 14 anos)								
Idosos								

S - Sempre AV - Às Vezes N - Nunca

12 - Quem realiza as seguintes tarefas:

Atividades	Marido	Esposa	Casal	Filhos	Filhas	Filhos (as) menores e idosos
Transações financeiras						
Transações Comerciais						
Reunião c/ técnicos						
Reunião na associação						
Compras de alimentos						
Compra de equipamentos e insumos						
Trabalho na lavoura						
Tratar da criação (gado/suino)						
Cuidar das galinhas						
Cozinhar						
Limpar casa e quintal						
Cuidar de crianças e idosos						
Lavar e passar roupa						
Tempo de trabalho médio anual dispensado à exploração agrícola						

A.3 - REPRODUÇÃO FAMILIAR DO ESTABELECIMENTO - INDICADOR: Avaliar as funções familiares na reprodução do estabelecimento e as estratégias implementadas para satisfazê-la.

Variáveis Sintéticas:

- Situação profissional dos filhos;
- Desejos profissionais dos pais para os filhos (profissão agrícola/não agrícola)

Pluriatividade:**13 - Atividades e rendas externas da família**

	Tempo integral (1)	Entre tempo integrale parcial (1)	Tempo parcial (1)	Renda média anual	Outras fontes de renda anuais (2)	Utilização dessas rendas (1)		
						pessoal	familiar	propried.
Chefe da família								
Conjuge								
Filhos								
Outros								

(1) responder sim ou não

(2) pensão, aposentadoria, seguro desemprego, outros

14 - Qual a origem da renda familiar? (Salários Mínimos)

Salários Mínimos	menos de 0,5	0,5 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 4	4 a 5	5 a 6	6 a 7	7 a 8	8 a 9	9 a 10	acima de 10	Total
Rendas agrícolas													
Rendas não agrícolas (externa)													
Renda não agrícola (interna)													
Aposentadoria													
Aluguel, ajuda de filhos/parentes													
Rendas não regulares													
Renda familiar total													

15 - Qual é a principal renda agrícola da propriedade?

- 01 comercialização de cereais
 02 comercialização de hortaliças
 03 comercialização de frutas
 04 comercialização de algodão
 04 comercialização de semente de capim
 05 gado leiteiro
 06 gado de corte
 07 frango
 08 suínos

16 - Por que o senhor não exerce atividades não agrícolas?

- 01 não acha necessário
- 02 não quer
- 03 não sabe o que poderia fazer além das atividades agrícolas
- 04 não tem condições

17 - Qual é a principal renda não agrícola da propriedade? (por atividade)

- 01 comércio
- 02 artesanato
- 03 professor
- 04 costureira
- 05 cozinheira
- 06 pedreiro
- 07 serviço público
- 08 empregada doméstica/diarista

18 - Com relação às atividades não agrícolas, o senhor:

- 01 acha normal seu exercício
- 02 não acha normal

19 - Por que o senhor exerce atividades não agrícolas?

- 01 porque é a principal fonte de renda da família
- 02 porque precisa para complementar a renda da família
- 03 porque é a única saída para continuar na terra

20 - Acha que o exercício das atividades não agrícolas é/seria o ideal na sua situação?

- 01 sim
- 02 não

21 - Se pudesse escolher, o senhor preferiria

- 01 ficar somente com as atividades agrícolas
- 02 acha normal exercer outras atividades paralelas

22 - Com relação ao futuro dos seus filhos, o senhor preferiria

- 01 que continuassem a exercer somente atividades agrícolas
- 02 que pudessem conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas

23 - Na sua família, a renda não agrícola é considerada como:

- 01 complementar
- 02 principal

24 - O senhor pode calcular, em termos de %, como ficariam seus rendimentos sem as atividades não agrícolas?

- 01 menos de 10%
- 02 entre menos 10 e 20%
- 03 entre menos 20 e 30%
- 04 entre menos de 30 e 40%
- 05 entre menos 40 e 50%
- 06 acima de 50%

25 - O que o senhor pensa sobre as atividades não agrícolas:

- 01 são essenciais para a sobrevivência da família
- 02 sem elas, o rendimento familiar fica alterado em mais de 50%
- 03 sem elas, o rendimento familiar fica alterado em menos de 50%
- 04 não altera muito o rendimento familiar

26 - A partir das atividades não agrícolas, o senhor notou alguma alteração no nível de vida familiar?

- 01 sim
- 02 não

27 - Se sim, em que sentido?

- 01 a família passou a adquirir bens para melhorar o conforto da casa
- 02 a família passou a investir mais na propriedade
- 03 a família começou a poupar dinheiro
- 04 a família passou a ter mais lazer
- 05 a família passou a se alimentar melhor

28 - Com a possível emancipação do assentamento, sem a ajuda sistemática por parte do Governo, o senhor considera que as atividades não agrícolas, realizadas paralelamente às agrícolas, são uma saída rentável para a permanência da família na terra?

- 01 sim
- 02 não

29 - Em que o senhor investe a renda não agrícola?

- 01 aquisição de imóvel
- 02 em benfeitorias na propriedade (cercas, curral, pocilga, galinheiro)
- 03 em melhoramentos na casa
- 05 em maquinário e insumos agrícolas
- 06 compra de automóvel
- 07 poupança
- 08 ajuda filhos e/ou parentes que estão fora
- 09 despesas pessoais
- 10 sustento da família

Projeto educativo e profissionalização dos filhos:

30 - O senhor tem filhos na idade escolar?

- 01 sim
- 02 não

31 - Quantos?

32 - O senhor acha importante os filhos irem à escola?

- 01 sim
- 02 não

33 - Até quando pretende que seus filhos estudem?

- 01 até completarem o 1º grau
- 02 até completarem o 2º grau
- 03 até completarem um curso profissionalizante
- 04 até completarem um curso universitário

34 - Onde e com quem ficam as crianças em idade não escolar quando os pais estão trabalhando?

- 01 sozinhos
- 02 acompanham os pais no trabalho
- 03 com irmãos mais velhos
- 04 com vizinhos/parentes

35 - Com que idade as crianças começam a ajudar os pais na roça?

- 01 antes dos 7 anos
- 02 a partir de 7 anos
- 03 entre 8 e 9 anos
- 04 entre 10 e 11 anos
- 05 acima de 11 anos

36 - O que o senhor pensa sobre o investimento em escolas (ampliação, melhoramento das instalações, aumento das salas de aula) dentro do assentamento:

- 01 importante e necessário
- 02 o dinheiro poderia ter sido investido em outras instalações
- 03 tanto faz

37 - O senhor preferiria que seus filhos (homens):

- 01 continuassem na terra
- 02 ou fossem para a cidade
- 03 tanto faz

38 - E para as filhas?

- 01 continuassem na terra
- 02 fossem para a cidade
- 03 tanto faz

39 - Qual profissão que o senhor gostaria que seus filhos (homens) tivessem

- 01 agricultor
- 02 comerciante ou artesão
- 03 engenheiro, agrônomo ou técnico
- 04 profissional liberal (advogado, médico...)
- 05 professor ou funcionário público
- 06 operário ou empregado
- 07 padre
- 08 não sabe

40 - E para as filhas?

- 01 agricultora
- 02 comerciante ou artesã

- 03 engenheira, agrônoma, técnica
- 04 profissional liberal (advogada, médica...)
- 05 professora, funcionária pública...
- 06 operária, empregada
- 07 freira
- 08 não sabe

41 - O senhor pensa que hoje é melhor para seus filhos (homens)

- 01 estudar e encontrar um trabalho rapidamente
- 02 estudar o máximo que puder
- 03 estudar e trabalhar na terra

42 - E para as filhas

- 01 estudar e encontrar um trabalho rapidamente
- 02 estudar máximo que puder
- 03 estudar e trabalhar na terra
- 04 se casar

43 - Para o senhor, a propriedade é um patrimônio que quer transmitir para os filhos?

- 01 sim
- 02 não

44 - O senhor tem sucessor?

- 01 sim
- 02 não

45 - O senhor já pensou em como organizar a sucessão da propriedade?

- 01 sim
- 02 não

46 - Com relação à sucessão da propriedade, como o senhor fará?

- 01 será igualitária para homens e mulheres
- 02 somente os homens herdarão, havendo uma compensação para as mulheres
- 03 somente os homens herdarão, sem compensação para as mulheres
- 04 somente o filho mais velho herdará
- 05 somente as filhas herdarão
- 06 não tem sucessor
- 07 ainda não decidiu

47 - Quando seus filhos forem mais velhos, querem que eles se preparem para trabalhar na terra?

- 01 sim
- 02 não

47 - Na opinião do senhor, qual o número ideal de filhos por família:

- 01 nenhum
- 02 1 a 2
- 03 3 a 4
- 04 5 a 6
- 05 mais de 7

48 - Para os filhos (as) que se casam, o senhor pensa que o ideal seria

- 01 viver na mesma casa que os pais
- 02 viver no mesmo lote, mas em outra casa
- 03 viver em outro lote, mas dentro do assentamento
- 04 viver na cidade

49 - No caso da sua família,

- 01 todos residem na mesma casa
- 02 há os que residem no mesmo lote, mas em outra (s) casa (s)
- 03 filhos casados deixaram o lote
- 04 vivem no lote pais, avós e tios

50 - Na sua propriedade, cada membro da família exerce uma atividade específica?

- 01 sim
- 02 não

51 - Como são divididas as tarefas? por sexo?

- 01 sim
- 02 não

52 - Para o senhor, as duas situações acima:

- 01 devem ficar como está
- 02 acha que deve mudar

B - DEPENDÊNCIA

B.1 - DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA- INDICADOR: Classificar os estabelecimentos de acordo com seu grau de intensificação

Variáveis Sintéticas:

- **Utilização das terras (terras incultas, aradas, pastos permanentes e artificiais)**
- **Produtividades físicas vegetais e animais por hectare**
- **Grau de mecanização**
- **Técnicas de produção utilizadas**

53 - O senhor possui:

- 01 trator
- 02 semeadeira
- 03 colheitadeira
- 04 arado
- 05 carroça
- 06 caminhão/camionete

54 - Como é distribuído o uso da terra:	hectares
area de vegetação natural - mata	
area de vegetação natural - alterada	
area desmatada	
pasto plantado	
solo exposto	
campo natural	
area de preservação	
lavouras temporárias	
Pomar	
Horta	
Benfeitorias	

Técnicas de produção utilizadas:

55 - O senhor pratica várias culturas ao mesmo tempo dentro do lote?

- () 01 sim
() 02 não

56 - O senhor pratica a estocagem de produtos? (em paiois, silos)

- () 01 sim
() 02 não

57 - O senhor faz rotação de culturas?

- () 01 sim
() 02 não

58 - O senhor faz curva de nível?

- () 01 sim
() 02 não

59 - O senhor faz irrigação?

- () 01 sim
() 02 não

B.2 - DEPENDÊNCIA DO MERCADO - INDICADOR: Avaliar o grau de dependência do produtor em relação ao mercado (identificar o grau de participação dos produtores na sociedade de consumo)

Variáveis Sintéticas:

- Dependência alimentar (autoconsumo e despesas alimentares)
- Importância da produção agrícola vendida

60 - Produção Vegetal

Produto	Produção total anual	Autoconsumo	Comercialização	Forma de comercialização*
	ha kg sc pés	ha kg sc pés	ha kg sc pés	
Arroz				
Feijão				
Milho				
Mandioca				
Cana-de-açúcar				
Café				
Batata				
Bergelim				
Algodão				
Alface				
Cenoura				
Repolho				
Beterraba				
Couve				
Tomate				
Horticultura				
Fruticultura				

* VD - Venda Direta

EP - Empresa Privada

A - Associação

AI - Agroindustria

C - Cooperativa

61 - Produção Animal (anual)

Animais	Produção total	Autoconsumo	Comercialização	Quantidade adquirida no último ano
Gado (leite e corte)				
Suínos				
Equinos				
Galinhas				
Outros				

62 - Produtos:

- () 01 Leite
- () 02 Queijos/Requeijão
- () 03 Doces/Compotas
- () 04 Pimentas curtidas
- () 05 Manteiga
- () 06 Ovos
- () 07 Farinha (milho e mandioca)
- () 08 Polvilho
- () 09 Fubá

B.3 - DEPENDÊNCIA FINANCEIRA: INDICADOR: Situação do Produtor em relação à dependência financeira.**Variáveis Sintéticas:**

- Recurso ao empréstimo

- Grau de endividamento

- Importância que os produtores dão à utilização de crédito para desenvolver o estabelecimento

65 - e.2) Família e vida social local

66 - O senhor mantém relações de amizade com seus vizinhos?

01 sim

02 não

67 - Que tipo de relação, além de amizade, o senhor mantém com seus vizinhos:

01 social

02 de trabalho

03 política

68 - O senhor esta satisfeito com essas relações?

01 sim

02 não

69 - Os melhores amigos da família habitam:

01 dentro do assentamento, nos lotes vizinhos

02 dentro do assentamento, em lotes distantes

03 fora do assentamento, em fazendas vizinhas

04 na cidade

70 - Costuma visita-los com freqüência (uma vez por semana)?

01 sim

02 não

71 - Costumam discutir problemas do lote (produção, comercialização) com seus vizinhos?

01 sim

02 não

72 - Se houver algum problema de doença com sua família, sabe se pode contar com seus vizinhos?

01 sim

02 não

73 - O senhor costuma participar de algum culto religioso na cidade?

01 sim

02 não

74 - Costuma freqüentar a cidade nos fins de semana para algum lazer, manifestações ou festas locais?

01 sim

02 não

75- O senhor e sua família saem com freqüência do assentamento para atividades de lazer?

01 sim

02 não

76 - Como o senhor se posiciona em relação à seguinte situação:

a) o Sr., no assentamento, em relação aos pequenos agricultores em geral

_____ +
-

b) os pequenos agricultores em geral

_____ +
-

77 -Depois de 12 anos no assentamento, como analisam sua situação atual:

01 estão satisfeitos

02 não estão satisfeitos

78 - O senhor faria hoje o mesmo caminho que fez há 12 anos atrás?

01 sim (ir para a questão seguinte)

02 não

79 - Porque?

01 acha que esta melhor no assentamento do que se estivesse em qualquer outro lugar

02 pode garantir o futuro dos filhos

03 pode exercer suas atividades como agricultor

80 - O senhor tem uma estratégia de reprodução familiar de produção?

01 sim

02 não

03 mais ou menos

81 - Para o senhor, viver no assentamento é:

01 um fator condicionante

02 é o início de um projeto familiar

e.3) Representação da diferenciação social

82 - O senhor acha que todas as famílias no assentamento tem a mesma situação?

01 sim (pular as duas questões seguintes)

02 não (ir para a questão seguinte)

83 - Por que?

01 algumas famílias são mais numerosas, logo tem maior mão-de-obra

02 algumas famílias chegaram mais capitalizadas

03 algumas famílias têm pessoas com melhores qualificações profissionais

04 algumas famílias recebem ajuda externa (filhos, parentes)

05 algumas famílias recebem salários externos

06 algumas famílias gerenciam o lote de forma mais racional

07 algumas famílias administram o lote de forma menos racional

84 - Como o senhor se posiciona em relação a isso?

01 acha normal que haja essa diferenciação

02 não acha essa diferenciação natural

ANEXO III

Quadro I

Acampamentos em Minas Gerais (1992-1997)

continua

	ACAMPAMENTOS	MUNICÍPIO	Nº FAMÍLIA	TEMPO DE EXISTÊNCIA	PRETEN SÃO DOS ACAMPADOS	SOLUÇÃO INDICADA	Liderança
1	Área INCRA	Rio Paranaíba	18	out/96	Assentamento na área	P.A. Criado	STR
2	BR	Coromandel	75	set/97	Faz. Posses		MST
3	BR 497 (excedentes Bonanza)	Iturama	125		Imóveis na região		STR
4	Conjunto Santa Cruz	Rio do Prado	89	nov/92	Faz. Santa Cruz	Área vistoriada	STR/ACA
5	Faz. Agrestes	Itacarambi	148		Faz. Agrestes	Área vistoriada	STR
6	Faz. Brejinho	Unaí	312	1997	Imóveis na região	Área vistoriada	STR
7	Faz. Buriti	Unaí	21	out/97	Faz. Buriti		STR
8	Faz. Buriti Grande	Paracatu	137	mai/97	Faz. Buriti Grande	Usina de álcool	STR
9	Fazenda Campo Belo-Província	Campina Verde	268	ago/97	Faz. Campo Belo	P.A. criado p/ 170 famílias	MST/MLT

10	Faz. Capão Grosso/ Grande	Arinos	80	fev/97	Faz. Capão Grosso	Área não vistoriada	STR
11	Faz. Curral do Fogo	Unai	107	abr/97	Faz. Curral do Fogo	Área vistoriada/ produtiva	STR
12	Faz. da Mata	Perdizes	41	jan/97	Faz. Da Mata	P.A. criado	STR/MLT

Quadro I – Acampamentos em Minas gerais (1992-1997)

continuação

13	Faz. dos Pontes	Arinos	13	jan/97	Faz. Dos Pontes	Área não vistoriada	STR
14	Faz. Forquilha/ Amendoim	Riachinho	66	Jan/97	Faz. Amendoim /Forquilha	Área inviável para assentamento	STR
15	Faz. Iturama	Campina Verde	70	ago/97	Faz. Iturama	P.A. criado p/ 20 famílias	outros
16	Faz. Jibóia	Unaí	40	ago/97	Faz. Jibóia		STR
17	Faz. Largo ou Rosário	Unaí	52	abr/97	Parte da faz. Largo ou Rosário	Área com entraves administrativos	STR
18	Faz. Mangues	Buritis	221	set/97	Faz. Mangues	Vistoriada. Produtiva	STR/MST
19	Faz. Pains/ Bocaina II	João Pinheiro	57	dez/96	Faz. Rio do Sono	Área inviável p/ assentamento	STR
20	Faz. Pingo d'água	Unaí		set/97	Faz. Pingo d'Água		STR
21	Faz. Pirapama	Gov. Valadares	51	mar/97	Área da Vale do Rio Doce	Vistoriar imóveis na região	STR
22	Faz. Regalito	Arinos	29	out/96	Faz. Regalito	Área inviabilizada	MLT
23	Faz. Rio das Pedras	Uberlândia	137	abr/97	Faz. Rio das Pedras	Área com Decreto	STR
24	Faz. Santa Inês II	Santa Vitória	9	jul/96	Faz. Santa Inês	Área não vistoriada	STR
25	Faz. Santa Maria	Pres. Olegário	46	novaçè	Faz. Santa Maria	Desapropriada com Imissão de Posse	STR

Quadro I – Acampamentos em Minas Gerais (1992-1997) continuação

26	Faz. Santo Antônio/São José	Santa Vitória	130	jan/97	Imóveis na região	Média propriedade. Inviável	
27	Faz. São Pedro	Carneirinho	150	mai/97	Faz. São Pedro	Área vistoriada	outros
28	Faz. Sinhozinho	Guimarânia	25	1996	Faz. Sinhozinho	Área Sub-Judice	STR
29	Faz. Sussuarana	Montalvânia	34	abr/97	Faz. Sussuarana	Área sem vistoria	STR
30	Faz. 13 de Maio/Morro Alto	Ibia	112	maio/97	Faz. 13 de Maio	Área vistoriada	STR/Araxa
31	Faz. Veredão/Campinas	Unaí	56	mai/97	Faz. Veredão	P.A. criado	MST
32	Pró-Terra - BR 365	Santa Vitória	104	mai/97	Imóveis na região	Vistoriar áreas na região	Associação
33	Faz. Barriguda I	Buritiz	60	set/95	Faz. Barriguda I	P.A. criado, com excedentes	MST
34	Faz. Matão	Urucuia	21	1996	Outro imóvel	Vistoria em imóveis na região	STR
35	Faz. Retiro do Boqueirão	Unaí	6	1996	Outro Imóvel	Vistoria em imóveis na região	STR
36	Faz. Santa Inês	Santa Vitória	8	jan/96	Outro imóvel	Vistoria em imóveis na região	STR

Quadro I – Acampamentos em Minas Gerais (1992-1997)

continuação

37	P.A. Mocambo Firme	Montes Claros	12	1996	Outro Imóvel	Vistoria em imóveis na região	STR
TOTAL: 37 Acampamentos							

Fonte: INCRA/MG

Quadro II

Projetos de Assentamentos - INCRA-MG - 1986-1997)

continua

Nº	PROJETO	AREA	FAMÍLIAS	MUNICIPIO
ANO DE CRIAÇÃO: 1986				
01	Fruta d' Anta	18.731,00	220	João Pinheiro
02	Iturama	2.492,00	131	Limeira d'Oeste
03	Palmeirinha	6.146,00	183	Unai
04	Vereda Grande	7.205,00	124	
ANO DE CRIAÇÃO: 1987				
05	Aliança	5.036,00	95	Pedra Azul
06	Bálsamo	3.281,00	63	Unai
07	Córrego Comprido	1.008,00	43	Padre Paraíso
ANO DE CRIAÇÃO: 1988				
08	Cruz e Macaúbas	713,00	24	Santa Vitória
09	Japoré	4.903,00	102	Manga
10	São José do Boqueirão **	17.616,00	250	Riachinho
ANO DE CRIAÇÃO: 1989				
11	Boa Esperança	2.303,00	30	Varzelândia
12	Brejo Verde	3.177,00	49	São Romão
13	Mimoso	5.031,00	59	Arinos
ANO DE CRIAÇÃO: 1990*				
ANO DE CRIAÇÃO: 1991				
14	João Pinheiro	65,00	21	Funilândia
15	Lagoa Bonita	1.679,00	53	S. Modestino/ S. Gonçalo
16	Prata dos Netos	976,00	21	Presidente Olegário
17	Vaca Preta	5.348,00	102	Montalvânia
ANO DE CRIAÇÃO: 1992				
18	Adriao Capivari	609,00	14	Minas Novas
19	Água Branca	1.201,00	25	Urucuia
20	Aruega **	630,00	25	Novo Cruzeiro
21	Assa-Peixe	3.861,00	51	Bonfinópolis
22	Mocambinho	1.010,00	166	Jaíba

Quadro II – Projetos de Assentamento - INCRA – MG. (1996-1997) continuação

23	Picos Januária	8.617,00	65	Januária
24	São Pedro Cipó	5.280,00	80	Unaí
25	Sta Rosa/ C. Posses	706,00	54	Itaipé
ANO DE CRIAÇÃO: 1993*				
ANO DE CRIAÇÃO: 1994				
26	Cafundão	480,00	12	Mariana
27	Nova St. Inácio/ Ranchinho	3.958,00	115	Campo Florido
28	Jardineira	1.100,00	33	Joáina
29	Mamoneiras	1.632,00	35	Bonfinópolis
30	Saco do Rio Preto	2.474,00	66	Bonfinópolis
31	Sta Clara/ Furadinho	1.293,00	30	Unaí
32	Tamboril	6.284,00	141	Santa Fé de Minas
33	Tapera	3.866,00	41	Riacho dos Machados
ANO DE CRIAÇÃO: 1996				
34	1° de Junho	3.011,00	81	Tumiritinga
35	212 Jaiba	9.057,00	212	Jaíba
36	Aliança e Progresso	3.429,00	52	Lagoa Grande
37	Areal	1.801,00	28	Ibiaí
38	Barreirão	803,00	27	Lagoa Grande
39	Barro Azul	2.031,00	56	Gov. Valadares
40	Boa União	4.667,00	99	Unaí
41	Cachoeirinha	403,00	33	Tumiritinga
42	Conceição	1.972,00	47	Riachinho
43	Floresta	6.251,00	77	João Pinheiro
44	Guariba	1.045,00	42	Perdizes
45	Matão	4.038,00	65	Urucuia
46	Mucambo Firme	561,00	20	Montes Claros

Quadro II – Projetos de Assentamento - INCRA – MG (1986-1997) continuação

47	Nova Lagoa Rica	5.200,00	111	Paracatú
48	Nova Bom Jardim	1.099,00	20	Tapira
49	Nova Conquista	2.038,00	64	Lag. Grande e Pres. Olegário
50	Nova Sta Inês	658	26	Santa Vitória
51	Poço da Vovó	3.129,00	45	Jaíba
52	Porto Feliz	491,00	17	Santa Vitória
53	Renascer	1.515,00	45	Unaí
54	Santa Luzia	1.364,00	50	Perdizes
55	São Francisco	2.081,00	28	Buritizeiro
56	São João Batista	717,00	28	Pintópolis
57	Vargem do Touro	615,00	21	Gurinhata
58	Vida Nova	4.490,00	64	Buritis
ANO DE CRIAÇÃO: 1997				
59	Aracajú	533,00	14	Paracatú
60	Brejão	1.506,01	31	Jequitinhonha
61	Campo Belo	4.975,25	170	Campina Verde
62	Campo Verde	2.330,31	41	Unaí
63	Capão do Mel	3.280,00	80	Formoso
64	Da Mata	1.133,95	33	Perdizes
65	Dom Orione	216,19	35	Betim
66	Feliz União	2.509,01	38	Lagoa Grande
67	Formosa Urupuca	2.607,75	65	São José da Safira
68	Futura	1.039,66	25	Caraí
69	Gleba 119 A	255,80	13	Rio Paranaíba
70	Herbert de Souza	3.434,00	75	Paracatú
71	Joaquim N. Silva	609,70	20	Gov. Valadares
72	Lages	1.306,80	30	Riachinho
73	Logradouro	4.711,00	130	Riachinho

Quadro II – Projetos de Assentamento - INCRA – MG (1986-1997) continuação

74	Mãe das Conq.	4.681,88	60	Buritis
75	Mangal	2.400,00	75	Natalândia
76	Nova Califórnia	2.080,00	41	Unaí
77	Nova Itália	939,84	14	Buritis
78	Nova Serrana	1.064,80	35	Pedra Azul
79	Oziel Alves Pereira	1.942,03	50	Gov. Valadares
80	Paraíso	3.915,00	77	Unaí
81	Pontal do Arantes	2.448,83	96	Iturama
82	Primeiro do Sul	885,78	35	Campo do Meio
83	Rancharia	1.511,84	50	Arinos
84	Riacho Claro	3.866,54	62	Arinos
85	Rio dos Bois	15.388,22	63	Januária
86	Santa Helena	8.946,70	80	Buritizeiro
87	Santo Antônio	8.857,00	173	Presidente Olegário
88	Saudade	3.743,00	144	Teófilo Otoni
89	Surpresa	2.596,90	32	Medina
90	Tiro e Queda	879,79	25	Paracatú
91	Veredas	1.167,75	25	Padre Paraíso
92	XV de Novembro	3.744,00	75	Paracatú
TOTAL		292.685,33	5.881	

* Nos Exercícios de 1990 e 1993 NÃO SE EFETIVARAM ASSENTAMENTOS

** Pendência Jurídica

Fonte: INCRA/M.G. - Divisão de Assentamento - jan/98

Quadro III

Assentamentos realizados em 1997 em Projetos criados até 1996

Nº	Projeto	Área	C. A.	Famílias Assentadas	Data Assenta- mento	Município
1	1º de Junho	2.608	85	12	jul/97	Tumiritinga
2	Barreirão	791,17	27	2	jul/97	Lagoa Grande
3	Barro Azul	2.031,02	56	6	jul/97	Gov. Valadares
4	Brejo Verde	3.195,45	126	14	jul/97	São Romão
5	Nova Lagoa Rica	5.200,00	111	1	jul/97	Paracatú
6	Renascer	1.515,00	45	5	jul/97	Unai
7	São João Batista	696,20	28	2	jul/97	Pintópolis
TOTAL		16.036,97	478	42		

Fonte: INCRA/MG - Divisão de Assentamentos - Dez. 97

Quadro IV

Áreas em fase de criação de Projetos de Assentamento, aguardando legitimação

Nº	Imóvel	Área	Famílias	Município
1	Barreirinho	7.884,07	121	Unai
2	Campo Belo	4.975,25	180	Campina Verde
3	Jambeiro	11.569,44	250	Paracatú
4	Lages I	968,00	38	Riachinho
5	Lages II	338,80	10	Riachinho
6	Santa Maria	4.196,68	52	Pres. Olegário
7	Rio de Pedras	1.907,00	87	Uberlândia
8	Transval	1.190,50	45	Jequitinhonha
9	Vô Atílio	921,13	25	Lagoa Grande
TOTAL		38.147,55	88	

Fonte: INCRA/MG

Quadro V
Relação de Áreas para Reforma Agrária

Na SR.06/MG, sem decreto, mas com vistoria			
Imóvel	Município	Área (Ha)	Nº Família
Vargem Formosa	Chap. Norte	2.142,48	50
Gameleira	Urucuia	1.900,00	45
Nazareth	Pintópolis	978,29	20
Faz. Cedro	Coromandel	1.849,22	42
Conj. Santa Cruz	Rio do Prado	1.676,62	60
Faz. Sto. Antônio	Arinos	1.321,60	30
Faz. Brejinho IV	Unai	802,31	20
Faz. Brejinho I	Unai	1.309,54	30
Faz. Gibóia	Unai	1.648,61	42
Faz. Santa Marta	Unai	2.405,47	45
	Sub Total	16.034,14	384

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V - b

Em Brasília, sem decreto			
Imóvel	Município	Área (Ha)	Nº Famílias
Belo Vale	Paracatú	995,00	25
Curral do Fogo	Unai	3.761,42	150
Sta Inês/Arapua	Santa Vitória	350,42	16
Faz. Morro Alto I	Ibiá	634,33	25
Faz. Morro Alto II	Ibiá	147,17	5
Faz. Morro Alto III	Ibiá	617,88	24
Angicos	Janaúba	4.358,00	80
Angicos/Jacaré	Janaúba	4.566,76	80
Barr./S. Pedro I	Carneirinho	496,00	15
Barr./S. Pedro II	Carneirinho	778,00	26
Barr./S. Pedro III	Carneirinho	747,00	25
Santo Antônio	Ibiá	1.776,15	63
Mandassaia	Porteirinha	2.313,18	40
13 de Maio	Ibiá	392,00	15
Faz. Mim./Caiçara	Arinos	1.588,94	40
	Total	23.522,27	629

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V - c

Áreas com decreto, mas sem laudo de avaliação			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Brejinho II	Unaí	862,42	13
Bocaina I	João Pinheiro	486,00	10
Formiga I	João Pinheiro	1.006,47	22
Vazante	Unaí	2.304,00	38
Bocaina	João Pinheiro	2.933,50	38
Campo Novo I	Jequitinhonha	501,72	15
Campo Novo II	Jequitinhonha	1.033,70	28
Campo Novo III	Jequitinhonha	1.304,00	13
Agreste	Itacarambi	5.780,00	80
V. Grande/Bora	Arinos	1.221,79	25
	Total	17.433,06	282

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V- d

Áreas desapropriadas, já com imissão de posse e plano de assentamento			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Rio das Pedras	Uberlândia	1.907,00	87
Rec. Vô Atílio	Lagoa Grande	921,13	25
Barreirinho	Unaí	7.884,07	121
Santa Maria	P. Olegário	4.196,68	53
Iturama	Campina Verde	600,75	20
Sta Tereza/S. João	Arinos	1.632,00	45
	Total	17.141,63	351

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V - e

Áreas para aquisição, já com avaliação e vistoria			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Vargem Formosa	Chapada Norte	2.142,48	50
	Total	2.142,48	50

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V- f

Áreas com obstáculos jurídicos			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Sta Vitória/Gubran	Santa Vitória	5.444,92	110
Jambeiro	Paracatú	11.569,44	250
Transval	Jequitinhonha	1.190,50	45
Catoni	J. Felício	7.979,90	100
Tabocas	Unaí	1.837,04	40
	Total	28.021,89	545

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V - g

Áreas com entraves administrativos			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Formiga	João Pinheiro	846,33	18
S.Gertrudes/Gal.I	Sta Fé de Minas	2.392,00	34
Do Luar/Galinha II	Sta Fé de Minas	3.192,00	45
S.Ma.Extrema/G.III	Sta Fé de Minas	4.387,64	62
S. Fco (CEPAV)	Buritizeiro	4.289,00	40
Porto dos Cavalos	Brasilândia	3.225,34	50
Sinhozinho	Guimarânia	1.050,00	21
Tronco do Ipê	Mat. Cardoso	2.430,15	30
Bois/Pequizeiro	Januária	6.119,52	30
Suiça	Teófilo Otoni	818,48	20
Larga/Rosário	Unaí	4.621,00	80
	Total	33.371,46	430

Fonte: INCRA/MG - 1998

Quadro V - h**continua**

Processos com acordos homologados em audiência de conciliação			
Imóvel	Município	Área (HA)	Nº Famílias
Dom Oriane	Betim	216,19	43
Da Mata II	Perdizes	208,93	06
Da Mata I	Perdizes	925,02	26
Pernambuco	Lagoa Grande	1.254,13	25
N.S.P. Socorro	Lagoa Grande	1.254,13	25
Mangal	Natalândia	2.400,00	50
Riacho Claro	Arinos	3.654,12	68

O Sucesso da Reforma Agrária.

*PROJETO DE ASSENTAMENTO ITURAMA
LIMEIRA DO OESTE - MG*

Elaboração: Ailson Silveira Machado - INCRA/MG
José Silva Soares - EMATER/MG

PROJETO DE ASSENTAMENTO ITURAMA
LIMEIRA DO OESTE - MG

1 *Introdução:*

O presente documento visa apresentar de forma suscinta a origem perfil, e situação de produção do P. A. Iturama.

2 *História do P. A. Iturama:*

a) Origem da População e suas Atividades Anteriores

Das famílias assentadas na Fazenda Barreiro, 34 delas já residiam na área como posseiros, e o restante foram relacionados por uma comissão formada pelos trabalhadores sem terra, vieram principalmente do distrito de São Sebastião do Pontal e outras cidades, cujas atividades desenvolvidas na Fazenda Barreiro era basicamente a agricultura, em regime de parceria ou arrendamento.

b) Principais problemas enfrentados durante a ocupação da Terra.

O problema originou de conflitos existentes entre posseiros e proprietários da Fazenda Barreiro, denunciado pelo Sindicato de Trabalhadores de Iturama.

A Fazenda Barreiro mantinha inúmeros trabalhadores rurais em regime de parceria ou arrendamento, responsáveis por uma agricultura tradicional para sua sobrevivência e de suas famílias e ainda com pequeno excedente para comercialização.

Esta Fazenda originou três menores, mas ainda com áreas relativamente grandes, pois dois deles tram áreas superiores a 2.000 ha.

Os novos proprietários tinham a intenção de ampliar a exploração da bovicultura.

Inicialmente foram oferecidas pequenas indenizações aos posseiros, rejeitadas por quase todos apenas os mais tímidos aceitaram e se retiraram. A maioria no entanto estava disposta a permanecerem na terra. As pressões aumentaram e os trabalhadores procuraram amparo na justiça.

Finalmente com o assassinato de um dos líderes da resistência a maioria concordou em fazer acordos e se retirarem do imóvel, sendo que de um total de 110 famílias existentes em 1.983, restaram apenas 34.

Após vistorias realizadas pela Diretoria Regional do INCRA-MG, chegou-se a conclusão de que existia grave tensão social na área.

Assim sendo, o INCRA optou por solicitar a desapropriação do imóvel (2.603 ha), eliminando as áreas bem exploradas e que continham benfeitorias de maior vulto. Esta área através do Decreto nº 92.219 de 26.12.85 foi declarada de interesse social para fins de desapropriação.

O projeto de assentamento foi criado pelo INCRA através da portaria nº 0602 em 30/09/86.

3. Situação Atual

Após os diversos investimentos realizados pelo INCRA, o projeto apresenta os seguintes dados economicos-financeiros:

3.1 Área e produção média anual 3 últimas safras das 131 famílias assentadas:

Cultura	Area (ha)	Produção	Valor (R\$ / Safra)
* Algodão	400	46.000 ar.	312.800,00
* Milho	250	12.500 sc.	93.750,00
* Arroz	150	3.000 sc	33.000,00
* Banana	45	450 t	225.000,00
* Feijão	30	450 sc	15.750,00
* Melância	25	1.250 t	150.000,00
* Horticultura	02	40 t	14.000,00
* Amora (Bicho-seda)	17,5	Início produção	

Dados fornecidos pela EMATER
Preço base pago produtor

3.2 Rebanho e Produção de Leite/dia:

* Rebanho Total	=	2.800 cab.	
* Produção Leite/dia	=	3.000 litros	= 219.000,00 RS/ano
* Bezerros / ano venda	=	350 cab.	= 35.000,00 RS/ano
* Pastagem formada	=	1.100 ha	

3.3 *Produção familiar - Valor/ano (R\$)*

* Aves	=	3.000 cab.	=	6.000,00
* Suínos	=	400 cab.	=	20.000,00
* Hortas Domiciliares	=	80	=	1.500,00
* Pomar Doméstico	=	85	=	1.500,00
Renda Anual Bruta R\$	=	1.127.300,00		
Renda Per Capita / família	=	8.600,00	Dólar anual	
Renda Mensal Bruta	=	7 salários Mínimos / família		

4 - *Dados Estatísticos da população e Obras de Infra-estrutura existente.*

População existente no projeto:	=	1.000,00
Escolas:	=	02
Posto de Saúde:	=	04
Estradas internas:	=	39 Km
Armazém comunitário:	=	01
Máquinas agrícolas:	=	11
Área média por família de 20 ha:		

5 - *Custos das obras de infra-estrutura realizadas pelo INCRA*

Infra estrutura e obras comunitárias realizadas P. A. Iturama:

<i>Objetivo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Valor</i>
* Escola	-02	156.48 m ²	37.437,00
* Posto de Saúde	01	40.36 m ²	10.641,00
* Armazém	01	200,00 m ²	47.471,00
* Estrada	Várias	39,00 Km	835.210,00
* Captação de água	02	Catavento	16.367,00
TOTAL INVESTIMENTO CORRIGIDOS			889.655,00

5.1 CUSTOS DE DESAPROPRIAÇÃO / DEMARCAÇÃO P. A. ITURAMA (FAZENDA BARREIRO)

* Desapropriação	517.865,00
* Demarcação	25.483,00
* Recursos Naturais	2.145,00
TOTAL DE RECURSOS INVESTIDOS CORRIGIDOS /95	545.493,00

5.2 VALORES CRÉDITOS CONCEDIDOS

* PROCERA 93/94	220.000,00
* Fomento (adubos, etc)	111.698,00
* Habitação	91.472,00
* Alimentação	21.953,00
* PROCERA 1988/89	102.843,00
* PROCERA 1991	115.071,00
* PROCERA 1994	140.000,00
TOTAL DE CRÉDITOS CONCEDIDOS CORRIGIDOS	803.037,00

DADOS FORNECIDOS EMATER E INCRA/MG

Total geral de investimentos realizados pelo INCRA até 1995 foi de R\$ 2.248.185,00

Analisando os dados deste projeto de Reforma Agrária, concluímos que a geração de emprego no meio rural desse projeto de assentamento é de apenas R\$ 17.600,00 por família, muito abaixo dos necessários para a geração de empregos nos outros setores da economia, que chegam até R\$ 80.000,00 por emprego gerado.

A renda per capita média é de aproximadamente 8.600,00 dólares/ano (mais do que o dobro da renda média brasileira). Além disso a produção do P. A. Iturama (Fazenda Barreiro) é de grande importância para a economia do município de Limeira do Oeste, participando com 20% da produção agrícola total do município, ocupando menos de 2% de sua área, dando com isso um exemplo de produtividade no meio rural , além de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico e social do município.

Outro aspecto importante é que em apenas dois anos a geração de receitas do assentamento é superior aos investimentos realizados pelo INCRA , o que vem demonstrar que os investimentos realizados pelo governo em projetos de REFORMA AGRÁRIA, retornam para a sociedade muito mais rápido que outros setores da economia.

Por isso, concluímos que a prioridade dada a Reforma Agrária pelo governo Fernando Henrique Cardoso é de fundamental importância para conseguirmos a melhorar a distribuição de renda no país, além de atender uma das camadas mais pobres da população brasileira.

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 1996

AILSON SILVEIRA MACHADO - INCRA/MG
JOSÉ SILVA SOARES - EMATER/MG